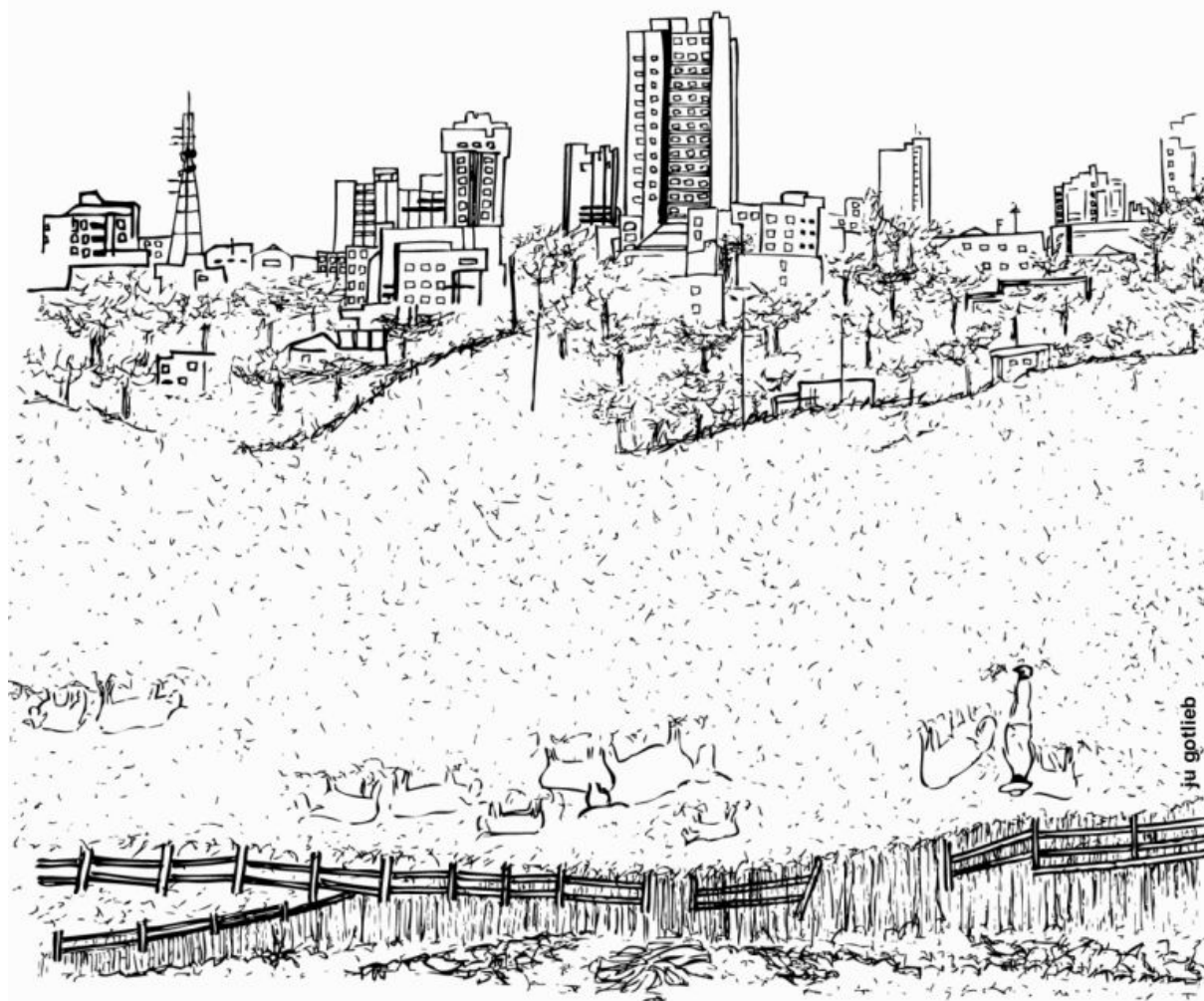


Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes



ju gottlieb

*TRAJETÓRIA SOCIOAMBIENTAL DE GUARAPUAVA:
LEITURAS DA PAISAGEM*

*Presidente Prudente
2009*

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

TRAJETÓRIA SOCIOAMBIENTAL DE GUARAPUAVA: LEITURAS DA PAISAGEM

Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Doutor e Geografia. Área de Concentração: Produção do espaço – Linha: Dinâmica e Gestão Ambiental.
Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes
Co-orientadora: Rosely Sampaio Archela

Presidente Prudente

2009

G615t Gomes, Marquiana de Freitas Vilas Boas.
Trajetória Ambiental de Guarapuava : leituras da paisagem /
Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes. - Presidente Prudente : [s.n],
2009
352 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de
Ciências e Tecnologia

Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes

Banca: Nilton Nobuhiro Imai; Margarete Cristiane de Costa
Trindade Amorim; Francisco de Assis Mendonça; Gisele Girardi

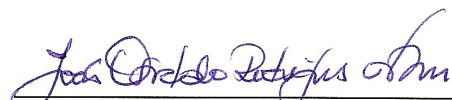
Inclui bibliografia

1. Paisagem 2. Ambiente 3. Socioambiental. 4. Guarapuava I.
Autor. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e
Tecnologia. III. Título.

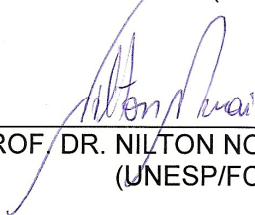
CDD(18.ed.) 910

**Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da
Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação - UNESP, Câmpus
de Presidente Prudente.**

BANCA EXAMINADORA



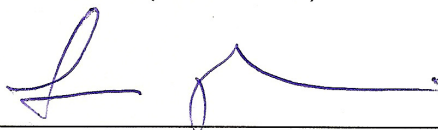
PROF. DR. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES
ORIENTADOR (UNESP/FCT)



PROF. DR. NILTON NOBUHIRO IMAI
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. MARGARETE CRISTIANE DE COSTA TRINDADE AMORIM
(UNESP/FCT)



PROF. DR. FRANCISCO DE ASSIS MENDONÇA
(UFPR)



PROFA. DRA. GISELE GIRARDI
(UFES)



MARQUIANA DE FREITAS VILAS BOAS GOMES

Presidente Prudente (SP), 24 de novembro de 2009.

Resultado: APROVA

*Dedico essa tese àqueles que acreditam e lutam por uma
Educação da autonomia, diversidade e diferença,
e prática da justiça socioambiental!*

Agradecimentos

Assim como a trajetória dos lugares constrói sua paisagem, também acredito que as pessoas se constituem a partir das relações que estabelecem no seu âmbito familiar, do trabalho e/ou lazer. Assim, tudo aquilo que ela produz, acredita e defende é em parte, fruto de sua própria identidade, mas também e, principalmente, das relações sociais que vivenciou no seu meio cultural.

Esse trabalho nasceu da minha trajetória, foi ela que possibilitou a construção do problema de pesquisa. Foi a realização do trabalho que permitiu o meu amadurecimento intelectual, e também reconhecer a importância da proximidade das pessoas que amamos, nos momentos de maior êxito, quando a pesquisa fluía e os objetivos eram alcançados, e nos momentos difíceis, da angústia das dúvidas, próprias da natureza desse trabalho, da ansiedade e insegurança com o tempo objetivo para realização da pesquisa, e o tempo necessário para amadurecer as idéias.

Ao realizar esse trabalho sem afastamento das atividades docentes, fiquei em dúvida, muitas vezes, se deveria continuar ou não, sobretudo, naqueles períodos de cansaço e stress, por outro lado, foi também o convívio na Universidade com meus alunos (as), orientandos (as), colegas de departamento e dos projetos, que muitas convicções foram sendo rediscutidas e permitiram formatar o que está aqui exposto. Por isso, gostaria de deixar registrado que embora esse trabalho, tenha o seu lado solitário, como de qualquer tese, já que em alguns momentos só pude dialogar comigo mesmo, mas é claro, sempre levando as dúvidas para o orientador e/ou co-orientadora, ele é fruto de uma construção, permeada pelas relações que estabeleci antes, durante e no final da redação da tese, daí o seu lado coletivo.

As convicções que apresento aqui foram construídas a partir de um embasamento teórico, mas também da minha experiência de vida, que se deu no contato com essas pessoas especiais que registrarei aqui:

Meus pais, Jamil e Irene, que ajudaram a formar meus princípios e convicções, mostrando que a superação dos desafios são maneiras de avançarmos como pessoas, sempre colocando a educação (formal e informal) como uma prioridade. Muito Obrigada, Amo vocês!

Meu Marido Emerson e meu Filho Guilherme. Emerson, obrigada por cuidar da minha vida pessoal, fazer o papel de "pãe", suportar a ausência, o mal humor, as "manias" que o doutorando vai construindo ao longo do trabalho. Ficar horas ajudando a conferir a parte gráfica da tese, me acompanhar em todos os momentos! Muito Obrigada! Ao Gui, filho! Obrigada pelo abraço e carinho, dessa mãe sempre com pressa e, por vezes, atrapalhada. Desculpe ausência, sou grata a paciência, ao carinho. Amo vocês!

Meu orientador, João Osvaldo e Co-orientadora, Rosely Archela, como aprendi com vocês nesses anos de convivência! Admiro a capacidade que possuem em unir o trabalho acadêmico, mas também mantendo, sem deixar que a racionalidade, oculte o lado humano, sempre me orientando, mas também sabendo entender minhas dificuldades, limitações, inseguranças. Ter confiança no orientador (a) foi certamente o mais importante para eu acreditar que era possível, seguir em frente! Aquele abraço carinhoso a vocês.

Meus Amigos, Nécio e sua Esposa Beatriz, Sandra Cristina e Sandro, Paulo Nobukuni e Isabel, Edivaldo e Val, companheiros de luta na Geografia, e grandes parceiros nos almoços de final de semana! Quantos diálogos geográficos, informais,

certamente estão aqui nesse trabalho, como aprendo com vcs!!! Nécio, Bia e Sandra, quanta força nessa reta final! Jamais esquecerei.

Cyntia Simioni, grande parceira, incentivadora, com uma energia admirável, obrigada por discutir comigo, mesmo não sendo da área, as minhas dúvidas historiográficas do trabalho. Aprendo muito com você! Quanta energia positiva durante e no final desse trabalho.

E como falar da Marli, grande companheira das discussões em educação ambiental, amiga para todas as horas! Não vou esquecer da sua atenção, do campo que fez comigo, às vésperas da qualificação. Até seu pai entrou na dança. Bem, será que agora teremos tempo para comemorar tantas coisas, que tanto falamos nesses últimos quatro anos, sempre aguardando sua defesa e a minha? Como aprendo com você. Obrigada!

Cecília Flauresko, amiga profissional e pessoal. Obrigada por mesmo quando estava distante, ter a paciência de responder os emails com palavras de conforto nos momentos de stress, por não medir esforços em discutir algumas idéias da tese. E é claro, por mesma afastada das atividades acadêmicas, me ajudar com o PET, principalmente nos momentos que o doutorado exigiu minha ausência. Obrigada!

Meus amigos e orientados (do PET, Sem Fronteiras, Fundação Araucária), Rodrigo Penteado, Aline Kolln, João Morimtis, Dalvani, Patrícia dos Santos, Eduardo Americano, Marcos Frandolozo, Janaina Antonio, fico pensando o que seria de mim, nessa reta final, se não tivesse vocês por perto? Eu sinceramente não sei como agradecer a solidariedade de vcs, não só durante a nossa convivência, como agora nesses últimos dias. As horas de trabalho com a tese foram certamente aliviadas, tendo vcs sempre ali, me ajudando no que mais precisei.

Meus orientandos Nilmar Pussini, Cesar Abreu, como os trabalhos de vocês contribuíram para esse trabalho.

Petianos, da velha e nova geração, obrigada!

Jorge Favaro, que figura do bem! Nesse pouco tempo de convivência na extensão universitária, como aprendi com você! Obrigada pela compreensão, por todo apoio! Não esquecerei da sua força e do empenho quando precisei de alguns dados tão importantes para a tese.

Essas pessoas e muitas outras me ajudaram muito com a tese, são meus colegas da UNICENTRO, do departamento de Geografia, obrigada Leandro, Márcia e Sérgio! Valeu a força!

Além das pessoas, também agradeço a Prefeitura Municipal de Guarapuava, especialmente a SURG e CEPLOG, particularmente a Engenheira Cartógrafa Mônica Rubio, e ao Agrimensor Eduardo Americano; a SEMAFLOP - Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal, na pessoa do Engenheiro Agrônomo Saulo Küster, e Marli Alberti; ao Arquivo Histórico da UNICENTRO; a Diretoria de Cultura da UNICENTRO; a Gráfica da UNICENTRO, pela atenção e solidariedade do Lourival.

Estou terminando esses agradecimentos, com aquela sensação desconfortável de estar deixando de mencionar tantas pessoas. Deveríamos fazer a lista de agradecimentos desde o primeiro dia da tese, mas aí, acho que a lista seria um capítulo.

Muito obrigada!

É no nível local que se forjam as identidades culturais, que se expressam como uma valorização social dos recursos econômicos e como estratégias para a reapropriação da natureza. Se a globalização é o espaço onde as sinergias negativas tornam manifestos os limites do crescimento, o local é o espaço onde emergem as sinergias positivas da racionalidade ambiental. O local é o ponto de encontro de processos sincrônicos e diacrônicos, onde se precipitam tempos e momentos diferenciados; é o lugar onde se articulam identidades culturais e potencialidades ecológicas. É pois o ponto de convergência dos tempos da sustentabilidade: os processos de restauração e produtividade ecológica; de inovação e assimilação tecnológica; de reconstrução de identidades culturais. (LEFF, Henrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001. p.340.)

RESUMO

A presente pesquisa parte de três pressupostos: O primeiro considera os problemas socioambientais como expressões das relações conflituosas entre sociedade e natureza, que são registradas na paisagem. Essa se transforma conforme a intensidade dos processos socioeconômicos, políticos e culturais. O segundo entende que mesmo com as transformações da paisagem, em forma e conteúdo, há resistências. Essas são frutos das permanências, mantendo a coexistência de diferentes práticas sociais, tornando o ambiente mais complexo. Sendo assim, sua compreensão está imbricada aos processos geográficos e históricos, sendo as mudanças e permanências as fontes para o entendimento do ambiente atual. O terceiro é o local em que as consequências desses processos são sentidas de forma mais intensa, embora suas explicações necessitem, muitas vezes, da compreensão de fenômenos em outras escalas. Na tese, buscamos desenvolver esses pressupostos a partir da discussão da trajetória ambiental de Guarapuava – PR, utilizando como instrumentos metodológicos de pesquisa a história ambiental e a cartografia. A contribuição empírica do município de Guarapuava para o desenvolvimento da pesquisa está na sua formação socioespacial e na interação da sociedade local com seus bens naturais, no passado e no presente. A relação da sociedade de Guarapuava com os campos naturais, as florestas e o solo, foi sendo alterada conforme a sua inserção no sistema produtivo regional e nacional, produzindo uma paisagem única, fruto da combinação fisiográfica com as formas de apropriação social da natureza. Na tese apresentamos o processo de transformação da paisagem e as formas de interação sociedade e natureza a partir da periodização das técnicas, proposta por Santos & Silveira (2001), estabelecendo a relação entre o meio natural, meio-técnico e meio técnico-científico-informacional, e estabelecemos os três períodos na abordagem. No primeiro, destacamos a apropriação social dos campos naturais e as florestas. No segundo, a modernização agrícola e a mudança de uso e posse dos campos naturais, a ação das madeireiras nas florestas com Araucárias Angustifolia, bem como a inserção das monoculturas de florestas exóticas. E, no terceiro, enfatizamos a concentração da população na cidade, a partir de 1970, e suas consequências socioambientais. Assim, com a trajetória ambiental de Guarapuava buscamos explicar a coexistência das diferentes formas de apropriação social da natureza no município, como forma de identificar não só as tendências homogeneizadoras, mas também as resistências, potencializadoras de alternativas ao ambiente local.

Palavras chave: socioambiental – paisagem – ambiente – Guarapuava.

ABSTRACT

To present research comes from three prior conjectures: The first considers the social environmental problems as expressions of the conflicting relationships between society and nature that are registered in the landscape. The landscape changes according to the intensity of the social economic, political and cultural processes. The second prior conjecture understands that even with the transformations of the landscape, in form and content, there are resistances. Those are fruits of the permanence, maintaining the coexistence of different social practices, turning the environment more complex. Being like this, its understanding is interwoven to the geographical and historical processes, being the change and permanence the sources for the understanding of the current environment. The third part is the place where the consequences of those processes are felt in a more intense way, although in many times their explanations need the understanding of the phenomena in other scales. In the thesis, we pursued developing those prior conjectures starting from the discussion of the environmental path of Guarapuava PR, using as methodological instruments of research the environmental history and the cartography. The empiric contribution of Guarapuava city for the development of the research is in its social space formation and in the interaction of the local society with their natural goods, in the past and in the present. The relationship of Guarapuava society with the natural fields, the forests and the soil, has being altered accordingly to its insertion in the regional and national productive system, producing a unique landscape, fruit of the physiographic combination with the forms of social appropriation of the nature. In the thesis we presented the process of transformation of the landscape and the forms of interaction society and nature starting from the periodic techniques, proposed by Santos & Silveira (2001), establishing the relationship among the natural way, middle-technician and half technician-scientific-information, and we established the three periods in the approach. In the first, we detached the social appropriation of the natural fields and the forests. In the second, the agricultural modernization and the use and ownership changes of the natural fields, the action of the wood dealers in the forests with Araucárias Angustifolia, as well as the insert of the monocultures of exotic forests. And, in the third, we emphasized the concentration of the population in the city, starting from 1970, and their social environmental consequences. Therefore, with Guarapuava's environmental path we pursued to explain the coexistence in the different ways of social appropriation of the nature in the city, as a form of identifying not only the homogeneous tendencies but also the resistances, and maximize the alternatives to the local environment.

Key Words: social environmental – landscape - environment - Guarapuava

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Involução físico-territorial do município de Guarapuava	29
Quadro 02	Imagens e paisagens de Guarapuava – PR	32
Quadro 03	Expansão físico territorial de Guarapuava de 1940 a 2007	55
Quadro 04	Apropriação do relevo na cidade de Guarapuava	56
Quadro 05	Ocupação, fronteiras e expedições no Paraná, séculos XVII a XIX	102
Quadro 06	Fragmentos da carta régia de 05 de novembro de 1808	104
Quadro 07	Paisagens e unidades orográficas do Paraná	109
Quadro 08	Primeira distribuição de sesmarias em Guarapuava – PR	113
Quadro 09	Formal de fundação e criação da Freguesia de Nossa Senhora do Belém, Campos de Guarapuava	114
Quadro 10	Sociedade campeira e os caminhos do tropeirismo no sul do Brasil	121
Quadro 11	Expansão da sociedade campeira e ocupação do território do Paraná Tradicional	122
Quadro 12	O cotidiano do trabalho nas fazendas de criar e invernar nos campos gerais	124
Quadro 13	Áreas de campos naturais no Paraná	130
Quadro 14	A relação de produção e os campos de criar e invernar	134
Quadro 15	Área de concentração da erva-mate no Paraná	140
Quadro 16	Cidade de Guarapuava – Entre 1850 e 1950	151
Quadro 17	Colônias de imigrantes – Guarapuava 1930	163
Quadro 18	Colônia do Jordão e os migrantes do Rio Grande do Sul	170
Quadro 19	Colônias de suábios em Entre Rios – Guarapuava-PR	175
Quadro 20	Testamento da Sra. Balbina Francisca de Siqueira	182
Quadro 21	Conflito social e luta pela Terra – Comunidade quilombola Invernada Paiol de Telhas do Fundão	183
Quadro 22	Violência e expropriação	185
Quadro 23	O retorno e a luta pela terra	186
Quadro 24	Apropriação e transformação da paisagem da fazenda invernada paiol de telha	187
Quadro 25	Comunidade Invernada Paiol de Telhas Fundão	189
Quadro 26	Considerações da Cooperativa Agrária Agroindustrial sobre a fazenda invernada paiol de telha - fundão	190
Quadro 27	Acesso aos pinheirais	201
Quadro 28	Da força animal ao uso da máquina	203

Quadro 29	Relações de trabalho e a extração da madeira	205
Quadro 30	Compra e venda dos pinheiros	208
Quadro 31	Venda forçada dos pinheiros	210
Quadro 32	Madeira em área de faxinais	212
Quadro 33	A redução do território e a desagregação do sistema	216
Quadro 34	Perda da terra e das tradições culturais	217
Quadro 35	Quantidade de madeiras na cidade de Guarapuava-PR	224
Quadro 36	Redução da cobertura de Floresta com Araucárias no Paraná e em Guarapuava no tempo e no espaço	228
Quadro 37	Cobertura florestal do município de Guarapuava 2002-2008	236
Quadro 38	Incra x IAP – direito a terra x preservação a floresta	241
Quadro 39	Eventos significativos que marcaram o Quadro Urbano de 1940 - 1990	252
Quadro 40	Loteamentos urbanos de Guarapuava-PR – Décadas de 1940, 1950,1960	259
Quadro 41	Loteamentos urbanos de Guarapuava-PR – Décadas de 1970 e 1980	260
Quadro 42	Loteamentos Urbanos de Guarapuava Década de 1990 a 2000	264
Quadro 43	Características do solo de Guarapuava Pr	277
Quadro 44	Potencial de Risco Ecológico – MINEROPAR/1992.	277
Quadro 45	Caracterização das áreas de preservação permanente no rio arroio do carro quebrado – Guarapuava-PR	278
Quadro 46	Áreas afetadas por alagamentos dinâmica provável do processo e (%) dos alagamentos nos bairros de Guarapuava-PR	279
Quadro 47	Desigualdade ambiental	296

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Paisagem de Guarapuava: Múltiplos usos e apropriação do solo – 2000	31
Mapa 02	Mapa hipsométrico da cidade de Guarapuava	57
Mapa 03	Distribuição por bairros do rendimento por habitantes em Guarapuava – PR	
Mapa 04	Áreas de campo e Florestas com Araucárias transformadas em agricultura comercial de subsistência em Guarapuava-PR	230
Mapa 05	Reflorestamento/Florestas com Araucárias estágio inicial, médio e avançado em Guarapuava-PR	231
Mapa 06	Uso e ocupação do solo nas bacias hidrográficas de Guarapuava-PR	232
Mapa 07	Cobertura florestal do município de Guarapuava 2002-2008	243
Mapa 08	Principais tipos de solos de Guarapuava-PR	239
Mapa 09	Distribuição do Comércio e Serviços em Guarapuava a partir de 1940	254
Mapa 10	Produção de lixo na cidade de Guarapuava por bacias	267
Mapa 11	Áreas verdes da cidade de Guarapuava - PR	269
Mapa 12	Bacias Hidrográficas de Guarapuava	272
Mapa 13	Mapa clinográfico de Guarapuava-PR	274
Mapa 14	Potencial de risco ambiental na cidade de Guarapuava-PR	277
Mapa 15	Divisão de bairros na cidade de Guarapuava	277
Mapa 16	Qualidade Ambiental na cidade de Guarapuava - PR	284
Mapa 17	Zoneamento de uso e ocupação do solo de Guarapuava	294
Mapa 18	Loteamentos e a utilização das áreas institucionais (1990 – 2008) – Guarapuava-PR	295

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Uso e ocupação do solo em Guarapuava – 2000	30
Tabela 02	População urbana de Guarapuava - 2000	32
Tabela 03	Área de cobertura florestal no Paraná 1970 – 1995/1996 (há)	38
Tabela 04	Produção de Eucalipto e Pinus em Guarapuava de 2005 a 2007 (em m ³)	38
Tabela 05	Guarapuava: estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área total (há) (1996/2004)	40
Tabela 06	Distribuição das áreas de campos no Paraná	131
Tabela 07	Evolução da produção agrícola 1939 – 2007 – Guarapuava-PR	177
Tabela 08	Efetivo de rebanho bovino, eqüino, suíno, caprino e ovino de Guarapuava 1939-2007.	179
Tabela 09	Número de firmas madeireiras de Ponta Grossa e Guarapuava-PR – SEDE – 1914-1974	199
Tabela 10	Firmas madeireiras de Guarapuava	227
Tabela 11	Equipamentos e Serviços Coletivos 1993	265
Tabela 12	Equipamentos e Serviços Coletivos 2006	265
Tabela 13	Renda da População de Guarapuava	286

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	População de Guarapuava de 1940 a 2000	49
Gráfico 02	Evolução da população urbana de Guarapuava 1940 a 2007	49
Gráfico 03	Questionamentos centrais da pesquisa: Trajetória ambiental de Guarapuava	63
Gráfico 04	Instrumentos da pesquisa da trajetória ambiental de Guarapuava	64
Gráfico 05	Produção de erva-mate no Paraná – 1870 à 1930	138
Gráfico 06	Crescimento da população de Guarapuava entre 1825 – 1940	153
Gráfico 07	Evolução da produção agrícola 1939 – 2007 Guarapuava-PR	176
Gráfico 08	Efetivo de rebanho bovino, eqüino, suíno, caprino e ovino de Guarapuava 1939-2007.	180
Gráfico 09	Quantidade das madeireiras por origem	198
Gráfico 10	Madeireiras por categoria de atividade	221
Gráfico 11	Evolução das madeireiras – Razão social	234
Gráfico 12	População de Guarapuava 1950 -1980	253
Gráfico 13	Categorias de qualidade ambiental (%)	294

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Representações do tempo	78
-----------	-------------------------	----

ÍNDICE

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO 18

**1 – A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA:
RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA** 27

1.1. A situação ambiental dos remanescentes florestais de
Guarapuava-PR 33

1.2. A expansão da agricultura comercial em Guarapuava e os
problemas socioambientais 40

1.3. O quadro ambiental urbano de Guarapuava e conflitos
socioambientais 50

1.4. Esquema interpretativo da pesquisa: questionamentos e
encaminhamentos metodológicos 61

1.4.1. Processos metodológicos: caminhos da pesquisa 63

1.5. A ciência e a geografia na leitura dos problemas ambientais 70

1.5.1. A ciência geográfica em movimento: concepções de natureza
e ambiente 73

1.5.2. A paisagem e o espaço como conceitos operacionais para a
compreensão dos problemas ambientais 80

**2 – DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO: APROPRIAÇÃO
SOCIAL DA NATUREZA EM GUARAPUAVA, ENTRE 1810 A 1930 ...** 95

2.1. A ocupação do oeste do Paraná: do confronto entre indígenas e
lusitanos na ocupação dos campos de Guarapuava 98

2.2. As diferentes formas de uso da terra e apropriação social da

natureza: a dependência dos bens naturais - os campos e a erva-mate	119
2.2.1. A relação sociedade e natureza nos campos de criar e invernar	123
2.2.2. A dependência dos recursos naturais da sociedade campeira em crise e o extrativismo da erva-mate	136
2.3. A apropriação social da natureza na cidade de Guarapuava, no contexto sociedade tradicional campeira	146
3. DA SOCIEDADE CAMPEIRA À MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO PRODUTIVO: A “PILHAGEM” DA NATUREZA E A FORMAÇÃO DO MEIO-TÉCNICO	157
3.1. Transformação no uso e posse da terra em Guarapuava, concepções de natureza e mudanças na paisagem	160
3.1.1. Transformação da posse e uso da terra: conflitos sociais expressos na paisagem	181
3.2. Dos machados às motosserras: o processo de exploração das araucárias em Guarapuava	194
3.2.1. A derrubada dos pinheiros, foíce, facão e tração animal	200
3.2.2. Compra e venda dos pinheirais e os conflitos de terra	208
3.2.3. As ameaças contemporâneas sobre os remanescentes de floresta com araucárias angustifolia	219
4. DO CAMPO À CIDADE: A CONSOLIDAÇÃO DO MEIO-TÉCNICO E A CRISTALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS	247
4.1. Produção do espaço urbano e a expansão físico territorial de Guarapuava- PR	250
4.2. Sítio urbano e apropriação do relevo no ambiente urbano em Guarapuava	270
4.3. Desigualdade socioambiental no espaço urbano de Guarapuava ...	280
CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	301
ANEXOS	317

INTRODUÇÃO



Pensamos que os caminhos para elucidar as preocupações que estão inseridas nesta tese, intitulada “Trajetória socioambiental de Guarapuava: leituras da paisagem”, sua relevância e a justificativa, sejam as de apresentar em que contexto surgiu o interesse por essa temática e pela exposição de algumas idéias sobre questões que a mesma suscita.

Primeiramente, vale ressaltar que a construção do problema de pesquisa foi um processo longo, com continuidades e rupturas, fruto do processo de nosso amadurecimento intelectual e dos diferentes caminhos que percorremos, desde a proposta do projeto, apresentada ao programa de pós-graduação, em 2005, até o estabelecimento definitivo do recorte temático, espacial e temporal da pesquisa que apresentamos neste trabalho, em 2009.

O projeto inicial passou por várias mudanças, fruto das interlocuções estabelecidas com o orientador e a co-orientadora, na banca do exame de qualificação, com os colegas de trabalho e alunos/orientandos, na Universidade Estadual do Centro-Oeste e, é claro, com os dados que, ao longo destes últimos quatro anos, fomos levantando, sistematizando e que agora são materializados neste trabalho. Assim, chegamos ao projeto final, sem que, com isso, perdêssemos nosso objetivo inicial de analisar os problemas ambientais de Guarapuava-PR,

buscando compreender como a apropriação social da natureza, em cada época e local, contribuiu para construir o cenário ambiental atual.

Partimos do pressuposto que os problemas ambientais é resultado da relação conflituosa da sociedade na sua interação com a natureza, que numa sociedade capitalista é marcada por uma geografia ambiental desigual, expressa na paisagem.

Esta afirmação baseia-se nas leituras realizadas sobre a temática ambiental¹ e na nossa participação em projetos de pesquisa² e extensão³. Essas experiências nos mostraram que entendermos os problemas ambientais hoje significa colocarmos em discussão a sociedade atual e suas práticas; afinal, o relacionamento que estabelecemos com o ambiente está diretamente ligado a nossa concepção de mundo.

Os problemas ambientais é resultado da forma de apropriação social da natureza, numa relação de poder que se dá entre os agentes externos e internos ao local, mas suas consequências são sempre temporo-espaciais.

São temporais porque a velocidade e a intensidade das alterações na natureza, pela intervenção técnica, nos moldes técnico-científicos da contemporaneidade, são incomparavelmente maiores que a temporalidade dos processos naturais.

Altvater (1995) exemplifica isso muito bem ao afirmar a insustentabilidade ambiental da sociedade industrial. Segundo o autor, as ilhas de sintropia⁴ levaram longos períodos para se constituírem e não possuem a

¹ Principalmente as discussões apresentadas por autores como LEFF (2001, 2004); PORTO-GONÇALVES (2002, 2004, 2005, 2006); ALTVATER (1995); MENDONÇA (2002); SHIVA (2003); BITOUN (2005); entre outros.

² Dentre elas, a minha dissertação de mestrado: “Abordagem metodológica de elaboração e uso de SIG em bacias hidrográficas: contribuição à educação ambiental”, defendida em 2002, e a pesquisa “A dimensão ambiental na escola”, pelo projeto de pesquisa continuada da UNICENTRO de 2005-2007.

³ Projetos de extensão universitária: “Pelos Caminhos das águas” numa parceria entre UNESP - Presidente Prudente/SP e Comitê das bacias hidrográficas dos rios Aguapeí e Peixe, realizado entre 2002-2003; “Proteção e Manejo da bacia hidrográfica do rio das Pedras”, parceria entre UNICENTRO e Secretaria do Meio Ambiente de Guarapuava, PR, realizado de 2003-2004.; Programa de Educação Ambiental, no bojo do Núcleo Interdisciplinar de Educação Ambiental e Meio Ambiente, no período de 2005 a 2006; Projeto de Extensão Universitária: “Tecendo redes de saberes e experiências: Universidade e Escola refletindo o ambiente urbano”, financiado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, de 2007 a 2008.

⁴ Para Altvater (1995, p.43), “sintropia e entropia são conceitos da física com que, em sistemas fechados, descrevem-se e medem-se estados (de ordem) e sua transformação. [...]” As ilhas de

capacidade de recomposição na escala de tempo de uso humano. Sua exploração, se, por um lado, parece elevar a ordem pelo abastecimento do sistema industrial, por outro, amplia a desordem do sistema ambiental, não só pela não possibilidade de reposição dos materiais extraídos, como também pelas emissões tóxicas que o uso de energias fósseis proporcionam, prejudicando a reprodução da biosfera. Nas palavras do autor,

[...] a formação das fontes energéticas fósseis a partir dos processos de transformação da fitomassa durou milhões de anos. O acesso e a utilização de energias de acumulação fóssil completam-se no horizonte restrito de poucas gerações humanas, que desenvolveram tecnossistemas e formou uma cultura que apresenta o acesso a fontes de energia fóssil como superação das limitações das energias biológicas (homens, animais e plantas) e da distribuição espacial da produção primária. Por isso, a utilização de energia fósseis e recursos naturais limitados no processo industrial é sempre, também, a organização das interferências de tempos próprios diferenciados (industriais, da biosfera, da formação geológica) (p.114 -115).

Além da exploração ser temporalmente mais rápida que a reconstituição dos sistemas ambientais, quando não irreversíveis, os problemas são sempre localizados, ou seja, espaciais – no campo, na cidade, na atmosfera, nos mares, nos rios... - tendo geralmente um lado perverso, no sentido de uma geografia ambiental desigual entre os proveitos e rejeitos deste processo, que são produtos das relações sociais de produção que, numa sociedade capitalista, tem como característica a desigualdade.

Em âmbito global, o desenvolvimento “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 1997), permitiu que se construísse uma nova divisão territorial do trabalho que traz consigo a ampliação desmedida dos problemas ambientais distribuída de forma desigual no mundo. Os países industrializados transferem suas unidades de produção mais poluidoras ou carentes de matérias-primas, de energia etc., para os países “em desenvolvimento”, sendo que a construção de políticas ambientais (neoliberais) ignora as realidades locais desses

sintropia seriam as áreas onde se concentram reservas energéticas, oriundas do acúmulo de energia provenientes das transformações a partir da radiação solar, ao longo de milhões de anos, como o carvão, o petróleo e o gás. Como o sistema técnico global depende basicamente destas fontes de energia, que não podem ser repostas, na escala de tempo da produção e consumo da sociedade industrial, o consumo das ilhas de sintropia (estado de elevada ordem material) conduz a elevada entropia – ou seja, a dissipação desta energia, que se caracteriza pela não capacidade de realização de trabalho (estado de elevada desordem). O limite do sistema econômico atual, sociedade industrial, está na sua elevada capacidade de geração de entropia.

países, transformando-os em reservas futuras de bancos genéticos, além da exportação de seus rejeitos (sólidos e líquidos) (ALTVATER, 1995; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Nesse contexto, os lucros dessa exploração da natureza, tanto dos bens naturais como da exploração da força de trabalho, não só ficam nas mãos de alguns, geralmente grupos de poder local que se articulam aos de fora, como, muitas vezes, são decididos e realizados por um número bem reduzido de pessoas. As pessoas do local⁵, via de regra, não têm os meios de controle nem do seu território, nem do que é produzido nele, ficando apenas, com os resíduos desta produção (PORTO-GONÇALVES, 2004).

Atrelada a essa questão está a concepção predominante, na sociedade ocidental, de natureza como *recurso*, que faz com que naturalizemos os problemas ambientais. Afinal, não há como manter o padrão e estilo de vida moderno (ocidental) sem a espoliação da natureza e, como não se pensa (ou não se quer) outra alternativa, não se questiona o processo, nem seu resultado. No máximo, apresentam-se medidas técnicas efêmeras ou paliativas (como campanhas para a redução do consumo de água, energia, coleta seletiva, etc.), enquanto deveríamos discutir propostas de como superar a concepção dicotômica entre sociedade e natureza pela integração (unidade), a individualidade (interesses pessoais) pela coletividade (interesses coletivos) e a competitividade (disputa entre si) pelo cooperativismo (cooperação entre si). Todos esses conceitos são fundamentais para a construção da ética ambiental.

Dessa forma, não se trata de negar a importância de uma reflexão individual da interação sociedade-natureza, mas apenas chamar a atenção para o caráter “simplista” dessas campanhas, na medida em que não integram o problema ambiental aos processos originários. Ou seja, esse problema não é problematizado como sendo produto da intervenção da sociedade na natureza, dentro de uma análise que envolva a produção e o consumo na sua complexidade. Assim, colaboram, muitas vezes, para que os verdadeiros produtores destes problemas –

⁵ Quando falamos das pessoas do local, estamos nos referindo à maior parte da população do país, que, embora participe da produção da riqueza, são vítimas da distribuição desigual dos lucros, sendo quem mais sofre com as consequências da degradação ambiental decorrente da produção. Ao usar esta terminologia, devemos lembrar o caso da pequena parcela oligárquica do país, dos detentores do capital e de força política que não medem esforços para ampliar os seus ganhos, espoliando seu próprio país e sua população.

os detentores e reprodutores do capital - sejam colocados à margem dessa discussão e, muitas vezes, sejam considerados como os promotores do “desenvolvimento”.

De qualquer forma, nos alinhamos a Kaercher (2003, p.14), quando ele diz que “a questão ambiental não pode ser vista como um discurso saudosista do tipo *Antigamente o mundo era melhor porque era mais limpo e calmo*”. Pelo contrário, devemos perceber que o desequilíbrio ambiental é produzido historicamente e sempre esteve imerso às relações sociais de poder. Afinal, os prejuízos ambientais e os “lucros de sua exploração” não são socializados igualmente. O espaço geográfico reflete essas diferenças, produzidas historicamente no local. E, como é sempre um processo contraditório, é dessa realidade histórica que também podem surgir possibilidades. Portanto, antes de negá-la, é necessário reconhecê-la e nela buscar alternativas.

Segundo o autor, o espaço geográfico é produto das relações sociais estabelecidas nos localidades. Essas relações produzem paisagens que são reconstruídas constantemente. E conforme os interesses sociais compõem a geografia e refletem o uso que os seres humanos fazem do espaço. Dessa forma, as diferentes paisagens materializam/concretizam as desigualdades sociais que temos no Brasil, ou em qualquer outro local, e, neste contexto, “o espaço geográfico é a cara da sociedade” (KAECHER, 2003).

Por isso o conhecimento do local ganha uma importância fundamental para o entendimento das questões ambientais, uma vez que a globalização econômica se faz apoiada na desigualdade entre as localidades, além da fragmentação do processo de produção baseado nos interesse do capital, e das conseqüências sempre serem vividas e sentidas localmente.

Segundo Porto - Gonçalves (2004, p.68), essa característica das sociedades capitalistas impõe várias dimensões ao desafio ambiental, dentre elas:

(1) separa-se quem produz de quem consome (quem produz não é o proprietário do produto) e: (2) a produção não se destina ao consumo direto dos produtores, (3) assim como *o lugar que produz* não é necessariamente *o lugar de destino* da produção. Alienação por todo lado.

Daí a importância do raciocínio geográfico para o entendimento dos problemas ambientais. Diante do mundo globalizado é fundamental a análise do fenômeno nas suas múltiplas escalas, na interação do local ao global, ou vice-versa.

Por isso, é importante que o recorte da pesquisa, nesta temática, parta dos problemas ambientais, em sua especificidade, para, posteriormente, abordar o local onde se manifestam. Contudo, as explicações de cunho social, político, econômico e/ou natural devem extrapolar o local em si, já que, embora possam ser nele encontradas, a ele não se esgotam.

Trata-se de um processo a ser construído. No caso da temática aqui discutida, é preciso compreender os complexos processos físicos, históricos, culturais, econômicos e sociais geradores desses problemas, o que, significa construir um conhecimento dialógico, ouvir os diferentes saberes, tanto os científicos quanto os outros saberes sociais (locais, tradicionais, de outras gerações, etc.), para entender o presente considerando a sua historicidade.

Se não é difícil identificar problemas ambientais em diferentes locais, o mesmo não pode se dizer dos fatores que o causaram, visto que os processos não se dão em todos os locais da mesma forma e intensidade. Por isso, uma primeira pergunta que se coloca ao buscarmos compreender os problemas ambientais, inicia-se por questionar: quais foram os processos que conduziram à sua constituição em âmbito local que estão materializados na paisagem?

A resposta a esta questão contribui para entendermos a importância da (re) construção da trajetória ambiental em suas diferentes escalas, pois se partirmos do pressuposto que o ambiente responde às formas de apropriação social da natureza, identificá-las no espaço e reconhecê-las no tempo são caminhos para entendermos quais foram os processos responsáveis pela construção da paisagem atual que expressa um ambiente conforme esses usos.

Os problemas ambientais são expressões da racionalidade econômica predominante que tenta ser homogeneizadora. Contudo, embora predominante não significa que seja a única e sim, segundo Enrique Leff (2004), temos amplas possibilidades.

Em Guarapuava, é possível identificar em sua formação "outras racionalidades", que de certa forma mantinham uma outra relação com o ambiente,

diferente das predominantes. Identificá-las, ajuda-nos a compreender como o município conseguiu preservar algumas áreas de seu território, embora a racionalidade econômica tenha levado à expropriação de seus recursos naturais, que produziu vários problemas ambientais expressos na sua paisagem atual.

A paisagem de Guarapuava-PR expressa essas relações. A escolha em apresentar este trabalho, a partir da pesquisa empírica neste recorte espacial, portanto, não foi arbitrária, estando relacionada a dois fatores principais: primeiro, ao fato de ser o local de nosso campo de atuação como pesquisadora e docente, o que favoreceu a familiaridade com o objeto de pesquisa e, segundo, porque este “local” permite estabelecer várias análises que revelam como os processos ambientais atuais estão diretamente relacionados às formas de apropriação social da natureza, ao longo do tempo.

Buscando retratar esse contexto, dividimos o presente trabalho em quatro capítulos. No primeiro, *A construção do problema de pesquisa: relevância e justificativa* apresentamos a justificativa e o aporte teórico-metodológico que embasou a pesquisa, a partir da contextualização do objeto, ambiente de Guarapuava, da discussão dos conceitos utilizados para a leitura desse recorte temático, ressaltando o papel da paisagem e o ambiente na leitura desse contexto temático e espacial, bem como as metodologias, história ambiental, leitura e cartografia da paisagem, que instrumentalizaram a análise.

No segundo, *Da sociedade indígena a campeira, a transição do meio natural ao meio-técnico*, período da ocupação luso-brasileira sobre território *Kaigang*, apresentamos a apropriação social dos campos naturais e da erva-mate, a formação da sociedade campeira, a subsistência e sua organização social e os resultados dessa interação sociedade e natureza para aquele período histórico, bem como a herança desse na paisagem, e sua apropriação pela lógica produtiva posterior.

No terceiro, *Da sociedade campeira à modernização do espaço produtivo: A “pilhagem” da natureza e a formação do meio-técnico* relacionamos as transformações no campo oriundas de dois processos simultâneos, modernização do campo e exploração das Florestas com Araucárias. O primeiro atraiu imigrantes estrangeiros, os Suábios, e descendentes de imigrantes de outras regiões do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para as áreas dos campos naturais. O

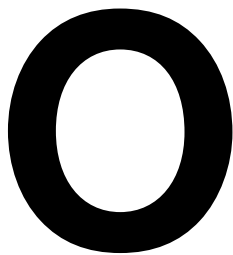
segundo, fez parte do processo de exploração da abundante reserva florestal, convergindo para Guarapuava e região grupos madeireiros de diferentes localidades. O mosaico de usos e formas de apropriação social da natureza é a característica principal do período, suas conseqüências serão apresentadas na análise, que buscará abordar os intensos conflitos socioambientais que repercutiram em profundas mudanças na paisagem no período.

No quarto capítulo: *Do campo à cidade: a consolidação do meio-técnico e a cristalização dos problemas ambientais* apresentamos os reflexos dos processos anteriores a partir da concentração da população na cidade, decorrentes das limitações impostas pelo sistema modernizador. Esse intensificou a expropriação no campo, gerou novas demandas à cidade. Essa, por sua vez, tornou-se centro polarizador dos serviços e relações financeiras, *lócus* do controle e gestão do sistema produtivo e, assim como o campo, também um espaço mercadoria. Esses processos conduziram à produção do espaço urbano, sem, contudo, considerar as características do sítio urbano, gerando a desigualdade ambiental expressa na sua paisagem.



1

A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA:
RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA



Município de Guarapuava, situado no centro-sul do Estado do Paraná, alcança o século XXI com um território de 3.053,83 km², após ter sofrido vários desmembramentos (Quadro 01) desde a instalação do Fortim Atalaia em 1810. Essas mudanças na configuração físico-territorial foram acompanhadas de um conjunto de transformações na apropriação social da natureza que conduziram a paisagem atual.

Essa se caracteriza como um mosaico cada vez mais diversificado, devido à pluralidade de práticas de apropriação de uso e ocupação do solo, como observamos na tabela 01, mapa 01 e quadro 02, desenvolvidas ao longo de sua história, por mãos nativas, luso-brasileiras, imigrantes e seus descendentes.

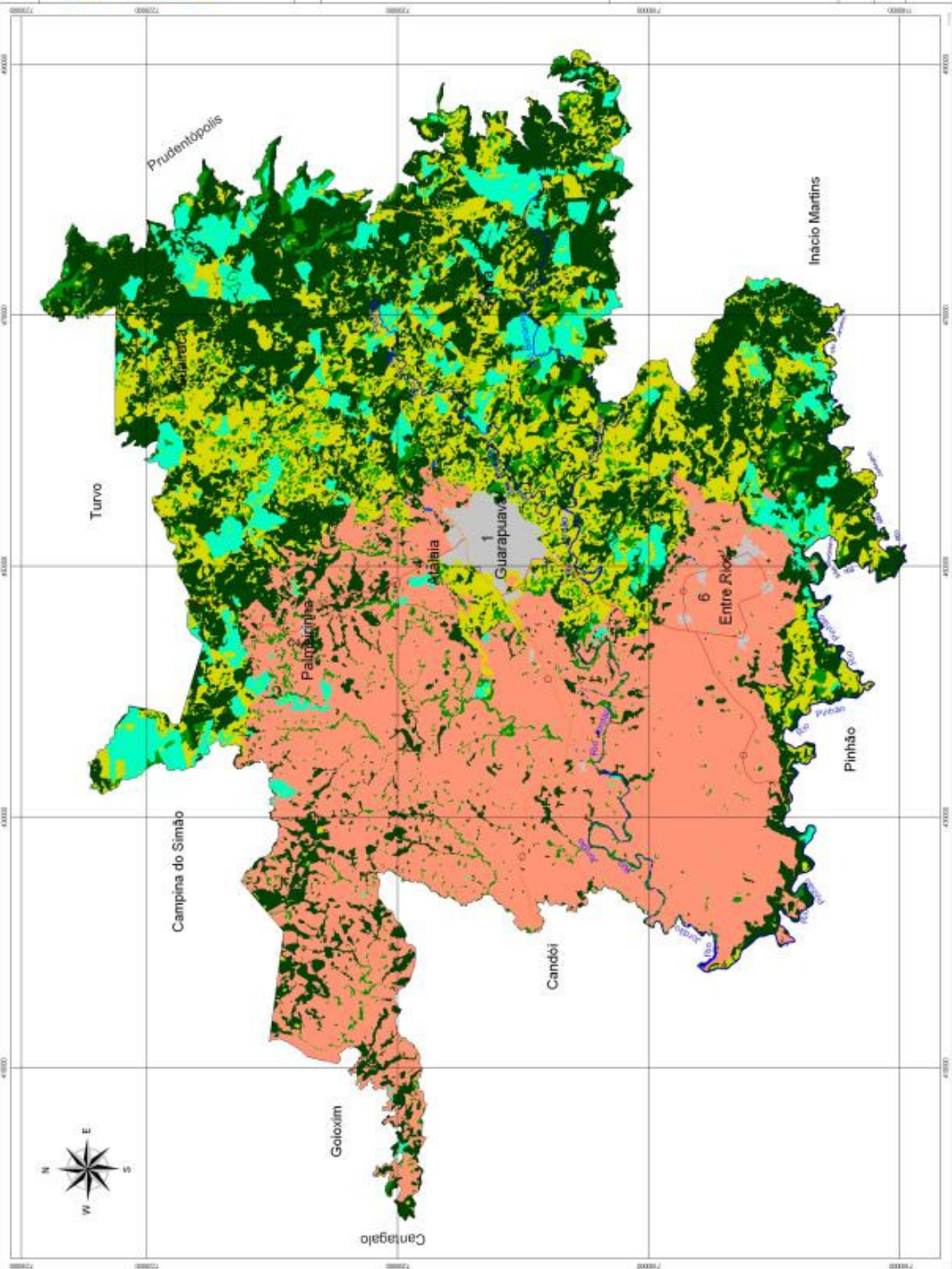
Tabela 01 - Uso e Ocupação do Solo em Guarapuava - 2000

Tipo de categoria de Uso e ocupação	Area (ha)	Área (%)
Cobertura florestal	Floresta Ombrófila Mista (Mata com araucária)	
Floresta explorada em estágio avançado de regeneração	92854.38	30.41
Floresta avançada em estágio médio de regeneração	15814.42	5.18
Floresta Avançada em estágio inicial de regeneração (campo sujo, agricultura de subsistência e pastagem nativa)	58780.77	19.25
Reflorestamento	23789.93	7.79
Sub-total:	191239.50	62.63
Vegetação de Várzea	236,89	0.08
Agricultura comercial/Pastagem cultivada/Campo limpo	108.353,29	35.48
Corpos d'água	649.26	0.21
Área urbanizada	4904.56	1.61
Total	305383.5	100

Fonte: Mapa de uso e ocupação do solo de Guarapuava, 2000 – Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Organização: GOMES, 2009.

MAPA 01 - PAISAGEM DE GUARAPUAVA: MÚLTIPLOS USOS E APROPRIAÇÃO DO SOLO - 2000



LEGENDA

- REFLORESTAMENTO
- AQUIFERO/AQUICLINA
- ARBUZALIZADA
- FLORIDA (MORFELA MISTA, UNTA, COM APALCARRAS)
- Forma Espiral em Colaps: Aterro de Resíduos
- Forma Espiral em Estufa Média de Resíduos
- Forma Espiral em Estufa Pequena de Resíduos
- Campos Sólidos / Agricultura de Subsistência e Pastagem
- Mapografia
- Roseta + Foz de
- Roseta Estável

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA NO PARANÁ

MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
 2000
 20000000
 20000000
 20000000
 20000000
 20000000

DADOS TÉCNICOS

PROJEÇÃO UTM, TRONCO DE MERCATOR
 Datum: WGS 84
 Datum: UTM
 Datum: UTM
 Datum: UTM

ESCALA: 1:100.000
 1:100.000
 1:100.000
 1:100.000
 1:100.000

Dados do Mapa

Autor: João Carlos de Souza
 Editor: João Carlos de Souza
 Escala: 1:100.000
 Edição: 2000

Diagrama: João Carlos de Souza
 Diagramador: João Carlos de Souza
 Co-orientador: João Carlos de Souza
 Edição: 2000

Edição: João Carlos de Souza
 Edição: João Carlos de Souza
 Edição: João Carlos de Souza

Quadro 02 - Paisagens de Guarapuava - PR

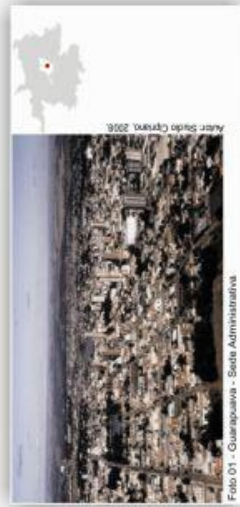


Foto 01 - Guarapuava - Sede Administrativa
Autor: Sotelo Ciriano, 2006.



Foto 05 - Distrito de Guara
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2009.



Foto 02 - Distrito de Parmerina
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2009.



Foto 06 - Distrito de Entre Rios
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2009.



Foto 03 - São São Francisco - Distrito de Guaiçacá
Foto: http://www.guarapuava.pr.gov.br/visao.php - Acesso: abril de 2009.



Foto 07 - Agricultura convencional. Plantação de milho com cercas Plowser
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2009.



Foto 08 - Avanço da plantação de Pinus sobre Floresta de Araucária
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2009.



Foto 09 - Remanescentes de Aracati - Parque dos Anacardos
Autor: Sotelo Ciriano, 2004.

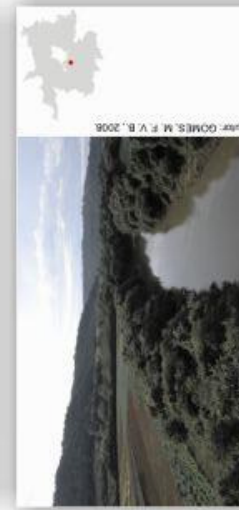


Foto 10 - Agricultura familiar à Margem do Rio Jordão
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2008.



Foto 04 - Reflorestamento de Eucalipto no Distrito Abaeté
Autor: GOMES, M. F. V. B., 2009.

Legenda:

Contorno do município de Guarapuava-PR

Localização no município

Organização: Mariana de Freitas Vilas Boas Gomes, 2009
Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes
Co-Orientadora: Rosely Sampaio Archela

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
INSTITUTO DE AGRICULTURA

O município de Guarapuava possui, a oeste, um relevo suavemente ondulado, em oposição ao leste, no qual predominam áreas de relevo muito dissecado, fato que influenciou, de certa maneira, a apropriação social da natureza neste espaço.

No oeste, predomina a agricultura moderna e comercial, que se impôs sobre os antigos campos e capões de mata, com pouca vegetação, mesmo em torno dos cursos hídricos. Nessa mesma área, podemos identificar a expansão do reflorestamento comercial, uma prática eminentemente rentável, sem restrições de ocupação em espaços topograficamente acidentados.

Essas práticas ocupam a maior parte do espaço municipal, contudo, a população está concentrada na área urbana. A população total do município, conforme o IBGE (2000), era de 154.958 habitantes. Desses, 141.587 estavam na área urbana, distribuídos entre a sede do município e os outros 06 distritos (Tabela 02). Atualmente, conforme a estimativa do IBGE (2007), a população aumentou, para 164.567 habitantes. Desses, mais de 90% continuam na área urbana.

Tabela 02 - População Urbana de Guarapuava 2000

Área urbana	nº de pessoas
Sede	131.748
Entre Rios	5.779
Guairacá	136
Guará	981
Palmeirinha	2.943
Atalaia	0
Total	141.587

Fonte: Censo do IBGE – 2000.
Organização: GOMES, 2009.

Na sede do município, onde se encontra a maior parte de sua população, é evidente a apropriação desigual do espaço, com a concentração dos serviços e equipamentos coletivos na área central, enquanto a cidade se expande

horizontalmente, sem que haja infra-estrutura adequada à moradia. A mercantilização do solo urbano culmina no conflito socioambiental na cidade, que também é expresso na sua paisagem.

Na sequência, apresentamos o quadro ambiental contemporâneo de Guarapuava. Para isso, optamos por abordar três elementos de uso do solo em Guarapuava: a cobertura florestal, o espaço agropecuário e o urbano. De forma sumária, trataremos destas temáticas, para demonstrar como a pluralidade de formas de uso e a apropriação do solo estão sendo pressionadas por práticas homogeneizadoras no espaço geográfico de Guarapuava, expressando na paisagem os conflitos socioambientais. Posteriormente, apresentamos os questionamentos principais da pesquisa, os instrumentos de análise, metodologia e abordagem teórica, objetivando contextualizar o objeto da pesquisa e os recortes temático, espacial e temporal que orientaram a construção da tese.

1.1. A situação ambiental dos remanescentes florestais de Guarapuava-PR

Guarapuava ainda possui, em comparação aos demais municípios do Paraná, uma importante cobertura florestal, ocupando 35,59% do seu território, com estágio elevado e médio de regeneração. Além desse percentual, há também 19,25% integrados à agricultura familiar, mas em estágio inicial de regeneração (Tabela 01).

Além disso, outro elemento de destaque é o reflorestamento (7,70%). Embora em percentual pequeno se considerado o conjunto da vegetação florestal, há uma tendência crescente no município de expansão do reflorestamento de *pinus* e *eucalipto*, potencializado pelas indústrias madeireiras, base produtiva que, juntamente com a agricultura comercial, tem papel importante na economia do município.

As questões polêmicas que envolvem o reflorestamento de exóticas para fins comerciais, em detrimento das matas nativas, estão relacionadas: à redução da biodiversidade, à dependência das leis de mercado e à pressão que

estas exercem sobre os remanescentes de araucária e as pequenas propriedades rurais.

A importância ambiental das florestas é inquestionável. Esses ecossistemas englobam, além da vegetação arbórea de grande porte, outros tipos de plantas, animais e microorganismos em associação que conformam biomas de acordo com a faixa de latitude (CONTI; FURLAN, 1998).

As vegetações de grande porte predominantes dão o aspecto homogêneo que logo desaparece ao se adentrar à floresta, pela riqueza de sua diversidade de flora e fauna, bem como pela complexidade que apresentam na interação, cooperação e competição entre os seres vivos. Outro fator importante a considerar sobre este ecossistema é que se, ao invés de olharmos para a floresta pela escala de tempo da vida do homem, passarmos a interpretá-la pelo tempo das sucessões ecológicas que podem levar séculos e não apenas anos, notaremos que há alterações significativas nos ecossistemas florestais, instabilidades causadas por fatores de ordem natural como o clima, mas também por fatores humanos, daí afirmamos que as florestas são ecossistemas dinâmicos (CONTI; FURLAN, 1998).

A relação do homem com a floresta varia muito conforme a cultura. As florestas estão preservadas em regiões onde a relação da população autóctone⁶ ou tradicional⁷ com este ambiente foi mais orgânica e de certa forma simbiótica. Ao passo que, nas áreas onde a floresta aparece como área perigosa e misteriosa, associada aos interesses mercantis, concepção predominante na cultura ocidental, o desmatamento foi a regra.

O Paraná, por exemplo, em 50 anos aumentou sua população em 6 vezes, e, além disso, reduziu em mais de 50% sua área de mata, que originalmente possuía 167.824 Km² de mata virgem⁸. No conjunto da Mata Atlântica,

⁶ Esta terminologia é utilizada para identificar quem é natural do país ou da região em que habita e descende das etnias que ali sempre viveram como os indígenas, por exemplo.

⁷ Geralmente, se utiliza de populações tradicionais para os indígenas, mas também este termo é utilizado no Brasil para os camponeses, quilombolas, caboclos, caiçaras. “Dentro de uma perspectiva marxista (especialmente dos antropólogos neomarxistas), as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pela idéia de associação com a natureza e dependência de seus ciclos” (DIEGUES, 2000,p.82).

⁸ Estes dados estão disponíveis em: URL: <http://www.apremavi.org.br>, acesso 10.09.2007.

principalmente no sudeste e sul, a partir de meados do século XX e com a crise do petróleo em 1970, o processo de internacionalização da economia nacional e a introdução da agricultura moderna colaboraram para que a ação de grileiros em consórcio com madeireiras fosse intensa. Espoliavam-se as madeiras e ainda valorizava-se a terra para o plantio da agricultura comercial (DEAN, 1996).

Mesmo com a legislação ambiental e o código florestal, o processo continua e os poucos remanescentes de araucária, gradativamente, vão sendo reduzidos, tanto para a ampliação da área agrícola e silvícola quanto para a exploração clandestina das madeiras de lei. Por mais que haja uma fiscalização mais intensa sobre os minifúndios e estes reduzam a área de mata para ampliação de sua produção⁹, os latifúndios são amplamente mais sensíveis às mudanças econômicas e mais resistentes ao cumprimento da lei de restrição ao desmatamento.

Os impactos do desmatamento são substanciais, dentre eles podemos destacar: a perda da produtividade pela compactação e erosão do solo; mudança no regime hidrológico, pela redução da precipitação e diminuição da infiltração, aumentando o escoamento superficial; perda da biodiversidade animal, vegetal e cultural – que é comprometida ora pela extinção no processo, ora pela perda da capacidade da reprodução das práticas realizadas por comunidades tradicionais que exigem dimensões territoriais maiores que as deixadas pela redução das florestas, para realizar suas práticas de subsistência; e redução de outros serviços ambientais, como o seqüestro de carbono, etc. Os efeitos do desmatamento geralmente não ficam circunscritos aos espaços locais, mas têm consequências regionalmente e podem até ter alcances globais¹⁰.

Outra questão que diz respeito à polêmica discussão sobre as mudanças climáticas globais tem levado as medidas como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e o Mecanismo de Certificação Florestal (MCF) a

⁹ ARAÚJO, C., Técnico do Instituto Ambiental do Paraná de Guarapuava-PR, em entrevista realizada no dia 24/09/2007, afirmou que as fiscalizações em áreas de remanescentes em propriedades rurais efetuadas pelo IAP revelam que o pequeno produtor tende a ampliar a área do plantio reduzindo a da mata, mas, mesmo assim, possui uma prática de manter a cobertura nas margens dos rios, pois reconhece que a redução da cobertura vegetal terá comprometimento para sua área e produção. A dificuldade é maior com o proprietário fundiário que, além da resistência a manutenção da mata, não se intimida com as multas, já que estas possuem prorrogações que compensam o ganho da comercialização da madeira.

¹⁰ Sobre isso ver CUNHA & GUERRA (2000); FEARNSSIDE (2006a); FEARNSSIDE (2006 b).

apresentarem contradições. A primeira contradição está no fato de não rever o modelo de produção, e, ao contrário, diante de suas consequências, criar-se um mecanismo de manutenção do sistema industrial fossilista¹¹, transferindo a responsabilidade dos países ricos para a reconversão ecológica dos países pobres. A segunda, está na aliança de organizações não governamentais, empresas do setor madeireiro e organismos multilaterais (como o Banco Mundial) para a criação de critérios de manejo e exploração florestal. Os produtos vinculados a esta prática chegam ao consumidor com um selo identificando a origem e o cumprimento dos padrões de qualidade ambiental internacional do produto. A contradição fica evidente na medida em que a proposta inicial de reduzir a depredação ambiental e potencializar o desenvolvimento econômico das populações de florestas acabou por favorecer ainda mais as grandes corporações. Porto-Gonçalves (2006, p.361) esclarece como estes objetivos tiveram caminhos divergentes:

[...] o setor florestal, diferentemente do mercado de produtos orgânicos, por exemplo, é fortemente oligopolizado e controlado por empresas dos países ricos. No caso do MCF, todos os custos de manejo e conservação recaem sobre o produtor e não sobre os consumidores que, assim, não têm que pagar um “preço justo” por esse esforço de manejo. Entre os produtores, a certificação tem beneficiado as grandes empresas e concessionárias, especialmente os grandes capitais investidos em plantações eufemisticamente chamadas de reflorestamento.

A escala da produção, portanto, está diretamente relacionada às condições de inserção nesse sistema e na garantia dos lucros, privilegiando sobremaneira as grandes propriedades. Outro agravante, diz respeito à não distinção entre florestas nativas e áreas plantadas, sendo ambas consideradas florestas, além da não distinção entre as temperadas e tropicais. Fato que não pode ser ignorado, já que o manejo em países tropicais possui mais custos e são mais complexos. Neste caso, como o mercado tem sempre priorizado alguns tipos de espécies, predominam as práticas de monoculturas, portanto um simplificador do ambiente, com consequências inevitáveis: perda da segurança alimentar, redução da qualidade hídrica e dos solos e da diversidade biológica (PORTO-GONÇALVES, 2006).

¹¹ Conceito utilizado por ALTVATER (1995) para explicar o atual período histórico cujas relações de produção estão basicamente concentradas no uso da energia fóssil.

No Paraná, esse processo é evidente. Após décadas de exploração de suas matas nativas, pouca cobertura florestal nativa restou ao Estado, mas, conforme dados do IBGE (1970 a 1996), enquanto a utilização das terras com matas naturais não ultrapassavam 2.081 587 ha, a área de matas plantadas triplicou no mesmo período (Tabela 03).

Tabela 03 - Área de Cobertura Florestal no Paraná 1970 – 1995/1996 (ha)

Uso da Terra	1970	1975	1980	1985	1995/1996
Matas naturais	2.365.400	1.955.393	1.972.946	2.013.930	2.081.587
Matas plantadas	205.163	407.860	625.662	819.556	713.126

Fonte: IBGE (2009) – dados disponíveis em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>

ORG: GOMES, 2009.

O aumento das matas plantadas está ligado ao setor industrial madeireiro, que tem importância significativa no quadro regional. Em Guarapuava, por exemplo, é um dos segmentos mais fortes da sua economia, dos 6.594 empregos formais gerados no setor industrial do município, aproximadamente 5.000, ou seja, 75% são oriundos das atividades ligadas à cadeia produtiva da madeira (ZANATTA, et. al, 2003).

Conforme dados obtidos junto à Secretaria da Agricultura do Estado (SEAB)¹², a produção de *eucaliptos* e *pinus* tem se ampliado nos últimos anos (Tabela 04).

Tabela 04 - Produção de *Eucalipto* e *Pinus* em Guarapuava de 2005 a 2007 (em m³)

Ano	<i>Eucalipto</i>	<i>Pinus</i>
2005	5800	165500
2006	6800	489500
2007	5300	610500

Fonte: Secretaria da Agricultura do Estado - SEAB, 2009.

ORGANIZAÇÃO: GOMES, 2009.

¹² Estes dados foram fornecidos por Arthur Bittencourt, na sede da SEAB, em Guarapuava, 2009.

Os dados apresentados na tabela 4 indicam o aumento na produção, sobretudo do *Pinus*. A plantação desta espécie de exótica tem crescido significativamente no município. Particularmente, as áreas de reflorestamento estão avançando justamente sobre aquelas agriculturas destinadas a subsistência e remanescentes de vegetação em regeneração (Quadro 02, Foto 08).

Isso tem uma consequência ambiental não só para o pequeno agricultor, mas também para as áreas remanescentes de araucária. Em entrevista com Araújo e Manfio, técnicos do IAP¹³, fomos informados que estas áreas ainda sofrem com a retirada clandestina da madeira e a fiscalização não é suficiente para conter os processos de desmatamento das nativas. Segundo eles, o grande proprietário está interessado no lucro rápido e as multas que recebem são calcadas em processos judiciais morosos, sem haver uma punição severa quanto às práticas infratoras. Geralmente, o valor obtido com a venda da madeira clandestina compensa o valor pago pela multa.

Desta forma, o reflorestamento de exóticas, *pinus e eucaliptos*, exerce pressão sobre as áreas remanescentes de nativas e, com a ausência de mecanismos eficientes de fiscalização, continuam sendo desmatadas e, contraditoriamente, tendo os espaços ocupados pelas exóticas.

Segundo Araújo e Manfio, o pequeno produtor, embora exerça práticas de subsistência com baixa qualidade técnica é mais consciente em relação à proteção da mata, pois depende diretamente da água que abastece sua propriedade e, como os processos ambientais atingem-no diretamente, reduzindo a sua capacidade de gerenciamento da terra, estes têm se preocupado em preservar as matas ciliares. Há, inclusive, um programa de reflorestamento com matas nativas para o pequeno agricultor, como a bracinga, cujo objetivo é a preservação dos córregos agregando renda a este.

Contudo, o reflorestamento de exóticas ao lado do trigo, soja, algodão, milho são as preferências do mercado, e dos produtores do agronegócio em Guarapuava, causando a homogeneização da paisagem e comprometendo a diversidade biológica e cultural. Assim, a mercantilização do uso e produção da terra

¹³ ARAÚJO, Celso A. de. Técnico do IAP-Guarapuava - PR. Entrevista realizada em 24/09/2007. MANFIO, Otávio. Técnico do IAP - Guarapuava-PR. Entrevista realizada em 24/09/2007.

se impõe a uma das maiores virtudes da humanidade, que são as diferentes culturas expressas no seu saber e fazer, construindo, segundo Leff (2001, p. 40) “seu habitat como expressão de seus *habitus*, de suas práticas, usos e costumes”, desde o processo do neolítico e formação de sua agricultura. É desta prática de apropriação do solo, tão importante no contexto de Guarapuava, que nos ocupamos na sequência do texto.

1.2. A expansão da agricultura comercial em Guarapuava e os problemas socioambientais

Outro elemento evidente no uso e ocupação do solo em Guarapuava é a predominância da agricultura comercial sobre as outras formas de produção. As pequenas propriedades são numerosas (Tabela 05), contudo, as propriedades maiores de 500 hectares são as que possuem a maior área do município.

Tabela 05 - Guarapuava: Estabelecimentos Agropecuários Segundo os Grupos de Área Total (ha) (1996/2004)

Tamanho das propriedades (ha)	Nº de Estabelecimentos		Área Total	Área (%)
	1996	2004	1996	1996
Até 10	1.717	1120	5987,40	01,88
De 10 a 100	1369	2003	62491,20	19,58
De 100 a 500	405	559	119539,80	37,45
Mais de 500	110	128	131173,30	41,09
Total	3601	3810	319191,70	100,0

Fonte: Silva, M. da. (2005, p.108).

Com maior capacidade de se integrar ao sistema capitalista financeiro, a agroindústria ampliou significativamente, nos últimos anos, seu espaço de atuação, através da concentração de terras e monopolização econômica e espacial do território.

A relação da agricultura com a instabilidade ambiental é histórica. A agricultura marca historicamente o processo de hominização, prática pela qual o homem deixa de depender exclusivamente do que o ambiente lhe oferece e passa a condicioná-lo ao seu favor, pela domesticação de plantas e animais. A agricultura significa simplificação do ecossistema, portanto, não há prática agrícola que esteja desvinculada da alteração do ambiente local, seja pela redução da biodiversidade, seja pela perda de solos. Neste aspecto o homem interfere no curso natural, na medida em que domestica e cria seletivamente plantas e animais.

A agricultura proporcionou a segurança alimentar, e permitiu também sua fixação na terra e sua reprodução. As diversas culturas proporcionaram diferentes formas de apropriação da natureza e conhecimentos, como os segredos da reprodução, do sêmen e da semente que a humanidade herdou de diferentes povos (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Conforme Drew (2005), os efeitos da agricultura sobre o ambiente variam conforme a escala que é empreendida seja pela intensidade ou grau de alteração, seja pela área alterada. As culturas pré-agrícolas e as primitivas ofereciam impacto reduzido, devido ao baixo nível tecnológico e ao número de população, além da área de uso ser pequena e, logo que apresentasse baixa produtividade, era abandonada, facilitando sua regeneração.

Segundo o autor, as civilizações antigas tiveram experiências diversas com a agricultura e o uso agrícola, com emprego de técnicas intensivas de exploração do solo, sempre foi representativo na perda da quantidade e qualidade dos solos. Nenhum período foi tão intenso como o da revolução tecnológica, social e econômica do século XX, na medida em que esta passou a ser considerada uma atividade industrial, sofrendo interferências do governo na política agrícola e de grandes empresas para a exploração da terra.

Embora Drew, (2005) apresente estas considerações tendo como exemplo a Inglaterra, essa afirmação também pode ser atribuída ao Brasil, pois a modernização do campo, neste país, esteve diretamente relacionada à internacionalização de sua economia, intrinsecamente ligada à industrialização.

Para a industrialização, era necessário empréstimo de bancos internacionais, bem como entrar na lógica das multinacionais, resultando na dívida

externa e na introdução de tecnologias de produção no campo. Para pagar a dívida, o país, desde então, teve que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais e atender à demanda externa, daí a priorização para os produtos agrícolas de exportação (café, cana-de-açúcar, soja, trigo, etc.), em detrimento daqueles produtos alimentícios, destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca) (OLIVEIRA, A., 2001).

A mecanização do campo gerou uma expropriação intensa da mão-de-obra dos trabalhadores rurais, que foram se concentrar primeiramente nas metrópoles brasileiras, depois nas cidades médias de uma maneira geral. Essa massa de trabalhadores não só serviu para ampliar a mão-de-obra necessária à indústria, mas também formou um mercado interno de consumo.

O Estado atuou, nesse sentido, na incrementação da produção, principalmente de grãos, na medida em que combinou o mercado interno com o externo. Com isso, a industrialização também alcançou o campo. O caráter industrial da agricultura capitalista no país possibilitou a produção em grande escala das culturas, cuja obtenção de preços altos no mercado garantia lucro certo nesses empreendimentos (OLIVEIRA, A., 2001).

Esse modelo esteve pautado na grande propriedade agrária e acabou por suplantando boa parte das pequenas propriedades, substituindo a produção para o mercado interno (mandioca, feijão, legumes etc.) pelo cultivo para exportação (soja, cana-de-açúcar, milho, etc.) e formando um verdadeiro complexo agroindustrial. De um lado, a grande indústria de transformação de matérias primas agrícolas, de outro, os bancos de crédito, que condicionam a concessão de financiamentos ao compromisso de compra de máquinas, equipamentos, insumos nas indústrias por eles indicadas.

Em Guarapuava, particularmente, este processo começou a partir de 1950. O município, embora mantendo relações econômicas com as áreas mais dinâmicas do Estado do Paraná, com a exportação dos bens produzidos localmente, a criação do gado, o mate, a madeira, etc., padecia da ausência dos equipamentos territoriais (rodovias e ferrovias) para aumentar sua autonomia em relação aos grandes centros. (SILVA, 1995; ABREU, 1986)

Conforme Abreu (1986), em Guarapuava, até 1950, prevalecia a economia tradicional, na qual a pecuária extensiva predominava como uso da terra, enquanto a agricultura era de subsistência, voltada para o mercado interno. A decadência do tropeirismo colaborou para essa realidade por não ter sido acompanhada de uma transformação na forma de uso e apropriação da terra e das relações de trabalho, uma vez que, descapitalizados, os fazendeiros não tinham como investir em novas formas de produção, tecnologia, equipamentos e qualificação da mão-de-obra. Também o precário sistema de transporte, sem estradas pavimentadas e ferrovia, inviabilizava o escoamento agrícola e comprometia a qualidade do rebanho, pois, na viagem a pé, o animal se enfraquecia e não tinha condições de competitividade de mercado como os criadouros dos centros consumidores e de venda.

Essa realidade foi condicionando a transferência da posse da terra da sociedade tradicional, para indivíduos provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, também descendentes de imigrantes (italianos, eslavos, alemães), atraídos pela oferta, qualidade e preço da terra. Contudo, foi com a vinda dos imigrantes alemães - Suábios que chegaram da Europa em 1951, e ocuparam a Colônia de Entre-Rios, que esta transferência de posse se efetivou (ABREU, 1986).

Estes imigrantes promoveram uma mudança significativa na paisagem regional a partir da modernização da agricultura que repercutiu diretamente no setor terciário e na concentração de serviços urbanos (SILVA, 2002).

Os fatores que concorreram para o sucesso da Colônia de Entre Rios, em termos econômicos, são explicados pelos subsídios que receberam do governo brasileiro, em associação ao Banco da Suíça, os incentivos do governo para o agronegócio, com a ampliação dos sistemas de créditos e o pacote de modernização agrícola (mecanização, infra-estrutura, insumos), bem como o sistema cooperativista que empreenderam (SILVA, 1997).

Silva (2002, p.19) também busca elementos culturais para justificar o desempenho dos imigrantes suábios no contexto regional:

os suábios mativeram-se isolados, criaram sua própria estrutura social na região, sustentaram seus elementos de identidade cultural em relação aos da sociedade campeira. Essa resistência se baseou, em grande parte, pela constituição de sua auto-imagem de superioridade em relação aos "atrasados" fazendeiros da região. Os

imigrantes de origem germânica se reconheciam e eram reconhecidos socialmente como o grupo que dominava as novas técnicas agrícolas, constituindo-se em elemento do progresso e, além do mais, garantiram uma certa independência econômica, já que suas fontes financiadoras eram federais e do exterior.

Na paisagem, isto se expressa pelas mudanças econômicas do próprio grupo de suábios que, embora internamente, também possuía estratificações sociais, consolidou a Cooperativa Agrária Agroindustrial, pela incorporação de alta tecnologia no agronegócio. Este grupo transformou os campos em agricultura comercial e industrializada, com implementação de tecnologias de correção do solo, sementes e insumos, além de maquinários de última geração. Entre as atividades destacam-se: a produção das culturas, de soja, trigo, cevada, milho, aveia; criação de suínos, indústria de maltaria, fábrica de rações, moinho de trigo e fábrica de óleo de soja degomado; e o reflorestamento. As indústrias contam com alto grau de automatização de processos e controle de qualidade. A Agromalte é a principal indústria da Cooperativa Agrária Agroindustrial.

O que vemos aqui é um forte componente de ciência e técnica, é o meio técnico científico – informacional (SANTOS, 1997), expresso pelas atividades da Cooperativa Agrária Agroindustrial, que, a partir da década de 70, alterou sobremaneira as formas de apropriação da natureza e promoveu novos ordenamentos espaciais, inscritos na paisagem.

Quanto aos descendentes, também merece destaque o afluxo destes na década de 70, incluindo não só aqueles provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas também os do norte do Paraná e de São Paulo – os japoneses. Aos poucos, os campos naturais foram sendo tomados pelo trigo, soja, aveia, arroz, batata inglesa (SILVA, 2002).

O mosaico construído durante o período campeiro, com agricultura de subsistência, pastagens naturais e florestas, foi intensamente diversificado, agregando os novos usos. De maneira geral, estes se sobrepuseram aqueles, sem, contudo, extingui-los totalmente. Há permanências. Estas coexistem com o conteúdo novo que, embora dominante, não pode se impor totalmente, já que para inserir-se, necessitou dialogar com o existente. É claro que este processo não se dá sem tensões que também são expressas nesta paisagem.

Verificamos que esta mudança no uso e na apropriação do solo do município está inserida em processos de escalas mais amplas, sempre com a intervenção do Estado, como a Revolução Verde¹⁴, ampliada a partir de 1970, quando foi destinado ao campo um pacote tecnológico que envolvia o uso generalizado de sementes selecionadas, o emprego de agrotóxicos, tratores, colheitadeiras, ceifadeiras, etc. Além disso, houve a construção e melhoramento de estradas, portos, barragens para produção de energia hidrelétrica, além de outros investimentos em infra-estrutura e em pesquisas agrícolas.

Com essa iniciativa, o poder público acabou desapropriando várias famílias. O resultado desse processo, além da poluição dos solos, rios e extinção de animais provocados pelos herbicidas e praguicidas, foi, sobretudo, a manutenção da concentração de terras e a distribuição desigual da produção.

Assim, afirmamos que a apropriação de terra e as relações de produção do campo não podem ser vistas de forma isolada; ao contrário, devem ser entendidas na sua forma multidimensional. No caso brasileiro, no interior do processo de desenvolvimento, contraditório e combinado do capitalismo, que segundo Oliveira, A. (2001), consegue produzir ao mesmo tempo a expansão das relações capitalistas no campo (agroindústrias) e, contraditoriamente, as relações não capitalistas (camponês), houve a apropriação dessa última como forma de reproduzir ainda mais o capital.

Outra face da agroindústria e das monoculturas diz respeito à retirada da autonomia do agricultor quanto à produção. Ao abordar esta questão Porto - Gonçalves (2006) aponta dois pilares aos quais está subordinada esta lógica de reprodução, ampliada do capital por meio deste modelo agrário/agrícola: o uso de um modo de produção de conhecimento próprio do capital pela supervalorização da ciência e da tecnologia ocidental e a expansão das terras cultivadas. Sendo a monocultura especializada uma produção altamente simplificada fica dependente de um conjunto de insumos externos (fertilizantes, herbicidas, sementes modificadas,

¹⁴ A revolução verde constituiu-se pela criação e disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que ampliaram a produção a partir de 1960, integrando sementes híbridas, insumos industriais, intensa mecanização e gerenciamento da produção. Além do modelo intensivo de produção, que deixou em crise a agricultura tradicional, o pacote ampliou significativamente a degradação ambiental dado o volume da utilização de agrotóxicos e fertilizantes. Sobre o assunto ler: CARSON, Rachel. **La primavera silenciosa**. Barcelona: Crítica, 2005, 264 p.

etc.). Estes estão nas mãos de poucas corporações multinacionais¹⁵, por intermédio da propriedade privada das patentes, que monopolizam a produção e subordinam o agricultor a sua lógica. O agricultor já não detém o conhecimento sobre a sua produção; o saber fica dissociado do fazer, além de estar sujeito aos grandes custos de produção. Desta forma, o aumento dos custos tende a ser compensado pela ampliação das áreas cultivadas, que se dá por meio da expansão dos latifúndios, que tem a seu favor a expansão da rede de transporte e comunicação.

No Brasil, a extensão do agronegócio reduz as condições de sobrevivência de outras práticas agrícolas¹⁶ (abastecimento familiar), bem como reduz as pequenas propriedades que são incorporadas aos grandes latifúndios, já que os agricultores que não dispõem dos recursos para os financiamentos acabam perdendo as terras, ora por endividamento, ora por pressão dos latifundiários. Com isso, a expansão do agronegócio vai reduzindo não só a diversidade da flora e fauna, mas também a cultural.

Em Guarapuava, por exemplo, desde o desenvolvimento do sistema campeiro, no século XIX, até a chegada dos novos componentes populacionais em 1940 e 1950, o uso da terra nos campos, predominante, era representado pela pecuária (gado, muar, suíno, entre outros menos representativos), que ocupavam grande parte das terras, e a agricultura era voltada ao mercado interno (ABREU, 1986).

A agricultura de subsistência, baseada no trabalho familiar, era próxima aos capões de mata, que eram utilizados para a criação de animais e extração da erva-mate. Parte desta atividade, voltada à subsistência, era feita por caboclos e também por imigrantes poloneses (que adaptaram a cultura cabocla aos

¹⁵ Conforme Shiva (2003), o desenvolvimento da biotecnologia proporcionou um conjunto de possibilidades de aplicação nas indústrias primárias, secundárias e terciárias. Por estar concentrada, sobretudo, nas mãos de empresas transnacionais, estas novas tecnologias, principalmente a engenharia genética, impõem questões éticas e de segurança. Primeiro, porque “o paradigma da engenharia oferece soluções tecnológicas a problemas complexos e, ao ignorar a complexidade, gera novos problemas ecológicos que depois são considerados “efeitos colaterais imprevisíveis” e “externalidades negativas”. No *ethos* da engenharia, é impossível antecipar e prever o colapso ecológico que uma intervenção da engenharia pode causar. As soluções da engenharia são cegas em relação a seus impactos. A biotecnologia, enquanto engenharia biológica, não tem condições de oferecer um quadro de referências para a avaliação de seu impacto ecológico sobre a agricultura.” (p. 133)

¹⁶ Algumas práticas de uso de pasto comum são restringidas pelo aumento das cercas, reduzindo a capacidade de produção do agricultor que por não conseguir se manter na nova lógica tende a abandonar o campo com destino à cidade, ou nele se mantém em condições paupérrimas.

conhecimentos técnicos trazidos de seu país de origem), num sistema denominado Faxinais.

Nerone (2000, p. 83) afirma que o “sistema Faxinal é uma forma de organização rural que apresenta os componentes produtivos: produção animal (no espaço coletivo, criadouro comum), produção agrícola e extração da erva-mate”. A manutenção do sistema carece das matas para os criadouros de animais, que sendo extensiva também precisa de amplas áreas. Este sistema é característico da região centro-sul do Paraná onde havia, até a expansão das madeireiras, uma importante cobertura florestal do bioma araucária. A atuação das madeireiras, juntamente com a modernização agrícola, a partir de 1940, foi impedindo a reprodução do sistema e muitos foram sendo desintegrados.

A redução do sistema faxinal não significa apenas a mudança de uso do solo, mas, sobretudo coloca em risco todo um sistema cultural e de relação com a natureza, pois ao desagregá-lo estão sendo colocadas em extinção as suas relações sociais, baseadas no trabalho coletivo - os puxirões e suas tradições, como festas, as benzedoiras, a medicina popular.

Com os desmembramentos do município e a expansão da modernização agrícola, em Guarapuava, praticamente este sistema já não consegue se reproduzir na sua forma integral e está praticamente extinto. Contudo, no município de Turvo e Pinhão, desmembrados de Guarapuava em 1982 e 1964, respectivamente, ainda resistem. No primeiro, os Faxinais Carriel e Saudade Santa Anita e, no segundo, os Faxinais Bom Retiro, Ribeiros e São Roquinho.

A agricultura familiar no município prevalece, tanto por mãos caboclas quanto pelas dos descendentes de imigrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Conforme Favaro (et al., 2004), do total de estabelecimentos agrícolas, Guarapuava possui 75,4% deles categorizados como familiares¹⁷, sendo o

¹⁷ São considerados familiares, quando o trabalho é exercido pelo produtor e a sua família, e a mão-de-obra familiar é superior ao contratado. Outro elemento, é que a área não excede 280 ha de terra (FAVARO et al, 2004). Há uma variedade muito intensa de tipos de agricultura familiar e sua definição está mais relacionada à forma de produção do que na área, propriamente dita. Contudo, a área é um elemento que ajuda na classificação. O financiamento do PRONAF - O programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por exemplo, é destinado ao grupo de produtores rurais familiares, cuja área de terra, não excede 04 módulos fiscais rurais. Estes módulos variam conforme a região. Em Guarapuava, cada módulo fiscal compreende a 18 ha. Isto é representativo se considerarmos, conforme tabela 05 deste capítulo, que mais de 75% das propriedades rurais de Guarapuava possuem menos de 100 ha.

restante patronais¹⁸. Estes dados foram obtidos junto ao levantamento do INCRA/FAO¹⁹ (março de 2000). São 1979 estabelecimentos familiares e 668 patronais.

A agricultura familiar agrega tanto as culturas voltadas apenas para a subsistência, quanto as que vendem o excedente para o abastecimento alimentar do mercado interno. Mesmo que se estabeleça o comércio, também se diferencia da patronal, por esta ser vinculada às *commodities*, milho, soja, trigo entre outros, para exportação.

Essas propriedades estão localizadas predominantemente a leste do município, onde relevo é bastante dissecado e, parte delas, faz um cinturão ao entorno da área urbana, próxima à Vila Jordão.

Entre as atividades agropecuárias desenvolvidas nestas propriedades, destacam-se: a cultura do milho, feijão, extração vegetal (erva mate, lenha, carvão, madeira), fruticultura, suinocultura, avicultura, bovinocultura de leite e corte (os animais geralmente são criados soltos para consumo familiar), e outras, com menor expressão (FAVARO et al, 2004).

Conforme Favaro (et. al., 2004), menos da metade dos estabelecimentos familiares possuem energia elétrica, e 13,9% deles possuem assistência técnica, seja oficial ou por meio de organismos não governamentais. Além disso, 14% apenas integram-se a algum tipo de associação ou cooperativa, fato que amplia a vulnerabilidade destes produtores, pois dificulta o acesso aos mercados.

Além disso, esses agricultores são cada vez mais pressionados pelo agronegócio, que cresceu significativamente em Guarapuava, principalmente a partir de 1970, com a modernização da agricultura, impulsionando a concentração de terras nas mãos de latifundiários, cuja opção da produção é pelas *commodities* (como soja e trigo), apoiadas pelo Estado que ofereceu os financiamentos para equipamentos e insumos, em detrimento do apoio a agricultura familiar.

¹⁸ É considerada agricultura patronal, aqueles estabelecimentos que utilizam de mão-de-obra assalariada, cujo proprietário nem sempre reside no local e possui área superior a 280,0 ha (FAVARO et al 2004.)

¹⁹ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

Sem apoio e condições econômicas para manterem-se em períodos de crise de produção, muitos agricultores familiares venderam suas terras e tornaram-se mão-de-obra volante e assalariada nas grandes propriedades, ou ainda migraram para a cidade. Ao verificarmos a evolução da população de Guarapuava, de 1940 a 2000 (Gráfico 01), observamos que, a partir de 1950, a população urbana cresceu significativamente, enquanto a rural decresceu de 1940 para 1950. Houve importante crescimento entre 1950 e 1960, oscilando entre os períodos de 1960 e 1980 e, a partir daí, uma queda significativa.

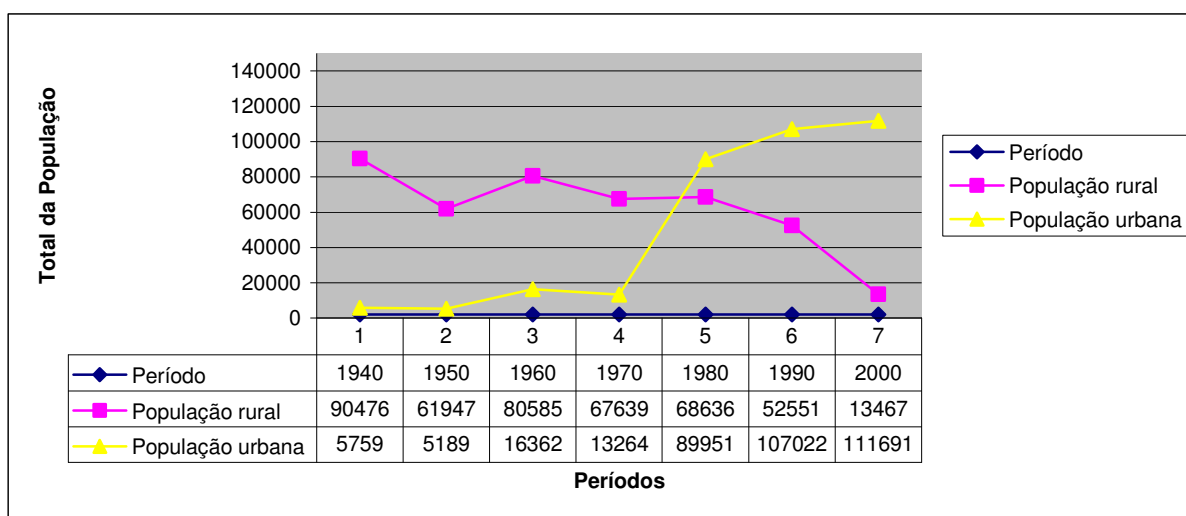


Gráfico 1 - População de Guarapuava de 1940 a 2000

Fonte: SILVA, (1995); GOMES, E. S. (2005); IBGE (2000)

Organização: GOMES, 2009.

Os dados da população, entre 1950 e 1980, evidenciam uma particularidade em Guarapuava. Enquanto o Brasil, no mesmo período, conhece uma expansão da cidade, alicerçado no êxodo rural, no município, há um processo inverso, um crescimento da população rural e certa estabilidade.

Isto se explica pela política estadual do período, que promoveu a fronteira agrícola para o oeste do Paraná, de gaúchos, catarinenses e descendentes de japoneses de São Paulo e norte do Paraná, que buscaram ocupar os campos nativos com a moderna agricultura. Como citado anteriormente, houve, com isso, a transferência de posse e uso da terra, ou seja, da sociedade tradicional campeira para os migrantes recém chegados, e a mudança do uso da pecuária para a agricultura comercial. Estes, juntamente com os Suábios, buscaram a agricultura para exportação sob o estímulo do capital financeiro (ABREU, 1986; SILVA, 1995).

A contrapartida deste processo foi o aumento do preço da terra e a expulsão dos pequenos proprietários rurais que não conseguiram enquadrar-se na nova lógica produtiva. Conforme Silva (1995, p. 75), “[...] verificou-se a ruptura do sistema de produção tradicional representado por parceiros e meeiros e a expulsão de mão-de-obra, especialmente dos camponeses cujo nível de conhecimento técnico não permitiu produtividade compatível com o sistema implantado [...]”.

Os pequenos agricultores não possuíam as condições de competitividade no mercado, pois além de não possuírem as mesmas condições técnicas de manejo e produção da terra, careciam dos créditos agrícolas que privilegiavam àqueles que movimentavam grande quantidade de capital. Com isso, perdendo sua condição de sobrevivência, parte destes agricultores migraram para outras frentes agrícolas fora do Estado, ou para a cidade (SILVA, 1995).

Esta migração compulsória vai ter inúmeras consequências, pois a cidade, não tendo suporte para receber este contingente populacional, mostra na sua paisagem o seu resultado degradante, com um número grande de desocupados, a espera de trabalho, ou de trabalhadores mal remunerados e com empregos esporádicos, habitando moradias precárias em bairros periféricos, cuja infra-estrutura básica e equipamentos coletivos são escassos, como veremos a seguir.

1.3. O quadro ambiental urbano de Guarapuava e conflitos socioambientais

No bojo deste processo de expropriação do homem do campo está o projeto civilizatório de progresso, no qual o urbano é a expressão do desenvolvimento. Os problemas ambientais colocam em xeque este modelo, não só pelo processo de degradação que envolve o estilo de vida urbana (gerador de necessidades, portanto de uma sociedade de consumo), mas pelas suas consequências, para o seu entorno regional e global e para a própria cidade internamente. Nesta linha, vale ressaltar as considerações de Leff (2001, p.289):

As condições econômicas determinam tanto as formas de cultivo no campo, como a valorização do solo urbano, os estilos arquitetônicos e as tecnologias edílicas na cidade. Entretanto, não há processo mais entropizante que o urbano. A cidade é lugar de concentração da produção industrial e de descarga do consumo doméstico; de contaminação pelas funções de transporte e de externalização de custos ecológicos para seu entorno rural para abastecer necessidades crescentes de água, alimento e energia. Neste sentido, a urbanização acarreta um conjunto de processos de transformação tecnológica e de consumo que implicam uma produção crescente de entropia. Como tal, o processo de urbanização é insustentável.

Ao considerar que os problemas ambientais estão diretamente relacionados ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção industrial e de consumo e de todos os valores subjacentes que contribuem para que ele se desenvolva, também é verdadeiro afirmar que o processo de urbanização tem um importante papel para a reprodução do sistema. E a cidade, expressão material deste processo, não só o *locus* de produção industrial, mas também um importante espaço para difusão das idéias (individualidade, competitividade, consumismo, entre outros) que contribuem para a manutenção e reprodução da ideologia de progresso e desenvolvimento.

A cidade, neste contexto, caracteriza-se como base territorial da industrialização, por concentrar o capital e a força de trabalho. A industrialização, por sua vez, é responsável por uma nova divisão social e territorial do trabalho, através da especialização funcional entre os locais e, nestes, entre as cidades, permitido, sobretudo, pelo desenvolvimento dos sistemas de transportes e meios de comunicação. Assim, a cidade está na dianteira deste processo e reúne as melhores condições para o desenvolvimento do sistema capitalista, pelas suas características de concentração, densidade e rapidez na realização do ciclo do capital, na medida em que diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à determinada produção e o consumo do produto, e pela gestão das decisões que orientam o modo de produção, no campo e na cidade (SPOSITO, 1988).

Assim, conforme Santos (1993, p.52), “a cidade é o *locus* da regulação do que se faz no campo”. Sposito (1988) afirma que a cidade deixou de ser apenas o local de concentração do excedente agrícola e passou a ser o local que direciona a produção, realiza a transformação industrial destes produtos, comercializa e redistribui no campo. A industrialização do campo só foi possível pelo

aumento da produtividade, através da mecanização e das novas formas de produção, acentuando a articulação entre campo e cidade e transformando o meio rural em espaço dependente do urbano, inclusive pelo aumento do consumo da produção e dos serviços da cidade pelos agricultores.

Portanto, a questão não está num aumento da população em si, como uma visão neomalthusiana²⁰ poderia fazer crer, mas é, ao mesmo tempo, a concentração da população em um determinado ponto no território acrescida de um modo de vida insustentável.

Porto-Gonçalves (2004) explica que a concentração impõe custos financeiros para garantir as condições ecológicas de reprodução da vida que não ocorre quando a população está dispersa nas áreas rurais, como: a coleta e destino final do lixo²¹, a necessidade de equipamentos e serviços. Além disso, impõe uma reorganização do espaço de produção, pelo aumento das monoculturas no campo e da industrialização, visando atender a população urbana. Considerando o desenvolvimento desigual e a concentração de poder nas mãos de alguns países ou de um grupo oligárquico dentro dos países menos favorecidos dentro da lógica global, a produção será destinada a atender a um estilo de vida e alimentação (milho, soja, trigo, cevada e alguns poucos produtos que os países desenvolvidos exigem) que busca se homogeneizar num consumo de massa induzido pelos meios de comunicação (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Porto-Gonçalves (2004, p. 83) afirma que “com o crescimento das populações em aglomerados urbano-periféricos, não só aumenta exponencialmente

²⁰ Conforme Porto-Gonçalves (2006, p.163) para os neomalthusianos qualquer crescimento demográfico exerce pressão sobre os recursos naturais. Contudo, segundo o autor, esta visão é questionável, pois as áreas de maior crescimento da população no planeta (como países na Ásia e na África) são as que possuem o menor poder aquisitivo para aquisição de bens. “A pegada ecológica de um estadunidense médio é 12 vezes maior que a de um africano; seis vezes maior que a de um asiático e duas vezes maior do que a de um europeu norte-ocidental. Com certeza, o impacto de um bebê nascido nos EUA, ou que mantenha um padrão de vida americanizado, é muito maior do que a maior parte de população asiática, africana e latino-americana.”

²¹ O lixo é o outro lado da produção e do consumo, o rejeito. Enquanto os rejeitos gasosos e líquidos são mais fáceis de se dispersar no ar ou nas águas, os sólidos não possuem a mesma característica e facilmente são reconhecidos na paisagem. Na cidade, o crescimento da urbanização e industrialização ampliou os problemas com relação produção, coleta e destinação do lixo. Segundo Nunes (2002, p.43), a natureza concebida como externa ao homem não só é apropriada como fonte de materiais, mas também como depósito dos desejos e, desta forma, espaços como: “fundo de vales, várzeas de corpos d’água, vertentes de relevo dissecadas, terminam servindo de depósitos de lixo”, além dos depósitos concentrados em céu aberto como os “lixões”. Estas ações geram vários problemas ambientais, citados por Nunes (2002) como: deslizamentos, enchentes, vetores proliferadores de doenças, odores, poluição do solo, do ar, das águas entre outros.

a demanda por matéria e energia, mas, sobretudo, é alterada completamente a relação espaço-temporal dos ciclos biogeoquímicos”. Afinal, o impacto ambiental da população urbana não se reduz a sua escala local, mas, como podemos depreender do que está imbricado no estilo de vida urbano, estende a sua pegada ecológica²² para o seu entorno e até mesmo para outras escalas.

Em Guarapuava, a partir de 1960, a mão-de-obra excedente das serrarias, a expropriação do campo no município e na região como um todo, intensificou o processo de urbanização. Observando a evolução da população urbana de Guarapuava e a expansão física territorial da cidade no tempo e no espaço (Quadro 03), notamos que até 1960, mesmo com um aumento populacional crescente, não havia um crescimento intenso. Contudo, a partir daí, duplica o crescimento e, em 1980, vemos a superação da população urbana, sobre a rural.

É consenso entre os estudiosos de Guarapuava que, até 1950, havia uma estruturação urbana que se transformou significativamente a partir daí, fato que induz os autores que estudam a vida urbana da cidade dividi-la em dois períodos²³, antes e depois de 1950. É que as relações econômicas estabelecidas, no primeiro período, não permitiam uma dinâmica urbana, a cidade estava subordinada ao campo, com uma pequena população que se concentrava próxima ao núcleo primitivo da cidade.

Embora tenha recebido um importante afluxo populacional, em 1970, a população do campo superava a urbana. Isto se deve, sobretudo, segundo Silva (1995), porque o município ainda pertencia à fronteira agrícola do Estado e, diferentemente de outras regiões do Paraná, que estavam perdendo população no campo, teve um incremento populacional proveniente das migrações internas para os campos nativos, tendo em vista a prática comercial da agricultura. Contudo, em 1980, o quadro já estava alterado e a população urbana era maior que a rural.

²² A expressão Pegada ecológica refere-se à quantidade de terra e água que seria necessária para sustentar as gerações atuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população. É atualmente utilizada como um indicador de sustentabilidade ambiental, que mede e gerencia o uso de recursos através da economia. É comumente usado para explorar a sustentabilidade do estilo de vida de indivíduos, produtos e serviços, organizações, setores industriais, vizinhanças, cidades, regiões e nações. Varia conforme o tamanho da população, o consumo médio de recurso *per capita* e a intensidade dos recursos tecnológicos utilizados. “[...] um habitante de uma cidade típica da América do Norte tem uma *pegada ecológica* de 461 hectares, enquanto na Índia uma *pegada ecológica per capita* é de 45 hectares!” (PORTO- GONÇALVES, 2004, p.84).

²³ LOBODA (2008), TURRA-NETO (2008), TEMBIL (2007), ABREU (1986).

Desde então, só foi se expandindo, e atualmente representa mais de 90% do total da população do município.

O resultado disso foi uma expansão físico-territorial da cidade sem um ordenamento adequado, cujas conseqüências socioambientais são evidentes: esgoto a céu aberto, ravinamentos, ausências de pavimentação e de galerias pluviais, áreas de lazer, arborização entre outros (Quadro 04).

Quando comparamos a renda da população (Mapa 03) com as áreas topograficamente menos adequados à ocupação²⁴ (ora pela declividade acentuada, ora por estarem sujeitas a inundação), verificamos que há, nitidamente, uma inscrição espacial da desigualdade ambiental. Conforme Bittoun (2005), a população de menor poder aquisitivo está nas áreas mais precárias e, mesmo quando haveria uma solução técnica para amenizar os problemas, sofre mais do que aquela que possui melhores condições materiais, justamente por não dispor de recursos para mediar o problema, como construir muros de arrimo, nivelar o terreno, galerias pluviais, etc. Por isso, é possível afirmar que no espaço interno da cidade, o modelo também se revela insustentável, como se pode observar na sua paisagem que apresenta antagonismos e contradições de um processo de produção e consumo do espaço desigual.

O uso produtivo da cidade é determinado pela característica de produção do capital, enquanto condições de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias, e o espaço de produção da vida se manifesta no uso residencial e no conjunto de infraestrutura e serviços de consumo individual e coletivo. A utilização se articula à existência da propriedade privada da terra e as condições de acesso determinadas pelo valor do solo (CARLOS, 2003; CORREA, 1995; SPOSITO, 1988).

Numa sociedade de classes antagônicas como a nossa, o espaço urbano é um exemplo claro de como se revela a desigualdade, sobretudo, no que diz respeito à questão ambiental. A segregação espacial é definida pela distribuição desigual de renda e se revela por meio do acesso ao uso do solo e dos meios de consumo coletivo.

²⁴ Ver mapas 13 e 14 no capítulo 04.

Quadro 03 - Expansão Físico-Territorial da Cidade de Guarapuava de 1950 A 2007



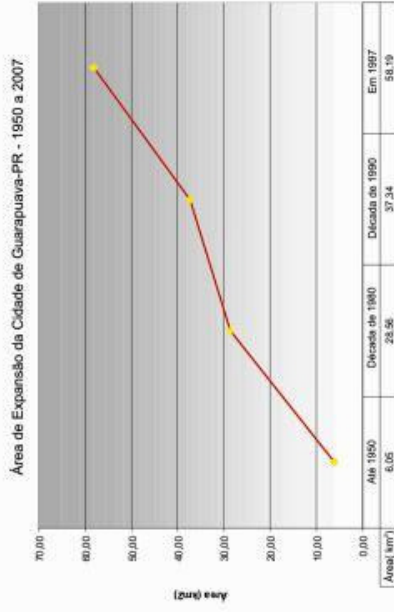
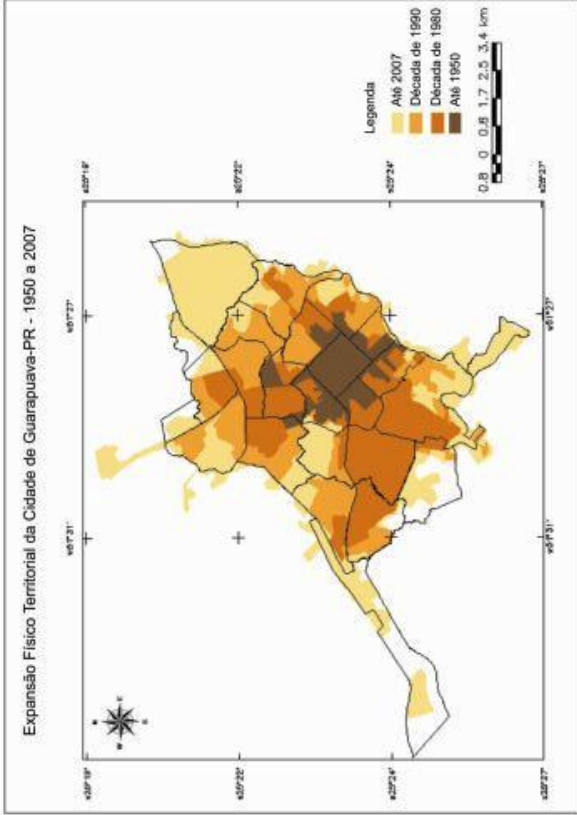
Foto 1 - Vista área parcial de Guarapuava - Década de 1940



Foto 2 - Vista área parcial de Guarapuava - Década de 1960



Foto 3 - Vista área parcial de Guarapuava - Década de 2000



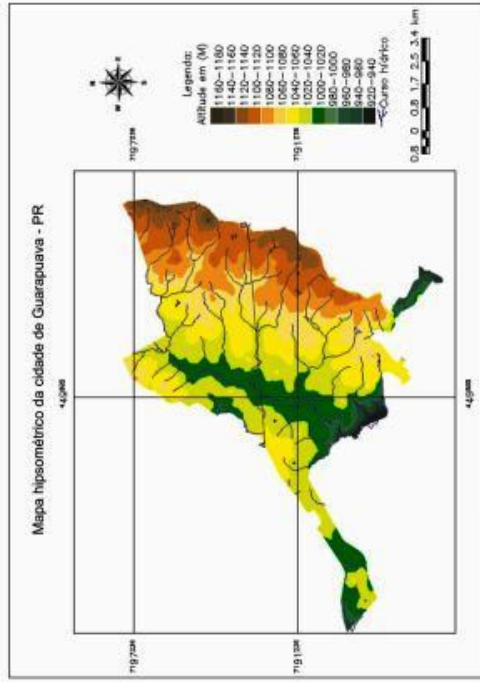
UNESOP

União do Sul paranaense União de Guarapuava

Organização: Mapa para as Férias Vila Boa Coritiba, 2009
 Orientador: João Osvaldo Rodrigues Neves
 Co-Orientadora: Rosely Sampaio Antunes
 Fonte: Adaptado de GOMES, 2005

unesp
 Universidade Estadual Paulista
 "Júlio de Mesquita Filho"

Quadro 04 - Apropriação do Relevo na Cidade de Guarapuava - PR



UNESPA
Linha de ação permanente de Guarapuava
Linha de ação no estado de Guarapuava

Organização: Marquês de Freitas Viana Costa Gomes, 2009
Elaboração: João Claudio Rodrigues Nunes
Coordenação: Nancy Saragaglia Avila

unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

Conforme afirma Carlos (2003, p.85), é no espaço de moradia que isto aparece de forma mais contundente. Buscando esclarecer esta afirmação, observa que:

As habitações mais “pobres” localizam-se, obviamente, nos terrenos mais baratos às áreas com insuficiência ou inexistência de infraestrutura, junto às indústrias, nas áreas de várzeas ou mesmo nos morros. As favelas localizam-se nas áreas onde a propriedade privada da terra, em princípio, não exerce seu poder, isto é, terras da prefeitura ou áreas em litígio. Sua cor é diferenciada das áreas “ricas”, que são verdes, as casas têm amplas e variadas dimensões, estilo arquitetônico arrojado e não há crianças descalças jogando bola nas ruas. As moradias na periferia da mancha urbana apresentam-se amontoadas, num misto de autoconstrução e favelas, construídos em terrenos pouco valorizados (posto que apresentam sérias deficiências de infra-estrutura), onde se aglomera uma massa de trabalhadores e desempregados, com seus familiares em locais cada vez mais distantes daquele do trabalho (o que os obriga a gastos excessivos em horas de transporte, inúmeras baldeações, diminuindo mais ainda o tempo de lazer, sem contar, evidentemente, os custos que consomem o já minguado salário do trabalhador), cuja tônica é a quase ou total inexistência de infra-estrutura (rede de água, luz, esgoto, limpeza pública, asfalto, escolas, pronto-socorros, hospitais, etc.) caracterizando-se como áreas de condições subumanas de moradia.

Podemos depreender disso que a questão ambiental na cidade é a expressão da relação conflituosa entre sociedade e natureza por meio do processo de produção e reprodução capitalista. Afinal, a crise ambiental se revela não só pela aglomeração e ocupação densificada do solo que impõem alterações no ambiente com a redução da vegetação, a impermeabilização do solo, a canalização dos rios, lançamentos de efluentes domésticos e industriais, mas também apropriação desigual dos problemas ambientais (BITOUN, 2005; COELHO, 2006; GUERRA; CUNHA, 2006).

Ocorre que, dentro das relações hierárquicas de poder relacionadas à diferença de classes, os detentores do capital na cidade (incorporadores imobiliários, industriais, proprietários de terra urbana), além de possuir condições financeiras para promover projetos de engenharia que melhorem as condições ambientais não só para agregar mais valor à terra, mas para garantir sua melhor qualidade de vida, também possuem maior força política junto ao Estado, que tende a equipar o território de acordo com os interesses desses grupos.

Assim, os que participam intensivamente do processo de produção e geração de riquezas são os que se apropriam apenas de uma pequena ou nenhuma

parcela dos lucros, e que, muitas vezes, são tomados como os “geradores” dos problemas ambientais na cidade, já que ocupam as áreas de risco junto aos morros, fundos de vale, áreas sujeitas à inundação, como se isto não fosse fruto das próprias relações sociais de desigualdade e, muitos dos problemas não fossem consequência de obras de engenharia que apenas consideram a gestão da cidade pela racionalidade técnica-científica²⁵, desconsiderando as diferentes formas de uso e apropriação realizadas pela sua população no seu cotidiano.

A partir disso, podemos dizer que as diferentes intervenções no ambiente da cidade, se dão a partir de uma determinada concepção, que Sposito (2005, p. 297) expõe com propriedade: “sendo a cidade, uma das expressões materiais mais contundentes da capacidade social de se apropriar da natureza e transformá-la, ela é vista como contraponto da própria cidade, ou seja, a cidade é considerada, por excelência, a não-natureza”. Portanto, enquanto obra artificializada, objeto do intelecto e do trabalho humano e não da natureza.

Em Guarapuava, as populações mais carentes, alvo de manobras eleitoreiras, acabaram ocupando áreas que deveriam ser destinadas à preservação permanente²⁶, mesmo não sendo adequadas para edificações, em virtude da topografia ou ausência de equipamentos coletivos (transporte, escolas, pavimentação, etc.), na esperança de conseguir a posse da terra, garantida em época de campanha (SILVA, 1995).

Com isso, a população resolve emergencialmente a questão da moradia, sem que tenha segurança quanto à posse da terra e qualidade de vida, pois muitas vezes é deslocada pelo próprio poder público para outras áreas. E ao

²⁵ A compreensão de que os problemas ambientais serão resolvidos por soluções técnicas através da racionalidade científica são características do planejamento e gestão urbanos tradicionais. Estes, via de regra, buscam ordenar o espaço urbano segundo os ditames do valor de troca, e muitas vezes os problemas ambientais são utilizados como pretexto para a intervenção do Estado, que promove projetos de renovação urbana ou reassentamento da população em áreas de interesse do capital privado. Outra característica diz respeito a ações setoriais desconsideradas do conjunto da cidade que além de não resolver os problemas podem ampliá-los. Em oposição a este modelo, nos últimos anos tem crescido o movimento pelo planejamento participativo, que além de pensar a cidade no seu uso, busca a participação de diferentes sujeitos sociais para discussão sobre os problemas ambientais da cidade o que contribui para uma intervenção mais adequada no tempo e no espaço (CABO, et al, 1997).

²⁶ Áreas de preservação permanente são delimitações marginais em torno dos cursos hídricos, com obrigatoriedade, segundo as esferas legislativas (Federal, Estadual, Municipal), da presença e a conservação da vegetação natural, para proteção dos cursos hídricos. A largura do curso d'água interfere nesta delimitação. Para rios urbanos, por exemplo, com menos de 10 m de largura, são definidos 30m às margens e 50m nas nascentes.

ocupar áreas inadequadas fisicamente, fica sujeita aos riscos de inundação, deslizamento, doenças entre outras.

Enfim, é a apropriação privada da terra que, na política da escassez capitalista, deixa os que não dispõem de recursos, “sem moradia” ou mal instalados, já que não podem pagar pelos locais com melhor conforto, cuja localização é agregada aos maiores valores da terra urbana da cidade. Da mesma forma, são também os que mais sofrem com a poluição e com o destino dos resíduos, ora porque habitam próximos das indústrias, como as serrarias e as indústrias de transformação do carvão vegetal, ora porque não dispõem de um sistema de coleta de lixo adequada, estando sujeitos a todas as outras questões (alagamentos, ausência de esgoto, pavimentação) que já abordamos anteriormente.

Portanto, há uma geografia ambiental na cidade expressa na sua paisagem, que evidencia que o espaço urbano de Guarapuava é fragmentado e, em vários aspectos, também é segregador. Há uma geração de problemas ambientais coletivamente, ora pela forma de produção adotada, ora pelo consumo, com uma socialização desigual, em cujo campo de força imposto, os rejeitos ficam com a população menos favorecida economicamente e os proveitos com uma pequena parcela que “pode pagar” para morar, trabalhar e viver em um ambiente mais agradável.

Este quadro ambiental apresentado de Guarapuava evidencia que os processos globais, que priorizam a racionalidade econômica, complexificaram os problemas ambientais, intensificando a socialização desigual entre os rejeitos e proveitos do processo de apropriação social da natureza em diferentes escalas e locais.

Esses processos ocorrem de forma e intensidade diferenciadas conforme as localidades e sua inserção nos processos globais, por isso, cada local possui suas particularidades. Guarapuava, ao estar inserida em processos produtivos globais, através de diferentes práticas e processos, conseqüentemente, possui problemas ambientais que se intensificam conforme as suas formas de uso e apropriação da natureza, no seu espaço geográfico.

Ao observarmos o conjunto da paisagem, o que vemos é que há uma tendência de expansão das monoculturas agrícolas e silvícolas, bem como do

processo de urbanização, cujas consequências são a perda da biodiversidade biológica e cultural, redução em quantidade e qualidade dos seus bens naturais e intensificação dos conflitos socioambientais. Na paisagem, podemos reconhecer um mosaico de usos do solo; a coexistência de práticas, a tentativa do predomínio de umas em detrimento de outras. Com isso, entendemos que o entendimento da realidade atual somente é possível a partir da compreensão dos processos que a produziram, pela (re) construção de sua trajetória ambiental. Portanto, é a partir desta constatação, que estabelecemos os objetivos desta pesquisa, definindo as principais questões que serão apresentadas na tese, como veremos a seguir.

1.4. Esquema interpretativo da pesquisa: questionamentos e encaminhamentos metodológicos

Em Guarapuava, é evidente a complexidade do ambiente, pela pluralidade de uso e ocupação do solo. Há uma tentativa de predominância da racionalidade econômica em detrimento da qualidade ambiental e da homogeneização em detrimento da diversidade. Estes processos têm culminado em problemas ambientais, resultantes da relação conflituosa da sociedade na sua interação com a natureza, que num sistema capitalista de produção é marcado por uma geografia ambiental desigual expressa na paisagem.

Considerando que o ambiente responde às formas de apropriação social da natureza, identificá-las no espaço e reconhecê-las no tempo são caminhos para entender quais foram os processos responsáveis pela construção das paisagens atuais, expressão destes usos. Isto significa dizer que entender a realidade atual é possível a partir da compreensão dos processos que a produziram.

O ambiente responde às interações entre elementos bióticos e abióticos²⁷. Contudo, no atual período histórico, seria mais correto afirmar que ele expressa as diferentes formas de apropriação social da natureza. Isto quer dizer que se não podemos abstrair do ambiente as suas características físicas e biológicas,

²⁷ Originário da biologia, o conceito de ambiente, primeiramente se constituiu como um conjunto de elementos físicos, químicos e biológicos necessário à sobrevivência de cada espécie. Uma concepção de caráter naturalista e externa ao homem. Neste contexto, o homem aparece no máximo como um ser biológico. Sobre isso ver: Branco, (1998).

tampouco podemos prescindir das dimensões históricas, culturais, sociais e econômicas da qual condiciona e é condicionado²⁸.

Condiciona, na medida em que oferece um conjunto de possibilidades para que a apropriação social da natureza se realize, e é condicionado, quando as relações de poder, internas e externas, interagem, alteram e reproduzem um ambiente novo, em determinado contexto econômico, sociocultural, histórico e geográfico. A cada processo, as possibilidades reduzem-se ou ampliam-se.

Essa característica ganha dimensões particulares na atual configuração do capitalismo que se amplia vertical e horizontalmente. Santos (1997) define este período como técnico-científico-informacional, no qual o fluxo de informações, mercadorias e capitais alcançam dimensões globais, porém seletivas. O capital não tem fronteiras nem pátria, mas busca sua instalação em locais onde há um conjunto de equipamentos avançados em tecnologia e informação, necessários ao seu desenvolvimento.

Na busca pela eficiência no aumento da produtividade e reprodução ampliada da mais valia, o capital impõe uma lógica alheia aos locais, com consequências drásticas ao ambiente local. Assim, realiza-se a mundialização da economia, baseando-se no desenvolvimento desigual entre os locais. Este processo interfere quantitativa e qualitativamente na interação sociedade-natureza, já que o desenvolvimento técnico-científico, no bojo do avanço do capitalismo, trouxe consequências jamais vistas em outro momento histórico.

A realidade, portanto, se complexifica e com ela o ambiente. Daí a dificuldade de compreendê-lo e o equívoco de interpretá-lo fora de seu contexto, neste caso global-local. Entendemos o ambiente como complexo a partir das considerações de Morin (2000, p.14):

Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constitui o todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso

²⁸ O ambiente aqui é visto como totalidade. Esta concepção foi construída a partir da leitura de Porto-Gonçalves (2005); Suertegaray (2000) e LEFF (2001). Para este último, o ambiente pode também ser considerado como um potencial produtivo.

século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais frequência, com os desafios da complexidade.

Pensando geograficamente, podemos dizer que é difícil hoje entendermos os ambientes locais sem considerarmos o mundo do qual ele faz parte. O mundo se realiza nos locais de forma diferenciada. O mundo integrado é também um mundo dividido. Para entender esta particularidade, temos não só que conhecer o local, mas, sobretudo, compreender o campo de forças entre os agentes externos e internos que agem sobre ele.

Partindo destes pressupostos, apresentamos as questões que responderemos ao longo deste trabalho, no gráfico 3.

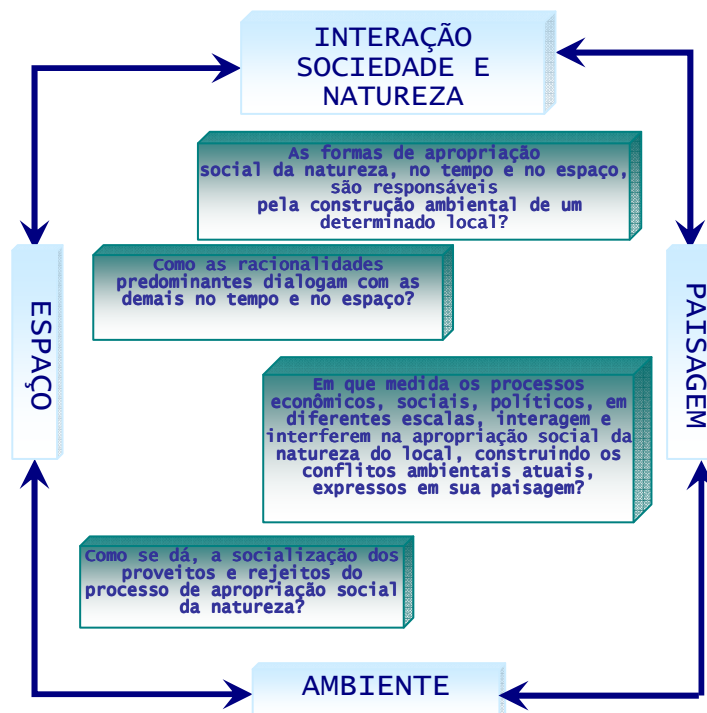


Gráfico 3 - Questionamentos Centrais da Pesquisa: Trajetória Ambiental de Guarapuava
Organização: GOMES, 2009.

1.4.1. Processos metodológicos: caminhos da pesquisa

São vários os caminhos possíveis para alcançar os objetivos desta pesquisa; Neste trabalho, contudo, optamos por inter-relacionar a história ambiental

com a cartografia da paisagem (Gráfico 4), como meios para construirmos a trajetória ambiental de Guarapuava, nosso objeto de estudo.

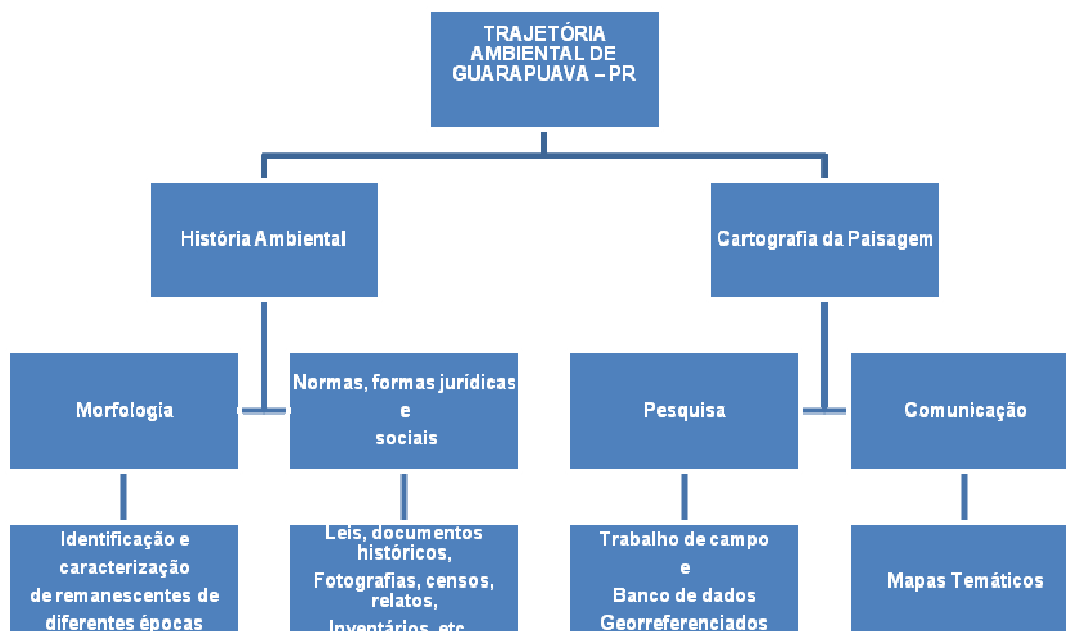


Gráfico 04 – Instrumentos da Pesquisa da Trajetória Ambiental de Guarapuava.
Organização: GOMES, 2009.

O espaço, como acumulação desigual de tempos materializados na paisagem, expressa uma realidade ambiental, cujo aprofundamento do olhar poderá contribuir para entender os processos sociais que foram responsáveis pela sua constituição espacial. Um caminho para o estudo do espaço, a partir da paisagem, é a periodização das técnicas, rugosidades, que nela se encontram e que indicam uma temporalidade. Assim, a reconstrução da paisagem do presente ao passado, é um caminho para compreender as formas de apropriação social da natureza expressas no ambiente (SANTOS, 2002).

Para tanto, reconhecemos ser importante levar em consideração as observações de Abreu (1998, p.19),

[...] cada lugar é, ao mesmo tempo e em cada momento histórico, o ponto de intersecção de processos sociais que se desenvolvem em diversas escalas. Alguns desses processos são puramente singulares e podem ser explicados no nível das realidades locais. Outros, entretanto, só podem ser compreendidos se ampliarmos a escala de análise para níveis hierarquicamente superiores, sejam eles a região, o estado-nação ou mesmo o planeta. Entender como esses processos se entrecruzam sincrônica e diacronicamente num

determinado lugar é portanto o primeiro passo para a recuperação da memória das cidades.

Embora o autor esteja se referindo ao processo de reconstrução da memória das cidades, entendemos que esta colocação é apropriada para qualquer pesquisa de natureza geográfica. Abreu (1998) ainda afirma a necessidade da recuperação simultânea da história *no* e *do* local e fazer esta mesma análise a partir do seu gancho espacial. “Espaço onde dominam não apenas as determinações, mas também as contingências” (ABREU, 1998, p.91). A geografia tem uma importante contribuição neste processo, a partir da empiricização do tempo.

Este processo é possível pelo estudo morfológico da paisagem e também pelos processos não materiais, um conjunto de normas e/ou formas jurídicas e sociais que dão conteúdo à mesma. Para isso, é preciso recuperar o tempo do local, o conjunto de temporalidades próprias de cada ponto do espaço que é dado por um conjunto de técnicas existentes naquele tempo e espaço determinados (ABREU, 1998).

Esse autor afirma que estes processos podem ser recuperados através da memória coletiva. A memória tem uma dimensão individual, mas são seus referentes sociais, locais de trabalho, bairro, vizinhanças, entre outros, que permitem a construção de uma memória compartilhada e que seja lembrada. Esta memória retém do passado só o que ainda é capaz de viver na consciência do grupo, o que não significa que o que aconteceu será preservado. Ela está sempre se transformando, pois o grupo que a guardava tende a desaparecer. Quando isso ocorre, é comum que a lembrança seja eternizada em registros e documentos históricos, deixando de ser memória coletiva e passando a ser memória histórica. É ela que permite recuperar aquilo que não ficou materializado na paisagem. Ao se transformarem em memórias históricas, elas não perdem os vínculos com os grupos que as geraram. Como nem todas as memórias coletivas conseguem ser registradas, o que se tem são seus fragmentos. Daí ser impossível recuperar a totalidade destas, o que não significa dizer que isso inviabiliza a recuperação de muitas delas.

Estas sugestões do autor são fundamentais para enfatizarmos a necessária imbricação do tempo nos estudos geográficos. No tocante aos problemas

ambientais, a busca pelo entendimento do processo de apropriação social da natureza responsáveis pelas paisagens ambientais atuais dos locais, implica ainda mais nesta interação da história com a geografia.

E, neste aspecto, uma das contribuições tem sido de um campo de pesquisa histórica, denominado História Ambiental, cujo objetivo é discutir o papel e o lugar da natureza na vida humana, buscando compreender como os seres humanos sofrem influências do meio natural e como eles o influenciam, bem como a consequência desse processo. Embora busque escapar dos determinismos, a história ambiental objetiva superar as análises sociais desvinculadas do local de existência e produção das relações sociais, superando a dicotomia homem e natureza (DRUMMOND, 1991).

Conforme Worster (1991, p.5), a história ambiental trabalha em três níveis, buscando responder três grupos de perguntas, quais sejam:

O primeiro trata do entendimento da natureza propriamente dita, tal como se organizou e funcionou no passado; incluímos aí tanto os aspectos orgânicos quanto inorgânicos da natureza, inclusive o organismo humano, [...]. **O segundo nível** da história ambiental introduz o domínio socioeconômico na medida em que este interage com o ambiente. **Aqui nos preocupamos com ferramentas e trabalho, com as relações sociais que brotam desse trabalho, com os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais.** [...]. Por fim, formando **um terceiro nível de análise para o historiador, vem aquele tipo de interação mais intangível e exclusivamente humano**, puramente mental ou intelectual, **no qual percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza.** (Grifo nosso).

Embora a investigação abarcando os três níveis seja apresentada pelo autor como um trabalho global, o historiador pode trabalhar um nível ou dois de cada vez, sem que haja comprometimento no trabalho. Mesmo que a realização da pesquisa em todos os níveis possa dar uma visão mais totalizante do ambiente, entendemos que o segundo e o terceiro nível podem ajudar muito na (re) construção da apropriação social da natureza, não só porque dispõem das técnicas de organização social e de produção que os grupos se utilizam diante da natureza que lhe é determinada, quanto pelas formas de percepção que influenciam na sua relação com esta natureza, tais como os mitos e crenças religiosas que impõem regras e limites para com o uso e apropriação dos bens naturais.

Drummond (1991) apresenta algumas características da história ambiental que nos permitem identificar os diálogos possíveis que podemos estabelecer nos estudos geográficos da paisagem. A primeira delas é a pesquisa regional e a focalização em aspectos que buscam a identidade do local, mas que, no caso da história ambiental, geralmente se prendem aos aspectos naturais (florestas, rios, ilha etc.); a segunda é o diálogo com as ciências naturais, que indica uma busca pela interdisciplinaridade que ajuda a entender o fenômeno ambiental; a terceira é a exploração do papel da cultura na sua interação com o ambiente; a quarta é a que utiliza uma imensa variedade de fontes que ajudam a compreender seu objeto, quais sejam: fontes tradicionais da história econômica e social, censos, inventários dos recursos naturais, imprensa, leis e documentos governamentais, atas legislativas, crônicas, relatos de exploradores, viajantes e naturalistas europeus, memórias, diários, etc.; e a quinta e última característica é o trabalho de campo, no qual a paisagem se transforma em um documento que precisa ser interpretado.

Estas fontes podem ser apropriadas pela geografia na leitura da paisagem para compreensão da apropriação social da natureza, desde que haja o diálogo com a história, para que possa tomar conhecimento das técnicas e metodologias de análise destes documentos, cuja experiência é bem maior entre os historiadores e, portanto, a aproximação é a garantia de melhorar a qualidade da coleta, sistematização e interpretação por parte do geógrafo.

A Geografia, assim como a História, também possui a sua forma particular de estudar a paisagem, pela pesquisa de campo e representação cartográfica.

A pesquisa de campo, ou melhor, o trabalho de campo (como reconhecemos na Geografia), é um instrumento de análise geográfica, uma das formas mais clássicas de se fazer Geografia; trata-se de uma pesquisa empírica que envolve sistematização antes, durante e depois.

No trabalho de campo pode realizar-se a coleta de diferentes tipos de dados (amostras de solo, água, vegetação, temperaturas e pluviosidades, etc.), informações (mapas, fotografias antigas, relatos dos habitantes locais, etc.), registro fotográfico, levantamentos topográficos, aplicação de questionários, entrevistas, etc. No laboratório, esses dados, informações e registros são sistematizados,

classificados, para que se efetive a interpretação da paisagem. A fotografia, por exemplo, representa um instante na paisagem e, além de registrar o momento, busca capturar os fenômenos geográficos. Assim como as demais atividades realizadas em campo, o registro fotográfico não é neutro, já que a cena da foto tem como filtro o olhar do fotógrafo, cujo ângulo escolhido colocará em evidência a sua opção.

Nessa pesquisa particularmente, o trabalho de campo foi necessário para a realização de entrevistas com sujeitos sociais que vivenciaram os processos de transformação da paisagem em Guarapuava; para o reconhecimento de algumas feições cartográficas; e, também, para registro de fotos que nos ajudaram a explicar os processos socioambientais.

A representação cartográfica dá-se pelo diálogo com a cartografia, entendida, aqui, como um instrumento geográfico de pesquisa e comunicação das informações, que possui um grande potencial para que o processo se concretize, principalmente possibilitando registrar a inscrição do tempo no espaço – neste caso, a trajetória ambiental de Guarapuava.

Num primeiro nível, os mapas, linguagem cartográfica por excelência, poderão responder perguntas, como: onde se localiza tal fenômeno? Qual sua distribuição? Num segundo nível, poderão ser úteis para inferir: Que correlação há entre dois ou mais fenômenos? E, num terceiro nível, ainda serão fundamentais para estabelecer as sínteses necessárias para categorizarmos tal fenômeno no tempo e no espaço. Portanto, nesta pesquisa, geografia e cartografia são imbricadas, na medida em que a primeira buscará dar o conteúdo e sentido ao mapeamento e a segunda oferecerá as técnicas e metodologias mais adequadas para esta representação, que possam inclusive indicar novos caminhos para interpretação da paisagem. Neste trabalho, portanto, a cartografia é concebida, para a Geografia, não só como uma linguagem de comunicação visual do fenômeno geográfico, mas um instrumento de pesquisa²⁹.

Optamos por verificar concretamente o papel da cartografia, no processo de pesquisa na área ambiental. Afinal, os produtos cartográficos, que embora não sejam exclusivos da Geografia, são via de regra, a ela associados. Ora,

²⁹ Sobre a cartografia nos estudos geográficos, ver: Lacoste (1988); Oliveira (1993); Katuta (2005); Santos (2002); Girardi & Fernandes (2005; 2006); Girardi (2008); Martinelli (1994); Archela (2000).

o geógrafo fala do mundo, mas não tem como trazê-lo para o alcance da mão. Ao invés disso, utiliza-se dos mapas que, através do recurso da escala, permitem conhecer grandes territórios em tamanho reduzido.

É claro que esse processo não se dá sem perdas, pois a transposição das porções do território (tridimensional) para o mapa (bidimensional) provoca distorções, generalizações e a necessidade da simbolização que não seria possível ocorrer sem a perda do detalhe. Vale lembrar que o mapa, enquanto representação, não é o real, mas uma forma de expressar o real e, portanto, como qualquer outra linguagem, não foge às opções do seu produtor, no que deve ou não aparecer. Tal fato, não pode escapar àqueles que pretendem utilizar-se do mapa como instrumento de pesquisa e leitura geográficas.

Embora isso revele limites, não exclui a potencialidade dos mapas na localização e distribuição dos fenômenos ambientais e, com isso, a possibilidade que oferecem na comparação entre os locais e a intensidade da manifestação, além de provocar o questionamento, tal como: Por que este fenômeno ocorre neste, ou naquele local?

Apropriando-se de uma frase de Rubem Alves (1999), pensar o mapa na geografia, significa que: “(...), o mapa, coisa que se faz com símbolos para representar o espaço, só tem sentido se estiver ligado a um espaço ou não é símbolo, feito de montanhas, rios de verdade, planícies e mares. Saber um mapa é ver, pelos símbolos, o espaço que ele representa”.

Entender o mapa desta maneira é compreender que, para a Geografia, ele significa uma representação gráfica do discurso geográfico, importante para uma leitura crítica do mundo.

No caso específico desta pesquisa, os mapas podem ser instrumentos para (re) construir não só a história ambiental de um local e apresentar o seu quadro ambiental presente, mas também a trajetória ambiental, ou seja, a inscrição do tempo no espaço. Com os mapas podemos, pela correlação, identificar as áreas de maior desigualdade ambiental³⁰ na paisagem e, a seguir, visualizar buscar a origem deste processo. Para tanto, valemo-nos dos conceitos operacionais

³⁰ Sobre a abordagem dos mapas ambientais, ver: Martinelli (1994); García-Abad (2002).

que embasam teoricamente a leitura e interpretação do objeto da pesquisa, natureza, ambiente, paisagem e espaço.

A Geografia sempre busca compreender os problemas ambientais como processos resultantes da interação sociedade e natureza. Sendo estas categorias fundamentais para entender tal temática, contudo, durante muito tempo sofreu dificuldades em convergir métodos para uma abordagem integrada, já que as ciências, de uma forma geral, se constituíram num processo de fragmentação do conhecimento que colocou a natureza de um lado e a sociedade do outro.

Nos últimos quarenta anos, esse processo foi questionado. A aproximação, mais que a fragmentação, tem sido a busca constante para a compreensão dos problemas socioambientais.

1.5. A ciência e a geografia na leitura dos problemas ambientais

A ciência, tal qual institucionalizada no século XIX, buscava a verdade, e o conhecimento era visto como o espelho da realidade e do mundo. Morin (1999) afirma que havia três ideias poderosas, que davam a certeza de ter um conhecimento verdadeiramente pertinente: a de ordem, o princípio da separação e a racionalidade. A primeira fazia prevalecer a ideia de universo ordenado, pautado na concepção de ordem mecânica da física clássica. Contudo, já no início do século esta ordem e certeza, começaram dar lugar à desordem e à incerteza. Isto surgiu quando:

Boltzman autenticou no século XIX o fenômeno calorífico como sendo um fenômeno de agitação ao acaso das moléculas e, nesse momento, enunciou o segundo princípio da termodinâmica, dizendo que no tempo a entropia tende a crescer, quer dizer, há perda da capacidade de energia de se transformar em trabalho, traduzida também por uma tendência à desintegração do que é ordenado ou integrado (MORIN, 1999, p.23).

Portanto, o nosso universo é inseparável da desordem. E, com isso, a ciência da ordem tornou-se uma ciência na busca do diálogo entre a ordem e a desordem, iniciando-se aí uma renovação epistemológica.

A segunda, a ideia de separabilidade, concebia o avanço do conhecimento a partir da separação das dificuldades para resolvê-las sucessivamente. Com isso, a natureza, mais um objeto a ser possuído e dominado, foi subdividida em física, química, biologia. O homem, em economia, sociologia, psicologia, etc. O observador, sujeito, é separado de sua observação, objeto. A ciência é separada da filosofia (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Assim, a concepção de natureza predominante na ciência ocidental é caracterizada pela visão dicotomizada de sociedade *versus* natureza, separação espírito/matéria, alma/corpo. Esta separação é muito importante para a ciência e para a filosofia moderna, pois a valorização da alma e, conseqüentemente, a concepção do corpo como objeto, permitiu que desse início à utilização deste objeto como experimento (GRUN, 1996).

Conforme Carvalho (1999), o paradigma ocidental, além de dualizar razão/imaginação, sujeito/objeto, liberdade/determinismo, sensível/inteligível, pensamento selvagem/pensamento domesticado, separa, hierarquiza, distingue e degenera o saber numa concepção mutuante. Esse fundamento da ciência moderna, “conseguiu tornar-se hegemônico, determinista, hiperespecializando os diversos campos cognitivos em compartimentos não comunicantes e, mais que isso, cindindo de vez a física, a biologia e todas as humanidades” (p. 110).

Nesta concepção científica, o ideal implicava em fechar inteiramente o objeto e pesquisá-lo. Contudo, Morin (1999, p.25), afirma que isso traz uma dificuldade quanto à contextualização do problema, pois “não podemos compreender alguma coisa de autônomo, senão compreendendo aquilo que ele é dependente”. Além disso, em certas ciências não há como separar o observador do observado, como a sociologia e antropologia.

Quanto à terceira ideia – a racionalidade, que dava o *status* de poder à ciência, Morin (1999, p. 23) afirma que “era uma coerência autenticada especialmente pela obediência aos princípios clássicos, não apenas de educação, ou indução, mas também os princípios da contradição, da identidade, do terceiro excluído e, portanto, uma vez que uma teoria obedecia a essas regras, obedecia à razão”.

No entanto, o impacto causado pela Segunda Guerra Mundial, que revelou a capacidade de destruição alcançada pela sociedade, juntamente com as intensas alterações ambientais decorrentes do modo de tratar a natureza, ampliaram os problemas ambientais, levando diferentes segmentos da sociedade a discutir a questão.

Nesse contexto surgiram os movimentos ecológicos, juntamente com outros movimentos sociais como os dos operários, camponeses, indígenas, mulheres, negros, jovens, etc. que questionavam a ordem sócio-política e cultural e as mais diversas problemáticas ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2005).

No plano da ciência, o período técnico-científico-informacional, impõe novas demandas, em um mundo globalizado e desigual. Não se pode pensar numa ciência estanque, pois ela não daria conta da contextualização e não teria possibilidade de fazer a crítica necessária.

Essa forma de ver global nasceu com a abordagem sistêmica e tem evoluído para o pensar complexo, dando novas conotações espaço-tempo, que de absoluto-linear evoluem para relativo-espiral. Estas novas concepções já aparecem na literatura geográfica, como mostra o texto que segue.

1.5.1. A ciência geográfica em movimento: concepções de natureza e ambiente

O desenvolvimento técnico-científico possibilitado pelo capitalismo e sob a égide do positivismo, a partir do século XVIII e XIX, colocou definitivamente os interesses da sociedade de um lado e a preservação da natureza de outro. Era reconhecida como ciência quem possuía um objeto bem definido, ou seja, a natureza, para as ciências naturais, e o homem, para as ciências humanas.

As ciências humanas, inclusive, eram vistas como ciências pré-paradigmáticas, por não possuírem um consenso interno de ideias entre os cientistas que pudesse legitimar a pesquisa científica, ou ainda, por não se expressarem no rigor científico dado pelo modelo matemático. Com isso, o desenvolvimento do positivismo na ciência vai considerar dois tipos de ciência: “as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o

modelo mecanicista das ciências naturais – as ciências sociais nasceram para ser empíricas” (SANTOS, 2005, p.3).

Santos (2005) afirma que o modelo mecanicista foi assumido de diversas formas. O autor distingue duas linhas principais: uma, foi aplicar nas ciências humanas as bases filosóficas e metodológicas das ciências naturais, outra, que exigiu para as ciências humanas um estatuto epistemológico e metodológico próprio. Ambas sob a concepção de externalidade da natureza, porque a primeira impõe a leitura da dinâmica social sob as leis mecânicas das ciências naturais e a segunda, ao defender a especificidade das ciências sociais, afirma sua distinção polar em relação à natureza.

A Geografia, dada a sua natureza, não conseguiu se enquadrar neste processo, mas tem buscado, ao longo da sua trajetória científica, firmar-se entre as ciências. Para isso, obrigou-se a se fragmentar – geografia da natureza (física) e geografia da sociedade (humana). Atualmente, essa forma de fazer geografia já não é compatível com a realidade que tem se mostrado cada vez mais complexa e multifacetada, exigindo da mesma superar esta dicotomia, sob a luz da dimensão ambiental (MENDONÇA, 2002; PORTO-GONÇALVES, 2005; SUERTEGARAY, 2001).

A crise do conhecimento científico impõe à ciência geográfica novos desafios como o da compreensão das novas interações sociedade-natureza, em tempos de período técnico-científico-informacional.

Segundo Suertegaray e Nunes (2001), a Geografia precisa repensar as relações espaço-tempo e rever o momento atual, colocando em discussão o estatuto da Geografia Física – parte da Geografia que estuda a Natureza.

Desde a década de 70, com o movimento ecológico e as críticas internas à ciência geográfica, a Geografia Física vem buscando incorporar nas suas análises a dimensão social do ambiente, ou seja, a nova realidade não permite mais a concepção de sociedade-natureza de forma segmentada, aos moldes da filosofia cartesiana.

Buscando problematizar a questão, Suertegaray e Nunes (2001) argumentam se a Geografia Física deve se pautar na concepção do “tempo que

escoa” (duradouro, das escalas geológicas)? Ou do “tempo que faz” (tempo episódico, rápido, ex: morfodinâmica do relevo)?

Assim, a questão ambiental reclama que a ciência geográfica recupere a discussão sobre a dicotomia geografia física - geografia humana. Como pensar os problemas ambientais na atual interação sociedade-natureza?

Uma questão que envolve não só o método das ciências sociais e naturais, mas, sobretudo, o comprometimento do geógrafo para dialogar com seus pares intrageografia e com as demais ciências. Impõe pensar a relação tempo-espço nas suas multidimensões.

A esse respeito, é possível dizer que a relação da Geografia com o ambiente pode ser evidenciada em todo contexto da formação do saber geográfico. Embora este saber ultrapasse o período da institucionalização da Geografia como ciência, se o considerarmos como recorte - apenas para elucidar as intrínsecas relações entre este saber e as questões ligadas ao ambiente - pode-se notar que a Geografia sempre esteve vinculada às questões ambientais.

Sem desconsiderar as demais categorias que formaram as bases do conhecimento geográfico, é possível afirmar, sem exagero, que as reflexões voltadas para o entendimento das relações espaciais resultantes da interação sociedade-natureza ocupam posição central nas preocupações desta ciência.

Moreira (2004, p.31-33) detecta quatro distintas fases de conceber a natureza na Geografia:

- O modo empírico mais puro e simples – de influência martoneana, ainda hoje difundida, meramente sensória, consistem em entender a natureza naquilo que captamos por intermédio dos sentidos e que transpomos para uma teorização de cunho meramente taxonômico. Influenciada pelos modelos matemáticos e, estruturado de forma fragmentada – Clima, relevo, solos, biogeografia. [...]
- O modo paradialético dos anos 50 – sob a influencia principal de Tricart, buscava uma visão mais integrativa, interrelacionado os elementos da natureza, mas que ficou restrita a geomorfologia. Na qual busca explicar o relevo por forças internas e externas da Terra. [...]
- O modo superempírico dos anos 70 – Busca uma matematização da natureza – através de modelos quantitativos. [...]
- O modo ecológico em curso – a proposta de acompanhar a natureza mais pela janela do holismo e da biologia do que da física. A unidade, mais que os fragmentos, é o que caberia apreender-se. [...].

Isto revela que, conforme o momento histórico e a corrente de pensamento que está sendo vinculado, o conceito de ambiente foi obtendo conotações diferenciadas, sendo reflexo da concepção de natureza subjacente a cada uma das escolas que formaram o pensamento geográfico moderno. Assim, até meados do século XX, prevaleceu-se a visão naturalista, preconizada pela concepção determinista, possibilista e tecnicista de natureza. Em todas essas fases, há um entendimento do homem como externo ao ambiente (MENDONÇA, 2002).

As primeiras tentativas de integração sociedade-natureza nas pesquisas geográficas na tematização do ambiente foram buscadas na introdução da teoria de sistemas. Nesta abordagem, começou-se a levar em conta os impactos naturais sob influência da “ação antrópica” (MENDONÇA, 2002).

Embora não se possa deixar de reconhecer o avanço nesta concepção, no que diz respeito à inserção do homem na análise do ambiente, ela ainda se mostrava incipiente pois, ao invés de entender o homem/sociedade como sujeito/componente do meio ambiente, eles eram vistos apenas como fatores, ou seja, ainda era mantida uma externalidade (MENDONÇA, 2002).

Dessa forma, mesmo nas últimas décadas, principalmente após os anos 1980, tem sido possível identificar um movimento na busca de uma Geografia que supere as concepções reducionistas do ambiente, - não só pautada no entendimento dos processos sociais e nem tampouco voltada apenas para os processos naturais -, já que o entendimento da problemática ambiental necessita mais do que isso. Há, portanto, certo consenso da necessidade de superar a “dualidade” da geografia – física e humana – para que se possa dar conta dos problemas ambientais na sua complexidade.

Embora esse movimento ainda esteja em processo, e tenha muito para ser feito, muitos trabalhos têm buscado superar a concepção positivista de ambiente. Trata-se de um desafio, pois cada abordagem impõe a escolha de alguns conceitos que, por sua vez, acabam destacando uma dimensão do ambiente e ofuscando outra, pois tal encaminhamento está imbricado ao processo metodológico (MENDONÇA, 2002; SUERTEGARAY, 2000).

Assim, considerando as dimensões físicas, econômicas, políticas, sociais e culturais dos problemas ambientais, o desafio maior é promover um diálogo

intra-geografia e com outras áreas do saber, visando ampliar as possibilidades de compreensão do objeto.

Conforme aponta Morin (1999), há uma série de problemas nos três pilares do conhecimento do moderno, a ordem, a separabilidade e a razão, conforme exposto ao longo do texto e, para superá-los, segundo o autor, caminhamos no sentido de uma razão aberta. Assim, para esse autor

O problema que se coloca atualmente não é o de substituir a certeza pela incerteza, a separação pela inseparabilidade ou a lógica clássica por não sei o quê... Trata-se de saber como vamos fazer para dialogar entre certeza e incerteza, separação e inseparabilidade etc. E para chegar a isso, creio que Laborit é bem explícito a esse respeito: é preciso começar por utilizar a teoria dos sistemas, a cibernética e a teoria da informação. É o que podemos chamar de três teorias, que forma uma trindade. De certa forma, elas repercutem uma na outra de maneira inseparável, como a Trindade divina, só que esta é profana (p. 27).

A teoria da informação trata o conceito de informação que supõe a incerteza, que nasce do nosso diálogo com o mundo e nele sempre surgem questões que não foram possíveis de prever na teoria, portanto uma forma de lidar com a incerteza. Já a cibernética, além do seu elo com a teoria da informação, ela tem a contribuição de trazer a espiral, que permitiu introduzir o conceito de retroação³¹ superando o pensamento causa/efeito. O sistema é tudo que tem uma realidade para nós, o átomo, as moléculas, o sol, a biosfera, a sociedade, o homem, ou seja, o objeto da ciência é o sistema (MORIN, 1999).

Morin (1999, p.30) acrescenta a estas teorias o conceito de auto-eco-organização. Trata-se da capacidade do organismo/indivíduo de se auto-reparar, auto-transformar e se auto-reproduzir, ou seja, se alimentar da desordem para se regenerar. Assim, “a questão da racionalidade aberta é um jogo duplo: manter as regras da lógica clássica, aqui incluindo os três princípios aristotélicos, mas ser capaz, em alguns casos de transgredi-los e retornar” .

³¹ Um exemplo de retroação e do pensamento espiral apresentado por Morin (1999, p. 28) é que: “Por exemplo, somos seres vivos, produzidos por um processo de reprodução genética, mas nós mesmos, que somos esses produtos, somos também produtores, desde que nos acoplemos com a pessoa do outro sexo. Nesse momento, somos produtos-produtores. Estamos em ciclo. A sociedade das interações entre indivíduos, mas com sua cultura, seu saber ela retroage sobre os indivíduos e os produz para se tornarem indivíduos humanos.”.

Assim, integra-se a velha lógica em um jogo complexo. Buscar combinar o simples com o complexo, fazer a reforma do pensamento a reforma paradigmática, na qual, em lugar da disjunção, opera-se o conjuntivo, capaz de unir e diferenciar.

No tocante à ciência geográfica, estas ideias podem ser representadas pelas novas concepções das categorias natureza, sociedade, tempo e espaço, que emergem de novas propostas contrapondo-se ao modelo cartesiano. Trata-se, conforme Suertegaray (2002), da necessidade de novos conceitos e novos métodos, que expressem a materialidade do mundo atual. Para tanto, a autora afirma que não há como fugir da ideia de híbrido e de novos métodos que promovam a articulação dos processos naturais e sociais.

Segundo Suertegaray (2002, p.162), “nesse caminho metodológico, valoriza-se não necessariamente, a harmonia entre os processos, mas sim a observação e o registro dos episódios catastróficos, das mudanças de ritmo dos eventos singulares e episódicos, as bifurcações”.

Assim, privilegia-se mais o tempo que faz do que o tempo que escoia. Enquanto o primeiro refere-se ao tempo histórico – tempo curto, do acontecer, o segundo refere-se ao tempo geológico – o tempo longo, profundo. Tendo como exemplo a Geomorfologia, Suertegaray e Nunes (2001) explicam que enquanto a opção pelo tempo que faz daria ênfase aos processos morfodinâmicos do relevo, o tempo que escoia daria ênfase aos processos morfogenéticos. Ou seja, enquanto na modernidade, predominou-se a concepção de tempo como seta, de evolução e progresso; neste momento histórico, pensa-se a coexistência de tempos, trazendo para esta análise a ideia de ritmo, de espiral (Figura 01).

Nunes (2005, p.02), ao interpretar as representações de tempo, faz referência à afirmação de Monteiro (2000):

O tempo em reta simboliza a flecha do tempo, no sentido de continuo passar, do fluir inexorável e irreversível. O tempo em círculo é o tempo reversível, onde se anula o passado e se projeta o futuro a partir de uma perspectiva organicista e mecânica de começo, meio, fim e recomeço. E os tempos em espiral e espiral rítmica, representam “um meio tempo entre o fluxo linear que, embora não se fechando em círculos, admite a possibilidade de um fluir curvo onde ocorrem aparentes retornos, assemelhados às condições pretéritas, mas aliados a um nível superior”.

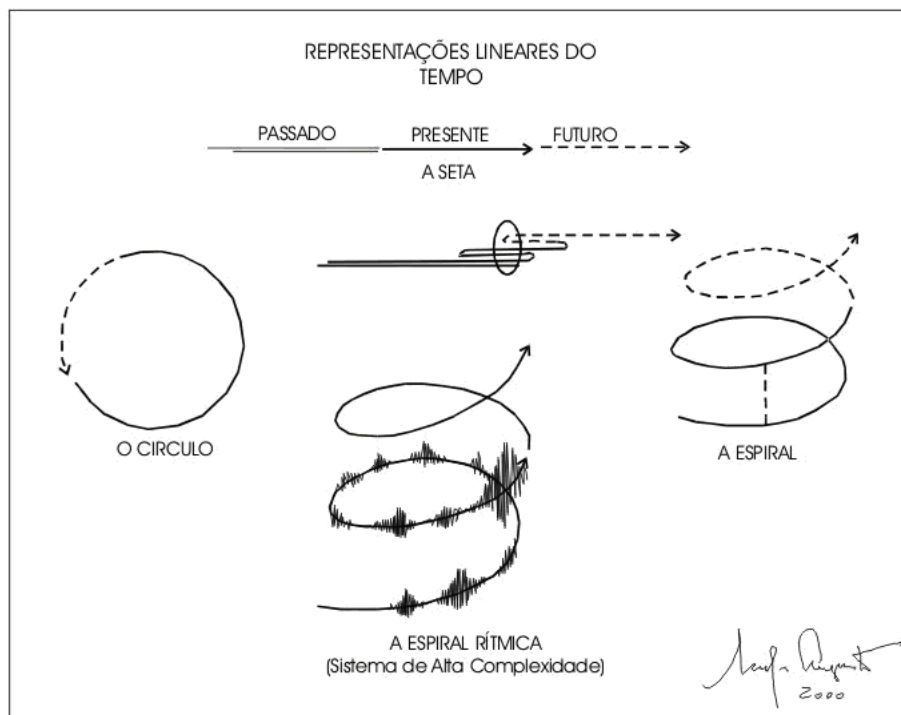


Figura 01 - Representações do tempo.

Fonte: MONTEIRO (2000).

No tocante às concepções de espaço, também se verifica a tendência das pesquisas em geografia voltarem-se para problemas locais, correlacionando-os com outras esferas regionais e globais. Isso porque o desenvolvimento da ciência e tecnologia permitem perceber que a apropriação da natureza não se dá apenas na escala macro. Ou seja, as transformações econômicas, sociais e políticas, cada vez mais se fazem sentir na escala local, impondo à ciência novas demandas de responder tais processos, sem que com isso sejam ignoradas as demais dimensões do fenômeno.

Neste contexto, o local, nos estudos geográficos ganha significativa representatividade, que ocorre porque o capital busca se instalar em locais onde a sua reprodução será mais eficiente, onde ofereça um conjunto de equipamentos avançados em tecnologia e informação, necessários ao seu desenvolvimento. Trata-se da mundialização econômica, na qual integração e fragmentação fazem parte do mesmo processo. Assim, os locais tendem a se diferenciar, embora se propaguem os discursos de “homogeneização”.

O capitalismo, ao desenvolver-se e reproduzir-se, coloca “à margem” um conjunto de locais e pessoas que conhecem, não só um período de estagnação, mas de miserabilidade intensa.

Tal fato evidencia a importância da compreensão na pesquisa científica da relação espaço tempo, sobretudo, naquela voltada para o entendimento da interação sociedade-natureza, hoje traduzida pela abordagem ambiental. Isso porque,

O espaço nas suas vantagens locacionais e diferenciações espaciais vão constituir-se num elemento significativo na reprodução do capital. Este capital se reproduz a partir da intensificação das técnicas e da ampliação das densidades técnicas nos diferentes lugares. Daí resulta uma tendência à homogeneização tecnológica, que, decorrente do processo de globalização da economia, promove a intensificação/aceleração do tempo; neste contexto, podemos incluir a aceleração dos processos naturais (SUERTEGARAY; NUNES, 2001, p. 20).

Estas ideias evidenciam que a produção do conhecimento científico é algo muito complexo, estando o resultado da pesquisa diretamente vinculado à concepção de mundo do pesquisador e seu embasamento teórico-metodológico que o instrumentaliza para a leitura da realidade.

Num momento histórico, em que convivem várias abordagens epistemológicas e, conseqüentemente, diferentes formas de interpretação do real, ao cientista cabe a busca constante pelo entendimento epistemológico e ontológico da ciência.

Qual a importância da geografia no que se refere à compreensão destas mudanças? Como o geógrafo é chamado a discutir a realidade?

Num período de globalização econômica socialmente seletiva, as conseqüências sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais são representativas, e colocam um grande desafio ao conhecimento que, por tradição tende à compartimentação e hiperespecialização, pois a realidade atual exige uma nova forma de ver as coisas, já que, segundo Morin (2000, p.13-14), “os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais”.

Segundo o mesmo autor, os problemas particulares só podem ser pensados corretamente em seus contextos, e o próprio contexto destes problemas deve ser contextualizado no âmbito planetário. Considerando o cenário ambiental

atual e os apontamentos de Morin (2000), não é difícil reconhecer o papel da Geografia no contexto das mudanças ambientais globais e locais.

A Geografia tem uma particularidade que, durante muito tempo, foi um obstáculo e um desconforto a sua consolidação como ciência. Desde a sua origem, enquanto as demais ciências separaram sociedade da natureza, a geografia, não pode fazer o mesmo. O que escolher: Estudar a natureza? Estudar a sociedade? Algo impossível para esta ciência, já que a geografia dos fenômenos se dá num contexto de interação sociedade e natureza.

Sem conseguir se enquadrar no conjunto das ciências, mas buscando seu estatuto científico, a opção foi fragmentar-se internamente: Geografia Física e Geografia Humana. O fato é que, com o tempo, a realidade complexa e os próprios problemas ambientais mostraram que a ciência moderna, na maneira compartimentada, não dá conta de responder às demandas que se colocam. É necessário um pensamento conjuntivo. Com isso, o que parecia ser um problema para a Geografia, aparece agora como um caminho. Assim, no lugar de reafirmar a dicotomia, o que vem acontecendo, muito recentemente, é a busca de sua superação que possa melhor compreender a temática ambiental.

Para tanto, a Geografia vem se valendo de seus conceitos operacionais para a compreensão dos problemas ambientais manifestos. Dentre eles, destaca-se o conceito de paisagem e ambiente, como veremos a seguir.

1.5.2. A paisagem e o espaço como conceitos operacionais para a compreensão dos problemas ambientais

Conforme Suertegaray (2000), o espaço geográfico pode ser lido por meio de diferentes conceitos: território, lugar, região, ambiente, paisagem, dentre outros. Cada um constitui um filtro que ressalta o que esse conceito indica o político (território), a existência objetiva e subjetiva (lugar), a transfiguração da natureza (ambiente), o econômico e cultural (paisagem). Portanto, revelam uma dimensão do espaço, mas, segundo a autora, nenhum prescinde das determinações expressas nos outros. Assim, o pensamento geográfico é uno e múltiplo, expressando-se por um conjunto de conceitos que possuem níveis de abstração distintos e, por

consequência, possibilidades operacionais também diferenciadas. Daí a necessidade de escolha do pesquisador, sempre relacionada a sua problemática de pesquisa.

Outro fator a considerar é que estas abordagens também podem apresentar análises diferentes, conforme a concepção teórico-metodológica que embasa a interpretação do fenômeno e, desta forma o mesmo conceito possui conotações diferenciadas, dependendo do método de análise (NUNES et. al, 2006).

Portanto, a busca pela compreensão da problemática ambiental, mediante a utilização de um ou mais conceitos, dada a sua complexidade, é sempre um caminho profícuo, mas sempre haverá limites, seja pelo recorte, seja pelo método de interpretação. A escolha deste ou daquele caminho, entretanto, não é arbitrária, ela própria já indica certa concepção e posicionamento do pesquisador.

Afirmamos com isso, que nossa opção de partir do conceito de paisagem, como porta de entrada para a compreensão dos problemas ambientais, mais do que uma opção é, sobretudo, por acreditarmos que, como diz Milton Santos (2002, p.106), “o seu caráter de palimpsesto, memória viva de um passado já morto, transforma a paisagem em precioso instrumento de trabalho, pois *essa imagem imobilizada de uma vez por todas*³² permite rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto” (grifo nosso). Sem desconsiderarmos a observação de Bloch, citado pelo autor, que orienta para o fato de que, o que vemos são fragmentos materiais do passado cuja simples recolagem não é suficiente para compreendermos as etapas da evolução social, que somente será possível quando buscarmos explicações desses fragmentos, no contexto da sociedade que os produziram. Também a paisagem presente só poderá ser explicada pela sociedade atual.

A materialidade da paisagem é, portanto, expressão econômica e cultural da sociedade que a anima. Como diz CARLOS (2003, p.84),

A paisagem geográfica revela os antagonismos e as contradições inerentes ao processo de produção do espaço num determinado momento histórico. E a inter-relação entre os fatores físicos e sociais será a expressão material da unidade contraditória de relações entre a sociedade e a natureza, seja esta natural ou transformada. Esta unidade é definida por determinações gerais da realidade social e por

³² Esta frase, pertence a Marc Bloch (1974 apud Santos, 2002, p.106)

determinações específicas do lugar, do jogo de poder social local entre as forças políticas que aí se defrontam.

Seu potencial está no fato de permitir apreender no espaço e no tempo a unidade natureza e sociedade e seu desafio constitui partir da forma (aparência), desvendando-a, para compreender os processos (essência) que conformam a organização social presente, com vistas a projeções futuras, uma vez que, visualmente, aparenta uma relativa³³ estabilidade, rapidamente dissolvida pela dinâmica da sociedade.

Estas potencialidades e limitações foram percebidas, total ou parcialmente, pelos geógrafos desde a institucionalização da Geografia científica. Conforme Corrêa e Rosendahl (1998), a paisagem tem-se constituído num conceito-chave da geografia, por sua capacidade de fornecer unidade e identidade a esta ciência num contexto de sua afirmação. Contudo, segundo estes autores, o conceito passou por processos de maior e menor significação ao longo da história do pensamento geográfico e, até mesmo, ocupando uma posição secundária, em momentos que outros conceitos geográficos foram mais enfatizados.

Isso ocorreu, sobretudo, durante o processo de renovação da geografia, após a metade do século XX, quando outras bases filosóficas começaram a embasar os trabalhos geográficos contrapondo-se ao positivismo, anteriormente predominante. Esse período de contestação na geografia foi salutar e necessário, sobretudo, para trazer à preocupação dos geógrafos, as questões sociais, que antes, salvo exceções, eram relegadas à descrição sem reflexão crítica. Atualmente, continua-se o debate epistemológico, contudo, busca-se nesta ciência, resgatar os conceitos geográficos clássicos a partir de novas acepções (HIRAO et al, 2006).

Com isso, a definição e os meios de estudar a paisagem evoluíram, mas certos elementos permaneceram relativamente estáveis, como o conceito de fisionomia.

Do século XIX até meados do século XX, predominaram os estudos geográficos com abordagens pautadas no positivismo. Dentre eles, os dos

³³ Na paisagem só podemos pensar em uma falsa estabilidade, afinal os objetos físicos – relevo, solo, vegetação estão em constante transformação, ora pela sua própria natureza, ora pela capacidade técnica cada vez mais intensa da sociedade, e as edificações, mais duradouras, mesmo que não destruídas para dar lugar a outras, alteram suas funções conforme os interesses sociais. Daí não ser possível pensar as formas por elas mesmas, mas no contexto histórico ao qual estão inseridas.

precursores da Geografia, Alexander Von Humboldt e Karl Ritter, que tinham como ponto de partida de suas reflexões a dimensão fisionômica da paisagem.

Pautado nessa concepção, Humboldt, de formação naturalista, entendia a geografia como uma ciência de síntese, preocupada com as conexões. A pesquisa deveria partir do método empírico raciocinado, intuição a partir da observação. Uma geografia globalizante que privilegiava a dinâmica das conexões entre os elementos da natureza, mas que não negava a humanização do processo como um todo. Neste sentido, Silveira (2008, p.67 e 68) apresenta uma perspectiva filosófica importante que esclarece a importância do humano na obra de Humboldt:

Humboldt, conhecendo essa filosofia romântica, já não pode sonhar o sonho comum; já não lhe basta a unidade pelas vias da racionalidade disposta às ciências. Nesse caminho, colocasse não só o propósito científico de compreender o Cosmos, mas também o filosófico de abarcar a realidade numa visão integradora, sob múltiplas perspectivas e, mesmo, sob olhares aparentemente excludentes e contrapostos. A Geografia Moderna, nascida aqui, dos esforços levados a cabo por esse devaneio incalculável, é a ciência que permitiu a síntese, a aproximação de todos os campos do saber na compreensão da natureza e do espírito humano. Critica-se Humboldt por não ter olhado para o humano, crítica absurda como teremos oportunidade de mostrar, afinal, o que é central é o fato de Humboldt lembrar do humano no próprio trato da natureza. Quando Humboldt fala do natural, quando o investiga sob a imagem disposta, a forma em reprodução, está apontando um diálogo aberto entre o espírito e a natureza; coloca, de fato, a relação inviolável entre estes elementos dissociados por uma via analítica, mas que, na realidade, estão irremediavelmente ligados. Quem não consegue enxergar o humano em Humboldt não pôde compreender o desafio de sua ciência; não pôde entender que tudo quanto se evoca em nome da natureza e mesmo a valorização feita sob legados técnico-científico-filosóficos são marcas dessa admissão inconteste de que o espírito humano é parte do processo de transformação da natureza. Critica descabida, o humano, em Humboldt, está presente na sua obra a todo instante em que se fala do elemento natural.

Para Ritter, historiador, a geografia deveria estudar os arranjos individuais e compará-los, no qual o homem seria o principal elemento, dentro de uma concepção antropocêntrica. A geografia de Ritter é a geografia dos lugares, uma busca da individualidade deles, daí a sua proposta de uma geografia regional pautada na análise empírica. A obra desses dois estudiosos compõe a base da geografia tradicional; embora não tenham deixado discípulos diretos e não tenham formado escola, eles abriram o caminho para o desenvolvimento científico da Geografia (MORAES, 1982).

O desenvolvimento da Geografia que se seguiu na França e na Alemanha evidenciam a influência dos seus fundadores e, como consequência, a importância do estudo da paisagem. Além da sua fisionomia que possibilita apreensão pelo olhar, o conceito de paisagem também se caracteriza pelo seu aspecto locacional, um território, um sítio, como podemos depreender dos significados da palavra, apresentados por Emídio (2006, p.17);

[...] do francês *paysage*, provém da palavra *pays*, que é terra, região, evocando a origem dos antepassados – *pátria*. Corresponde em inglês mais a *country*, uma região delimitada por algum critério (natural ou geopolítico), do que a *land*. Tanto em francês (*pays*) como em italiano (*paese*), está implícita a ideia de um lugar que vivem as famílias, juntamente com o seu entorno e as suas características. Por sua natureza, a paisagem compreende não só os lugares, mas, de certa forma, também os estilos de vida. Outra definição encontrada nos dicionários refere-se ao “espaço de território que se abrange num lance de vista” (grifo nosso).

Na França, Vidal de La Blache vai buscar na paisagem as características que identificam o território, a partir do reconhecimento, da localização e delimitação, tanto espacialmente quanto qualitativamente, dos elementos que, em relação, são responsáveis pela especificidade da região, pois o aspecto do território revela ao geógrafo os elementos do gênero de vida. A combinação dos fenômenos naturais na sua interação também poderá fazer surgir a região natural (BESSE, 2006).

Na Alemanha, Ratzel também reconhece que a história dos homens se faz sobre a terra a partir de sua inscrição no solo. Suas ideias influenciaram Brunhes, que “fez da fisionomia o fundamento objetivo do saber geográfico” (BESSE, 2006, p.67).

O papel do geógrafo é, então, reconhecer estas marcas, a impressão do homem sobre a Terra, sejam as obras ou o ordenamento do solo que sofre influência social. A paisagem é um artefato. A compreensão dos fenômenos geográficos depende da compreensão das séries causais determinadas. Segundo Besse (2006, p.70),

Tudo se passa como se a realidade geográfica estivesse estruturada segundo uma dupla articulação: de um lado, um plano “vertical” em que se desenvolvem as séries naturais independentes e, de outro, um plano “horizontal”, que pode ser chamado morfológico, que é o

dos cruzamentos locais, das correlações, mas também das oposições entre estas séries de primeira articulação.

Para decodificar a fisionomia da paisagem, o geógrafo deveria valer-se do saber olhar, ir a campo; num primeiro momento, distinguir os diferentes elementos naturais e humanos e, num segundo, classificar, realizar a síntese. É preciso ver, escutar, viver e sentir a paisagem (BESSE, 2006).

Em 1939, o geógrafo alemão Troll criou a *Landschaftsökologie* – ecologia da paisagem. O objetivo era o estudo das inter-relações do homem com o meio, no qual a paisagem é concebida como uma unidade orgânica, devendo ser compreendida no seu ritmo temporal e espacial, considerando não só a sua morfologia, mas também a estrutura, pois a ecologia da paisagem objetiva o nível máximo de interação dos seus elementos. O estudo da paisagem deveria orientar a ordenação da ocupação humana através do conhecimento dos limites e potencialidades de uso dos diversos segmentos territoriais (NUNES, 2007; EMÍDIO, 2006).

Com a eclosão da ecologia na década de 1950 e a disseminação da Teoria Geral de Sistemas, proposta por Ludwig Von Bertalanffy³⁴, na Geografia, foi introduzido o paradigma sistêmico, objetivando fazer uma análise integrativa da sociedade com a natureza. Nessa perspectiva, surge o conceito de geossistema - unidade geográfica sistêmica - ou seja, um sistema de base territorial. O conceito foi empregado primeiramente, na Alemanha, por Sotchava em 1960, como substituição aos aspectos da dinâmica biológica dos ecossistemas, cujo fundamento era o de focar os aspectos integrados dos elementos naturais espacialmente, configurando-se num modelo global de apreensão da paisagem (VICENTE & PEREZ FILHO, 2003; CHRISTOFOLETTI, 2002).

Mais tarde, na França, Bertrand (1972) desenvolveu uma classificação para o geossistema sob unidades taxonômicas, buscando realizar uma leitura da paisagem mediante uma escala espaço-temporal. Na reelaboração do conceito, Bertrand reconhece a paisagem como uma expressão concreta da relação

³⁴ Este buscava uma linguagem científica que englobasse todos os campos do conhecimento, a Biologia, a Engenharia, a Física, a Matemática, a Psicologia, as Ciências sociais, as Ciências da Terra entre outras. Para ele, o sistema se constitui como “um conjunto de elementos em interação” (VICENTE & PEREZ FILHO, 2003).

sociedade e natureza numa perspectiva histórica, sob influência sistêmica. (VICENTE & PEREZ FILHO, 2003).

Segundo Bertrand (1969, p.2)

a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.

Nesse mesmo artigo, o autor ressalta que tratar da paisagem implica não só em considerar os seus aspectos naturais, mas também as implicações das ações antrópicas. Para isso, um fator fundamental na análise da paisagem é a noção de escala temporal (herança histórica da paisagem) e espacial (interação entre os geossistemas). Segundo ele, geralmente, a classificação da paisagem é realizada a partir de um sistema de delimitação formado por unidades homogêneas e hierarquizadas, conforme as escalas de análise. Contudo, muitas vezes, estas delimitações acabam sendo arbitrárias. Buscando avançar nesta perspectiva, afirma ser necessário pensar a paisagem sob uma perspectiva global, na qual, a delimitação deve ser apenas um meio de aproximação com a realidade geográfica; o resultado disso será a síntese da paisagem.

Nessa perspectiva, Bertrand (1969) estabeleceu um sistema de classificação em seis níveis: zona, domínio e região natural (as unidades superiores); o geossistema, geofácies e o geótopo (as unidades inferiores). Dentre esses níveis, o autor afirma que o geossistema constitui-se no nível de maior interesse para o geógrafo, uma vez que ele varia de uma unidade dimensional de alguns quilômetros quadrados para algumas centenas de quilômetros quadrados, e, portanto, é compatível com a escala humana. Segundo o autor, o geossistema resulta da combinação dinâmica dos elementos físicos, biológicos e antrópicos.

O geossistema seria dinâmico e, como tal, não apresenta necessariamente uma grande homogeneidade fisionômica. Estas paisagens diferentes constituem-se em diversos estágios de sua evolução. Cada uma delas se une numa família geográfica, o geofácies e o geótopo. O primeiro configura-se em uma unidade fisionômica homogênea que se desenvolve numa mesma fase de evolução geral do geossistema, enquanto que o segundo é a menor unidade

geográfica homogênea discernível no terreno. A diferença de análise, quando se considera a paisagem na sua dinamicidade, está no fato de superar a análise do fenômeno em si mesmo. Ao analisar, por exemplo, um sistema de erosão, além do sistema natural de evolução ligada à geomorfologia e solos, levar-se-ia em conta outros processos, tais como os antrópicos, que poderiam ser mais determinantes que os primeiros. A complexidade está no fato da estrutura e a dinâmica das unidades mudarem com a escala (BERTRAND, 1969).

Nesse contexto, o geossistema constitui um sistema onde interagem os elementos humanos, físicos, químicos e biológicos, sendo que os elementos humanos entram no funcionamento do sistema como "inputs", interferindo nos processos de fluxos de matéria e energia do sistema natural (MONTEIRO, 2000).

No tocante ao equilíbrio do ambiente, Bertrand (1972), baseando-se na teoria da bioestasia de Erhart, aplica os conceitos de bioestasia (equilíbrio) e resistasia (desequilíbrio). Conforme Vicente & Perez Filho (2003, p. 336), "o biologismo da classificação de Erhart, utilizado por Bertrand, acha contraponto nos estudos de Tricart (1977), que trabalha a noção de equilíbrio através de uma classificação em três estádios: meios estáveis, meios intergrades e meios instáveis" (sic). A diferença está nos meios intergrades, que dão uma conotação de processo contínuo de transformação do meio.

Contudo, a dificuldade da aplicação do conceito de geossistema fez Bertrand rerepresentá-lo como um modelo teórico da paisagem. Sobre esta questão, Vicente & Perez Filho (2003) afirmam que isso ocorreu devido à não consideração pelo autor da ideia de sistema, como ela é, um modelo teórico-conceitual, que toma forma mediante abstrações peculiares. Fato que inviabiliza sua utilização em determinados ambientes

onde a vegetação ou o solo não se colocam como elementos-chave, e o nível de antropização é tão alto que não há como estabelecer o que seria um ambiente estável ou bioestásico, subtraindo, portanto, o caráter de modelo geográfico global de apreensão do ambiente, que por vezes, fora atribuído ao mesmo (p. 337).

Numa entrevista para a revista Geosul, em 1998, Bertrand reconhece as limitações do geossistema. Para ele, o geossistema possui a

dimensão espacial, porém para análise do território é necessário considerar o tempo:

Precisamos trabalhar com o tempo na história do geossistema e analisar as mudanças. (...)A memória do geossistema é importante. Há certos geossistemas que conservam a memória do estado anterior. Outros, ao contrário, mudam rapidamente. Então, de fato, vamos tentar analisar o geossistema, o funcionamento do geossistema no tempo, não chegamos lá ainda (BERTRAND, 1998, p.151- 152.).

Nessa mesma entrevista, Bertrand (1998) apresenta uma análise geográfica do meio ambiente, através da análise do território, do espaço, mediante um sistema tripolar, no qual se pode entrar no território por três modos. Uma entrada naturalista, que deveria compreender o funcionamento integrado dos elementos naturais. Uma segunda entrada, pela gestão do meio ambiente, que seria, essencialmente, econômica ou sócio-econômica. E a terceira, cultural, o conceito de paisagem, no qual, ver-se-ia como esses conjuntos físicos são vistos, percebidos e representados pelos homens. Essas três entradas, diferentes, segundo ele, poderão ser vistas separadamente ou em conjunto, mas hierarquizadas em função da questão colocada. Com isso, é possível cobrir o conjunto do meio ambiente. Dentro dessa nova concepção do sistema, Bertrand vê na paisagem um instrumento não só científico, mas de diálogo, no qual busca-se entender a diversidade, como as pessoas se organizam, constroem sua identidade, representam seu espaço, entre outros.

A dimensão cultural da paisagem enfatizada nesta proposta por Bertrand, aparece de forma mais ou menos implícita em diferentes momentos no desenvolvimento da Geografia. Um exemplo é o trabalho de Sauer (1925 apud CORREA; ROSENDAHL, 1998), morfologia da paisagem, um estudo que na época representou uma oposição à visão determinista da escola geográfica norte-americana e numa antecipação da geografia cultural.

Sauer faz uma abordagem dando ênfase não só aos conteúdos dos fenômenos da natureza, mas nas suas conexões, associações e interdependências. O método de análise a partir da descrição, análise e reflexão: um sistema crítico envolvendo a fenomenologia da paisagem. Para ele, o conceito de paisagem está vinculado à associação geográfica dos fatos, composta de formas ao mesmo tempo

físicas e culturais relacionadas ao lugar e de importância para o homem. Também associa as relações tempo e espaço num processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. A paisagem estaria sujeita às mudanças pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição destas. A paisagem cultural está relacionada à base física, qualidade desta forma, e à cultura humana, formas de uso. Toda a ação humana sobre uma área em busca do habitat, alterando ou destruindo constitui-se numa expressão cultural (HIRAO, et al, 2006).

Na década de 1970, a geografia é constituída de novas tendências, a geografia crítica, vinculada as humanidades, de modo geral vai se distanciar do conceito de paisagem. Enquanto isso, Cosgrove (1998) destaca a paisagem como intimamente ligada à cultura. A paisagem aparece como um lugar simbólico. Sua organização representa um sistema de significação. Na geografia física prevalece o entendimento de paisagem como sistema ecológico, e na humana uma abordagem interpretativa. Conforme Schier (2003, p.85):

enquanto as abordagens positivistas e funcionalistas entendem a paisagem e os seus elementos como denotativos, em que cada elemento tem as suas funções e os seus significados claros, as perspectivas interpretativas são conotativas e, assim, são ambíguas na compreensão dos elementos paisagísticos. Neste contexto, cada dimensão hermenêutica da paisagem representa um entendimento específico desta e é válido apenas em um limitado campo discursivo.

Trata-se de uma abordagem cujo enfoque está na percepção da paisagem. Cada indivíduo observa e interpreta a paisagem a partir de suas experiências culturais, ou seja, os conhecimentos e crenças interferem na maneira de olhar a paisagem e interagir com ela.

Nesse aspecto, não é a dimensão objetiva em si da paisagem que importa ao pesquisador, mas a subjetividade construída pelos sujeitos no seu espaço vivido. A forma de viver, perceber e conceber a paisagem não é homogênea, o que resulta em relações conflitantes entre grupos sociais distintos, fato que contribui para que sejam construídas representações diferenciadas da paisagem. MELO (2005) relata alguns exemplos de pesquisa embasados nesta concepção de paisagem, no qual os métodos utilizados são mapas, poesias, relatos de viajantes, fotografias, depoimentos, etc. que apresentam a forma como as pessoas veem e representam as paisagens.

Como podemos depreender das considerações apresentadas até aqui, não há uma única forma de concepção da paisagem na Geografia; em cada abordagem metodológica surgem instrumentos diferenciados que são apropriados pelo pesquisador como forma de leitura, interpretação e representação da paisagem.

O que estas abordagens têm em comum é o fato de conceberem a paisagem como um conceito importante para a pesquisa geográfica no que se refere às questões ambientais, já que permitem colocar em relevo uma das qualidades da Geografia, em relação às outras ciências, que é: a interação sociedade e natureza. Mesmo que as abordagens por vezes ainda carregadas da dicotomia, privilegiem ora os elementos da “natureza” ora da “sociedade”, atualmente tem prevalecido a busca pela conjunção, a unidade na paisagem.

Sob o enfoque materialista histórico, a paisagem também se tornou uma importante ferramenta para os estudos geográficos, sobretudo no que diz respeito à apropriação social da natureza e sua materialização no espaço (paisagem). A contribuição dessa abordagem está na busca da compreensão dos processos que formam a paisagem. É o que podemos depreender da concepção apresentada por Suertegaray (2000, p.22):

De nosso ponto de vista, percebemos paisagem como um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais e tecnificados, sócio-econômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la enquanto forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação de causa e efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição e reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. [...]. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta.

O espaço, como acumulação desigual de tempos materializados na paisagem, expressa uma realidade ambiental, cujo aprofundamento do olhar poderá contribuir para entender os processos sociais que foram responsáveis pela sua constituição física. Um caminho para o estudo do espaço a partir da paisagem é a periodização das técnicas, rugosidades, que estão na paisagem e que indicam uma temporalidade. Nas palavras de Santos (1988, p. 55)

o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes apareçam integrados ao sistema social presente, pelas funções e valores que podem ter sofrido mudanças drásticas. Desse modo, as formas devem ser “lidas” horizontalmente, como um sistema que representa e serve às atuais estruturas e funções. Além disso, cumpre efetuar uma leitura vertical para datar cada forma pela sua origem e delinear na paisagem as diversas acumulações ao longo da história.

A paisagem (re) construída do presente ao passado, é um caminho para compreender as formas de apropriação social da natureza expressas no ambiente. Como podemos fazê-lo? Há vários caminhos... um deles é a cartografia da paisagem, que, através de diferentes documentos históricos, fotografias, imagens orbitais e até mesmo depoimentos orais, permite espacializar o uso e a ocupação do solo ao longo do tempo e no presente. Permite também, reconhecer as inscrições no espaço (paisagem) e a concretização da geografia ambiental (aparência e essência) do lugar, a partir de “o registro no espaço de processos temporais que se acumulam sob diferentes feições” (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004).

Existe uma dinâmica da natureza e uma dinâmica da sociedade, envolvidas na gênese dos problemas ambientais. Nem tudo que é geográfico é ambiental. E nem tudo que é produzido na geografia física deve receber nome de ambiental. Contudo, toda geografia contribui para o entendimento da questão ambiental, uma vez que sua manifestação é espacial.

Os problemas ambientais são expressões da relação conflituosa da sociedade com a natureza. A apropriação social da natureza no tempo produz uma organização espacial que revela os resultados dessas ações. Via de regra, são as formas de concepção de natureza que orientam as práticas no tempo, passíveis de serem reconhecidas e problematizadas dada a sua inscrição no espaço. Os fenômenos ambientais são articulados entre si nos diferentes níveis e escalas, contudo, seus efeitos não se apresentam igualmente. Considerando que muitos desses problemas têm sua base em processos sócio-históricos, é necessário articular as dimensões espacial e temporal, buscando uma periodização que permita compreender os processos que se deram em cada forma de organização social, já que os usos são diferentes nos diversos momentos históricos.

Conforme Santos e Silveira (2001, p. 20), “cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso, marcadas por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas e obedecem a princípios gerais, como a história particular e a história global, o comportamento do Estado e da nação (ou nações) e, certamente, as feições regionais.” Neste contexto, podemos dizer que há processos gerais que, ao interagirem nos locais que possuem sua dinâmica própria, produzem determinadas expressões que, embora fruto de uma dinâmica global, participam ali e respondem a uma interação única que lhes dá singularidade, isto porque estes processos têm que dialogar com aquele ambiente que possui características particulares.

Com isso, queremos afirmar que, numa abordagem geográfica dos problemas ambientais, devemos considerar a articulação das escalas, os processos gerais que se articulam com o lugar, ou seja, fatores externos que interferem na interação sociedade e natureza local, mas também buscar compreender como os fatores internos produzem uma dinâmica própria, de tal forma que lhe dão singularidade, certa identidade ambiental ao local.

Neste contexto, ao estudarmos Guarapuava, não podemos desconsiderar os fatores que fizeram parte dos processos sócio-históricos de ocupação do território brasileiro, antes ou depois da colonização portuguesa, do qual ela fez parte. Afinal, as formas de apropriação social da natureza que ocorreram no Brasil seguiram certa concepção de natureza e sociedade, reproduzida nos diferentes espaços que fazem parte de sua configuração territorial. Contudo, as particularidades de cada local, lograram uma dinâmica própria, permitiram sua combinação particular que deram a estes espaços uma expressão ambiental única.

Diante disso, Guarapuava, no processo de sua formação socioespacial participou de processos históricos gerais que a ligaram aos diferentes contextos do Estado do Paraná e do Brasil, mas, ao mesmo tempo, dados as suas particularidades, construiu paisagens próprias, que lhe dão singularidade.

Entender os processos de apropriação social da natureza que colaboraram para construir o cenário ambiental atual deste lugar, portanto, é uma maneira de entender como este município participou das dinâmicas e processos mais amplos. A forma como articulou a sua geografia local, foi responsável pela construção de sua paisagem atual, que responde a determinados problemas

ambientais, identificados e sentidos no período atual, mas cujas respostas podem estar em outros momentos da sua trajetória histórico-social.

Buscando estabelecer uma periodização a partir dos processos gerais e particulares, vinculados à formação socioespacial do município, dividimos os momentos em três períodos que, a nosso ver, promoveram formas de apropriação social da natureza particulares e que podem explicar o quadro ambiental atual. Para isso, recorreremos aos eixos de sucessão dos meios geográficos, propostos por Santos e Silveira (2001). A sucessão permite a periodização a partir das formas técnicas – entendidas como sistemas que envolvem a materialidade e os modos de organização e regulação -, que se desenvolveram nos locais, em tempos específicos, permitindo sua participação na divisão territorial do trabalho.

Esses autores, buscando apresentar a organização do espaço brasileiro, dividem-no em três momentos históricos: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional. O primeiro período é aquele no qual a natureza comanda as ações humanas. O segundo, são os diversos meios técnicos que atenuam a supremacia da natureza. E o terceiro, e último, é aquele onde a técnica – integrada à ciência e à informação, subordina a natureza e comanda o processo de ordenação do espaço. Este, porém, não se disseminou por todos os espaços o que, conseqüentemente, contribui para que se intensifique a hierarquia entre os locais (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

Nessa lógica, dividimos temporalmente o eixo de sucessões em Guarapuava, em três fases:

A primeira: *Da sociedade indígena à campeira: a transição do meio natural ao meio-técnico*, período que envolve as expedições militares, de 1770 e 1810, com a ocupação luso-brasileira e a formação da sociedade campeira, ao declínio do sistema em 1930, onde prevaleceram a baixa densidade urbana, a pecuária extensiva, a extração da erva-mate e a agricultura de subsistência, quando o tempo da natureza comandava as ações no local.

A segunda: *Da sociedade campeira à modernização do espaço produtivo: A “pilhagem” da natureza e a formação do meio-técnico*, período entre 1930 a 1980, no qual as práticas anteriores coexistiram com a extração exaustiva da

madeira nativa, com o início da mecanização do território com ferrovias e estradas, com o processo de intensificação da urbanização e com a integração ao sistema capitalista nacional;

A terceira: *Do campo à cidade: a consolidação do meio-técnico e a cristalização dos problemas ambientais*, período contemporâneo, quando se vê a supremacia do uso intensivo da tecnologia no campo e a urbanização intensa, impondo-se a mercantilização da natureza e, embora ainda não consolidado, verifica-se a inserção precária do município ao sistema técnico-científico-informacional.

Estes períodos são apresentados nos capítulos que seguem neste trabalho, buscando revelar a forma de apropriação social da natureza em cada um deles, sua expressão resultante na paisagem, bem como as consequências socioambientais.



2

DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO: APROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA EM GUARAPUAVA, ENTRE 1810 A 1930

O

processo de apropriação social da natureza no local implica no conjunto de interações entre sociedade e natureza, envolvendo seu ambiente físico, econômico, social e cultural. Guarapuava nasce de um projeto colonizador que objetiva legitimar a posse da terra para a coroa de Portugal e expandir a sociedade tradicional campeira, para isso, a expedição empreendida não se deixa abalar pelos limites físicos e técnicos de uma época que interiorizar-se pelo Brasil significava desbravar os sertões com foices e facões, ao lombo de animais, e enfrentar a resistência dos autóctones indígenas.

Ideologicamente o colono lusitano empenha-se em tornar o território brasileiro habitado e civilizado pelo europeu, com a missão de, ainda, cristianizar os “gentis” indígenas, com quem necessariamente, tiveram que conviver durante a posse da terra. A coroa portuguesa deseja garantir a posse do território a oeste da 5ª. Comarca de São Paulo e explorar os recursos naturais abundantes.

É desse projeto que esse capítulo buscará tratar. Mostrando que embora houvesse um objetivo de homogeneização de se relacionar com a natureza, desde o início houve a necessária troca entre a cultura de indígenas, brancos e negros (mão-de-obra escrava predominante). Desse contato, a forma de gerir os

bens naturais foi amalgamando as culturas, num processo híbrido que criou uma característica particular de explorar os recursos naturais abundantes, os campos e a erva-mate.

Os instrumentos, técnicas e relações de trabalho estabelecidas, nos dão as pistas da dependência daquelas sociedades do ritmo e da dependência da natureza. Contudo, a dependência quase direta do próprio corpo dos bens naturais não foi suficiente para que esses grupos criassem os vínculos necessários para saber respeitar o tempo da natureza. A opção pela relação hierárquica entre os grupos étnicos foi configurando a estratificação social ao longo do período, pois a forma de uso e apropriação da terra, adotado pelo colonizador, priorizou a concentração das riquezas e a exploração intensiva e sem manejo.

A cidade, um apêndice do campo, foi seguindo as transformações econômicas, projetando no seu espaço as mesmas diferenças sociais, concentrando os equipamentos e serviços na área central e materializando espaços segregados entre os grupos sociais. Também, no espaço urbano, a natureza e cidade não se opuseram com a ênfase da atualidade, pois a inexistência de iluminação, sistema de água, e de pavimentação, assim como as atividades econômicas predominantemente rurais, não permitiram que isso acontecesse. O por-do-sol por muito tempo definiu a hora de recolher, o poço e a mina, até a chegada dos chafarizes era o único meio de abastecimento da água, e, animais, sobretudo os cavalos e o gado, eram comuns nas ruas, coexistiam naturalmente.

O período que compreende a “conquista” dos campos de Guarapuava até 1930 configura-se por uma trajetória integrada ao contexto regional do Estado do Paraná, de tal forma que não há como desconectar os processos ocorridos nessa fase daquela que viveu o espaço paranaense, ainda enquanto pertencente à São Paulo e, mesmo depois de sua emancipação em 1853.

Isso porque Guarapuava, assim como outras localidades do Paraná, viveu nesse período uma economia periférica, voltada para atender às demandas externas de abastecimento aos centros econômicos do país ou mesmo à necessidade de outros países, a exemplo do sistema tropeiro e depois a exportação da erva-mate. Contudo, essas economias não foram capazes de acumular divisas para se criar autonomia e alternativas nas épocas de crises.

Utilizamos como fonte deste capítulo a historiografia local e regional, cujas bases são fontes de atas, relatórios, censos e mapas históricos; relatos de viajantes; jornais locais, “O Pharol” e “Correio do Oeste” e fotografias, além de registros do Arquivo Histórico Municipal e Arquivo Histórico da Unicentro.

O capítulo buscará abordar esse período onde a natureza, mais que a técnica, definia as interações sociedade e ambiente em Guarapuava. Partimos da hipótese de que o período da ocupação dos campos de Guarapuava até 1930 configurou-se por uma apropriação social da natureza baseada no uso utilitário da terra, no qual o esforço para superar as dificuldades não foi maior que a necessidade de criar bases para manter a sustentabilidade ambiental do local e seus habitantes; pelo contrário, foi responsável pela redução dos grupos indígenas.

A hierarquia estabelecida entre os índios e os brancos possuidores de terras, e desses com os brancos pobres e negros, gerou uma estratificação social que colocou os grupos menos favorecidos economicamente em uma condição de subsistência ainda mais precária nos momentos de crise, já que estavam dependentes da economia gerada pelos grupos dominantes. O esgotamento dos pastos foi acompanhado também do esgotamento das erveiras nativas. Portanto, esse período foi, para Guarapuava, não só a transição do meio natural para o meio técnico - com a mecanização incompleta³⁵, mas uma inscrição ambiental na paisagem, que reflete a apropriação desigual da natureza.

2.1. A ocupação do oeste do Paraná: do confronto entre indígenas e lusitanos na ocupação dos campos de Guarapuava

A região que compreende o município de Guarapuava era ocupada até o início do século XIX, segundo Marcondes (1998), pelos grupos indígenas da etnia *Kaigang*, subdivididos em: *Kamé* que habitavam os sertões de Guarapuava até Campo Mourão e de Palmas até o rio Uruguai; *Votorões* habitavam o Candói,

³⁵ Segundo Santos e Silveira (2001, p. 31), “o período técnico testemunha a emergência do espaço mecanizado. São as lógicas e os tempos humanos impondo-se à natureza, situações em que as possibilidades técnicas presentes denotam os conflitos resultantes da emergência de sucessivos meios geográficos, todos incompletamente realizados, todos incompletamente difundidos”

Pinhão e Palmas. Todos estes territórios pertenciam à Guarapuava e foram se ampliando ao longo do tempo. Os grupos pertenciam às famílias lingüísticas Jê.

De provável origem do Brasil Central, os *Kaigang* ocuparam vastas áreas do sul do Brasil. Sua ocupação predominante no centro-sul do Estado do Paraná, deve-se à ocupação Guarani no litoral e no vale dos rios, que os empurrou para as áreas planálticas, em territórios interfluviais. Com a redução da população Guarani, a partir da ocupação europeia, eles voltaram a se expandir por todo o Estado. Eles denominavam as áreas de Guarapuava como: Koran-bang-rê – Campos de Guarapuava; Kreie-bang-rê – Campos de Palmas; Kampo-rê – Campo Erê; Payquerê – Campo Mourão; Minkrinierê - Campos de Chagu, Laranjeiras do Sul (MARCONDES, 1998).

Os *Kaigang* possuíam uma cultura seminômade; suas aldeias eram instaladas em áreas florestadas ou nas margens dos campos naturais. A base de sua dieta era o pinhão³⁶ e praticavam a agricultura em clareiras dentro da mata, de onde retiravam as ervas medicinais, a erva-mate e a caça. A forma itinerante da agricultura era predominante, sobretudo o milho, o feijão e a mandioca, que foram incorporados à cultura do branco europeu, quando do seu contato, e persiste até os dias atuais. Essa prática de uso da terra, embora possa não ser considerada ambientalmente adequada, não exauria o ambiente, já que o consumo era apenas para a subsistência do grupo (DIAS, 2004).

O conceito de meio natural utilizado por Santos e Silveira (2001) expõe um período no qual grupos humanos vivem em um determinado território, utilizando-se de certas técnicas de uso, mas cujo corpo do homem era o principal agente de transformação da natureza e, neste caso, o homem se adaptava à natureza. Conforme os autores, no Brasil anterior à ocupação portuguesa, havia grupos nativos nessas condições, cujos “assentamentos humanos fundavam-se assim nas ofertas da natureza, e as localizações econômicas resultavam da combinação entre as necessidades de cada produto e as condições naturais preexistentes” (p.30). As características das práticas realizadas pelos grupos *Kaigang*, aqui descritos de forma sumária, indicam que esta sociedade vivia no ritmo imposto pela natureza, o tempo lento, o tempo natural.

³⁶ Pinhão é uma semente da *Araucária Angustifólia*, apreciada como alimento na região.

Na medida em que os portugueses foram empreendendo sua ocupação no litoral do Paraná, reduziu-se o território de ocupação de vários grupos nativos; o processo de aculturação juntamente com a escravização desagregou o modo de vida social e cultural desses grupos (TRINDADE; ANDREZZA, 2001).

O processo de ocupação portuguesa no litoral deu início à relação conflituosa com os nativos que se configurou pela expropriação do seu território de subsistência e pilhagem dos seus bens naturais. A ocupação do território com *plantations* e as bandeiras foram as estratégias do império português para garantir e legitimar a posse da terra para além do Tratado de Tordesilhas. Este empreendimento português se deu acompanhado pela exploração do trabalho de indígenas, africanos e brancos pobres livres. A natureza que seria dominada e exaurida, para o enriquecimento imediato, incluía a exploração daqueles que a ela eram associados, pela “inferioridade” étnica ou de classe, legitimando dessa forma a subjugação.

Essa concepção estava arraigada nos encaminhamentos dados à ocupação dos campos de Guarapuava no final do século XVIII, integrando objetivos geopolíticos aos interesses de exploração dos recursos naturais, num período de disputa territorial entre Portugal e Espanha.

O fato é que as fronteiras entre os países ainda não eram bem definidas. Portugal queria estender seu território para além do Tratado de Tordesilhas, garantindo o comércio com Buenos Aires, desenvolvido no período de união das Coroas entre 1580 e 1640, e a Espanha, por sua vez, tinha interesse em estabelecer uma fronteira a leste, alcançando o Atlântico³⁷.

O oeste do atual Estado do Paraná, pelo Tratado, pertencia à Espanha e, durante muito tempo, foi ocupado pelos espanhóis, principalmente por meio das reduções jesuíticas. Contudo, as bandeiras paulistas, no século XVII, em busca de riquezas minerais e preação indígena, foram responsáveis pelo extermínio das reduções e, ao mesmo tempo, eliminaram as pretensões espanholas de expansão rumo ao Atlântico. No entanto, a frustração dos bandeirantes quanto à ausência de metais preciosos nos sertões, também adiou a ocupação portuguesa nessa área (ROBERTO; SANTOS, 2001).

³⁷ Sobre o processo de disputa territorial entre Espanha e Portugal, ver: WACHOWICZ (2002); CARDOSO,; WESTPHALEN (1986); MARTINS (1995).

Foi apenas com o Tratado de Madri (1750) e de Ildefonso (1777) que se definiram efetivamente as fronteiras, concretizadas mediante a ocupação da terra, exigindo a adoção de medidas estratégicas por ambas as partes. A coroa portuguesa, então, empreendeu um conjunto de expedições militares e de políticas de povoamento, incluindo o indígena como elemento fundamental para a defesa do território (SANTOS, 1999).

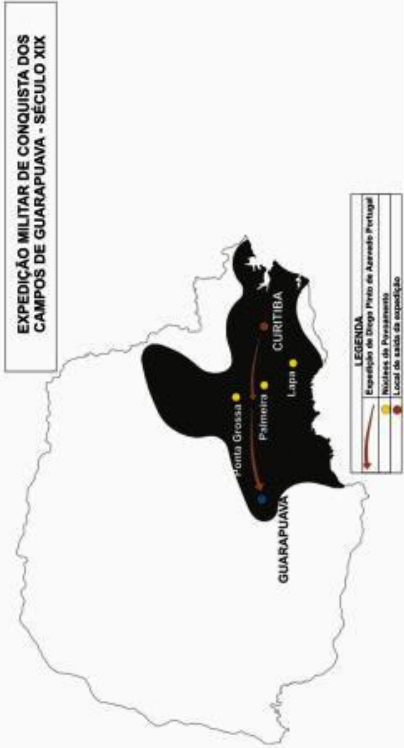
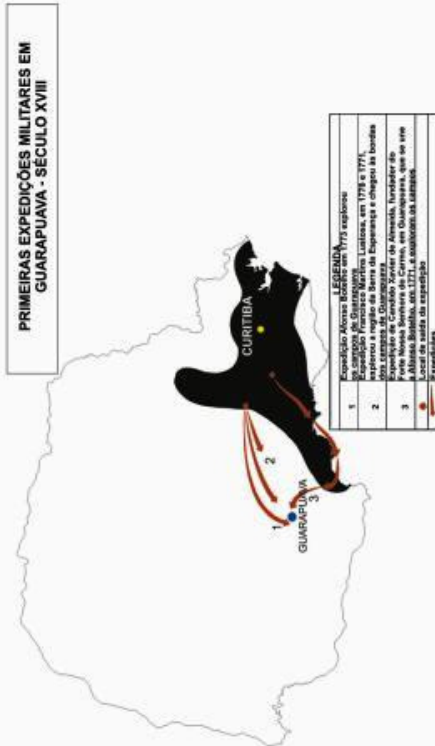
Foi nesse contexto que o Marquês de Pombal ordenou a Luis Antonio Botelho Mourão–Morgado de Mateus, restaurador da Capitania de São Paulo, a organizar as expedições militares para ocupação dos sertões. Afonso Botelho, prestava serviços no litoral paranaense, para 13 expedições que partiram para os sertões do Tibagi, entre 1768 e 1774 (CARDOSO; WESTPHALEN, 1986).

Duas expedições chegaram aos campos de Guarapuava, a do tenente Cândido de Xavier de Almeida e Souza, em setembro de 1770, e a do Guarda-mor Francisco Martins Lustosa, que chegou à borda dos campos. Em 1771, Afonso Botelho foi pessoalmente reconhecer os campos, juntamente com o Frei José de Santa Thereza de Jesus do Espírito Santo, que rezou a primeira missa. Juntos fundaram o forte e instituíram a posse para a Coroa de Portugal, porém, essa ocupação foi apenas simbólica, uma vez que essa expedição foi interdita pelos indígenas que impuseram resistência à ocupação, matando parte da diligência. Tal fato foi importante para adiar a expansão portuguesa na região em quarenta anos (WACHOWICZ, 2002).

A incursão definitiva deu-se nos primeiros anos do século XIX, impulsionada pelo mesmo motivo e agregada ao interesse dos grupos de fazendeiros pecuaristas, que pretendiam expandir suas áreas de pastagem dos campos gerais aos de Guarapuava (Quadro 05).

O território paranaense, nesse período, ainda estava integrado à Província de São Paulo. A ocupação limitava-se ao litoral e ao planalto de Curitiba. O primeiro era ponto estratégico para escoamento das riquezas naturais, principalmente porque Paranaguá constituía-se em espaço de mineração. O segundo era formado, a princípio, com uma população escassa de faiscadores de ouro que desenvolviam agricultura de subsistência e pecuária. Com o descobrimento do minério em Minas Gerais, houve uma evasão dos mineiros e o isolamento dessa

Quadro 05 - Ocupação, Fronteiras e Expedições no Paraná, Séculos XVII a XIX



região que, devido à distância do centro dinâmico da província em São Paulo, constituía-se de uma economia de subsistência (WACHOWICZ, 2002).

Privilegiada pelos campos limpos, Curitiba foi ampliando a pecuária e, com a carência do abastecimento a região central do país, nas Minas de Ouro, passou a fazer parte do circuito interno de exportação de alimentos para aquela região. Com a abertura do caminho de Viamão, passaram também as pastagens de criar à função da invernagem e, com isso, ocorreu a ampliação da área para os campos gerais, onde foram formadas outras vilas, como as de Castro, Palmeira e Ponta Grossa. Desta forma, a pecuária foi se constituindo também como um processo responsável pela ocupação do interior do país, que durante muito tempo manteve-se apenas no litoral. Com isso, deu-se início à formação da sociedade campeira, responsável pelo comércio e transporte de gado, do Rio Grande do Sul à região das Minas ou para revenda na feira de Sorocaba.

Assim, reduzia-se cada vez mais o território dos índios, que, segundo Santos (1999), para inibir a expansão dos brancos, a oeste do caminho de Viamão praticavam ataques aos moradores e viajantes da região, o que levou as autoridades da Colônia a reclamarem medidas à Coroa para aumentar a segurança da população branca das regiões próximas aos sertões do Tibagi. O objetivo principal, contudo, segundo a autora, era adquirir posse de mais terras mediante a doação de sesmaria nos campos de Guarapuava.

Com a chegada de D. João VI de Portugal, esses interesses, atrelados ao objetivo da Coroa de consolidar seu território a oeste, contribuíram para que as primeiras medidas fossem tomadas, começando pela Carta Régia, de 05 de novembro de 1808 (Quadro 06), que determinava a ocupação dos Campos a qualquer custo.

A Carta Régia, supracitada no quadro 06, apresenta-nos um conjunto de interpretações, contudo, nesta discussão, vamos nos valer de apenas algumas delas que neste momento são pertinentes para explicar a expansão da sociedade campeira e a ocupação dos campos de Guarapuava, bem como a apropriação social da natureza que se fez naquele período histórico e espaço.

Quadro 06 - Fragmentos da Carta Régia de 05 de Novembro de 1808:

Tendo presente o quasi total abandono em que se acham os Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava, [...], infestados pelos **índios** denominados bugres, **que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários** que nos mesmos países tem procurado tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado; [...], a maior parte das fazendas que estão na dita estrada se **vão despovoando**, umas por terem os bugres morto seus moradores e outras com o temor de que sejam igualmente vítimas, [...] **tendo-se verificado na minha Real Presença a inutilidade de todos os meios humanitários pelos quais tenho mandado que se tente a sua civilização e reduzi-los a aldeias e gozarem dos bens permanentes de uma sociedade pacífica e doce**, debaixo das justas e humanas leis que regem os meus povos, até mostrando a experiência **quanto inútil é o sistema de guerra defensiva**: Sou servido, por este e outros justos motivos que fazem suspender os efeitos de humanidade que com eles tinha mandado praticar, ordenar-vos: Em primeiro lugar, que **desde o momento em que recebeis esta minha Carta Régia, deixeis considerar como principiada a guerra contra esses bárbaros índios**; que **deveis organizar em corpos aqueles milicianos de Curitiba e de resto da Capitania de São Paulo que voluntariamente quiserem armar-se contra eles e, com a mínima despesa possível da minha Real Fazenda, perseguir os mesmos índios infestadores do meu território**, procedendo a declarar que **todo o miliciano, ou qualquer morador que segurar alguns índios poderá considerá-lo por quinze anos como prisioneiro de guerra**, destinando-os ao serviço que mais lhe convier, tendo porém vós todo o cuidado em **fazer declarar e conhecer entre os mesmos de minhas leis, cultivando as terras que lhes apropriarem, não só não ficarão sujeitos a serem feitos prisioneiros de guerra, mas serão até considerados como cidadãos livres e vassalos especialmente protegidos por mim e por minhas leis**...Em segundo lugar sou servido, à proporção que fordes libertando não só as estradas de Curitiba, mas os Campos de Guarapuava, possais ali **dar sesmarias proporcionais às forças e cabedais dos que assim os quiserem tomar com o simples ônus de as reduzir à cultura particularmente dos trigos e mais plantas cereais e pastos para os gados** e da especial cultura dos linhos, cânhamos e outras espécies de linho. [...] Em quarto lugar...este quarto e último mandamento se refere **à possibilidade do aparecimento casual de diamantes, pois estes pertencem à Fazenda Real**, à qual devem ser entregues mediante alguma recompensa, e proíbe, sob penas severas, a lavagem de terras para delas tirar diamantes [...] (Grifo nosso).

Fonte: MACEDO, A., 1951, p. 95 – 97.

Iniciemos pela primeira questão apresentada por D. João IV quanto ao ataque dos indígenas aos fazendeiros proprietários. Neste trecho, é clara a ideia de propriedade privada da terra, onde o proprietário é o “civilizador português” que está trazendo cultura ao local e sendo inibido pelo “bárbaro indígena”. O europeu passa, neste caso, de invasor da terra, milenarmente ocupada pelos nativos, ao

“bom homem”, que naquele momento significava ser: branco, proprietário e detentor da cultura, o oposto do bárbaro. É evidente a relação hierárquica estabelecida entre os dominadores e os dominados, entre cultura e natureza.

O discurso ideológico do rei de Portugal é carregado de termos que apresentam o “civilizador” da terra, como aquele que possui senso de humanidade e generosidade. Valores positivos, atribuídos ao bom homem da época, em relação ao bárbaro, que além de não reconhecer a bondade daquele que está lhe trazendo uma “cultura superior”, aceitando que ele coexista naquele espaço, “confinado à aldeias”, é claro, ainda o agride até a morte.

Dessa justificativa se vale o Rei para declarar guerra aos índios, dando a entender que esta não é a sua conduta – “que tem sempre primado pela tolerância para com seus povos, sempre se valendo da justiça e humanidade” -, mas neste caso, não lhe resta outra medida, que lhe é imposta pela própria circunstância pelos “bárbaros indígenas” no “território do rei” (MACEDO, 1951, p. 96)

Com essa carta, D. João autoriza deliberadamente a dizimação dos nativos e legitima sua escravidão, justificada pela “guerra”. Além da vida, os nativos são expropriados do seu único meio de subsistência - à terra, que deles será retirada e doada como “sesmaria” aos homens civilizados, “de bem”, aqueles que possuem os meios para dotá-la de cultura.

É possível observarmos nessa carta que há, também, por parte do governo de Portugal, uma preocupação com a produção de culturas que pudessem atender aos interesses do mercado consumidor interno. “[...] **possais ali dar sesmarias proporcionais às forças e cabedais dos que assim os quiserem tomar com o simples ônus de as reduzir à cultura particularmente dos trigos e mais plantas cereais [...]**”. (MACEDO, 1951, p. 96, grifo nosso). Há, por parte da Coroa, a intenção de determinar o uso e ocupação do solo que, neste caso, ao estar no interior do continente, devia atender ao mercado consumidor interno crescente, que naquele momento era insuficiente para atender à demanda, já que no litoral a produção continuava para o mercado externo.

Além das culturas de cereais, destaca-se a predominância da pecuária praticada no interior do continente. Também revela que não se havia esgotado naquele momento a esperança de ampliar as áreas de exploração dos

metais preciosos nos sertões daquela capitania, neste caso, os diamantes, que eram propriedade real.

D. João deixa clara sua predisposição para a “generosidade”, determinando que aqueles que ao serem capturados, reconhecerem os princípios do reino, serão “até considerados cidadãos, protegidos pelo rei”.

Para compreendermos o universo do século XIX, assim como a concepção do que significava ser civilizado naquele período, podemos considerar os apontamentos de Santos (2007, p. 56), que faz uma observação interessante sobre esse conceito, associando-o ao “ser bandeirante”, figura essencial na ocupação do interior do Brasil.

[...] bandeirante não é apenas o desbravador dos sertões, pois para prear índios e escravizá-los, está aproximando-os dos modelos da civilização e do progresso vividos pelos luso-brasileiros. Índio e sertão são uma única coisa, natureza pura, sem regras, normas, leis, conhecimento, isto é, mundo inferior. Esse mundo deve ser civilizado e dominado com os modelos ideais que tornaram os luso-brasileiros conquistadores do Brasil. Portanto, desbravar o sertão significava introduzir a civilização e o progresso onde reinava a ausência da humanidade. Os bandeirantes, nessa perspectiva, não são apenas homens corajosos, são presença simultânea da própria sociedade e da cultura onde nada há, humanizando a natureza e também os que lá habitam.

Tal observação nos ajuda na compreensão das concepções de natureza que orientaram as práticas dos portugueses naquele período histórico e que, legitimam as argumentações da Carta Régia.

Ao receber as ordens do Rei, o governador de São Paulo buscou intervir junto ao Conde de Linhares, pois este entendia que esta atitude só ampliaria os conflitos, sendo assim, propôs que fosse criada uma junta especial, da Real Expedição e Conquista de Guarapuava, para elaborar um plano que visasse civilizar e catequizar os índios “selvagens”. Essa missão deveria ser realizada sem violência e sob a coordenação do sargento-mor Diogo Pinto de Azevedo Portugal. D. João VI, atendendo às considerações feitas pela junta, determina a carta régia em 1 de abril de 1809:

Hei por bem conformar-me com os acertados e bem fundamentados votos dos Coronéis João Costa e José Arouche de Toledo Rondon que vos ordeno e a Junta sirvam de base ao plano que deveis de seguir e organizar para realizardes as minhas paternais vistas. É, portanto, considerando que **não é conforme aos meus princípios religiosos e políticos estabelecer a minha autoridade nos Campos de Guarapuava e território adjacente por meio de mortandades e crueldades contra os índios**, extirpando as suas casas que antes **desejo adiantar por meio de religião e civilização, até para não ficarem desertos tão dilatados imensos sertões e que só desejo usar de força com aqueles que ofendam os meus vassallos e que resistam aos brandos meios de civilização que lhes mando oferecer**, sou servido ordenar que prescrevais, em meu Real Nome, ao Comandante que, segundo vossa proposta, tive por bem nomear para dirigir a Expedição... (MACEDO, 1951, p.100-101)

A nova Carta Régia desautoriza a dizimação indígena explícita na anterior, justificando a mudança pelo caráter “humanitário” do Rei em relação aos seus subordinados.

Ao integrar a estratégia de gestão do “seu território” aos códigos moral e religioso, demonstra a relação intrínseca entre o Estado e a religião, como representantes que estabelecem a ordem, que, por sua vez, detém a verdade e a justiça. Em seguida, deixa transparecer seu interesse em utilizar o próprio indígena como elemento ocupante do território, “[...] até para não ficarem desertos tão dilatados imensos sertões [...]”, interessante a Portugal no tocante a garantir sua soberania e fronteiras. Mas deixa entender que no caso de resistência, a violência será autorizada para proteger os “vassallos” do Rei.

Assim, aos brancos europeus “civilizados”, que adentraram aos sertões para os Campos de Guarapuava, estavam garantidas a terra sob a concessão de sesmarias, os indígenas “hostis”, que poderiam ser seus escravos, e o direito de atentar contra a vida daqueles que tentassem impedir o progresso da expedição, pois isto não seria considerado um ataque, mas apenas a legítima defesa da sua vida, como vassallo, e do território, pertencentes ao rei. Nessas condições, o uso da força, não só era de direito, como aprovada pelo próprio D. João nas suas duas cartas régias. Estava decretada em lei e ação os conflitos na região dos Campos de Guarapuava, cuja apropriação social da natureza iniciada, tinha como características a hierarquia de poder entre homens, expressa na relação

branco, índio e negros, e na ocupação da terra pelo uso extensivo dos campos, que já era garantido pela orientação do uso da pecuária.

A expedição de Diogo Pinto de Azevedo Portugal, com trezentos integrantes, partiu de Curitiba em 1809 e dez meses depois chegava aos Campos de Guarapuava. O tempo exigido para a execução da expedição demonstra as dificuldades da época quanto à ausência de vias de circulação (estradas) e transportes, predominantemente realizados por animais. Associada a essas dificuldades estava à natureza física do percurso (Quadro 07), sobretudo a transposição da Serra da Boa Esperança (hoje Serra da Esperança) que além de acidentada era coberta por densas matas. Todos esses riscos inerentes à própria natureza geográfica do percurso associavam-se aos prováveis ataques dos indígenas.

O financiamento da expedição foi realizado através do imposto sobre os muares e gado que passavam em direção à feira de Sorocaba. Tal nota é, aqui, importante para mostrar como, desde o início, houve o vínculo da ocupação com a pecuária. Esta era a fonte econômica daquela localidade e também o meio pelo qual se poderia enriquecer e ascender socialmente. O proprietário das terras de criar e invernar tinha representatividade política, dado a sua importância econômica. Expandir suas terras era garantir essa ascensão. Daí alguns fazendeiros pressionarem o Rei para ocupar o oeste e até mesmo contribuindo com animais, mantimentos, escravos para a expedição.

O número de escravos era uma das formas de qualificar o fazendeiro na sua escala social, já que este tinha um valor muito elevado na época, não só pelo movimento abolicionista, que aumentava o número de quilombos, mas também a proibição do tráfico. Havia, portanto, uma escassez que aumentava o valor do escravo, fato que contribuía para a redução deles nas áreas de pecuária nos campos Gerais.

Contudo, é importante ressaltar que a criação e a invernagem não exigiam um número excessivo de escravos; havendo portanto, uma redução da mão de obra pela própria natureza do empreendimento. Com isso, podemos afirmar que a sociedade paranaense daquele período participou do regime escravista, envolvendo índios e negros, sendo que os últimos eram maioria. A criação, transporte do gado e o tropeirismo, integravam o sistema campeiro, caracterizando-

se como uma atividade que envolvia a coexistência do trabalho escravo e livre-representados pelos agregados, que eram juridicamente livres, mas subordinados à classe senhorial.

O escravo participava de todas as atividades na fazenda, do interior da casa ao pasto. Sobre isto é interessante a colocação de Roberto & Santos (2001, p. 32):

Com uma média de 3 escravos empregados (junto aos “agregados”) nos cuidados do gado, presume-se que, aproximadamente, 1/3 dos escravos seria utilizado nesse setor. A grande maioria dos escravos estaria, então, vinculada às demais atividades da fazenda, que constituía um conjunto econômico e social integrado.

Essas considerações sobre os escravos nos ajudam a compreender a apropriação social da natureza em Guarapuava, à época. Mostra que havia entre os homens que objetivavam apropriar-se do território de domínio indígena, uma relação hierárquica, na qual a exploração da natureza incluía a exploração dos próprios homens que por não disporem dos tributos que os valorizavam naquela sociedade, ser branco, possuidor de terras e bens, ou títulos de nobreza, aproximavam-se da natureza, do selvagem, do não civilizado, fato que os inferiorizava e justificava a dominação pelos considerados cultos, “homens de bem”, civilizados, que estavam no topo da escala social. Assim, aqueles que não possuíam os meios para reproduzir sua subsistência dada a sua “natureza negra, indígena, ou sem bens”, deveriam servir seus “superiores” por natureza, já que esses eram brancos, civilizados e dotados de bens para produzir e gerar cultura na terra.

Conforme Gallardo (1996, p. 05, apud Santos, 2007, p.69):

O latifúndio, a escravidão e a pecuária foram os fundamentos da estrutura econômica no Brasil meridional durante o período colonial e imperial. O processo de constituição das classes sociais foi complexo e demorado, e deu origem a sociedades multirraciais, miscigenadas e altamente estratificadas, com os proprietários da terra, a força de trabalho e os rebanhos de um lado, e uma grande massa de despossuídos de outro, estando na base da pirâmide os escravos, inicialmente indígenas, e, posteriormente, africanos. A terra, com pouco valor comercial, foi, no entanto, um meio de produção essencial para o domínio econômico, social e político dos proprietários.

Na expedição a Guarapuava, coordenada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, havia, conforme Marcondes (1991), duzentos soldados que faziam parte da diligência e mais cem civis (homens, mulheres e crianças), entre eles escravos e dois padres, totalizado trezentas pessoas. É interessante ressaltar que a sesmaria só era concedida àqueles que podiam comprovar que tinham condições de lavrar ou criar na terra, ou seja, já estabelecia com isso, quem tinha direito de dispor das terras do reino, aqueles que tinham posse. Os escravos, portanto, que vieram junto com a expedição não estavam representando a si próprios, mas aos fazendeiros, que lhes enviaram para garantir mais terras e permaneceram nos centros econômicos. Há, portanto, na raiz da concentração de terras, a desigualdade de poderes instituída já na época do império. E assim se formou a ocupação de Guarapuava, a expulsão, dizimação e acultramento do *Kaigang* atrelado à reprodução das oligarquias rurais através da expansão da sociedade campeira dos campos Gerais e de Curitiba, mantida pelos casamentos entre famílias.

Em 27 de junho de 1810, ergueu-se o Fortim Atalaia. Dias depois, apareceram os primeiros indígenas Votorões e os colonizadores para estabelecer o primeiro contato “amigável”, ofereceram-lhes presentes. Os índios, em retribuição, ofereceram as jovens índias. Contudo, segundo as normas da igreja, ali representada pela figura do Padre Francisco das Chagas Lima, responsável pela instituição religiosa da ocupação, os soldados não deveriam entrar em contato com as mulheres, que representavam segundo o conceito moral católico impurezas e tentações do “inferno”. Este código moral se contrapunha ao dos indígenas, que entendiam que a oferta de suas mulheres era a melhor recepção e sinal de amizade. A recusa foi compreendida como uma ofensa e provocou o primeiro confronto no Fortim, que durou seis horas, tendo como resultado a morte de muitos indígenas (SANTOS, 1999).

Em resposta, o comandante aprisionou um indígena do grupo, objetivando descobrir onde estavam os acampamentos e persuadí-lo para o processo de catequização. Com isso, colocou-se em prática um dos objetivos propostos na Carta Régia. Com a transferência da população do Atalaia para o local onde se estalaria a Freguesia, o Forte foi transformado no local de aldeamento

indígena e de presídio para os degredados³⁸. Nesta área foi lhes concedida uma sesmaria aos indígenas e degradados para que pudessem dali tirar seu meio de sobrevivência.

O Padre Chagas Lima determina, a partir de então, a segregação dos índios e dos degredados em relação aos colonizadores. Compreendidos como os bandidos da época, os degredados tinham como destino conviver em terra inóspita e junto aos indígenas, e assim, os “selvagens” ficavam com os “selvagens”. A hierarquia é evidente, sendo legitimada pela “civilidade” que, na época, era privilégio dos homens brancos e donos de terra e de criações.

Em 1818, foram concedidas oito sesmarias para os requerentes que deveriam identificar o número de escravos, agregados e gados que seriam integrados a sesmaria de cultura e criação de gado. Em 1821, o Padre Chagas organizou um mapa que ilustrava o estado atual da ocupação dos Campos de Guarapuava (Quadro 08), que já indicava quatorze sesmarias, mais a do Vigário e a destinada aos indígenas.

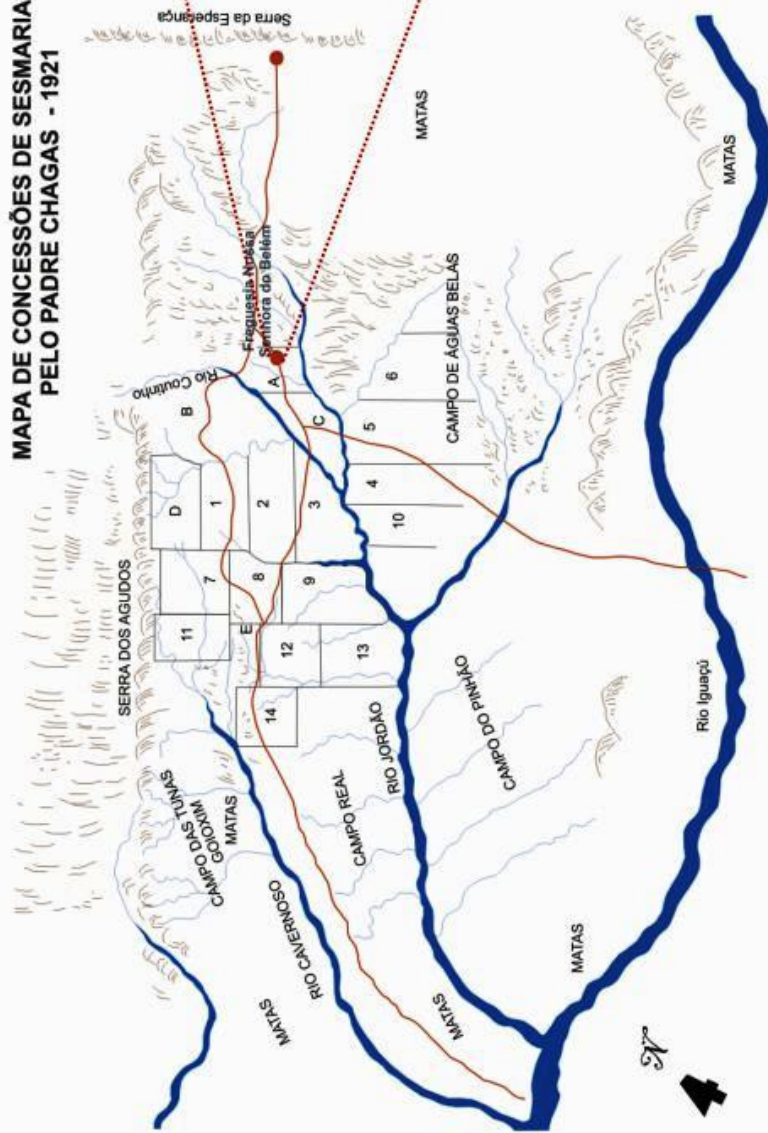
A Freguesia Nossa Senhora do Belém tinha sido criada em 9 de dezembro de 1819, pelo formal (Quadro 09) estabelecido pelo Padre Chagas e pelo capitão Antonio Rocha Loures, o qual estabelecia as primeiras normas de uso e ocupação do solo daqueles campos. O quadro apresenta elementos importantes para compreensão de como se dava a interação sociedade e natureza na ocupação dos campos de Guarapuava.

O Formal apresenta vários indicativos da proposta de organização socioespacial da Freguesia Nossa Senhora do Belém, atual cidade de Guarapuava, e mostra a intenção deliberada do vigário em planejar a ocupação desta área, limitando o uso espontâneo e buscando, em sua argumentação, trazer o caráter “racional” à ocupação e uso daquelas terras. Também é possível depreender de seu discurso perspectivas para o futuro, cuja racionalidade está implícita na idéia de

³⁸ “A serra da Esperança, desde o início da ocupação, representava um desafio para os povoadores na medida em que constituía uma barreira natural difícil de transpor, além de compor um local estratégico para os ataques indígenas. [...] Neste sentido, os campos de Guarapuava representavam um espaço “inóspito” e “selvagem” o que tornava-o propício para receber os “transgressores das leis”. Por esse entendimento é que passou a ser considerado também como “terra de degredo”, entre os anos de 1810 e 1840, recebendo criminosos de São Paulo, Santos e São Vicente, após a expedição do “Alvará de Criação do Presídio de Guarapuava” (TEMBIL, 2007, p. 72)

Quadro 08 - Primeira Distribuição de Sesmarias em Guarapuava - PR

**MAPA DE CONCESSÕES DE SESMARIAS
PELO PADRE CHAGAS - 1921**

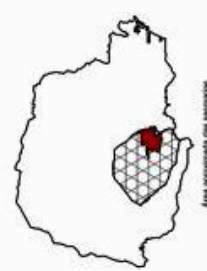


RELAÇÃO DAS CONCESSÕES DAS SESMARIAS 1921 - PADRE CHAGAS

ID	LOCALIDADE DA SERRARIA	DESTINATÁRIO
A	Freguesia Nossa Senhora do Belém	Cidade e Rocão
B	Aldeia Atalaia	Indígenas
C	Vassoral	Parte de terras aplicadas aos portugueses
D	Maracujá	Sesmaria do Vigário
E	Estacadas	1º acampamento demolido
1	Bau	Capitão Francisco Teixeira de Azevedo
2	Anta Gorda	Benedito Aires Araújo
3	Três Capões	Manceel Mendes Xavier
4	Taguazinho	Manceel José de Lima

ID	LOCALIDADE DA SERRARIA	DESTINATÁRIO
5	Capão Bonito	Alferezes Domingos Inácio Araújo
6	Jordão	Francisco Siqueira Cortes
7	Porcos	Manceel Mendes Sampaio
8	Capão Redonda	Alferezes Manceel Mendes Araújo
9	Campo Real	Tenente Manoel José de Araújo
10	Taguá	José Gonçalves de Almeida
11	Cavemoso	João Francisco Pinto
12	Campo Real	Francisco João Balista
13	Capão Alto	Tenente Comandante A. da Rocha Loures
14	Caracuz	João Mendes de Araújo

Original: Mapa de Freguesia de São José do Rio Negro, 1821.
 Desenhado: João Oliveira Rodrigues Nunes
 CO-ordenador: Tereza Jurecki-Filipe
 Base cartográfica: Adaptado de KNUDSEN, 2017; MARTINI, 1928; ABREU, 1992.
 unesp
 Universidade Estadual Paulista
 "Júlio de Mesquita Filho"



Freguesia de Nossa Senhora do Belém
 Município de Guarapuava - Paraná, 1921
 Fonte: ABREU, MARCONDES, 1992

Lugar
 Caminho
 Freguesia
 Serra

Quadro 09- Formal de Fundação e Criação da Freguesia Nossa Senhora do Belém, Campos de Guarapuava.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1819, aos 9 dias do mês de Dezembro, nesta conquista de Guarapuava, [...]; onde procedendo-se ao **exame do terreno e achando este com todas as circunstâncias e proporções necessárias, tanto em bellas águas de que está cercado, como em madeiras de construir edificios, de que tem em abundância pelo circuito, como em pedras de alvenaria e cantaria, que são freqüentes no lugar, como em pastagens para os animaes, que não faltavam: ahi se puzeram os p.ºs, fundamentos, e se fizeram as demarcações da povoação, freguesia e igreja matriz de N. S. de Belém para cuja erecção**, tinha o mesmo reverendo vigário obtido alvará de sua Majestade.

[...]

Capítulo III

A felicidade, conservação e augmento de uma povoação consiste em se tomarem logo desde o principio certas medidas, sobre o uso daquellas commodidades que a natureza offerece; de maneira que se não destruam e venham a faltar pelo futuro; portanto parece racional que o mesmo commandante que aqui estiver, haja de defender aos foros o seguinte: 1º) Que nenhuma pessoa nas matas do rocio desta povoação faça roças de lavouras ao uso do Paiz, por que costumando-se esta a estrumar com as cinzas dos arvoredos cortados e queimados, em breve annos destroem-se bosques inteiros, resultando daqui virem a faltar pelo tempo diante as madeiras de construção e até mesmo a lenha par ao fogo diário. 2º) Que ninguém no dito rocio, ou nas terras dos Indios corte pinheiros para aproveitarem unicamente os seus fructos, que por não estarem ainda maduros não cahem por si mesmo das pinhais; nem derribem para servirem-se dos galhos para cercas perdendo-se o lenho maior que serviria para estructura das casas, nem os desfalquem das suas cascas em roda porque então. seccam e se perdem todo o lenho e fructos, que dariam annualmente. 3º) Que ninguém corte outros alvoredos fructiferos, mas que sejam silvestres, como sejam Guabiroveiras, Jaboticabeiras e as Palmeiras de Butiá, que dão fructo especioso, declarando que isto não é prohibido, que façam as suas sementeiras nos campos e curraes estrumados porque então sendo lavrados ao arado, produzem toda sorte de grãos excellentemente; nem que se sirvam dos pinheiros para estructura de suas casas, nem que usem em commum e indistinctamente dos fructos silvestres, quando estiverem maduros sem estragar os arvoredos. 4º) Que ninguém ponham temerariamente fogo aos campos do rocio ou dos índios, sem ordem ou licença do mesmo commandante e os que contravierem a isto são dignos de castigo, porque não somente fazem renovo dos pastos intempestivamente, como destroem os capãositos de matos, com que a natureza adornou estes campos e os utilizam, os seus habitantes.

Capítulo IV

Os índios e os neophytos desta conquista estão aldeados, e as terras para sua vivenda lhes foram concedidas por sesmarias no lugar da Atalaia, certos de que ahi mesmo devem ficar permanecendo. [...] **Não será permitido aos índios, especialmente mulheres, andarem vagando pela freguezia e seus contornos**, quando nesta somente se deve admitir de assistência os que forem chamados a serviço, [...].

Fonte: KRUGER, N. **Guarapuava: Seu território, sua gente, seus caminhos e sua história**. Guarapuava: Edição do autor, 2007, p. 46 – 47.

ocupar hoje prevendo o que poderá se seguir amanhã, sendo que, o “controle” devia estar ao lado de quem gestava aquele território.

A introdução do documento chama a atenção para os valores agregados aos bens naturais da localidade - água, solo, árvores e pastagens -, mostrando a importância que esses elementos exerciam como recursos naturais que deveriam ser apropriados para a sobrevivência do grupo. A dependência dos recursos do ambiente é evidente, dadas as condições técnicas limitadas. A distância dos grandes centros também exigia daquele grupo que se abastecesse ao máximo dos recursos ali dispostos, pois a ausência de estradas adequadas, os acidentes geográficos, bem como a lentidão dos meios de transporte ainda dependente dos animais, tornavam inviável a dependência de outras vilas para a subsistência. A população de colonizadores se dedicavam à agricultura de subsistência e à criação extensiva de gado. A mão-de-obra para o trabalho, sendo pouca, era exercida pelos poucos escravos, pelo agregados e pelo trabalho familiar. Guarapuava pertencia à Vila de Castro; a distância, entre os dois núcleos, dado a natureza do transporte, era de aproximadamente sete meses. O isolamento geográfico, portanto, era a característica daquele núcleo populacional nascente. O tempo da natureza era o que predominava.

O capítulo três do Formal expõe com mais ênfase a concepção de natureza que se queria prevalecer na Freguesia num contexto temporal, do presente e futuro. Mesmo predominando naquele período a ideia de aproveitamento utilitário da natureza, representada pela referência à abundância da madeira, das águas e da qualidade do solo de Guarapuava, o Padre Chagas, em seu discurso, deixa transparecer que o uso inadequado dos recursos poderá levar a degradação de tal forma a esgotar os recursos.

Embora essa concepção pareça “estranha” ao contexto da época, já que o Brasil era visto como uma fonte inesgotável de recursos naturais à disposição do colonizador para seu usufruto extensivo, não podemos deixar de considerar que, no século XIX, já aparece na Europa um sentimento romântico com relação à natureza, impulsionado justamente pelas mudanças provocadas pelo capitalismo, que além de alterar a qualidade do ambiente havia descaracterizado a paisagem europeia reduzindo a qualidade de vida da população. Naquele continente, já não havia grandes bosques a desmatar, o que os colocava em dependência das colônias ultramarinas.

Não é possível afirmar com convicção que o Padre Chagas, ao estabelecer o plano de uso e ocupação dos Campos de Guarapuava estava movido por este sentimento romântico, já disseminado na Europa, uma vez que nos faltam documentos que expliquem tal conduta, contudo, a própria preocupação com a forma de exploração dos recursos do local, indica certo conhecimento das conseqüências, caso não fossem tomadas às devidas precauções. Tal fato está implícito em todas as considerações do Padre, cuja preocupação se destaca em relação aos capões de mata, que poderiam se extinguir, ora pelo uso inadequado ou pelas queimadas geralmente ateadas aos campos.

Também é notável a preocupação com a segregação dos índios e do contato desses, sobretudo das mulheres, com os soldados, algo que provavelmente levaria a miscigenação. Este fato era bem comum em Guarapuava, já que as expedições eram quase que predominantemente masculinas. Os soldados com o tempo, acabavam se unindo as próprias índias ou escravas negras que compunham o agrupamento.

Sobre a miscigenação entre os lusitanos e os indígenas, cabe aqui a observação realizada por Prado Junior (2006), no qual o autor esclarece o projeto colonizador português, que se diferencia daquele imposto pelos ingleses e franceses nos Estados Unidos da América, por considerar no nativo um elemento agregador da colonização. Enquanto esses últimos deixaram de lado, todo e qualquer envolvimento do nativo na ocupação do território, a colonização portuguesa fez o inverso, não só utilizou do indígena como mão-de-obra, como também o incorporou no processo de legitimação do território, pela miscigenação. Isso porque Portugal

não possuía contingente populacional suficiente para ocupação do grande território colonial. Nesse contexto, Pombal, buscou mesclar a política dos missionários (empresas jesuíticas) com a de colonização. Ao mesmo tempo em que incentivou o projeto de isolamento do indígena em aldeamentos, também fez “vista grossa” aos casamentos.

Sobre as leis que paulatinamente começavam a dar respaldo ao indígena, o autor acrescenta:

Com tudo isto, porém, não se pode evidentemente sobrestimar a sorte dos índios sob o novo regime. Continuaram, apesar das leis que procuravam equipará-los aos demais colonos, uma raça bastarda; e como tal, alvo do descaso e prepotência da raça dominadora. A proteção que lhes outorgava a lei na pessoa dos diretores de suas aldeias, apontados para zelar pelos interesses deles e os conduzir, não raro se frustrou pelo mau e mesmo inescrupuloso desempenho destas funções. Responsáveis por isto em grande parte, e talvez a falha maior do sistema adotado pelo Diretório, foi o meio escolhido pela remuneração dos administradores dos índios; fixou-se na sexta parte da produção de seus administrados e a ser deduzida dela. Isto fazia do funcionário encarregado de zelar pela sorte deles um beneficiário direto do seu trabalho, induzindo-o portanto a ver neles não o que deviam ser, tutelados, sob sua guarda, mas uma fonte de proveitos. (PRADO JUNIOR, 2006, p. 96).

Em Guarapuava, essa questão foi um dos motivos do conflito entre o comandante da expedição, Diogo Pinto de Azevedo e Portugal, e o Padre Chagas Lima; enquanto o primeiro entendia que o indígena devesse conviver com o grupo de colonizadores, inclusive nas atividades da ocupação, o segundo queria a separação absoluta, uma vez que, na visão do vigário, a aproximação conduziria o nativo aos vícios dos brancos e também os afastaria da missão cristã. Com o prestígio que possuía na ocasião, o padre conseguiu empreender seu propósito, separando o aldeamento da povoação, contudo, não dispunha de instrumentos suficientes para garantir o isolamento e, em poucos anos, seu projeto de catequese fracassou.

Quando Diogo Pinto deixou a expedição, seu sobrinho Francisco Ferreira de Rocha Loures, assumiu o comando e, em 1855, tornou-se o diretor geral dos índios da Província do Paraná e, em 13 de fevereiro de 1864 apresentou um

plano de fundação de Aldeamento do Chagu (atual Laranjeiras do Sul) e Catequese de Guarapuava, que também divergia do projeto original do vigário:

acho que **não se deve esperar para o povoamento dos nossos sertões pelo braço do estrangeiro, convido antes a organização de sólido sistema de colonização e catequese. O indígena é o braço desocupado tornando útil e proveitoso** pela “boa orientação do governo. Tendo a dupla vantagem de **retirar-se de sua vida errante e indolente**, que o leva ao crime, e de **habilitá-los à cultura da terra**, à educação de seus filhos, criando-se **com amor ao solo e ao trabalho**

[...] Propõe que se faça o aldeamento do início sob a administração de um diretor compenetrado dos seus deveres, e imbuído da ideia de que vai dirigir indivíduos ignorantes dos nossos programas e da nossa civilização. **Devemos suscitar entre eles a emulação sem castigos. Bastará o conselho e a persuasão.**

[...]. Os índios aldeados se ocuparão da lavoura, de diligência de novas catequese, em comum. **O produto da lavoura e indústria indígena será vendido como indenização às despesas da colônia e o restante pertencerá ao colono, escolas, oficiais, diversões, música, engenho, etc.** O governo mandará medir e demarcar as terras e dividi-las aos colonos indígenas, edificando as casas à cada família (MARTINS, 1998, p.389-390, grifo nosso).

O projeto de Rocha Loures deixa claro o papel do indígena como contingente de ocupação das terras que careciam de povoamento, deixando clara a negação absoluta que o colonizador português tinha em relação aos indígenas com seus costumes e relação com a natureza. Nesse documento, o diretor considera o indígena, errante, indolente e persuasivo, objeto de manipulação fácil, sendo que o colonizador têm o dever de civilizá-lo, disciplinando - o ao trabalho, aos moldes por ele considerados o único modo de viver e gerir a terra. Propõe, inclusive, o absurdo de dividir e demarcar as terras, como se elas já não fossem por direito daqueles que agora eram vistos como incapazes diante do branco civilizado. Ao indígena não restaram alternativas; os que resistiram foram dizimados, os que aceitaram o aldeamento foram subjugados de toda a sorte e os que conseguiram escapar, em pouco tempo, lhes faltou território para subsistência e foram obrigados a se submeter aos aldeamentos organizados pelo governo.

Havia, portanto, uma relação hierárquica e subjugadora, onde a diferença entre os indígenas e os brancos lusitanos, tornou-se um meio desses imporem-se e explorarem aqueles, legitimando a ação pela “superioridade racial”.

Sobre essas bases o território de Guarapuava foi ocupado e aos poucos foi se transformando nos espaços de criar e invernar, transformando a paisagem a partir de novas formas de uso e apropriação da natureza, como veremos a seguir.

2.2. As diferentes formas de uso da terra e apropriação social da natureza: a dependência dos bens naturais - os campos e a erva-mate

Guarapuava, até 1853, estava submetida à jurisdição de Castro e pertencia a Província de São Paulo³⁹, estendendo-se até o Rio Paraná a oeste, Rio Ivaí, ao norte e o Rio Uruguai, ao sul. Entre as localidades não havia mais do que picadas, pontes e pontilhões, feitos sempre em caráter provisório que desestruturavam com qualquer enchente.

Como já mencionado nesse capítulo, além dos interesses geopolíticos, a ocupação de Guarapuava colocava em prática um projeto de expansão da sociedade campeira dos Campos Gerais e de busca por novos caminhos de acesso às estâncias do sul, na Capitania do Rio Grande do Sul que, naquela época, já estabelecia comércio de muares para São Paulo e Rio de Janeiro. Seria uma alternativa a Estrada da Mata, que estabelecia, a partir daí, uma comunicação com o país das Missões⁴⁰.

A Estrada da Mata era um trecho de trezentos quilômetros, no sertão de Lajes - atual Santa Catarina. As características da área contribuía para que os tropeiros sofressem constantes ataques dos índios Botocudos que habitavam a região, e para a perda de animais por morte em travessias de rios, picadas de cobras e quedas em precipícios, entre outros obstáculos⁴¹.

Portanto, a abertura de um novo caminho, por áreas de campos, seria de grande valia ao sistema tropeiro. Foi nesse contexto que se empreendeu a Expedição do Alferes Atanagildo Pinto, responsável pela abertura do caminho das Missões em 1816. Foram suas explorações, entre 1815 e 1816, para a abertura

³⁹ Em 19 de dezembro de 1853, o Paraná consolidou sua emancipação de São Paulo.

⁴⁰ Sobre a ocupação de Guarapuava e os caminhos de expansão da sociedade e economia tropeira, ver: (VECCHIA, 2000); (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986); (MACHADO e BALHANA, 1963); (PADIS, 2006)

⁴¹ VECCHIA, 2000; MARTINS, 1995; WACHOWICZ, 2002.

deste caminho, as responsáveis pelo descobrimento dos campos novos de Santa Catarina e dos Campos de Palmas. Este caminho, em 1844, tornou-se a Estrada das Missões (Quadro 10). (CARDOSO e WESTPHALEN, 1986).

Além da representatividade política, os fazendeiros membros da sociedade campeira, buscavam, à escala regional e da Província do Paraná, ampliar suas áreas de campos. Com isso, empreenderam várias bandeiras para o oeste do território guarapuavano (Quadro 11). Dentre elas, merece destaque a ocupação de Palmas em 1840. Segundo Silva (1995), os campos de Guarapuava e Palmas funcionaram como recuperadores dos animais vindos do Rio Grande do Sul, que perdiam peso com a longa distância e com obstáculos naturais como, serras, escarpas, grandes rios e as áreas de matas ao longo do caminho.

Tudo isso, colaborava para a necessidade de recuperar o gado para prosseguir viagem e manter seu valor de mercado, sem contar os prejuízos quanto à perda de animais no trajeto. Por isso, as fazendas de Guarapuava e Palmas constituíam-se não só em criatório, mas também em invernagem.

Internamente, a fazenda buscava manter a estrutura tradicional familiar e patriarcal, com base em relações sociais hierárquicas.

As famílias fazendeiras, no domínio de seus campos, criaram uma economia quase auto-suficiente. Os fazendeiros se apoiavam no trabalho familiar e no auxílio dos agregados, contudo, a mão-de-obra principal era a dos escravos (índios ou negros). Com a lã de seus próprios carneiros, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira de seus capões, construía suas casas e mobílias. Do couro de seu gado faziam os aparatos que eram utilizados para as atividades campeiras, os arreios, lombilhos, xergas, bucais, sinchas, botas etc. (MACHADO e BALHANA, 1963).

A agricultura de subsistência era realizada nas áreas de matas, predominantemente pelos agregados e escravos⁴², destacando-se a produção do feijão, milho, mandioca e a criação de animais pequenos como os porcos, dos quais reservavam a banha e a carne.

⁴² Os escravos eram negros, mas também havia o índio cativo. Deste contato, formou-se o caboclo, pela sua miscigenação entre o branco, o negro e o índio.

Quadro 10 - Sociedade Campeira e os Caminhos do Tropeirismo no Sul do Brasil

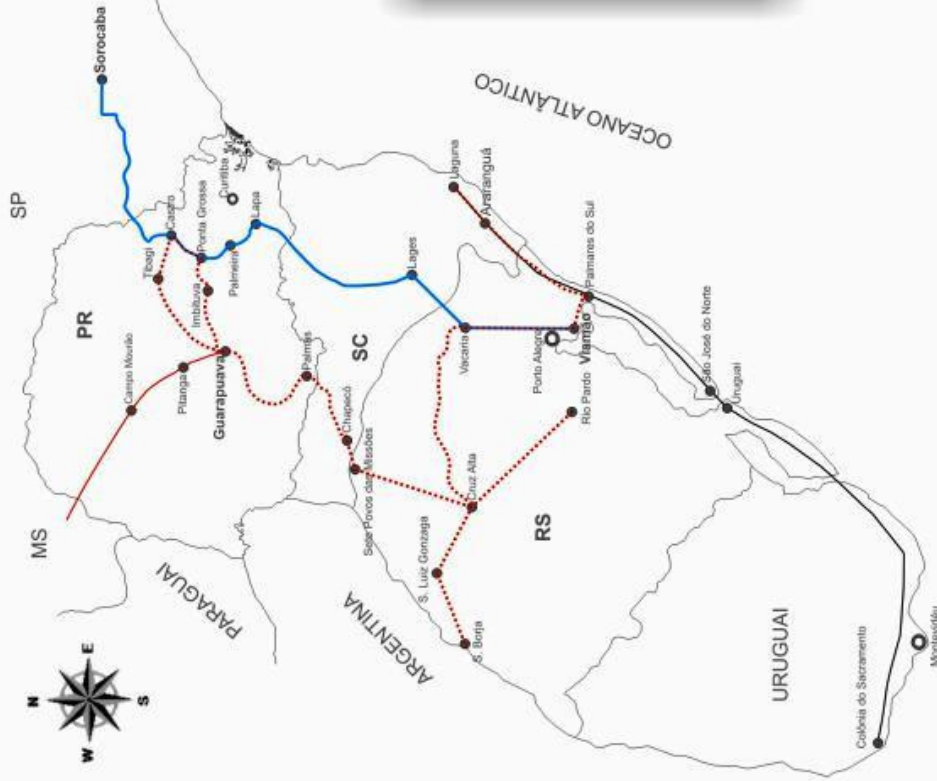


Foto: Arquivo Fotográfico do Arquivo Histórico UNICENTRO

Foto 01 - Tropa de Bovinos vindos do Mato Grosso para Guarapuava, sul. Os tropeiros buscavam gado em Mato Grosso para engordar em Guarapuava, pela estrada boiadeira.

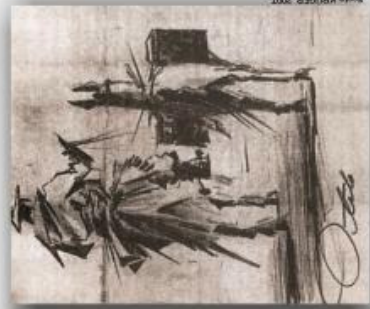


Foto: KRUGER, 2007

Foto 03 - Os caminhos que ligavam o extremo sul do Brasil à São Paulo, tiveram como importante personagem o tropeiro. Esse foi importante para o comércio, transporte de cargas e tropas, pois caminhos que interligavam os povoados no Sul do Brasil. As caixas, malas e armazéns mercadorias as mais diversas (roupas, objetos e remédios) e correspondências, que eram transportadas no lombo do mular. Em Guarapuava, no período áureo do tropeirismo, meados do século XIX, muitos fazendeiros tornaram-se tropeiro. Essa fase, foi muito importante para dinamizar a economia local.



Foto: KRUGER, 2007

Foto 02 - Vau do Rio Iguaçu em Porto Vitória, descoberto por Pedro Siqueira Cortes, em 1842. O gado proveniente do Rio Grande do Sul, atravessava o Rio Iguaçu para engorda nos campos de Palmas. De Palmas, pelo caminho das Missões, passava por Guarapuava até Ponta Grossa, quando seguia pelo Caminho de Viário até a Feira de Sorocaba.

LEGENDA

- Caminho das Missões
- Estrada Brasileira
- Cidade
- Capital
- Caminho de Viário

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Departamento de História
 Instituto de História e Geografia
 Rua: Eng.º Carlos R. de Mello, 300 - ARARAQUÁ, SP
 Base cartográfica adaptada de Kruger, 2007.

Departamento de História de Foz de Iguaçu, 2008
 Universidade Estadual Paulista
 "Júlio de Mesquita Filho"
 Centro de Ciências e Letras
 Rua: Eng.º Carlos R. de Mello, 300 - ARARAQUÁ, SP

Quadro 11 - Expansão da Sociedade Campeira e Ocupação do Território do Paraná Tradicional

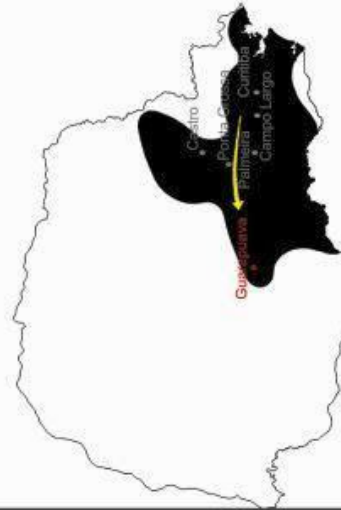


Figura 1. Conquista de Guarapuava.
Expedição Militar de Diego Antonio de Portugal, chegou em Guarapuava em 1810.

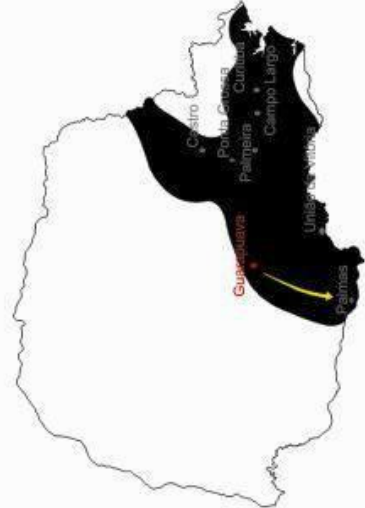


Figura 2. Expedições de José Ferreira dos Santos e Pedro Sigwein.
Cartas para conquista de Palmas. Cada uma delas saiu por um caminho e chegaram juntas nos campos de Palmas, em 1839. Entre os conflitos com os indígenas, disputaram entre si o novo território, optando pela sua divisão entre os dois. Iserôndeiros Palmas emancipou-se de Guarapuava em 1879.

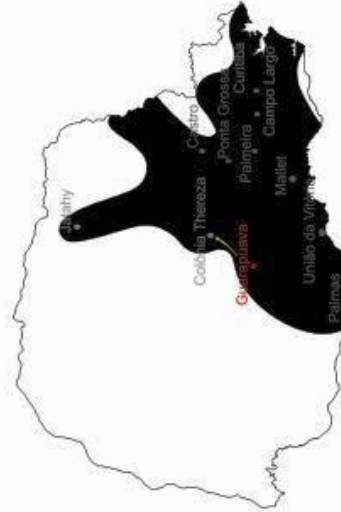


Figura 3. Fundação da Colônia Theresa Cristina. Na medida que a sociedade campeira guarapuavaense se estabilizou no território, novas expedições foram empreendidas, explorando, principalmente, os rios Ivaí e Piquari à oeste. O projeto de ocupação de novas áreas paranaenses também era objetivo do governo da província. Nesse contexto, entre 1840 e 1850, surgiu o plano de imigrantes europeus. Dentre eles, em 1847, a Colônia Theresa Cristina, fundada por Theresa Cristina de Moraes e seu marido, o francês Maillat, em terras pertencentes a José Boguazara do Anaral. Alguns anos depois, foram se instalando na região e explorando, sobretudo, a erva-mate. Laranjeiras possui abastecimento indígenana, foi sede da colônia Militar Maillat, a partir de 1911. Território Federal do Iguazu, entre 1844 e 1946, quando, nesse mesmo ano, se emancipou de Guarapuava.

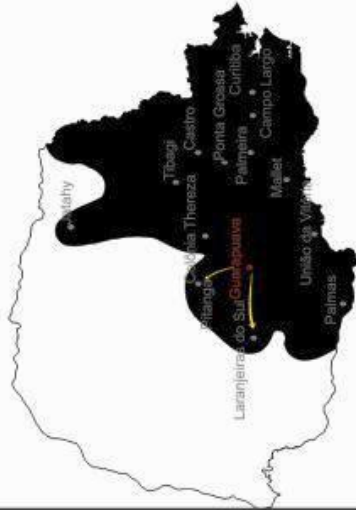


Figura 4. Ocupação a oeste de Guarapuava. A ocupação de Guarapuava, em 1810, fez dela e dos arredores, terras de degrado. Isso porque como era distante dos centros deslênicos da província de São Paulo e de difícil acesso às demais localidades povoadas, era local ideal para o envio daqueles que deveriam cumprir as penas de prisão. A primeira expedição de imigrantes europeus foi organizada por José Boguazara do Anaral. Em 1848 alguns anos depois, muitas fazendas foram se instalando na região e explorando, sobretudo, a erva-mate. Laranjeiras possui abastecimento indígenana, foi sede da colônia Militar Maillat, a partir de 1911. Território Federal do Iguazu, entre 1844 e 1946, quando, nesse mesmo ano, se emancipou de Guarapuava.

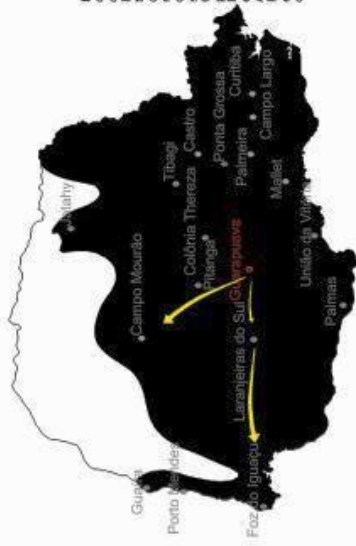


Figura 5. Expedições para Campo Mourão e Foz de Iguaçu. As expedições que seguiram a direção de Campo Mourão e Foz de Iguaçu, em 1895, foram comandadas por João de Campos da Palma e Erik. Novas expedições à oeste objetivavam explorar a região do Piquari. Essa área corresponde atualmente ao município de Campo Mourão. Registrou-se a posse dessas terras em 1883, a ocupação efetiva foi alguns anos depois. Também Piñanga, foi povoada inicialmente na primeira década de 1900, contudo, bem antes disso, Guarapuava, fugindo do recrutamento para guerra do Paraguai, em 1870, e paulistas e mineiros, das repulsões políticas, se estabeleceram nessas terras, pois ali antes haviam se instalado os colonizadores. Com a emancipação do município de Piñanga de Guarapuava, em 1944, Campo Mourão, passou a pertencer a esse último, como distrito. Em 1911 foi constituída na região a Estrada Brasileira, por Edmundo A. M. De Tibagi. Fato importante para Guarapuava, pois com isso, houve o incentivo a estender o caminho do tráfego da região ao Campo Mourão e de lá ligando ao Mato Grosso do Sul. Foz de Iguaçu, A região era predominantemente ocupada por Argentinos e Pruzos, e o cerciamento da erva-mate brasileira e madeiras, pelo Paraná, era frequente na região. Em 1885, foi fundada a colônia Militar do Iguazu, que se emancipou de Guarapuava em 1914.

Organização: Universidade do Paraná - Vera Dore Gomes, 2009
 Revisão: Universidade do Paraná - Vera Dore Gomes, 2009
 Criação: Universidade do Paraná - Vera Dore Gomes, 2009
 Nome cartográfico: Adaptado de Weitzel, 1986
 Fonte: KRUGER, 2007; ARBOLU, 1986; VALZ, 2002; MUSECO, 2022.

unesp
 UNIVERSIDADE DO PARANÁ

LEGENDA
 Linha amarela: Linha administrativa do Paraná, Anos 1915.
 Flecha amarela: Fronteira de ocupação do território.

Para essa produção, era derrubada a mata, feita a queimada e depois a roça. Buscava-se reservar as áreas de Catanduva (capões de araucária e embuias), já que estas não apresentavam o solo adequado à plantação⁴³ e buscava-se o mato branco, área reconhecida pelos caboclos como solos de boa qualidade para a plantação. Além da agricultura de subsistência, o caboclo coletava na mata a erva mate, planta nativa que durante o século XIX e início do século XX, além de ser uma alternativa de renda à pecuária, configurou-se como principal produto de exportação do Paraná⁴⁴ (MARTINS, 1995).

Assim, os campos, com a criação e a invernagem, e a mata, com a agricultura e a coleta de erva-mate, eram o modo de uso da terra, que determinava a apropriação social da natureza, entre os primeiros anos do século XIX e a década de 1930, no século XX, em Guarapuava, como veremos mais detalhadamente a seguir.

2.2.1. A relação sociedade e natureza nos campos de criar e invernar

Foi a partir da pecuária que Guarapuava, no século XIX, se integrou à economia regional paranaense e, por conseqüência, a economia brasileira. O Brasil-colônia tinha como economia principal a mineração em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, sendo a pecuária e o tropeirismo, no sul, seu complemento. A criação do gado nos campos limpos para abastecimento das minas, logo foi acompanhado do comércio de muares, vindos do Rio Grande do Sul. Com isso, os fazendeiros do planalto tornaram-se criadores e tropeiros, organizando-se em um sistema cultural patriarcal e escravagista (indígena e, sobretudo, de negros).

O sistema campeiro se estendeu dos Campos Gerais para Guarapuava, isto porque, foi daqueles campos que os fazendeiros ampliaram suas terras de criação e invernagem do gado para o interior do Paraná, reproduzindo o sistema campeiro.

⁴³ Esse argumento, contudo, deve ser relativizado, pois segundo entrevista com Hauresko (2009), uma vez que no final do século XIX já havia a exploração da erva-mate que se encontrava entre as araucárias e, além disso, o pinhão, fruto da Araucária, era utilizado como alimento. Fatos que colaboravam para a preservação das áreas onde se encontravam essas espécies.

⁴⁴ Sobre isso ver, MARTINS (1995), PADIS (2006), SANTOS (2001), WACHOWICZ, (2002).

Para caracterizar este sistema, vamos nos utilizar das descrições realizadas por Saint-Hilaire⁴⁵, botânico francês que percorreu várias províncias no Brasil, na primeira metade do século XIX, e considerou os Campos Gerais “o paraíso terrestre”⁴⁶.

Seus relatos buscavam expressar a organização social das fazendas, os hábitos dos tropeiros, as dificuldades dos caminhos do Paraná, contribuindo para interpretarmos as relações de trabalho estabelecidas nas fazendas de gado, naquele contexto, e a interação sociedade e natureza, cujo modelo estendeu-se daqueles campos aos de Guarapuava e de Palmas.

Observemos, primeiramente, as considerações de Saint-Hilaire no quadro 12, sobre a pecuária e o trato dos animais.

Quadro 12 – O Cotidiano do Trabalho nas Fazendas de Criar e Invernar nos Campos Gerais

Como no resto do Brasil, **os bois são deixados em liberdade nos meios dos campos** [...]. A sua mansidão deve ser atribuída ao costume de lhes ser dada o sal. [...] Para reunir os animais à hora da distribuição, os vaqueiros galopam pelos campos gritando, [...]; o gado responde saltando e correndo de todos os lados. O sal é colocado no chão, em pequenos montes, tendo-se o cuidado de escolher para distribuição um local perto de um córrego qualquer. O gado, depois de comer o sal, vai beber água, [...].

Na época em que nascem os bezerros, é necessário examiná-los para exterminar os vermes que se criam na cicatriz umbilical. **Os vaqueiros, a cavalo, percorrem os pastos e cercam determinados trechos**, [...]. Vão-se aproximando pouco a pouco, apertando o cerco, e dessa maneira conduzem o rebanho para um local predeterminado. **Ali eles examinam os bezerros e encaminham para a fazenda os que precisam ser tratados**, tendo o cuidado de deixar que a mãe vá junto. Essas são as únicas vacas cujo leite traz algum lucro; os das outras torna-se

⁴⁵ Saint-Hilaire era naturalista e viajou pelo Brasil no início do século XIX. Nessa passagem ele descreve várias províncias, distritos e comarcas do reinado português. Durante sua passagem pelos Campos Gerais no Paraná, fez relato da região, representando o homem, a cultura, o trabalho, a sociedade e a paisagem física do local. Embora, considerando que, de certa forma, as descrições de Saint-Hilaire, são “mitológicas”, como afirma Pereira e Iegelski (2002), já que sua descrição é semiológica, seletiva e impositiva sobre o objeto retratado (já que não dialoga com o outro, é apenas sua visão), são referências interessantes para interpretar o contexto geográfico da época.

⁴⁶ Saint-Hilaire, ao redigir para o leitor europeu, revela a concepção de natureza hierárquica da época, quando o outro (brasileiro) é atrasado em relação a nós (europeus) civilizados. Ao encontrar, nos Campos Gerais europeus pouco miscigenados, vivendo num ambiente ecológico muito próximo ao da Europa, menciona que a região é o paraíso terrestre. Segundo ele, ali teriam condições de desenvolvimento de colônias, uma vez que o europeu seria fundamental para regenerar a “população local”, com sua cultura, técnica e relação de trabalho, bem como, afastar o indígena selvagem que, na visão do naturalista, era perverso, pois destruía as edificações e roças do branco civilizador (SAINT-HILAIRE, 1822); (PEREIRA e IEGELSKI, 2002).

inteiramente perdido para o fazendeiro. **Quando as fazendas são muito vastas, gastam-se vários dias para percorrê-las na sua totalidade.**

Marca-se o gado com a idade de dois anos, e os touros são castrados aos quatro; depois de engordados durante um ano, eles são vendidos.

Na castração, muitos fazendeiros retiram inteiramente os testículos dos touros, outros chegam ao mesmo resultado por meio de uma operação diferente. [...], um dos vaqueiros munia-se de um porrete e dava violento pancada nas parte do escroto presa à tábua, esmagando assim os canais espermáticos. Terminada a operação, o animal era desamarrado e levado para junto dos outros.

[...]

Não é só à criação de bois que se dedicam os fazendeiros dos Campos Gerais, mas à de cavalos também. [...] Os cavalos ficavam amontoados num curral muito apertado, de onde passavam para outro maior, separado do primeiro por uma trave. Um dos cavalos era laçado pelo pescoço, estacando instantaneamente, enquanto os outros eram levados de volta para o curral menor. Colocava-se uma rédea no cavalo e este era amarrado a um mourão; sobre o seu lombo era posta uma sela denominada lombilho, e o domador montava nele. **Não pude deixar de admirar o sangue frio e a perfeita calma desse homem. Por mais fogoso que fosse o cavalo, por mais saltos e corcovos que desse, era impossível perceber a mais leve alteração na fisionomia do negro domador;** quando o animal se atirava no chão, o domador saltava fora com grande agilidade e tornava a montar, sem jamais proferir uma única palavra. Passados alguns instantes o domador saía do curral com o cavalo, e um outro empregado, montado num animal já domado chamado de madrinha, começava a galopar junto dele ou à sua frente; ao cabo de dez minutos, aproximadamente, os dois cavaleiros retornavam ao curral, e o cavalo bravo, já parecendo bem mais calmo, era solto no pasto. Dois ou três meses de exercícios desse tipo bastam, segundo me disseram, para domar os cavalos mais fogosos.

Todos os fazendeiros possuem rebanhos de carneiros, mas esses animais não são vendidos e poucas pessoas comem a sua carne. São criados unicamente por causa de sua lã, com a qual se confeccionam cobertores e outros tecidos grosseiros. **De um modo geral os cordeiros são deixados em liberdade nos campos,** junto com as mães; todavia, apesar de se afastarem pouco da sede da fazenda, todas as noites eles são recolhidos a um curral, onde correm menos risco de serem atacados por animais selvagens. [...]. (grifo nosso)

FONTE: SAINT-HILAIRE, 1995, p. 21 a 25.

Essas observações permitem destacar a forma extensiva do sistema campeiro, da mão-de-obra que requeria as habilidades do rodeio, do cuidado com os animais (marcar, castrar, cuidar dos ferimentos, amansar, domar) e, até mesmo, do artesanato (confeção dos tecidos).

O sistema de criação extensiva exigia a grande quantidade de terras, o que configura o caráter latifundiário que predominou na região e consolidou a estrutura da concentração das terras, socialmente hierárquica e servil.

Em Guarapuava, a concessão de terras⁴⁷ seguiu o padrão colonial das sesmarias, que foram distribuídas àqueles que acompanharam a expedição de conquista dos campos e aos que patrocinaram a viagem. O comandante da expedição foi autorizado a distribuir pequenas porções de terras devolutas aos povoadores pobres. Desta forma, Vecchia (2000, p. 93) argumenta que:

[...] a concessão das sesmarias na região com o objetivo de formar as melhores pastagens conferiu o sentido de propriedade que fundamenta o estabelecimento e o desenvolvimento da fazenda de criar, de sorte a fazer dela a característica econômica fundamental da sociedade que surge. A política do Estado visava incentivar a criação de gado como parte da economia colonial, e uma divisão regional do trabalho, em que o sesmeiro participa como fornecedor de meios de subsistência à mineração. Essa política se viabiliza com a concessão do elemento básico dos meios de produção que é a terra.

Quase a totalidade dos sesmeiros receberam áreas de campos e matas. O tamanho de uma sesmaria era de uma légua de testada, por três de comprimento (cinco mil e quatrocentos alqueires⁴⁸ de terras), ou de uma légua e meia em quadra (quatro mil e cinquenta alqueires de terra). Em 17 de julho de 1822, por resolução, o sistema de sesmarias foi extinto e, em 18 de setembro de 1850, pela Lei n. 601, regulamentada pelo decreto 1318, de 30 de janeiro de 1854, criou-se a Lei de Terras. Com esta lei, as terras do Estado passaram a ser devolutas e poderiam ser vendidas a particulares. No período de transição entre a sesmaria e Lei de terras, houve um processo de corrida pela ocupação das terras, ampliando ainda mais os latifúndios (ABREU, 1986).

A distribuição das sesmarias consistia em “[...] uma nas sobrequadras das outras de maneira que não fique terra devoluta entre meio, eram realizadas conforme a lei das sesmarias exigindo que na informação desses

⁴⁷ Sobre a concessão de terras em Guarapuava ver: MACEDO (1951); MARCONDES; ABREU (1986); SANTOS (1999).

⁴⁸ Um alqueire paulista equivale a 24.200 m².

requerimentos constassem o número de escravos, agregados e gados” (MARTINS, 1998, p.38).

Com isso, definia-se que teria direito as terras, fato que culminava com o absenteísmo⁴⁹, pois, nos primeiros anos, os fazendeiros mandavam seus escravos e agregados para ocupar as terras, mantendo-se nas suas regiões de origens. Conforme Abreu (1986, p.61), “[...] como se pode comprovar pelo Rol de Paroquianos de 1835: de 46 fazendas de criar existentes nos Campos de Guarapuava, 19 proprietários residiam fora, nos Campos Gerais e em Curitiba, perfazendo um total de 41,3%”. A criação de gado exigia uma mão-de-obra reduzida. Conforme Ianni (1962), quatro a seis peões e um capataz eram suficientes para cuidar de três a quatro mil cabeças de gado.

Desta maneira, a formação social de Guarapuava teve, como importante componente, o elemento agregado e o escravo, fundamentais para a conquista e ocupação desses campos.

Eram agregados, homens e mulheres livres, mas dependentes dos senhores. Se não possuíam nenhum laço familiar, o vínculo era estabelecido geralmente pelo compadrio⁵⁰. Eram remunerados pelo seu trabalho, residiam nas fazendas, na qual faziam roça em um pedaço de terra. Desempenhavam várias funções: capatazes, capangas, feitores. Geralmente, eram reconhecidos como camaradas (VECCHIA, 2000).

Segundo Vecchia (2000, p. 101), depois da abolição, no final do século XIX, o agregado assumiu novas funções:

Em geral, com a libertação, os escravos abandonaram em massa as fazendas e foram para as cidades. Os agregados os substituíram, e a relação social tradicional do Brasil, senhor-escravo, passou a ser a de patrão-camarada. Em geral caboclos, mas não excluindo negros e mulatos, os agregados assumiram inteiramente a sua nova função pelos princípios do século XX. Peões, domadores, caseiros, servidores domésticos, suas relações com os patrões representavam ligeiras alterações do patriarcalismo brasileiro. Com suas famílias,

⁴⁹ Prática na qual o fazendeiro, mantinha sua residência no segundo planalto e deixava a sesmaria nas mãos dos escravos. Segundo Franco-Neto (2008), o absenteísmo era uma prática em Guarapuava, pelo menos até 1840.

⁵⁰ O compadrio era um sistema de relação entre os fazendeiros e os agregados, posseiros e arrendatários. Através do batismo, criava-se um laço entre esses sujeitos, no qual o afilhado devia obediência ao padrinho, como um segundo pai. Uma relação social que vinculava os filhos dos caboclos, de forma que esses permaneciam na fazenda, devendo obrigações ao fazendeiro.

moravam em casas de madeira e ranchos, espalhados pelos campos das fazendas. Mantinham relações de compadrio com seus patrões; sendo que alguns de seus filhos menores, alguns deles, eram criados pelos fazendeiros nas suas casas, onde executavam serviços domésticos. Não se chamavam mucamas nem moleques, mas cumpriam a mesma função. Eram castigados pelo padrinho com castigos corporais nos raros momentos de rebeldia. Muitos fugiam de casa, como os escravos, sendo necessário às vezes a polícia para resgatá-los e reconduzi-los à propriedade de onde fugiram. Quando cresciam, tornavam-se camaradas assalariados, mas ficavam presos por laços de lealdade que não se rompiam facilmente.

O trabalho escravo era empregado nos serviços internos da fazenda, juntamente com o dos agregados. Os peões⁵¹, preferencialmente, eram homens livres, que cuidavam do trabalho nos currais, de montaria e de tratamento do gado, enquanto aos escravos restavam as atividades depreciadas pelos homens livres, como a agricultura de abastecimento das fazendas e o artesanato (NADALIN, 2001).

A conquista dos campos de Guarapuava, desde a primeira tentativa em 1770 e os episódios relatados pelos fazendeiros, em todo o século XIX, com relação ao ataque indígena as propriedades e, a necessária aliança destes com alguns caciques⁵², tanto nos campos de Palmas quanto de Guarapuava, indicam que não foi nada pacífica a apropriação das terras. Além da expropriação do seu território, o gentio da terra (como eram tratados os indígenas) era subordinado ao colonizador, ora pela catequese, o serviço militar ou mesmo nas fazendas e nas lavouras, pelo sistema servil (SANTOS, 1999).

Como citado anteriormente, a mão-de-obra escrava de negros crioulos⁵³ predominou nos campos de Guarapuava. Segundo Franco-Netto (2008), os escravos desenvolviam diferentes atividades, como a agropecuária, a confecção de artesanatos e ocupações domésticas, embora fossem em número inexpressivos,

⁵¹ Os peões compunham a massa de agregados que eram predominantemente caboclos, ou mesmo negros alforriados. Embora, o filho do fazendeiro também participasse, via de regra, das atividades ligadas ao gado, como o rodeio.

⁵² As tribos indígenas possuíam rivalidades entre si. Aproveitando-se disso, os fazendeiros ofereciam proteção a alguns caciques, contra as tribos inimigas, e com isso, contavam com o apoio dos nativos, contra os ataques das tribos que não aceitavam a colonização (SANTOS, 1999).

⁵³ Pesquisa realizada por Abreu e Marcondes (1991) indicam que dos 244 registros de óbitos dos escravos realizados entre 1810/1886 em Guarapuava, 146 eram brasileiros (destes 100 nascidos em Guarapuava), 46 ignorados e, apenas 52 de origem africana. Conforme Franco Netto (2007) esta é uma especificidade não só de Guarapuava, mas do Paraná, em relação às demais cidades da colônia portuguesa no Brasil, cujo predomínio da mão-de-obra era africana.

se comparado às lavouras de exportação ou as de café, dos grandes centros da colônia.

Cada fazendeiro possuía entre um e dez escravos, fato que não prejudicava a produção, uma vez que a própria natureza das atividades não carecia de muita mão-de-obra. Contudo, Franco-Netto (2008) destaca que houve aumento dos escravos no período do auge do tropeirismo, entre 1853 e 1863, com 34 senhores com mais de 10 escravos em suas propriedades. Isso denota, a importância da mão-de-obra escrava, como fonte de riqueza, naquele período que, além de fundamental para as relações de produção, também o era nas relações de poder, intrínsecas ao regime social da época.

O sistema campeiro, de criação e invernagem, foi constituído, portanto, de uma relação social escravocrata, baseada na grande propriedade e na relação servil, fruto de um período de baixa tecnologia e de movimentação de mercadorias, no qual o papel dos campos, para a criação e invernagem e expansão do sistema, foi fundamental.

Os campos, enquanto recursos naturais, tiveram vários papéis na sociedade campeira, tais como: ofereciam, naturalmente, o recurso para a criação e invernagem do gado e dos muales; permitiam a integração regional das áreas economicamente dependentes da economia colonial e, depois, da imperial; possibilitaram a ocupação de novas áreas no interior, com acesso fácil à ocupação e com relativa segurança, quanto aos ataques indígenas; integraram os caminhos que conduziam as tropas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, à Sorocaba e, depois, às minas (fator importante para o povoamento é a integração dos territórios do sul do continente à coroa de Portugal).

Esses espaços foram fundamentais para o processo produtivo, pois, além do alimento natural que forneciam ao gado, caracterizavam-se por relevos quase sempre suaves, além de, à época, ser a área de pouca frequência de índios, o que tornava as viagens mais fáceis e seguras. Os campos de Guarapuava também foram responsáveis pela expansão das fronteiras, para Palmas, e para integrar a 5ª. Comarca de São Paulo (atual Paraná) aos campos de Maracaju, em Mato Grosso, via Campo Mourão. A área de campos naturais no Paraná, segundo Maack (1981), é de 28.650 km², distribuídos conforme Quadro 13 e Tabela 06.

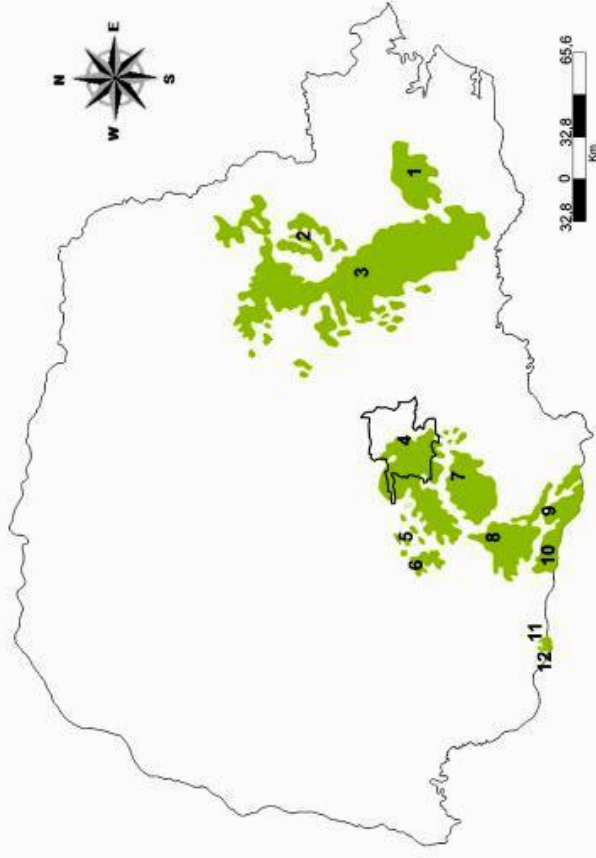
Quadro 13 - Área de Campos Naturais no Paraná



Foto 01 - Área de Campos - Guarapuava região da antiga Sesmaria Campo Real, s/d. Atualmente os campos naturais, deram lugar ou a agricultura comercial ou aos campos artificiais



Foto 02 - Família observando o rodado de gado - Fazenda em Guarapuava, s/d. O Rodado era uma etapa de trabalho no sistema campestre. Todos os dias os vaqueiros nos campos, recolhiam o gado, identificando o nome do proprietário e marcando as rezes não identificadas. Curava as feridas do gado e tratavam com sal.



Regiões do Paraná com presença de Campos Naturais	
1	Curitiba
2	Castro
3	Campos Gerais
4	Guarapuava
5	Cambatalo
6	Laranjeiras do Sul
7	Pinhão
8	Manqueirinha
9	Palmas
10	Clevelândia
11	Renasçanca
12	Marmeleiro


 Organização: Marquiano de Freitas Vitor Basso Gomes, 2009
 Orientador: João Osvaldo Montenegro Nunes
 Fonte: Adaptado de IBERCIO, 1993; MACK, 1981.

LIBRINA
 Livro digitalizado de Paraná, 1960
 Campos Naturais
 Livro digitalizado de município de São Mateus, São Paulo 1988

Tabela 06 - Distribuição das Áreas de Campos no Paraná

Região	Denominação dos Campos	Área (km²)
Primeiro Planalto	Curitiba	1.740
	Castro	1.290
Segundo Planalto	Campos Gerais	19.060
Terceiro Planalto	Guarapuava*	4.135
	Laranjeiras do Sul	50
	Palmas**	2.350
	Campos Erê***	25
Total		28.650

Organização: GOMES, M.F.V.B, 2009

Fonte: MAACK, 1981.

* Alguns municípios se desmembraram de Guarapuava após o mapeamento de Maack, em 1965. Tais como: Pinhão, Candói e Cantagalo.

**A região de Palmas engloba a área de campos de Mangueirinha e Clevelândia.

*** A área que compreende os Campos Erê, citada pelo autor, compreende os municípios de Renascença e Marmeleiro, no Paraná. Esses campos também se estendem ao município de Campo Erê, em Santa Catarina, que faz divisa com os dois municípios paranaenses.

Leite (2006) afirma que, entre 1829 e 1833, os membros da expedição de Guarapuava participavam da política e do comércio de forma relacionada, tanto que, quando iam à Sessão da Câmara, em Castro – sede administrativa de Guarapuava, na época – aproveitavam para comercializar animais e analisar os preços e, com frequência, solicitavam afastamento de suas atividades para conduzir suas tropas. Conforme a autora, “comércio, política e ocupação do território formavam, assim, a tríade do movimento de colonização da região” (LEITE, 2006, p. 442).

Como a expansão da sociedade dos Campos Gerais, os Campos de Guarapuava e Palmas também estendiam pelos seus territórios o criatório de gado e, posteriormente, a invernagem, sobretudo a partir dos Caminhos das Missões, abertos em meados do século XIX e responsáveis por dinamizar a economia guarapuavana.

O contexto era favorável, uma vez que a descoberta e a intensificação da exploração do ouro em Minas Gerais exigiam o abastecimento alimentar e o transporte para o escoamento da produção ao litoral. Com isso,

integrava-se a criação do gado ao comércio de muares. O luar foi, durante um século, o responsável pelo transporte de carga brasileiro, já que toda circulação era feita por caminhos rudimentares, passando por áreas acidentadas, por rios que mal possuíam pontes de ligação.

Diante dessas condições materiais, o luar era, à época, o transporte mais adequado, pois, fora dele, a única opção era o transporte pelo próprio homem. Tal realidade indica as condições técnicas da época, que condicionavam a forma de uso e apropriação social de natureza.

Um sistema de caminhos foi construído para ligar as regiões criadoras e de invernagem, aos centros consumidores; destacamos entre eles os caminhos de Viamão e das Missões. Esse último cumpriu um papel importante, por encurtar a distância em 40 léguas, livrar o tropeiro dos impostos pagos a Província de Santa Catarina e, também, evitar o caminho da mata que, além de difícil ultrapassagem estava mais sujeito aos ataques indígenas. O trajeto era de 1200 quilômetros.

Em 1847, a Câmara Municipal de Castro comunica ao Presidente da Província: “[...] que acima de dois mil animais já haviam sido exportados para a Província de São Paulo, através do novo pique de Palmas a Província do Sul”. O uso dos campos de Guarapuava e Palmas, para a invernagem, tornou-se o maior negócio de que dispunham os fazendeiros de Guarapuava (VECHIA, 2000, p.191).

Dessa forma, Guarapuava, estando no entrecruzamento da rota das Missões, com o Caminho de Viamão, tornou-se um espaço ideal para criatório, engorda e, até mesmo, entreposto fiscal (LEITE, 2006).

Na região do Prata, ao sul, concentravam-se grandes rebanhos selvagens de muares, fato que fomentou o tropeirismo como o comércio interno principal do sul. Esse empreendimento consistia em comprar as mulas em São Pedro do Rio Grande do Sul, Uruguai, e/ou na Argentina, conduzir as tropas, inverná-las por alguns meses nos campos do Paraná e vendê-las na Feira de Sorocaba. Os compradores vinham de várias regiões do país, destacando-se os paulistas e mineiros⁵⁴.

⁵⁴ Sobre isso ver: MARCONDES, 1983; AVÉ-LALLEMANT, 1980; BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN (1969).

O tropeiro desempenhou várias funções, além do transporte dos rebanhos, tais como: a transmissão de recados e notícias, correio, encomendas e mediação de negócios. Havia duas formas de tropas: as soltas e os cargueiros. As tropas soltas eram formadas por mulas selvagens, domadas no trajeto; e a cargueira era a responsável por carregar, nas canastras, mercadorias negociáveis. Ainda, agregavam-se a essas atividades outras relacionadas. Assim o tropeiro representou um importante personagem na circulação de mercadorias e capitais, no trajeto que percorria e, com o tempo, o capital acumulado e as relações que foi estabelecendo, adquiriu representatividade política. Em Guarapuava, muitos fazendeiros tropeiros estavam diretamente ligados ao poder local (VECHIA, 2000).

O auge do tropeirismo foi entre 1845 e 1860. Nesse período, boa parte dos fazendeiros guarapuavanos deixaram a criação, dando prioridade à invernagem⁵⁵ das tropas vindas do sul. E outros se transformaram, eles próprios, em tropeiros, fato que, mais tarde, prejudicou a qualidade dos rebanhos locais e não permitiu a sociedade campeira criar alternativas, para superar a crise do tropeirismo, no final do século XIX.

A prioridade da invernagem sobre a criação estava relacionada, sobretudo, ao ganho mais expressivo nessa atividade do que na anterior, pois os condicionantes naturais também favoreciam esse processo. O fato de estar no caminho das tropas, juntamente com a necessidade de recuperação dos animais, no percurso até a Feira de Sorocaba, o uso dos campos para a invernagem era uma conseqüência daquele processo produtivo. Sendo essa uma atividade mais rentável do que o criatório, não era de se estranhar a opção econômica do fazendeiro.

Conforme Ribeiro (1989), os campos do terceiro planalto são formados por três ambientes ecofisionômicos específicos: os campos abertos, campos brejosos e os capões, todos importantes para a pecuária. Conforme Ribeiro (1989, p. 196-200):

Os campos abertos situam-se nos topos e nas vertentes, em solos bem drenados e moderadamente drenados, apresentando um tapete rústico composto de plantas rezomatosas geofitas e hemiptófitas cespitosas, intercaladas com gramíneas e ciperáceas, geralmente silicificadas e endurecidas”[...]

⁵⁵ “A invernagem, sob o ponto de vista econômico, consistia no aluguel das terras aos tropeiros que, por sua vez, necessitavam delas para os pousos e as invernadas para as suas tropas. O arrendamento era formalizado por um contrato de aluguel [...]” (VECHIA, 2000, p.130)

[...]Campos das áreas deprimidas regionalmente também são chamados por “banhados”. **Durante o inverno, quando a vegetação dos campos abertos escasseia ou fica endurecida, o gado é naturalmente atraído para estes campos brejosos. As plantas arbóreas concentram-se em capões, que podem aparecer à meia encosta, geralmente em vertentes côncavas coincidentes com as nascentes**, no contato entre uma vertente e o fundo plano de uma várzea ou área pantanosa, expandindo-se em direção ao interflúvio, ou ainda, ao longo dos cursos de água, com matas-de-galeria. (Grifo nosso).

Os capões ainda desempenhavam funções importantes: a alimentação do gado e o abrigo dos rebanhos do frio, da chuva, do vento e, ainda funcionavam como maternidade das vacas, que criavam entre os meses de inverno e primavera.

Contudo, as formas de produzir eram extremamente rudimentares, como podemos observar nas observações de Saint Hilaire, apresentadas no quadro 14.

Quadro 14 – A Relação de Produção e os Campos de Criar e Invernar.

Os pastos são de excelente qualidade [...]. Quando novo, o capim que os forra é extremamente tenro, sendo chamado de capim-mimoso. [...], os fazendeiros ateam fogo aos pastos para que o gado encontre, no tenro capim que brota depois da queimada, um alimento não só saboroso como nutritivo. Como fazem os criadores da região do Rio Grande, [...], os dos Campos Gerais **dividem os seus pastos em várias partes, às quais vão ateando fogo por etapas, a fim de que os cavalos e o gado disponham sempre de capim novo para comer.** Não se atea fogo a pastos que não tenham pelo menos um ano, tendo sido observado que quanto mais velho o capim maior é o vigor com que ele brota. **O capim novo é chamado de verde, o velho de macega; o primeiro forma uma relva rasteira, o outro atinge quase a altura do de nossos campos. [...]. Os pastos que são queimados com muita freqüência ou pisoteados constantemente pelos animais tornam-se cansados e as gramíneas começam a rarear, sendo substituídas por ervas de outras famílias e principalmente por subarbustos. Nunca há, por exemplo, bons pastos à volta das fazendas,** mas eles podem recuperar suas primitivas qualidades se forem poupados do fogo por um período prolongado.

[...] **As excelentes pastagens dos Campos Gerais são aproveitadas como invernada para as numerosas tropas de burros que vêm do Rio Grande do Sul, divididas em pontas de quinhentos e seiscentos animais.**

Fonte: SAINT-HILAIRE, 1995.

Conforme Saint Hilaire (1995), a intensa exploração dos campos, associada ao sistema arcaico de uso, prejudicou, em muito, a qualidade dos campos. O pastejo seletivo de ervas e gramíneas, o pisoteio e o uso sistemático do fogo, transformaram as áreas em espaços pouco produtivos e, em pouco tempo, os fazendeiros ressentiam-se da baixa qualidade dos campos para a pastagem.

Conforme Ribeiro (1989, p. 220), “O uso indiscriminado do fogo contribuiria para ainda mais, aumentar a acidez e a aluminização dos solos”. Sem o seu uso, as pastagens regridem ao seu estado primitivo, porém, com menor capacidade de suporte, pois tornaram-se endurecidas e impregnadas de sílica”.

Os campos de Guarapuava apresentavam boa qualidade, contudo, a atividade extensiva sem o manejo, com o tempo, foi responsável pela degradação das pastagens. Conforme Maack (1981), a constante prática de queimadas realizadas pelos fazendeiros na região, ao longo dos últimos duzentos anos provocou a perda da qualidade dos campos onde, anteriormente, 0,5 a 1,0 alqueires eram suficientes para alimentar uma cabeça de gado e, naquele momento observado pelo autor (1968), já eram necessários 1 a 2 alqueires para mesma função.

Sem que a preocupação econômica tivesse em paralelo o cuidado com os campos, base natural da atividade campeira, eles foram explorados de forma predatória, reduzindo sua capacidade de produção e exigindo, com o tempo, a inserção da pastagem artificial para os pecuaristas que continuaram no ramo⁵⁶.

Dessa forma, Guarapuava chegava ao final do século XIX e início do século XX, com seus pastos exauridos e com a sociedade campeira em decadência, em função da crise do tropeirismo. Conforme Silva (2002), a crise

Foi provocada pela melhoria dos rebanhos da Província de São Paulo e pela construção e prolongamento de estradas de ferro que substituiu o transporte anteriormente feito em tropas de mulas. Outros fatores locais também podem ser apontados para o aumento da crise neste setor, como o não reinvestimento de capitais na

⁵⁶ Contudo, atualmente, as áreas que correspondiam aos campos foram apropriadas para uso agrícola mecanizado, no qual um conjunto de tecnologias corrigiu a acidez natural dos solos nesses espaços, transformando-as em áreas de agropecuária intensiva de Guarapuava. Isso porque, com a decadência da pecuária extensiva, as terras perderam seu valor e muitos fazendeiros optaram por vendê-las ou destinarem-nas para colonização. Com o apoio do governo, boa parte das áreas de campos de Guarapuava, foram desapropriadas e utilizadas para a colonização de alemães Suábios, em 1952, que organizaram a Cooperativa Agrária Agroindustrial nas colônias de Entre Rios.

atividade pecuária e a baixa qualidade dos rebanhos e as pastagens naturais empobrecidas (SILVA, 2002, p. 6-7).

Ainda conforme a autora, a abertura de boas estradas para o deslocamento do gado sempre esteve entre os reclames dos fazendeiros e indicada como um elemento fundamental para que Guarapuava saísse do isolamento geográfico e se integrasse economicamente às demais regiões do Estado. Contudo, afirma a autora, o fato é que a sociedade campeira não investiu seu capital em alternativas de produção, que pudessem suportar os períodos de crise; pelo contrário, desestimulou a produção agrícola de produtos básicos de alimentação. Com a queda do comércio do gado, intensificou-se a crise e, mais uma vez, a opção foi a exploração dos recursos naturais, destacando-se o corte da erva-mate, até as três primeiras décadas do século XX, quando ele também entra em crise, como veremos a seguir.

2.2.2. A dependência dos recursos naturais da sociedade campeira em crise e o extrativismo da erva-mate

A dedicação à criação e a invernagem conduzia a produção alimentar para as áreas dos capões e das matas limítrofes aos campos. As casas das fazendas ficavam próximas a essas áreas, integrando-se a elas, porque era nas matas que se obtinha a água das minas, a lenha para construção, cercas, o pinhão, erva-mate e o espaço para a pequena produção alimentar de subsistência.

A produção agrícola não era exportada, pois as distâncias, associadas à falta de transporte e meios de circulação adequados, sujeitavam os alimentos às intempéries e, com a ausência de incentivo, a produção era direcionada para o autoconsumo. Os produtos principais cultivados eram: trigo, arroz, feijão, milho e algodão (ABREU, 1982).

O sistema de produção tradicional empregado era baseado nas queimadas dos capões e matas e a semeadura feita sobre as cinzas. Havia um período de repouso para áreas já cultivadas de, aproximadamente, quatro anos. Essas áreas, quando abandonadas, com o tempo, regeneravam a vegetação arbórea.

A agricultura de subsistência era realizada por quem não dispunha de terras (escravos, caboclos livres e agregados), cuja produção destinava-se ao seu autoconsumo e ao abastecimento do senhor, proprietário das terras. Junto a essas atividades, a que mais se destacava na exploração das áreas de matas era a extração da erva-mate, que tornou-se uma alternativa para a crise da pecuária - da criação e invernagem -, e deu origem a formação de novas redes de comércio e geração de divisas.

A erva-mate, inclusive, era, naquele momento, muito significativa para a economia do Estado do Paraná. A produção no Paraná, entre 1830 e 1930, foi a principal fonte econômica de exportação. A produção e comércio, com a Argentina, o Uruguai e o Chile, foram bastante intensos no período.

Apesar de algumas quedas relacionadas a fatores externos, em cem anos, a erva-mate foi sustentáculo econômico no Estado, sendo, inclusive, um dos elementos responsáveis pela emancipação do Paraná de São Paulo, para a construção da primeira ferrovia⁵⁷, para a melhoria de estradas⁵⁸ e pela criação da Universidade Federal do Paraná.⁵⁹ A produção esteve sempre em alta (Gráfico 05) até 1930, quando entrou em estagnação.

Embora, em Guarapuava, a extração e comércio da erva-mate funcionassem como uma fonte complementar à pecuária e à agricultura de subsistência, devido suas características de cobertura florestal, detinha grande quantidade de ervais nativos integradas ao bioma de Araucária, nas áreas entre os rios Piquiri, Ivaí, Iguaçu e Uruguai. Segundo Leite (2006, p. 443):

[...] datam do período entre 1848 e 1853 as primeiras informações sobre a coleta de erva-mate para exportação na região de Guarapuava. [...]. Grupos de tarefeiros realizam as atividades nos ervais. Nos Campos Erê, sudoeste do planalto de Guarapuava, encontravam-se em 1861, 120 homens “fazendo erva-mate com seu patrão e explorando ervais”. Pagos pela quantidade de mate colhido,

⁵⁷ A primeira ferrovia do Paraná – a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá – surgiu por urgente imposição do intenso comércio de exportação polarizado pelas atividades ervateiras. É, até hoje, considerada uma obra notável de engenharia, construída em cinco anos, numa época (1880-1885) de precários recursos técnicos e numa região extremamente acidentada, entre o litoral marítimo e o primeiro planalto, separado pelos contrafortes abruptos e íngremes da Serra do Mar.

⁵⁸ Em 1855, foi reconstruída a Estrada da Graciosa. Depois surgiram os engenhos no planalto para beneficiamento do mate e, posteriormente, no mesmo local de extração.

⁵⁹ WACHOWICZ (2002) afirma que, a criação efetiva da Universidade Federal do Paraná, em 1912, teve como influência, o contexto econômico da época, no qual a erva-mate era o produto de exportação abundante.

os trabalhadores recebiam, antes das saídas para os ervais, uma onça de erva beneficiada para consumo próprio.

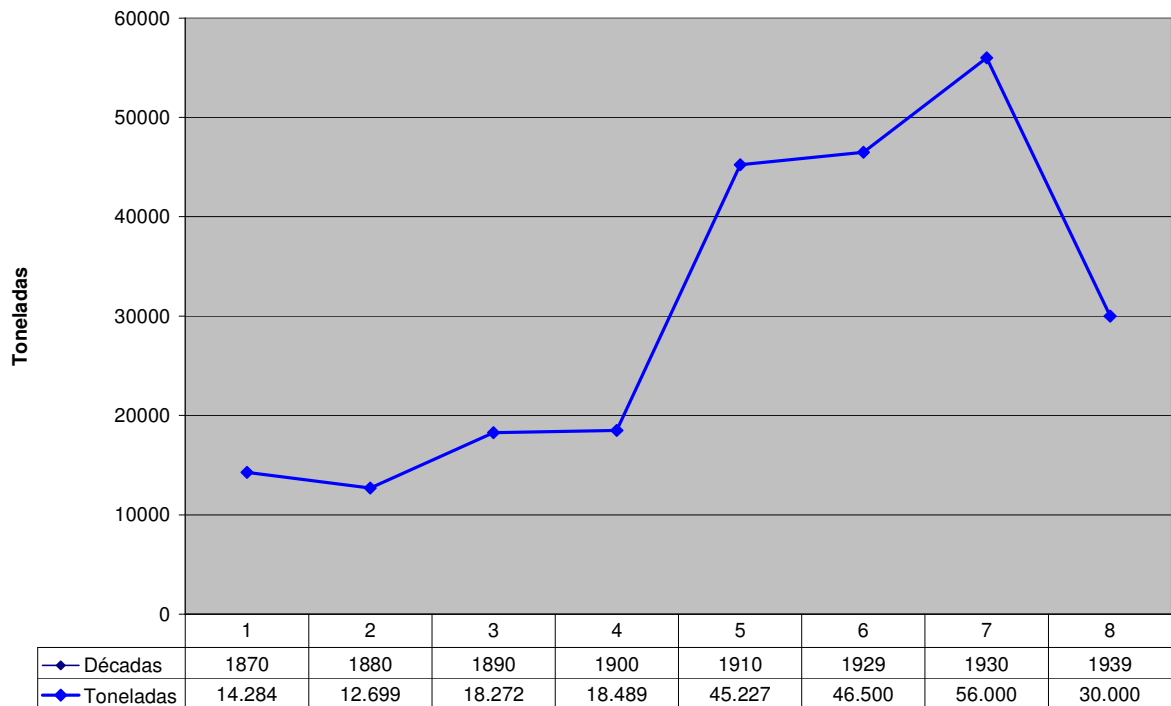


Gráfico 05. Produção de Erva-mate no Paraná – 1870 à 1930.

Org.: GOMES, M. F. V. B., 2009.

Fonte: PADIS, 2006.

Segundo a autora, como na vila de Guarapuava não havia grandes engenhos de beneficiamento, depois da colheita e secagem, a erva era transportada para os engenhos de Morretes, Curitiba, Antonina e Paranaguá ou, diretamente para o Uruguai, Argentina e Chile.

A ausência de estradas e de transportes adequados impedia que Guarapuava auferisse ganhos, com a mesma ênfase que Curitiba, desse ramo econômico. Enquanto em Guarapuava predominava a extração e o preparo rudimentar, em Curitiba era beneficiada e industrializada, aumentando o valor agregado do produto.

A inclusão de Guarapuava na economia ervateira do Paraná está diretamente ligada ao seu território rico em ervais nativos (Quadro 15). A *Ilex paraguariensis*, nome científico dado à erva-mate, em 1820, por *Saint Hilaire*, é de

um arbusto de sub-bosque, do bioma de Araucária⁶⁰. Pelo planalto paranaense, os ervais penetram na região sul do Mato Grosso; pelas barrancas do Paraná, seguem em grande parte do Estado de Santa Catarina, e se distribuem pela zona serrana do Rio Grande do Sul. As erveiras, com exceção das recém-podadas e mal enfolhadas, não temem queda de temperatura, na brotação, contudo, não suportam fortes geadas (COSTA, 1995).

A exploração da erva-mate no Paraná foi marcada pelo processo tradicional e rudimentar, com poucas exceções na região do Planalto de Curitiba, onde práticas modernas de coleta, tratamento e beneficiamento foram implementados, mas concentradas nas mãos de poucos produtores que detinham maior capital. Esse fato é relevante se considerarmos que as condições de desenvolvimento e coleta abundante e sistemática estão intimamente ligadas à fertilidade do solo e a sua exploração racional (COSTA, 1995).

A prática tradicional da poda⁶¹ requer como instrumento de trabalho a foice ou facão. A foice é usada para o corte dos ramos mais baixos e o facão para o dos mais altos, com apoio de escadas. Há erveiras superiores a 10 metros de altura. O corte é realizado pelos homens, enquanto as mulheres e crianças reúnem a erva cortada em grandes feixes para a operação do “sapeco”. O “sapeco” é feito sob o fogo de uma fogueira de lenha própria, não muito oleosa ou resinosa. Sob a ação rápida das labaredas, as folhas perdem certa umidade, evitando que a erva se torne escura e de sabor desagradável. Da rapidez à uniformidade dessa operação, depende o bom aspecto e o bom gosto do produto depois de chanceado. Após o “sapeco”, a erva-mate é submetida a uma segunda secagem que dura de dez a doze horas. Essa operação é feita nos chamados “barbaquás”, instalações onde as folhas recebem o calor do fogo indireto, através de um conduto, feito geralmente de tijolos. Terminada a secagem, a erva é submetida à trituração ou fragmentação das folhas em local assoalhado, chamado cancha. Depois disso, a erva é peneirada, finalizando o processo. Dessa forma, a erva cancheada transforma-se em matéria-prima para os engenhos de beneficiamento (COSTA, 1995).

⁶⁰ As folhas que constituem a parte mais importante da planta são alternas, ovais, com as bordas providas de pequenos dentes. Medem de oito a dez centímetros de comprimento por quatro a cinco de largura (PADIS, 2006).

⁶¹ O processo de poda mutila a planta, mas não a destrói. Precisa de três, quatro e até cinco anos para se restaurar, isto é, para formar novos ramos que se cobrem outra vez de folhas, findo o qual a planta sofre nova poda, e assim sucessivamente. Contudo, as podas sistemáticas, ano a ano, fizeram com que parte dos ervais ficassem comprometidos, inclusive a regeneração da planta.

Quadro 15 - Área de Concentração da Erva-mate no Paraná

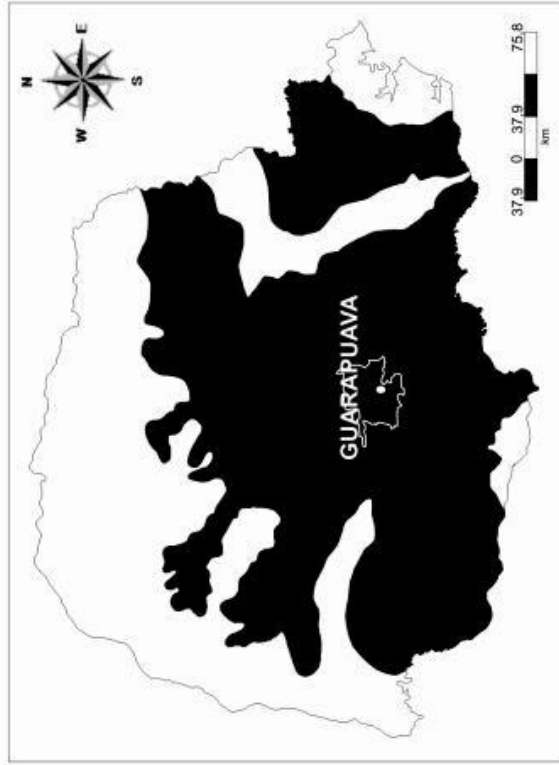


Foto 01 - Família realizando o sapeco da Erva-Mate no Carriz Guarapuava, s/d

Arquivo Histórico da UENCTO



Foto 03 - Corte da erva-mate no início do século XX - Havia ervaíras superiores à três metros de altura

Fonte: Imagem 2007



Foto 02 - Transporte de erva-mate, em carroções às estações ferroviárias no início do século XX

Arquivo José Roque 2007

LIBERNA
 União Acadêmica de Paraná, maio 1910
 Área de Erva-mate no Paraná
 (Linha administrativa do município de Guarapuava, maio 1985)

Organização: Mapa para de Pratas Vilas Boas Correas, 2008
 Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nogueira
 Co-Orientadora: Rosely Sotgiato Avila
 Fonte: Base cartográfica adaptada de Pratto (2004)

unesp
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
 INSTITUTO DE GEOGRAFIA

O processo descrito acima revela, além das técnicas e instrumentos simples envolvidos no processamento da erva-mate, a popularização do processo de coleta e tratamento que, conforme Padis (2006), estava ao alcance da maior parte da população, pois não distinguia sexo nem idade, envolvendo homens e mulheres, fossem elas, crianças, adultos e/ou velhos.

O uso da erva-mate era comum entre os indígenas e caiu no gosto dos europeus espanhóis, sendo levada e difundida pelos jesuítas nas reduções do Prata, para a correção da água salobra e como alimento para o vaqueiro e boiadeiro em suas longas caminhadas. A erva eliminava a sensação de fome, graças a suas propriedades nutrientes. Também no chimarrão, a erva-mate se popularizou por toda região sul durante o tropeirismo.

Contudo, o comércio da erva-mate não conseguiu se expandir para além da região sul do Brasil e países platinos. Segundo César (1952, *apud* Costa, 1995, p.45-46), alguns fatores condicionam o processo,

[...] por interferência da Inglaterra, à época nascente como potência mundial, que não desejava, de modo algum, tivesse a Espanha essa fonte de renda, altamente prejudicial ao comércio britânico do chá da Índia, que, então, procurava expandir-se no mercado mundial. [...] por deficiência de propaganda em mercados novos e pela forte concorrência de similares, como o café, o chá da Índia, o cacau, a erva-mate não conseguiu uma aceitação de relevo no mercado mundial, ficando circunscrita aos tradicionais importadores, ou seja, Argentina, Uruguai e Chile.

Por isso, a limitação econômica vinculada à produção da erva-mate no Paraná, além de estar vulnerável às depressões econômicas dos consumidores, também tinha que superar a concorrência interna (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e externa (o Paraguai, num primeiro momento, e a própria Argentina, num segundo momento).

Em 1722, o rei D. João V expedira uma carta ao governo de São Paulo liberando o comércio de congonha com as Colônias do Sacramento (atual Uruguai) e Buenos Aires. Contudo, foi a mudança política no Brasil, com a chegada da família real em 1808 e, sobretudo, a interrupção da exportação do Paraguai, pelo

Ditador Francia, em 1813, que abriram o mercado externo da erva-mate brasileira aos países platinos. O primeiro engenho surgiu logo depois, em 1815, em Paranaguá, e, desde então, o comércio intensificou-se. Crises⁶² na Europa e nas Américas, em meados do século XIX, interferiram no preço do produto, mas nem por isso diminuíram as expectativas (COSTA, 1995; PADIS, 2006).

As demandas logo trouxeram novas técnicas⁶³ e ampliaram os engenhos; em 1830 já apareceram os soques hidráulicos. Durante a guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, o Paraná tornou-se novamente o principal fornecedor do Uruguai, Argentina e Chile. Nesse período, a exportação brasileira foi de 7.000 para 14.000 toneladas (COSTA, 1995).

O escoamento da produção se dava pelos caminhos das tropas e pelos rios, a oeste do Paraná, e pelo Porto de Paranaguá, a leste.

Martins (1995) explica que o comércio realizado por Guarapuava, utilizava-se do transporte por muares até Marechal Mallet, a uma distância aproximada de 130 Km, com uma tropa de animais correspondente a 15 ou 20 cargueiros, com 6 arrobas de erva cada um, o que equivalia a 90 ou 100 quilos de erva. O carregamento era transportado em surrões, bolsas costuradas de couro cru, maiores do que as bruacas. Só mais tarde, com a chegada dos colonos ucranianos e poloneses, foram introduzidas as carroças polacas.

Conforme Leite (2006, p. 443), em 1856, foram exportadas trinta toneladas de mate guarapuavano, por Paranaguá. Esse montante representou aproximadamente 4% do total exportado pelo Porto, que era de 7604 toneladas de erva-mate. A autora informa que “o quadro demonstrativo da coletoria tem, no entanto, um adendo: “Guarapuava exporta para o Rio Grande do Sul”, pois, esse mate dirigido a São Borja, por meio do Rio Uruguai, não sofria taxaço”.

Evidencia-se, aqui, o comércio da erva-mate por outras vias de circulação sem que o governo tivesse possibilidade de quantificá-la e recolher impostos. Isso porque, a oeste de Guarapuava, os meios de circulação e

⁶² A crise européia que se manifesta a partir de 1836, a Guerra dos Farrapos, na segunda metade da década dos quarenta e a desorganização da economia das repúblicas platinas, em função da crise européia – leva a uma sensível queda no valor e nas quantidades exportadas, até o fim da década dos trinta.

⁶³ O primeiro e primitivo engenho de erva-mate foi trazido ao Paraná pelo espanhol Alzagaray, depois melhorado por outros pioneiros de origem castelhana e, mais tarde, pelos próprios paranaenses, dentre os quais o maior foi Francisco de Camargo Pinto (COSTA, 1995).

comunicação eram muito difíceis, com apenas caminhos embrenhados na mata densa. Tudo isso, contribuiu para que surgissem denúncias quanto ao contrabando de erva e até mesmo de madeira, por paraguaios e argentinos, que ocuparam, durante muito tempo, a região oeste de Guarapuava. Eles utilizavam como mão-de-obra o caboclo e o indígena, sobre um sistema denominado *Mensu*⁶⁴.

A exploração do mate a oeste do Paraná estava integrada ao escoamento da produção do Mato Grosso. Finalizada a Guerra do Paraguai, brasileiros que haviam participado da comissão de fixação das linhas de limite ganharam áreas ricas em ervais em Mato Grosso. Dentre eles, destacam-se Thomaz Laranjeira, que depois se associaria a Miguel Mate e aos capitais argentinos, formando a Empresa Mate Laranjeira & Cia., que objetivando explorar as riquezas locais, construíram a estrada de ferro entre Guairá e Porto Mendes, nos anos de 1913 a 1915, destinada a ampliar o comércio na área. Essa região era predominantemente explorada por paraguaios e argentinos.

Leite (2006) expõe que, em 1862, os camaristas de Guarapuava reiteravam o pedido de exploração do rio Iguaçu, denunciando contrabando desenfreado de madeira e erva-mate, através de um porto instalado nas proximidades dos Campos Erê. Além de evitar o pagamento dos impostos, essa via diminuía as distâncias com a região do Prata. Nesse documento, a Câmara exigia do governo apoio para garantir a ordem e melhoria das vias, mas deixava clara sua posição quanto a não cobrança de altos impostos, que poderiam inviabilizar o comércio.

É importante ressaltar que, até 1914, o oeste do Paraná pertencia a Guarapuava, portanto, deveria ser de interesse dos camaristas guarapuavanos defender o território e a exploração de seus recursos. No entanto, o posicionamento do poder local era dúbio, como podemos observar nessas considerações de Leite (2006, p. 446):

⁶⁴ O sistema consistia em empregar os trabalhadores nas empresas de extração da madeira e erva-mate, recrutados no oeste do Paraná, na Argentina ou Paraguai. Esses trabalhadores recebiam uma quantia antes de começar o trabalho, mas tinham que adquirir o que precisavam pelos capangas ou nas vendas, instaladas no meio dos sertões. Eles ficavam embrenhados na mata e sujeitos a todo o tipo de violência pelo patrão que viajava constantemente. Nunca tinham o que receber já que suas dívidas com o empregador eram sempre maior (WACHOWICZ, 2002).

Por meio de análise da documentação é possível perceber que o produto em seu estado final – o mate – aparece com mais ou menos destaque de acordo com os interesses dos comerciantes da vila: se era para refutar a taxaço do produto, usava-se o argumento de que era uma “indústria apenas nascente; no entanto, quando se reivindicava abertura de rotas, ou expulsão de ervateiros paraguaios, então empregava-se a idéia de que “o mate era a base da economia local”. **O mesmo ocorria com os trabalhadores dos ervais: nas situaçoes de brigas, pendências ou deserçoes, esses indivíduos eram considerados índios, confundidos com a própria mata; nos momentos de formaço dos grupos para explorar ervais, eram tarefeiros que colhiam, secavam, trituravam e transportavam o produto.** Há um jogo de espelhos que lança luz ou eclipsa essa populaço e o produto do seu trabalho. Nesses termos, é preciso operar uma reflexão que leve em conta não apenas **essa populaço livre pobre em si, mas a trama econômica que ora lança luz ora apaga a produço e os trabalhadores da indústria do mate em Guarapuava.** Esse jogo de luz e sombra só pode ser compreendido em um plasma de interesses e disputas (grifo nosso).

As considerações realizadas pela autora, sobre os trabalhadores do mate, são reveladoras. Primeiro, por categorizá-los como populaço livre pobre, ora considerada, “indígena”, selvagem, ora trabalhadores, e aí independente da etnia. A questão é que não compunham a elite e sim pobres livres, bugres (como eram definidos os indígenas na época) e/ou mestiços. A utilização dessa mão-de-obra mostra que o europeu colonizador sabia aproveitar o conhecimento nativo para exploraço de seu interesse. Já que a erva-mate estava na mata, para explorá-la, era necessário ter conhecimento desse espaço. Além disso, o escoamento pelos rios exigia conhecimento sobre as águas do rio Iguaçu e do rio Uruguai, já que o comércio era quase que exclusivo com as repúblicas do Prata. Para essa massa de populaço pobre que se avolumava, era a forma de sobreviver à margem dessa sociedade elitista e hierárquica que se consolidava.

O mate aparece como uma renda complementar na época de crise pecuária, já que os fazendeiros locais não dispunham de alternativas econômicas sólidas e nem de capitais para mobilizaço de recursos para outros fins comerciais. A escolha pela exploraço dos recursos naturais foi o mote da sociedade tradicional que, mesmo vendo esgotada a possibilidade de sua reproduço, optou por fazer a espoliaço dos bens naturais, para protelar sua decadência. Mas, a erva-mate não pode garantir durabilidade e estabilidade

econômica, já que as condições de comércio estavam sujeitas às contingências, pelo seu limitado mercado e pela concorrência.

Padis (2006) esclarece que tão logo encerraram os conflitos no Paraguai, no final do século XIX, a economia ervateira entrou em crise, por vários motivos, tais como: a valorização da moeda brasileira, em detrimento da desvalorização daquelas dos importadores; a redução do capital dos importadores, pela crise em sua balança comercial; e a concorrência imposta pelo Paraguai. Este último ponto era o principal motivo, já que o produto paranaense sempre estava sujeito a misturas, pois adicionavam-se folhas de outras plantas e gravetos, reduzindo a pureza e o sabor do produto e, por consequência, reduzindo a qualidade.

Em 1898, o governo criou a Lei 270, que impôs normas rígidas ao fabrico da erva, com isso garantindo a melhora na produção e, de certa forma, amparando os produtores maiores, proprietários dos engenhos, em detrimento daqueles menos capitalizados, que só dispunham do modo rudimentar de produção. Essa lei também restringia a venda em rama para a Argentina que, na época, já dispunha de sua própria indústria e buscava importar do Brasil apenas a matéria prima. Porém, logo o governo teve que revogar a lei, pois, além de não haver restrição em outros estados brasileiros, que também comercializavam o produto, o Paraguai estava disposto a vender o produto não beneficiado. Um retrocesso, pois o Paraná optou pela exportação da matéria-prima em detrimento da industrializado, perdendo o valor agregado do produto.

Durante as três primeiras décadas do século XX, as medidas intervencionistas e fatores externos garantiram ao Paraná o comércio efetivo da erva-mate, que se limitou definitivamente em 1930, devido aos seguintes fatos: Em 1913, a Argentina iniciou o cultivo do *Ilex paraguariensis* em seu território. A primeira Guerra Mundial, que provocou a queda geral das exportações; a qualidade do produto brasileiro passou a ser inferior; A comercialização predominante passou a ser do mate não beneficiado; As políticas estavam voltadas ao café do norte do Paraná, que nascia como uma importante fonte econômica (COSTA, 1995; PADIS, 2006; WACHOWICZ, 2002).

Portanto, a ausência de políticas internas, juntamente com a dependência do reduzido mercado consumidor (Argentino e Sul do país), bem como a concorrência com outros mercados (o paraguaio), fizeram com que o produto perdesse sua representatividade na economia do Paraná, embora, ainda hoje, mantenha-se como uma das alternativas para os pequenos produtores.

A exploração da erva-mate em Guarapuava, ampliou a comunicação pelas estradas carroçáveis e, com isso, abriu espaço para a exploração de outro recurso natural na região, a madeira, que contava além das vias de circulação e meios de transporte que suportavam maiores quantidades e volumes do produto, com a mão-de-obra excedente da exploração dos ervais.

A população de Guarapuava teve relativo aumento, concentrando-se, sobretudo, na área rural e, em menor escala, num espaço urbano dependente do campo, mas que já mostrava indícios de transformação a cada movimento da economia, como veremos a seguir.

2.3. A apropriação social da natureza na cidade de Guarapuava, no contexto sociedade tradicional campeira

Podemos afirmar que, o protagonismo da cidade de Guarapuava só foi realmente ocorrer, na segunda metade do século XX, após um conjunto de processos econômicos, políticos e culturais, que serão tratados no próximo capítulo. Isso porque, até esse período, a cidade foi, de certa forma, um apêndice do campo. O cotidiano dos cidadãos estava atrelado ao ritmo da sociedade tradicional campeira que, com a crise de 1929, entrou definitivamente em decadência.

No intervalo entre a fundação da Freguesia Nossa Senhora de Belém, de 1819, a 1930, alguns eventos foram determinantes na mudança da rotina dos cidadãos guarapuavanos, dentre os quais, destacam-se a sua inserção na rota do tropeirismo, com a estrada das missões em 1944, a transformação da freguesia em vila, em 1852, e a instalação de alguns equipamentos urbanos (escolas, hospital, teatro, cinema) entre o final do século XIX e início do século XX.

O processo de transformação socioespacial deu-se, ao longo desse período, num contexto onde a população estava predominantemente na área rural e suas relações com a cidade eram ligadas a questões de ordem religiosa, comercial e política. Religiosa, pois eram nas atividades promovidas pela Igreja, como missas, quermesses e festas, o tempo e o espaço de encontro dos moradores do local. Os fazendeiros, com seus agregados e escravos, mantinham sua casa na cidade, mas viviam no campo. Comercial, já que, com o tropeirismo, os negócios e os serviços prestados (ferreiros, lombilheiros, seleiros, sapateiros, professores, negociantes, etc.) aconteciam na área urbana. Política, pois os problemas coletivos eram tratados na câmara municipal, ou nas reuniões nas casas dos fazendeiros, na cidade.

Os problemas urbanos, portanto, começaram a ser sentidos com o aumento gradativo da população na cidade, sendo, sobretudo, os serviços relacionados ao sistema de abastecimento de água, energia elétrica e calçamento das ruas, os maiores reclamos, além daqueles relacionados à segurança, como os ataques indígenas, que foram sentidos pela comunidade até o final do século XIX. (ABREU e MARCONDES, 1991).

A cidade de Guarapuava, como foi parte do projeto de conquista regional, nasce com um planejamento inicial e o esboço do seu primeiro plano diretor pode ser observado no Formal de fundação da freguesia. Nele, no capítulo I, o Padre Francisco Chagas Lima e o Tenente Antonio da Rocha Loures estabelecem os primeiros critérios necessários às edificações:

[...]

Capítulo I

[...] Portanto, **As casas todas que nella se levantarem, serão separadas uma das outras, cobertas de telhas, e a povoação cercada de trincheiras ou fossos**, tudo pelas razões na carta Régia ponderadas.

Ao que se acrescenta, que nenhuma das ruas da povoação tenha menos de cem palmos de largura, que as paredes das casas sejam feitas de pedras ou taipas de pilão, ou ao menos firmadas sobre esteios de madeira de cerne e nem uma tenha de altura na frente menos de 15 palmos, todas alinhadas segundo a planta que levantou e ofereceu o reverendo vigário Francisco das Chagas Lima.

[...]

Capítulo II

Determina sua Magestade na sobredita carta Régia que **em todas as povoações que se forem erigindo nesta conquista, se houvesse de deixar uma língua de campo e matos para logradouro comum** (KRÜGER, 2007, p.46)

No primeiro capítulo, o que chama atenção é a preocupação com a arquitetura das casas, que deveria seguir as características coloniais semelhantes

às demais vilas de São Paulo. A referência era o Oratório, que ocupava o local privilegiado na Freguesia e depois foi o marco de localização da Matriz.

Outro elemento diz respeito às trincheiras que deveriam acompanhar a povoação, como uma medida de segurança, orientada pela Coroa, em relação aos prováveis ataques indígenas que a Freguesia estaria sujeita. Isso evidencia o ambiente de tensão existente entre nativos e colonizadores.

No segundo capítulo, é importante ressaltar que o logradouro comum, fazia parte da área do rocio, um espaço de uso comum para pastagem de animais, coleta de madeiras ou plantio, que, posteriormente, serviu como área de expansão do núcleo urbano. Em Guarapuava, essas áreas passaram a formar chácaras que abasteciam a cidade com gêneros alimentícios. Mais tarde, foram loteadas e compuseram o quadro urbano da cidade (TEMBIL, 2007; SILVA, 1995).

O quadro urbano foi estabelecido entre o arroio Central e Pocinho, formando um quadro em tabuleiro de xadrez, que seguia padrões dos núcleos urbanos brasileiros no período. O oratório, que depois se tornaria a Igreja Matriz, concentrou-se em local privilegiado e o cemitério no limite do quadro urbano. Também foi reservado um espaço, ao norte da Igreja, próximo ao Morro Alto, e mais distante do núcleo principal, aos desprovidos de terras e escravos, que foi denominado de Quarteirão dos Pobres.

A destinação desses espaços a famílias desprovidas de bens materiais era uma estratégia de povoamento da região. Os primeiros habitantes nessas condições foram atraídos pela repartição das terras, em 1816, realizada pelo Tenente Antonio Rocha Loures; os que conseguiram comprovar condições para cuidar das terras receberam terras para cultivar e os demais permaneceram na cidade, como primeira povoação de Guarapuava (ABREU, 1982).

A distribuição de terras estava a cargo do Estado, mas tinha como eixo articulador a Igreja. Os padres escrituravam os terrenos e legislavam sobre a organização e ocupação urbana. A distribuição de terras, assim como em outras regiões do país, seguiu sobre os ditames de um núcleo de poder, que designava as terras para si, parentes e amigos. Em Guarapuava, o Tenente Antonio Rocha Loures, como representante local do governo, com o auxílio do Padre Chagas, foi o responsável pela distribuição dos terrenos na cidade.

A área do rocio, por exemplo, que a união destinava ao município como espaço reservado à ampliação urbana, seguiu essa lógica, e os proprietários acabaram sendo, predominantemente, os mesmos sesmeiros.

As áreas das propriedades do rocio variavam de 0,1 a 30 ha, havendo exceções – foram declaradas propriedades no rocio com 554 ha, 1361 ha e outras; essas propriedades eram chamadas “chãos urbanos”. Pela análise dos nomes dos proprietários verificou-se que estes eram pessoas influentes, que ocupavam posição de mando, possuindo muitos deles mais de uma propriedade. Eram considerados 'rocio' da Vila de Guarapuava: Jordão, Vassoural, Morro Alto, Cascavel, Coutinho, Xarquinho (sic) e outros (ABREU, 1982, p.55).

Sobre a posse da terra na área urbana, Silva (1995) esclarece a diferença de sua distribuição em relação às sesmarias. Ambas implicavam em obrigações a cumprir para serem mantidas, contudo, segundo a autora, somente a sesmaria estava sujeita ao dízimo para a Ordem de Cristo. Com o tempo, as concessões passaram a ser feitas sob a forma de aforamento. “Esse sistema era uma espécie de aluguel da terra, com vencimento anual, criado com objetivo de obtenção de rendas para a municipalidade. Assim, muitas chácaras formaram-se no rossio da cidade” (ABREU, 1982, p.68).

Como esse sistema perdurou, mesmo depois da lei de terras, nas regiões interioranas do país, a concentração fundiária da terra urbana, tal qual em outras localidades, foi a regra.

A vida urbana em Guarapuava não mostrava dinamismo até a abertura da Estrada das Missões, em 1844, integrando Guarapuava na rota comercial do gado e muares, entre Rio Grande Sul e a feira de Sorocaba – em São Paulo.

O tropeirismo permitiu ampliar o capital do fazendeiro a partir do comércio das tropas, dos aluguéis das internadas e de outros serviços. Com isso, houve uma estratificação social entre os grupos, mas, ao mesmo tempo, dinamizou-se a vida local. Os fazendeiros que, geralmente, possuíam casas na cidade, ocupadas somente em dias de festas religiosas, batizados e casamentos, passaram a participar mais ativamente do comércio na cidade. O tropeirismo aumentou o comércio local, permitindo à sociedade, que se mantinha isolada, adquirir artigos de

luxo, oriundos de outros locais e movimentar a política local, o que resultou na elevação da Freguesia à Vila, pela Lei n.12, 1852, e criação da Comarca, em 1859 (SILVA, 1995; ABREU; MARCONDES, 1991; TEBIL, 2007).

No ano de 1853, foi instalada a Câmara Municipal, que funcionava na Sacristia da Matriz, até ser construído o prédio da Intendência, em 1887. Os camaristas eram fazendeiros abastados, entre os quais estão Manoel Marcondes de Sá, Antonio de Sá Camargo e Pedro Siqueira Cortes, todos membros da sociedade campeira, que se estendeu dos Campos Gerais para Guarapuava. “Os camaristas (vereadores) exerciam múltiplas funções, além de legislar e executar as leis, administravam obras, cuidavam da contabilidade, da saúde e da educação da Vila” (SILVA, 1995, p. 65).

Nesse período houve incremento na população e transformação do espaço urbano que recebeu seus primeiros casarões. Começou-se por em prática as normas instituídas no Formal e também a imposição dos calcamentos em frente às residências. Ocorreu também o surgimento de casas comerciais (quadro 16), como a Casa Missino, que deram à localidade uma dinâmica econômica diferenciada dos anos anteriores e consolidaram a estratificação social e a concentração do poder político nas mãos do fazendeiro que, à época, também era quem estava à frente do sistema tropeiro.

Os historiadores⁶⁵ identificam o período do tropeirismo como responsável pelas mudanças sociais, tanto nos hábitos da população quanto na transformação do espaço urbano.

As famílias que foram consolidando fortunas com o comércio do gado, passaram a mudar o consumo: as mulheres passaram a confeccionar vestidos com tecidos vindos dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro; os homens passaram a usar trajes tropeiros, que foram incorporando às suas viagens à Sorocaba ou ao Rio Grande do Sul; os móveis simples foram trocados por importados; até o uso do sabão de soda deu lugar ao sabonete.

⁶⁵ As mudanças sociais decorrentes do tropeirismo são explicitadas por Marcondes (1998); Abreu (1986); Tembíl (2007); Silva (1995).

Ocorre que antes do tropeirismo, as viagens para Curitiba, para o abastecimento das necessidades locais, aconteciam apenas uma vez ao ano.

Com o novo sistema econômico, os membros da sociedade possuíam capital para usufruir desses novos hábitos. Embora seja importante lembrar que esse consumo não era generalizado a toda a sociedade, mas a quem se integrou economicamente ao tropeirismo e desfrutava não só de prestígio, mas também dos seus rendimentos. Portanto, se no início havia uma “certa” solidariedade, com o compartilhamento dos espaços comuns, entre os que tinham ou não posses, com o enriquecimento de alguns grupos, a estratificação social foi se consolidando e se materializando na cidade.

As transformações foram materializadas no espaço urbano, não só com as construções de moradias mais abastadas, mas com a formação de clubes⁶⁶ para os ricos, para os negros, para os imigrantes, com o surgimento do teatro⁶⁷, casas comerciais, escolas, e chafarizes⁶⁸, entre outros elementos, como sistema de comunicação de telégrafos, jornais e a energia elétrica.

O estabelecimento das novas normas de construção na cidade revela essas mudanças:

o código de posturas municipais, promulgado pela Câmara Municipal, que determinava a composição visual da cidade, foi ratificado em 1874, pelo presidente da já então Província do Paraná. Com essa ratificação, os edifícios construídos no quadro urbano deveriam seguir as seguintes normas: apresentar 20 palmos de pé direito, portas com 13 palmos nas ombreiras e janelas com 8 ½ de vão. A cada dois anos, os proprietários deveriam cair a frente da casa. Também se tornam obrigatório o calçamento em frente das residências. As casas de madeira só foram surgir nos últimos anos do século XIX com alguns imigrantes europeus (TEMBIL, 2007, p.75).

⁶⁶ Os clubes frequentados pelos grupos economicamente favorecidos da cidade eram o Clube Guaíra (1904); Cassino Guarapuavano (1911); Clube Operário (1920); Enquanto os negros frequentavam o “clube dos pretos”, denominado Clube Rio Branco (1919); E o primeiro clube imigrante foi o Clube da Sociedade Polonesa (em 1930). Segundo Turra-Neto (2008), os clubes foram distribuídos no quadro urbano de forma a representar a própria estratificação social. A elite no centro e os descendentes de escravos na periferia.

⁶⁷ Em 1887, foi inaugurado o Teatro Santo Antonio, segundo Tembil (2007), símbolo de modernidade da vida urbana de Guarapuava.

⁶⁸ A construção dos chafarizes em Guarapuava começou em 1853. Esse sistema era muito utilizado desde a época colonial; o chafariz era o sistema mais prático e mais barato. Outra solução dada pelos proprietários urbanos era a perfuração de poços; quando as águas não eram adequadas para beber eram utilizadas para outras necessidades. Assim, as fontes mais próximas eram utilizadas para o abastecimento.

O crescimento da população de Guarapuava até 1900 foi constante (Gráfico 06). Mesmo com o desmembramento de Palmas (1872), de Prudentópolis (1906) e Foz do Iguaçu (1914), o aumento foi intenso, sobretudo, entre 1920 e 1940, no período que a venda das terras em preços baixos, pelos pecuaristas em decadência econômica, atraiu descendentes de imigrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, do total da População de 96235 habitantes, em 1940, apenas 5759 estavam na área urbana.

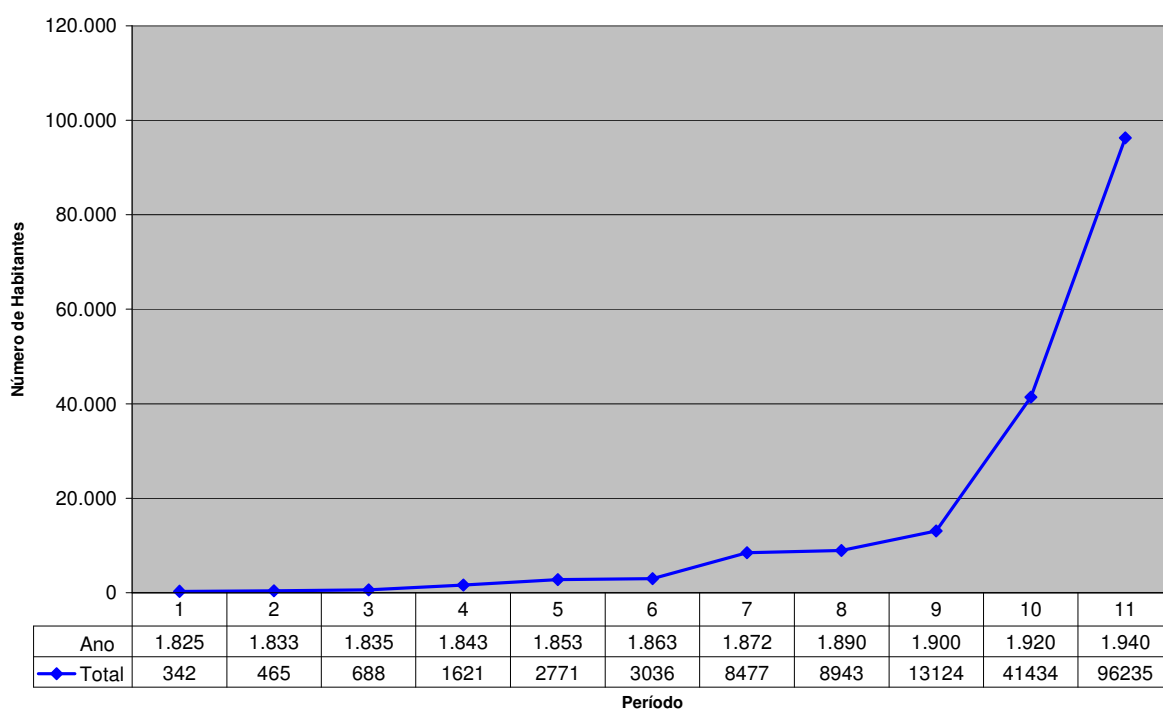


Gráfico 06. Crescimento da população de Guarapuava entre 1825 – 1940

Org.: GOMES, M. F. V. B., 2009.

Fontes: ABREU (1982); ABREU; MARCONDES (1991); SILVA (1995)

Com esse aumento paulatino da população urbana, os problemas de abastecimento de água, iluminação, circulação de animais no meio urbano, ausência de asfalto, foram tomando a pauta dos problemas da cidade, nos jornais e na câmara. Em ofício, datado de 23 de abril de 1861, o fiscal João Manoel da Silva apresentava um quadro do estado das ruas e a triste situação das fontes, por falta de chafarizes. A falta de esgoto sanitário trazia muitos inconvenientes ao abastecimento público de água (ABREU e MARCONDES, 1991).

Além da preocupação com o abastecimento de água na cidade, havia ainda a preocupação com o abastecimento dos núcleos coloniais. A instalação

de água encanada em Guarapuava demorou muito a se resolver. Uma primeira medida foi a ligação atrelada à administração do hospital São Vicente de Paulo, em 1927, que, num primeiro momento, era para suprir uma das necessidades do hospital, com o “encanamento de água” e, posteriormente, acabou sendo estendida à população com ajuda de custo privado e público, limitando-se, contudo, a um pequeno público que podia pagar pelo serviço⁶⁹.

A energia elétrica só foi implementada em 1920 pela iniciativa privada. Antes disso, a cidade era iluminada por lampiões, que limitavam a circulação noturna pelas ruas. Em um jornal de 1897, o problema é mencionado:

Chamamos atenção da Câmara Municipal desta cidade sobre a iluminação publica, já há muitos dias que não são acesos os lampiões, tornando-se perigoso o transito devido às vacas que povoam as ruas durante a noite. Numa das noites passadas um dos nossos companheiros de trabalho, devido à escuridão quando passava pelas ruas, tropeçou em uma vaca levando uma formidável queda, da qual felizmente saiu pouco molestado, outro também caiu numa valeta, escapando com algumas rachaduras⁷⁰ (sic).

Essa reportagem denota duas questões importantes: a necessidade de serviços urbanos, como a energia elétrica; e a convivência de animais no espaço, fato comum à época, uma vez que os animais eram o meio de locomoção.

Outra questão, que vai se configurando num problema urbano, diz respeito à ausência de pavimentação, como indica essa reportagem de Barros⁷¹ (1919):

As ruas, apesar da boa vontade dos nossos dirigentes, não correspondem às necessidades do transito. Ha ruas que são tão innúmeras as poças de água, em dias de chuva, que se torna impossível o transito á pé. Si demorasse o temporal, a lama torna impossível qualquer trânsito ás pessoas, como aos veículos, á rua Benjamin Constant, principalmente.

⁶⁹ Sobre isso ver: ABREU e MARCONDES, 1991.

⁷⁰ Lampiões. **O Guayra**, Guarapuava, 03 jul. 1897 (*apud* TEBIL, 2004, p. 85)

⁷¹ Rápidas Observações sobre as necessidades Geraes do Município. **O Pharol**. 31 de julho de 1919.

O texto refere-se à principal Avenida de Guarapuava que, desde 1921, mudou o nome para XV de Novembro. Nela, foram concentrados os principais serviços urbanos desde aquela época à atualidade.

Enquanto os fazendeiros puderam usufruir do capital acumulado do tropeirismo, mesmo depois que esse entrou em crise, e da renda obtida pela extração da erva-mate, conseguiram otimizar as atividades urbanas e até viveram, segundo Tembil (2007), um “apogeu cultural” na cidade. Pela própria malha urbana (quadro 16), pode-se verificar que não houve crescimento horizontal significativo, embora a concentração urbana do período tenha sido suficiente para fazer sentir os primeiros problemas ambientais urbanos.

Contudo, os primeiros equipamentos e serviços urbanos só começaram a ser implementados, na cidade, a partir de 1940, quando o município entrou numa outra lógica de produção e o fluxo de capital, que circula pela exploração da madeira, exigiu a tecnificação do território para atender às demandas pelos serviços urbanos. Isso não significa, como veremos no próximo capítulo, que a cidade irá melhorar seus equipamentos públicos e privados, em seu conjunto; pelo contrário, o crescimento urbano dos anos seguintes só intensificou a concentração dos serviços na área central e formou uma periferia empobrecida e desprovida de infraestrutura.

Outra questão que merece nota é que, em jornais⁷² da década de 1920 e 30, e em documentos analisados pelos historiadores sobre este período, há indicação de que o foco das preocupações dos camaristas estava na carência dos meios de circulação, estradas e ferrovia. A primeira estrada carroçável só foi aberta em 1901, com a chegada dos imigrantes eslavos na região. A esperança estava na Estrada de Ferro, objeto de desejo da elite guarapuavana de meados do século XIX, mas que só foi inaugurada em 1954. Segundo os reclames dos camaristas e daqueles que se faziam ouvir pelos jornais da cidade, a posição insular de Guarapuava, era o motivo do declínio econômico, já que essas terras eram dotadas

⁷² Encontramos vários artigos sobre o assunto, no jornal O PHAROL, dentre os quais os publicados em 15.09.1919; 29.02.1920; 29.08.1920; 09.01.1921. Todos eles falam sobre a dificuldade do desenvolvimento regional e do município sem as estradas, as promessas não cumpridas sobre o ramal estrada de Ferro Riozinho (Iratí) – Guarapuava, bem como a conservação das estradas rodoviárias.

dos melhores recursos naturais, madeiras, erva-mate e solo fértil para a agricultura, mas não tinham os meios para o seu escoamento.

Sem os meios técnicos necessários para dar alternativas à criação do gado, o sistema campeiro sucumbiu definitivamente com a crise de 1929, obrigando os fazendeiros à excessiva venda de vacas novas, fonte de produção de suas fazendas. A conjuntura econômica apresentava-se desfavorável. Foi nesse período que muitos deles viram-se na contingência de retalhar suas terras e vendê-las a preços irrisórios (pretendendo vir para o núcleo urbano e viver do juro do dinheiro obtido); outros optaram por arrendá-las, cobrando certa importância por alqueire.

Esse fator, entre outros, contribuiu para o aumento da população urbana, mas também abriu os caminhos para a chegada dos descendentes de imigrantes europeus que vieram de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Guarapuava tornou-se uma nova fronteira agrícola e, nessa época, já eram comuns as serrarias que, acompanhando os progressos técnicos, usufruíam e espoliavam a mata nativa, como veremos no capítulo a seguir.



3

Da sociedade campeira à modernização do espaço produtivo: A "pilhagem" da natureza e a formação do meio-técnico

O

mosaico construído durante o período campeiro, com agricultura de subsistência, pastagens naturais e florestas, após a crise de 1929, passou por profundas mudanças. A decadência daquele sistema foi concomitante à emergência de um novo processo que, também como aquele, nasceu dependente dos bens naturais; neste caso, o solo e a

Floresta. O solo profundo e fértil das áreas de campos naturais foi utilizado pela moderna agricultura de soja, trigo, milho, batata-inglesa, entre outros, em propriedades patronais, que se concentram no oeste do município. As florestas com araucárias foram exploradas para a obtenção de madeiras, para o mercado de serrados, laminados, móveis, etc., sendo substituídas, em parte, por reflorestamento de exóticas (particularmente o *pinus e eucalipto*), nativas (araucárias e bracatinga) e pela agricultura de subsistência e/ou comercial, de caráter familiar. Alguns remanescentes estão em processo de regeneração inicial, média e avançada e se concentram na parte leste do município.

Essas alterações de uso do solo foram também acompanhadas por mudanças na posse da terra, principalmente, por novos contingentes populacionais, imigrantes europeus germânicos (suábios), descendentes de italianos, poloneses e alemães, provenientes de outras regiões do Paraná ou do Rio Grande do Sul, descendentes de japoneses, do norte do Paraná e de São Paulo. Entre 1950 e 1980,

foi intensa a entrada desses grupos sociais, atraídos pelo preço da terra e pela política agrícola do Estado do Paraná.

Outro elemento novo na região foram as serrarias, que migraram do primeiro e segundo planalto do Estado para Guarapuava, atraídas pela imensa reserva de Florestas com *Araucária Angustifolia*, o Pinheiro-do-Paraná. Parte delas tinha uma base extrativa em Guarapuava e sua sede em outros municípios, principalmente em Ponta Grossa, mas também em outros estados brasileiros.

Os recém-chegados grupos sociais tiveram que dialogar com a realidade pré-existente, a cultura local, eliminando alguns aspectos da paisagem, transformando outros, ou ainda, usando formas antigas, mas com conteúdo novo.

As mudanças não foram apenas oriundas dos novos incrementos populacionais, mas também, e, sobretudo, por uma nova lógica produtiva, que entrelaçava diferentes escalas. Nesse período, o Brasil inseria-se definitivamente no sistema capitalista mundial e, também buscava uma integração regional, precisando fortalecer e criar um mercado interno a partir das relações econômicas construídas no sudeste, particularmente em São Paulo. O Paraná, por sua vez, optou por transformar-se em um “celeiro do país”, explorando seu abundante recurso natural, as Florestas, que quase chegaram à extinção de suas reservas. O desmatamento cumpria dois objetivos em um só processo: vender a madeira, e deixar o solo limpo para a prática da agricultura moderna.

Entretanto, essas mudanças e objetivos não puderam ocorrer sem tensões, pois os espaços, aparentemente “ociosos”, carentes de “desenvolvimento”, eram ocupados por diferentes sujeitos sociais, que viviam à margem do sistema econômico, mas que dispunham tanto dos espaços cedidos em fazendas de gado, quanto dos florestados, para produzirem o necessário a sua subsistência e reproduzirem suas práticas culturais.

Assim, Guarapuava tem sido palco de uma pluralidade de usos da terra, de acordo com os grupos sociais que foram se apropriando socialmente da natureza. O luso-brasileiro inscreveu sua marca na paisagem, pelo uso extensivo dos pastos naturais, enquanto o caboclo e/ou primeiros imigrantes contribuíram com a criação coletiva nas florestas e com a agricultura de subsistência. Assim, o novo grupo social, que irá dialogar com essa realidade, vai construir novas formas na

paisagem, sendo: os suábios, pela transformação dos pastos em agricultura moderna, com alta tecnologia; os descendentes de imigrantes italianos, poloneses, alemães, pela manutenção da tradição da agricultura familiar, sob um viés comercial. Os madeireiros esgotarão as florestas, deixando poucos remanescentes, dando lugar a uma paisagem nova, que também se irá impor às indústrias e, com ele, a demanda por monoculturas florestais.

Guarapuava consolidou-se como um mosaico étnico cultural, com diferentes formas de apropriação social da natureza, registrando não só mudanças, mas também conflitos na paisagem. Esses estão no pano de fundo da resistência do velho que, embora não se negue a dialogar com o novo, faz de tudo para não ser apagado. É essa nova dinâmica e pluralidade que pretendemos abordar nesse capítulo, assim como o processo de mecanização completa do território e suas consequências socioambientais.

3.1. Transformação no uso e posse da terra em Guarapuava, concepções de natureza e mudanças na paisagem.

Guarapuava passou, ao longo de sua história, por três fases de ocupação, marcadas por processos migratórios, com forte componente étnico de origem europeia. No século XIX, foi predominante a apropriação luso-brasileira sobre o território *Kaigang*, embora também tenha recebido um contingente diversificado de imigrantes de outras etnias, como: franceses, alemães, ucranianos e poloneses. Em meados do século XX, a imigração estrangeira foi predominante, integrada à migração interna. Além dos estrangeiros, como os Suábios, fizeram parte dessa frente migratória, descendentes de europeus, provenientes do segundo planalto paranaense, Ponta Grossa e Irati, e dos Estados do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também é desse período, a vinda de descendentes de árabes, sírio-libaneses e japoneses, sobretudo de São Paulo. Já no final do século XX, entre 1970 e 1980, Guarapuava sofreu outro processo de ocupação por migração interna, também de descendentes de europeus, provenientes do extremo oeste, sudoeste e sudeste do Paraná. Esses processos de colonização e ocupação do território partiram de iniciativas privadas, do Estado, e/ou desse com capital privado. (BRANDENBURG, 1999; KLEINKE, DECHAMPS; MOURA, 1999).

Com isso, o município foi se caracterizando pela diversidade étnica e cultural, bem como por várias mudanças na forma de apropriação da natureza, como a introdução de novas técnicas na agricultura, vias de transporte, relações sociais e de trabalho, no campo e na cidade, que transformaram significativamente sua paisagem.

Na primeira fase do fluxo migratório, as primeiras colônias de europeus, franceses, alemães, ucranianos, poloneses, etc⁷³ tiveram como limite o latifúndio pecuarista luso-brasileiro. Como esses últimos dominavam a área dos campos, aos imigrantes restaram às áreas de matas. Ou seja, desde as primeiras colônias, os estrangeiros não eram integrados ao sistema tradicional campeiro. As diferenças eram evidentes, tanto pela organização social, quanto pela forma de apropriação da terra. Enquanto os luso-brasileiros estavam pautados nas relações de trabalho servil, pecuária extensiva e agricultura incipiente, os imigrantes mantinham relações de trabalho familiar, valorização do trabalho físico e estruturação em pequenas propriedades com fortes componentes agrícolas.

A leste da sede do município de Guarapuava, circunscritos às áreas de matas, os ucranianos e poloneses, sobretudo os que colonizaram Prudentópolis, foram incluindo as técnicas conhecidas nos países de origem, adaptando-as à nova realidade, e, em parte, incorporando a prática agrícola e o extrativismo do caboclo⁷⁴. A oeste, a ocupação foi mais lenta, mas intensificada com a implantação da Colônia Militar Marechal Mallet, em 1911⁷⁵, e com a construção da Estrada entre

⁷³ Os franceses chegaram em 1847, na Colônia Thereza Cristina, fundada pelo médico João Maurice Faivre. Eram 87 famílias francesas. Parte delas logo deixou a colônia, amedrontadas com os ataques indígenas e com a carência de infra-estrutura daqueles sertões. Anos depois, foram integrando à região da colônia, brasileiros, alemães, ucranianos e poloneses. Em 1954, tornou-se o município Cândido de Abreu. Os ucranianos, alemães e poloneses, formaram a Colônia de Prudentópolis, com mais de 30 núcleos familiares, num total de 16.637 pessoas. Em 1906, Prudentópolis tornou-se município. (ABREU, 1982; RUIZ; 2008)

⁷⁴ Os eslavos difundiram o uso do arado e outras técnicas agrícolas e também introduziram a carroça, meio de transporte muito importante para a região, tanto pela ausência de automóveis e outros meios de locomoção, quanto pela condição das estradas que, até meados do século XX, ainda careciam de pavimentação. Por outro lado, também se apropriaram dos conhecimentos do caboclo e participaram de atividades típicas na região, como os faxinais. Os faxinais possuem sua estrutura a partir das grandes fazendas; neles os animais eram deixados à solta na mata e a produção cercada. Os imigrantes europeus, ao chegarem à região integraram-se ao sistema extrativo da erva-mate, na criação extensiva na mata, mas, ao contrário dos caboclos, passaram a cercar o criadouro e a deixar abertas as áreas de lavouras, cujo aumento da produção já era maior à época (GRZEBIELUKA; SAHR, 2009)

⁷⁵ Atual município de Laranjeiras do Sul.

Guarapuava e Foz do Iguaçu, em 1919⁷⁶. Com essa estrada, uma frente colonizadora de colonos eslavos, fazendeiros e safristas⁷⁷, oriundos da sociedade tradicional foram avançando naquela direção. (CAMARGO, 1999; MUSSOI; 2002)

Com isso, até 1930, após a emancipação de Prudentópolis (1906), Guarapuava possuía, portanto, quatro colônias habitadas por colonos imigrantes (Quadro 17), tais como:

- a) Senador Correia: com uma área de 17.000 ha e habitada por 2047 poloneses, 753 brasileiros, 43 alemães, 8 sírios, 7 suecos, 15 franceses, 9 espanhóis, 2 holandeses, 2 italianos e 1 inglês;
- b) Apucarana: com 15.000 ha e sua ocupação formada por 860 poloneses, 228 brasileiros, 132 alemães, 43 austríacos, 12 franceses, 16 holandeses e 7 portugueses;
- c) Coronel Ernesto Queiroz: situada no Amola Faca (Laranjeiras) e habitada por 80 famílias polonesas;
- d) Murillo: fundada pelo Dr. Francisco Natel de Camargo e habitadas por 20 famílias polonesas (ABREU, 1982, p.106)

Até 1940, Guarapuava fazia fronteira com o município de Foz do Iguaçu. Com o desmembramento dos municípios de Pitanga, em 1943, e Laranjeiras do Sul, em 1946, perdeu parte do seu território (Quadro 01, p. 40), mas ainda reservava um grande espaço com matas e campos.

Portanto, nessa primeira fase, a pressão populacional sobre as áreas de floresta foi amena, pois, não dispendo dos meios técnicos para a exploração, bem como, das vias de circulação e transporte, para escoamento da madeira, os primeiros imigrantes pouco modificaram a floresta nativa. Ao contrário, sujeitaram-se às condições oferecidas pelo ambiente, cortando apenas o necessário para a construção de casas, cercas e carroças.

⁷⁶ A colônia Militar, além de assegurar a defesa da fronteira, estava relacionada à instalação da rede telegráfica, ligando Ponta Grossa a Foz do Iguaçu.

⁷⁷ O safrista participava de um sistema que consistia na criação extensiva de porcos, conhecido como safra de porcos. Plantava-se o milho e, na seqüência, soltavam os porcos na lavoura, durante três a quatro meses, para a engorda. Os porcos alcançavam um bom preço não só pela carne, mas também pela banha, que era comercializada em toda região e exportada para São Paulo. De Guarapuava e região eram tropeadas de 200 a 400 animais com destino a Ponta Grossa; de lá, eram transportados para Jaguaraíva-PR, para o frigorífico Matarazzo que, além de comercializar em São Paulo, exportava para o mercado europeu. Essa prática durou até 1940, quando foram introduzidas novas formas de criação intensiva de porcos e também outros meios de transporte, desagregando o sistema. (RAMOS, 2008)

Quadro 17 - Colônias de Imigrantes - Guarapuava - 1930

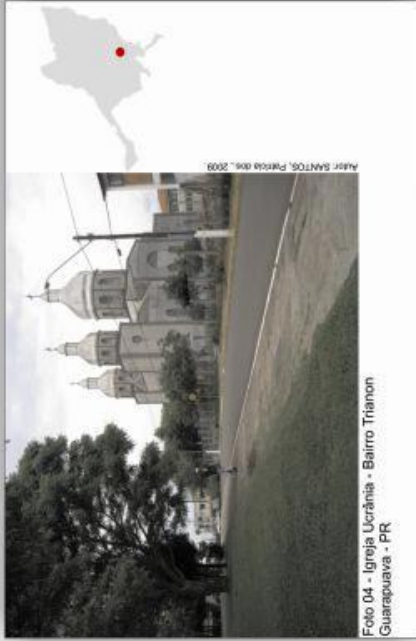
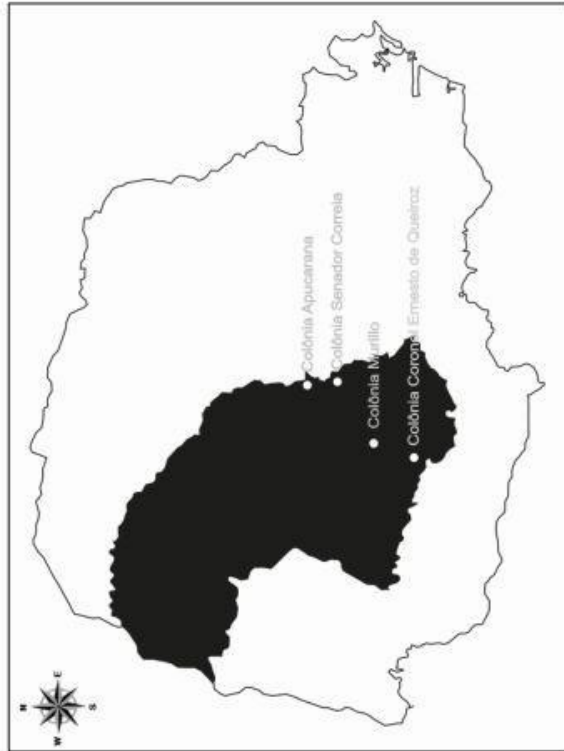


Foto 04 - Igreja Ucrânia - Bairro Triânon
Guarapuava - PR

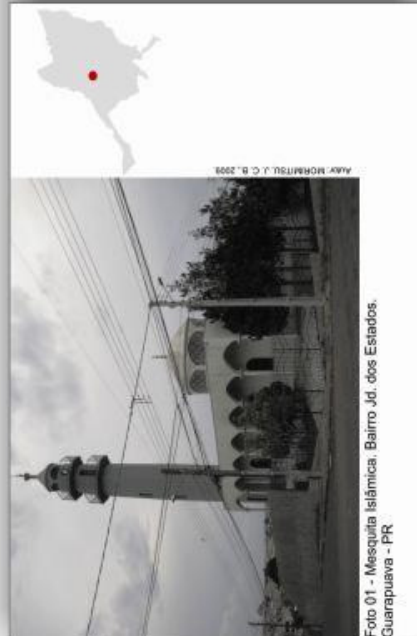


Foto 01 - Mesquita Islâmica, Bairro Jd. dos Estados,
Guarapuava - PR



Foto 02 - Grupo Folclórico Polonês Serce Polski
Guarapuava-PR



Foto 03 - Grupo Folclórico Italiano Anima - Guarapuava-PR

Linha administrativa do Brasil, ano 2010.

Linha do município de Guarapuava, ano 2010.

Linha do ponto urbano de Guarapuava.

UNESPO
 Organização: Prefeitura de Piraí, Vila Boa Cordeiro, 2009
 Orientador: João Osvaldo Rodrigues Neves
 Co-Orientadores: Renery Sampaio Antunes
 Fotos: ADELÉ, 1966; AMERCIANO, 2007
 Base cartográfica: ABRAMON DE AMERCIANO, 2007.

Universidade Estadual Paulista
 "Julio de Mesquita Filho"

A pressão antrópica sobre as áreas florestais no município só se fez mais forte a partir de 1940 e esteve diretamente relacionada às iniciativas públicas e privadas, que integraram os interesses de povoamento do Paraná com os de exploração dos recursos naturais.

Foi entre 1940 e 1950 que se iniciou a segunda fase da corrente migratória, em Guarapuava, com imigrantes suábios e descendentes europeus, principalmente, italianos e poloneses, de outras regiões do Paraná e do Rio Grande do Sul. Essa migração interna, como nas outras áreas do oeste do Paraná⁷⁸, além das políticas de governo, foi potencializada pelo saturamento e/ou exclusão social nas colônias originais, que conduziram grande número de famílias às áreas de fronteira agrícola.

Esse contexto social ia ao encontro dos ideais das lideranças locais, para Guarapuava. O projeto de dinamizar economicamente Guarapuava incluía retirar as matas do entorno dos campos, urbanizar-se e alcançar o progresso. Esse só poderia ser alcançado, conforme os personagens de “mando” da região, pela tecnificação do território, com as estradas de rodagem e de ferro, que seriam as veias de escoamento dos recursos naturais (sobretudo a madeira, que era abundante), e pela produção agrícola, nos solos férteis e pouco explorados da região.

O projeto de atrair imigrantes estrangeiros para o trabalho na agricultura, a exemplo de outras localidades do Paraná e Santa Catarina já fazia parte do discurso dos grupos do poder local, representados na mídia impressa. Uma

⁷⁸ No oeste do Paraná, até 1930, as terras eram de difícil acesso, pela precariedade das estradas e o adensamento das florestas. A população residente na região era, predominantemente, de caboclos brasileiros, paraguaios e argentinos, que, até então, transitavam com tranquilidade por aquelas terras, explorando a erva-mate e também a madeira que, em boa parte, era contrabandeada pelos rios ou pelas picadas, que ligavam o Paraná aos outros países fronteiriços (AMERICANO, 2007). Guarapuava, portanto, embora com carências, era o limite dinâmico do Estado. Essa realidade, aliada aos interesses econômicos e estratégicos por parte dos governos estadual e federal, foi responsável pela criação de políticas de desenvolvimento territorial e povoamento daquela região. Carvalho (2004) explica que as conjunturas sociais e política do período entre 1930 a 1945 contribuíram para as ações diretas e indiretas no Oeste. O governo paranaense endividado via no retalhamento do território em pequenas propriedades, uma fonte de divisas, pelas vendas e impostos cobrados sobre as terras. Enquanto o governo Federal desejava solucionar estrategicamente a produção de alimentos para abastecimento urbano, diminuir as tensões sociais do campo, fixar o homem no campo em locais “desabitados” e resolver as questões de fronteira. Para isso, num conjunto de políticas, objetivando a “marcha para o oeste”, Getúlio Vargas, então presidente da república, criou em 1943, o Território do Iguaçu, que incluía a parte oeste do município de Guarapuava até Foz do Iguaçu e norte de Santa Catarina.

matéria de jornal de 1920⁷⁹ indica esse pensamento, propagado no meio de comunicação:

Somos informados que o **sr. consul da Polônia em Curityba, dirigiu-se ao sr. Elias Metinoski, correspondendo consulado d'aquelle paiz nessa cidade, a proposito da colonização do rocio deste município**, a carta seguinte:

Informe-se e nos communique si a Camara Municipal de Guarapuava o seu patrimonio ou rocio para ser colonizado.

Temos 400 pedidos de colonos expontaneos do Rio Grande do Sul, S. Catharina e arredores de Curityba, os quaes desejam localizar-se ahi ou em suas immediações.

Assig . W. Rodecki

[...]

O assunto é de palpitante interesse para os habitantes desta cidade [...], que incontestavelmente trará grande incremento ao seu desenvolvimento.

Trata-se de colonos expontaneos já domiciliados nos territorios do Rio Grande do Sul, S. Catharina e nos arredores da capital do nosso Estado, consequentemente já assimilados e afeitos aos nossos costumes.

Certesa temos uma vez encaminhada a primeira corrente emigratoria, a onda de colonos se estenderá pelo **nosso município que tem em seu territorio excellentes terras de cultura**, que compensarão aos colonos todos os esforços que empregarem.[...]
(grifo nosso, sic)

Bons braços para a agricultura e construção das estradas, seriam a solução para o desenvolvimento tão almejado, já que se dispunha de grandes extensões de terras férteis, que garantiriam a produção, faltando apenas os meios de transporte e circulação, para transportá-la aos centros consumidores.

O desejo da colonização local permanecia alicerçado na espera do progresso, cuja esperança estava no contingente de colonos que, além de trazer o desenvolvimento pelo cultivo das terras, impulsionaria a chegada das vias de circulação, como podemos observar nesta outra reportagem⁸⁰:

[...]

A natureza doou esse recanto do paiz com muitas riquezas que o homem esforçado poderá com seu trabalho inteligente, converter em bem estar e conforto de muitos lares.

[..]

⁷⁹. Editorial. Colonização. **Pharol**. Guarapuava, 21 de novembro de 1920, n. 51, p.1.

⁸⁰ PEENE. O povo que os julgue. **Correio do Oeste**, Guarapuava, 09-mar-1930.

Cereaes, como, trigo, milho, feijão, arroz, poderão uma vez colonisadas enormes glebas de terras de grande fertilidade produzirem e serem exportados em considerável quantidade café, canna de assucar e fructas poderão formar não pequenas riquezas do Municipio.

[...]

Índice de pulsação, mais enérgica na vida d'aqui, apesar da situação geral do paiz provocada pela crise econômica quase mundial, ser difícil, **nota pelos projetos de homens de negócios [...] e mais ainda pela preocupação dos dirigentes do nosso Município com os problemas da viação o mais vital do momento, a base do progresso,** problema este que está sendo atacado com critério e conhecimento da matéria.

Sabe se de fonte autorizada que o Sr. Prefeito esta envidando esforços na ligação da nossa Cidade com os futuros celeiros e com a riquíssima região do valle do Ivahy, [...].

A todos que não ignoram a importância de uma boa estrada deve alegrar a noticia sobre o critério adoptado pela Administração Municipal de evitar as rampas [...].

Esse critério é de máxima importância para poder atrair novos elementos productivos e mudar selvas incultas em celeiros de muitos centros populosos. [...]

Os Estados que resolveram o problema da viação dão exemplo palpável do seu progresso. São Paulo deve somente o seu desenvolvimento colossal as suas boas estradas. O Rio Grande do Sul na execução de seus productos de lavoura foi favorecido pelas linhas fluviaes que demandam as margens do atlantico e por isso pode salientar se na produção de cereaes.

Está chegando a vez do Paraná, os trilhos de aço estão sendo collocados para o norte e para o oeste, justamente zonas mais ricas e que as servidas pelas vias ferreas a anteriormente construídas.

[...]

E nessa cidade com o silvo da locomotiva e centenas de artérias que se unirão neste coração, arterias como acima foi dito, pela sabia política economica, bem construídas, respirara a vida de gigante que esta conscede sua força e poder(Grifo nosso).

Essa matéria é bastante ilustrativa das concepções predominantes na época. Havia, entre os guarapuavanos, o sentimento de pertença a um local cuja natureza disponibilizou “*muitas riquezas*”, contudo, seu desenvolvimento dependia de braços trabalhadores, que tivessem outra concepção de relação com a terra, cuja produção iria forçar a melhoria da viação. O “progresso” dependia desses fatores.

Essas concepções estavam pautadas nos valores implícitos nas atitudes dos colonos nas áreas ocupadas no sul do país. A experiência obtida no Rio Grande do Sul, naquele período, mostrava que o imigrante e seus descendentes desbravavam as “matas” e não mediam esforços para plantar cada pedaço de terra

que adquiriam. Divergindo das práticas dos indígenas e dos caboclos, fixavam-se na terra e ocupavam todo o seu tempo com o trabalho na lavoura.

Os dirigentes locais acreditavam que o migrante descendente de europeu teria esses atributos, por já estar familiarizado com a agricultura nos moldes produtivos para o mercado. Por isso, nos reclamos publicados em jornais locais, deixavam claro que depositavam a esperança naquele migrante, já que, segundo eles, somente quando as “*selvas incultas*” se transformassem em plantação e o “*silvo da locomotiva*” fosse ouvido, Guarapuava estaria entre os grandes centros econômicos.

Também o migrante seria responsável por abrir as clareiras nas matas e preparar o terreno para a vinda dos trilhos. Poderia atender a duas demandas de uma só vez: retirar a mata para o cultivo agrícola e trabalhar na abertura das estradas, tão necessárias ao município. A confiança nesse papel do colono tinha raízes nas experiências⁸¹ de outros locais no sul do Brasil e fazia todo o sentido, para a lógica da época. Segundo Carvalho (2004), entre os pequenos agricultores, que se aventuraram pelas fronteiras agrícolas no sul do país, o trabalho com a terra, em detrimento da preservação das áreas de mata, é uma questão moral pois, ideologicamente, o direito à posse está vinculado ao trabalho, concepção inerente aos princípios do agricultor. Nas palavras do autor: “podemos inferir que manter *mato* na propriedade e manter a terra *inculta*, é não trabalhar, portanto, um ato moralmente condenável para este grupo social” (CARVALHO, E. B. de, 2004, p.79).

Para aqueles que almejavam a ocupação dos sertões do Paraná, o mato significava local inóspito, que distanciava o local do mundo civilizado. A mão-de-obra adequada, associada à melhoria do sistema de viação, a efetivação dos “trilhos de aço”, conforme apresenta a reportagem, eram o caminho do “progresso”.

⁸¹ A esse respeito, Nadalim (2001) explica que, na primeira metade do século XIX, quando imigrantes europeus chegaram ao sul do Brasil (Santa Catarina e Rio Grande Sul), iniciaram um processo de “limpeza” do território, desflorestando e servindo para o império como “soldados” defensores das fronteiras e definidores dos conflitos com os nativos. No início do século XX, eram novos imigrantes e/ou seus descendentes que, buscando terras mais baratas, para reprodução do sistema familiar, foram abrindo novas fronteiras e reproduzindo as práticas de “derrubada da mata” e produção da agricultura familiar, no segundo e terceiro planalto do Estado do Paraná. Ora acompanhando os trilhos das ferrovias, ora na “marcha para o oeste”.

Santos (1995) afirma que, o empenho político para efetivação do transporte ferroviário em Guarapuava foi intenso, durante toda primeira metade do século XX. A promessa foi uma constante, mas fatores de ordem econômica e de instabilidade política, na esfera estadual e federal, adiaram a construção da estrada de ferro. O ramal de Guarapuava foi construído nos anos 30, mas seu primeiro trecho somente foi aberto em 1940, a partir da estação de Engenheiro Gutierrez. Em 1954, o transporte ferroviário chegou a Guarapuava, de onde objetivava-se estendê-los para o extremo oeste do Paraná⁸².

A prefeitura de Guarapuava, objetivando a transformação das “terras incultas”, empreendeu um projeto de colonização, com a Lei nº 402, de 26 de novembro de 1926 (anexo 1), para o loteamento de terras urbanas, suburbanas e do rocio indicam, incluindo além dos nacionais, os estrangeiros. Assim menciona o documento:

[...]

Art. 3º. – Das terras do rocio não aforadas ou destinadas a qualquer serventia commum, em campo ou matto, **a Prefeitura mandará dividir** até mil (1000) alqueires **em lotes de cinco (5) ou dez (10) alqueires para venda a pessoas que exerçam a profissao de colonos nacionais ou estrangeiros** e que preenchem as condições das leis federaes sobre colonisação.

[...]

Art. 5º. – Nenhum colono poderá adquirir por compra mais de um lote de terras, **ficando obrigado a edificar casa e os fechos necessários e manter nele cultura effectiva**, extendendo-se essas obrigações aos seus sucessores.

§ Único – **Todo o colono que adquirir um lote e não edificar e nem cultivar durante vinte e quatro (24) mezes, perderá o direito do mesmo e que pagou.** (sic)

A prefeitura queria também impulsionar o surgimento de um cinturão verde, ao entorno do espaço urbano, pelo cultivo de uma agricultura útil ao abastecimento interno e regional, com a produção de hortifrutigranjeiros, bem como, ocupar a terra de campo ou de mata “ociosa”, dando visibilidade ao progresso de Guarapuava, já que os meios de transporte e estradas começavam a surgir.

⁸² Mas, somente em 1996, foi que a Ferropar foi inaugurada, ligando Guarapuava a Cascavel, passando a administração da FERROESTE. Esta é administrada pelo Governo do Estado e utiliza as linhas da América Latina para transportar suas cargas para Paranaguá. O trecho pronto que liga Guarapuava a Cascavel tem 250 km. Disponível em: <http://www.ferroeste.pr.gov.br/>, acesso em 05.05.2009.

Observa-se, pelo documento, que a ocupação da terra estava condicionada ao plantio agrícola. A terra era apenas concedida para o uso, mas permanecia como propriedade da prefeitura. Essa forma de relação com a terra era uma maneira de garantir o tipo de uso e ocupação exigido pela prefeitura.

Dessa iniciativa municipal, surgiu a colônia agrícola Jordão que, em 1947, recebeu famílias descendentes de imigrantes italianos, provenientes do Rio Grande do Sul.

Segundo Pollyak (2005), concorreram para a busca das terras em Guarapuava, o aspecto paisagístico, relevo e clima, bem como as terras férteis. O autor baseia-se em relatos de descendentes de italianos que participaram do projeto de colonização de Guarapuava. Algumas famílias vieram de Erechim (Rio Grande Sul) e deixaram suas terras, principalmente, porque estavam esgotadas em função das técnicas utilizadas em suas práticas agrícolas.

Pollyak (2005), ao analisar entrevistas realizadas com algumas dessas famílias que se assentaram na referida colônia, afirma que havia aquelas que possuíam capital para adquirir terras e outras que só puderam se instalar na Vila Jordão, núcleo urbano da colônia. Muitas delas prestavam serviços e também arrendavam terras. Nos anos de 1950, com a passagem dos trilhos, algumas chácaras foram desapropriadas e as famílias deslocadas para áreas mais distantes da colônia agrícola, onde tiveram que abrir clareiras na mata, para reconstruir as casas e plantar a lavoura. Segundo o autor:

[...] a limpeza do terreno com a retirada das árvores mais pesadas e o preparo da terra, dava-se com uma junta de bois, que eram colocados “na canga” para arrastar as árvores ou o arado, sendo que estes bois a família já os possuía para o trabalho no terreno que era arrendado (POLLYAK, 2005, p.49).

Esse trabalho, executado por muitos descendentes de imigrantes em Guarapuava, bem como seu papel nas mudanças do uso da terra, é esclarecido na entrevista concedida por Sr. Armelindo Alberti⁸³. Seu Armelindo nasceu em Erechim/RS e chegou a Guarapuava com seus pais, aos 12 anos, em 1952. O objetivo da família era o trabalho agrícola mas, aos 18 anos, deixou a lavoura para

⁸³ Entrevista realizada em 16.08.2009.

prestar serviços na serraria. No seu relato, apresentado no quadro 18, ele esclarece como a família veio para Guarapuava seguida de outras, também de Erechim/RS.

Quadro 18 - Colônia do Jordão e os Migrantes do Rio Grande do Sul

[...]

Autora: **Tinham outras famílias? Vieram antes?**

Armelindo: **Tinha, tinha, tinha.** Depois do dia que nós viemos de mudança pra casa, ai veio meu sogro, [...] o falecido sogro comprou pra baixo lá da minha chácara na beira do rio, [...] daí o filho ficou tocando, morava no Rio Grande e ele tocava aqui, ai era ruim. [...] Daí o sogro pegou, vendeu e também veio embora pra cá, daí aqui me achei com a mulher e casei. E lá no Rio Grande era vizinho...

Autora: ah! Já se conheciam de lá. Então, quando seu pai veio já tinha uma pessoa aqui?

Filha: quem falou dessa terra aqui para o senhor?

A: já **tinha uma porção de gente aqui.** [...]

Filha: **Eram todos de Erechim** também?

Armelindo: **É. Todos de lá.** Eles estavam aqui já, eles tinham sítio...

Autora: E por que seu pai resolveu escolher o Jordão?

Armelindo: Estava todos os amigos dele, tava toda vizinhança, dali pra lá onde é a chácara do meu cunhado agora, **dali pra lá fazia a volta e saía aqui em cima no Boqueirão tudo era italiano de lá.**

[...]

Filha: **era plano? no Rio Grande, em Erechim?**

Armelindo: **ah lá era mais dobrado que aqui. Lá trator e maquinário não entrava nas lavoura...**

Autora: e a terra daqui é melhor do que lá?

Armelindo: **acho que aqui é melhor. Lá na nossa lavoura só tinha o aradinho com dois boizinho, adubando as terras pra plantar. A terra já tava cansada.**

Autora: **E aí, aqui vocês plantavam como, o que tinha de equipamento pra plantar?**

Armelindo: **só boi, boi com arado assim, carrocinha de boi.**

Autora: mas tinha muito mato?

Armelindo: não, **quando nós chegamos tinha muita mata, daqui pra lá era pasto tudo, os vizinhos tinham bastante mata, mas depois foi derrubando, derrubando, ficou só aquela área ali...**

Autora: **Foram derrubando para poder plantar?**

Armelindo: **pra poder plantar, como que eles ia sobreviver? Tinha que derrubar pra poder fazer lavoura daí.**

Autora: **a família era grande** também?

Armelindo: **9 irmãos.**

Autora: e os irmãos iam casando e iam ficando no mesmo lugar ou não?

Armelindo: não. **Quem casou na frente saía.** Eu quando casei, fiquei uns dias na casa do pai lá, depois quando era solteiro eu trabalhava pro seu Tomazi.

[...]

Autora: O senhor trabalhou na lavoura com seu pai e quando casou foi trabalhar na madeireira ou foi antes?

Armelindo: comecei antes de casar.

Autora: **E era melhor trabalhar na madeira do que na agricultura?**

Armelindo: **Era. Pra se ter meu salário, na lavoura lá só me dava comida né. Na época lá, você plantava mesmo pra manter a família, comida, essas coisas, comprar uma roupinha, outra... o pai sempre trabalhava, trabalhou na prefeitura no tempo do Joaquim Prestes, numa época que era prefeito, trabalhava na prefeitura e tinha o salário, mantinha nós lá, né!**

[...]

Autora: mas e daí seus irmãos, quem ficou no campo? Quem ficou trabalhando na agricultura?

Armelindo: ninguém. **foi todo mundo trabalhar com outras coisas.** Um foi empregado, outro casou. As irmãs casaram. Eram 5 irmãs e 4 homens, tudo mundo trabalhou de empregado.

[...]

Autora: **Mas então a maioria não ficou trabalhando na agricultura?**

Armelindo: **porque não tinha terra.**

[...]

Autora: **daquelas famílias que o senhor conheceu, que era amigo de vocês e vieram antes, elas ficaram no campo?**

Armelindo: **os que vieram ficaram. Agora os filhos todos foram pra cidade, foram trabalhar de empregado também, a maioria.** Só tinha um que ficou na lavoura, o resto, todos foram para o comércio. Um se formou professor, outro se formou não sei [...]. **É aqui nesse espaço se tivesse terra, o pai dava incentivo pra nós né. Mas nós já trabalhava na lavoura.** Até os 17 anos nunca tinha calçado um sapato, nem um chinelo, saia descalço que nem um índio veio [risos]. De manhã cedo, quando amanhecia geada! Aqui no Paraná amanhecia geada, pegava os bois pra bater o arado, pra virar a terra, porque a terra por baixo é quente...

[...]

Autora: **Eu li no decreto da prefeitura... Não sei se o senhor viu uma situação assim? Tinha que produzir na terra, aquele que não produzisse durante um ano tinha que devolver para a prefeitura, mesmo tendo comprado.**

Armelindo: **É... a terra era municipal, era terra em comum.**

Filha: Mas, e de quem que o nono comprou a terra? Aquele pedaço? Alguém já era dono daquela terra?

Armelindo: É, era dono, mas não tinha nada. **Era terra da prefeitura. Concessão de direito.** Daí quando o pai comprou, o pai escriturou, só que o pai não deserdou ela daquele negócio do município. Se o município tivesse uma mina lá o município ia lá e tirava. Daí quando eu comprei, eu gastei mais cento e poucos mil pra tirar do município.

Autora: **Quando o senhor comprou em 80, ainda era do município?**

Armelindo: ainda era...

Autora: Antes disso, **se a prefeitura quisesse cortar uma araucária lá, podia?**

Armelindo: cortava, cortava. [...]

Observamos, pelo relato do Sr. Armelindo Alberti, que muitas famílias vieram juntas, da mesma localidade, e/ou na seqüência,. Aqueles que chegaram primeiro atraíram os outros, estabelecendo uma rede social de parentesco, amizade e/ou compadrio, que contribuiu para a adaptação dos migrantes no novo local. As terras em Erechim já não eram boas o suficiente para o sustento da família, pois estavam desgastadas. Guarapuava, portanto, oferecia uma nova oportunidade, com terras melhores para a lavoura. Na sua fala também fica claro, que os agricultores não possuíam muitos equipamentos e não dispunham de recursos financeiros.

Embora a prefeitura fosse a responsável pela organização da colônia, foram os migrantes que desbravaram a mata e prepararam a terra com os recursos técnicos que dispunham. O Sr. Armelino recorda que eram tempos difíceis, de condições financeiras limitadas, “Até os 17 anos nunca tinha calçado um sapato, nem um chinelo, saía descalço que nem um índio veio”. As famílias tinham que retirar a mata para plantar “como que eles iam sobreviver? Tinha que derrubar pra poder fazer lavoura, daí”. Essa observação deixa claro que o poder público utilizou a mão-de-obra migrante, não só para o desenvolvimento da agricultura de subsistência, mas, também, para “limpar o terreno”. Se a floresta era indicativo de terra improdutiva, somente mudando a forma de uso, poderia indicar que a região estava se transformando, “desenvolvendo-se”, o “progresso estava na utilização da terra pela agricultura”.

Contudo, ao oferecer as famílias apenas os espaços, a Prefeitura Municipal, não garantiria a reprodução familiar, pois com pouca terra e família numerosa, o agricultor não conseguia manter os filhos no campo, fato que ocasionou o êxodo dos jovens italianos para a cidade. Conforme seu Alberti, “os que vieram ficaram. Agora os filhos todos foram pra cidade, foi trabalhar de empregado também, a maioria”. Ele próprio não permaneceu na lavoura; só depois de muito tempo, recuperou a terra que era do pai, que havia sido vendida para outra pessoa da sua família.

Podemos depreender, desse relato que as famílias que não puderam sobreviver, com os rendimentos da agricultura, foram obrigadas a se transferir para a cidade e as terras foram sendo transferidas das mãos dos colonos italianos, para outros agricultores, que possuíam mais recursos econômicos e que conseguiram estabelecer estratégias econômicas de manutenção no campo.

Atualmente, na região que compõe a antiga colônia, há pequenas e médias propriedades rurais de produção agrícola hortifrutigranjeiras, de característica comercial, e os proprietários são descendentes de imigrantes também, alguns poloneses e italianos, mas, também, descendentes de outras etnias, que vieram do oeste do Paraná principalmente da região de Cascavel, nas décadas de 1970/1980, atraídos pelos preços das terras.

Outro dado interessante é a manutenção das terras sob a posse da prefeitura, por longos anos, e a prática institucional quanto à retirada de recursos

necessários, como a madeira. Embora fosse seu interesse a manutenção produtiva da área, sob pena da perda do terreno, caso não se comprovasse a prática da lavoura, não houve, por parte do poder público, uma relação de co-parceria com os migrantes, no sentido de dar apoio técnico e financeiro para a sua manutenção na colônia. Esse fato explica a transferência das terras para mãos de outras famílias, que dispunham dos recursos necessários para a produção econômica na área.

Dessa forma, a partir de 1950, com a nova ordem produtiva no campo, assim como houve o loteamento das terras públicas para os italianos, também as terras dos descendentes da sociedade tradicional foram sendo transferidas para as mãos dos descendentes de japoneses, de eslavos e alemães. Deste quadro de novos proprietários, vale ressaltar a imigração suábica que, em 1951, ocupou a Colônia Entre-Rios⁸⁴. Os imigrantes alemães promoveram uma mudança significativa na paisagem regional, a partir da modernização da agricultura, repercutindo diretamente no setor terciário e concentração de serviços urbanos (SILVA, 2002).

Os fatores que concorreram para o sucesso da colônia de Entre Rios, em termos econômicos, são explicados pelo subsídio que receberam do governo brasileiro em associação com o Banco da Suíça, os incentivos para o agronegócio, com a ampliação dos sistemas de créditos, e o pacote de modernização agrícola (mecanização, infraestrutura, insumos), bem como o sistema cooperativista que empreenderam (SILVA, 1997).

⁸⁴ O processo e imigração dos Suábios para o distrito de Entre-Rios foi resultado, de um lado, do interesse do governo suíço em reassentar um conjunto de famílias alemãs que estava refugiado na Áustria, depois da segunda Guerra Mundial, além dos seus interesses comerciais e industriais. E, de outro, do governo paranaense, que não mediu esforços para garantir que a colônia se instalasse em Entre-Rios, buscando empreender agricultura com mão de obra qualificada, na região centro-sul do Paraná. Para isso, o governo estadual assumiu as seguintes obrigações: “trabalhos de medição e loteamento da área a ser colonizada, à expensas da secretaria do estado. Construção da estrada de comunicação entre Guarapuava e a nova Colônia; Transporte dos colonos e seus pertences desde o porto até a área a ser ocupada; Medição de professores brasileiros conhecedores da língua alemã, e de um médico; Fornecimento de sementes e mudas; Acomodação, por tempo limitado, do grupo pioneiro, na cidadezinha de Guarapuava; Fornecimento de 100 porcos de criação, inclusive 50 varões, 50 vacas holandesas e dois touros, bem como 1000 ovos de galinhas de raça, para chocar.” (ELFES, 1971, p.45-46). O sucesso da cooperativa não foi imediato, ao contrário, muitas famílias retornaram, em vista às dificuldades, tanto de adaptação, quanto de produção na terra. Contudo, com o investimento em tecnologia e capital, bem como com uma reforma agrária interna, a cooperativa foi se desenvolvendo e implementando a produção de monoculturas de soja, trigo, milho na região, bem como desenvolvendo a pecuária. Com isso, foi se capitalizando, o que facilitou a aquisição de mais terras e investimento tecnológico. Originalmente, para o estabelecimento das famílias foram adquiridas 22.000 hectares de terras, 10.000 hectares de campos naturais e 12.000 hectares de matas de araucárias e embuais. Para efetivação da aquisição das terras, em 1951, foi constituída a Cooperativa Agrária Agroindustrial (ELFES, 1971).

Segundo Silva (2002, p.19), elementos culturais também justificam o desempenho dos imigrantes suábios no contexto regional:

os suábios mantiveram-se isolados, criaram sua própria estrutura social na região, sustentaram seus elementos de identidade cultural em relação aos da sociedade campeira. Essa resistência se baseou, em grande parte, pela constituição de sua auto-imagem de superioridade em relação aos “atrasados” fazendeiros da região. Os imigrantes de origem germânica se reconheciam e eram reconhecidos socialmente como o grupo que dominava as novas técnicas agrícolas, constituindo-se em elemento do progresso e, além do mais, garantiram uma certa independência econômica, já que suas fontes financiadoras eram federais e do exterior.

Na paisagem, isso se expressa pelas mudanças econômicas do próprio grupo de suábios (Quadro 19) que, embora internamente também possua estratificações sociais, consolidou a Cooperativa Agrária Agroindustrial, responsável pela incorporação de alta tecnologia ao agronegócio. Esse grupo transformou as áreas de campos em agricultura comercial e industrializada, com implementação de tecnologias para correção do solo, sementes e insumos, além de maquinários de última geração. Entre as atividades destacam-se: a produção das culturas, de soja, o trigo, cevada, milho, aveia; criação de suínos, indústria de maltaria, fábrica de rações, moinho de trigo e fábrica de óleo de soja degomado, além de reflorestamentos. As indústrias contam com alto grau de automatização de processos e controle de qualidade. A Agromalte é a principal indústria da Cooperativa⁸⁵.

⁸⁵ Informações disponíveis em: URL: <http://www.agraria.com.br>, acesso 02.03.2008.

Quadro 19 - Colônias de Suábios em Entre Ríos - Guarapuava-PR

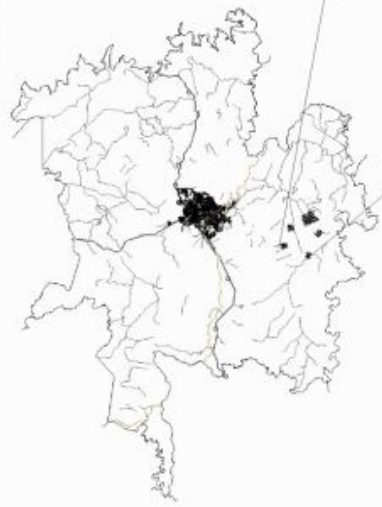


Foto 03 - Monocultura de Soja

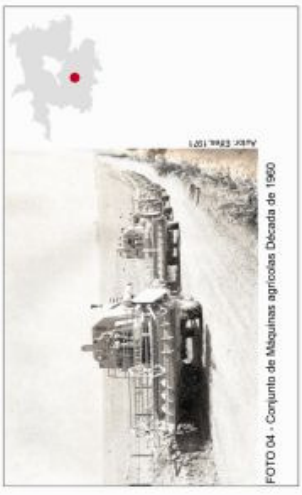


Foto 04 - Conjunto de Máquinas agrícolas Década de 1960

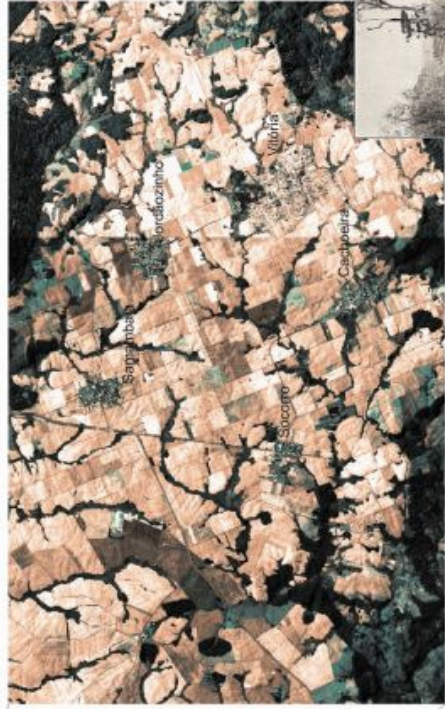


Foto 02 - Edifício da Cooperativa Agrária Apropriada - Colônia Vitoria, 2008



Foto 01 - Agricultura nas Colônias de Entre Rios, 1952

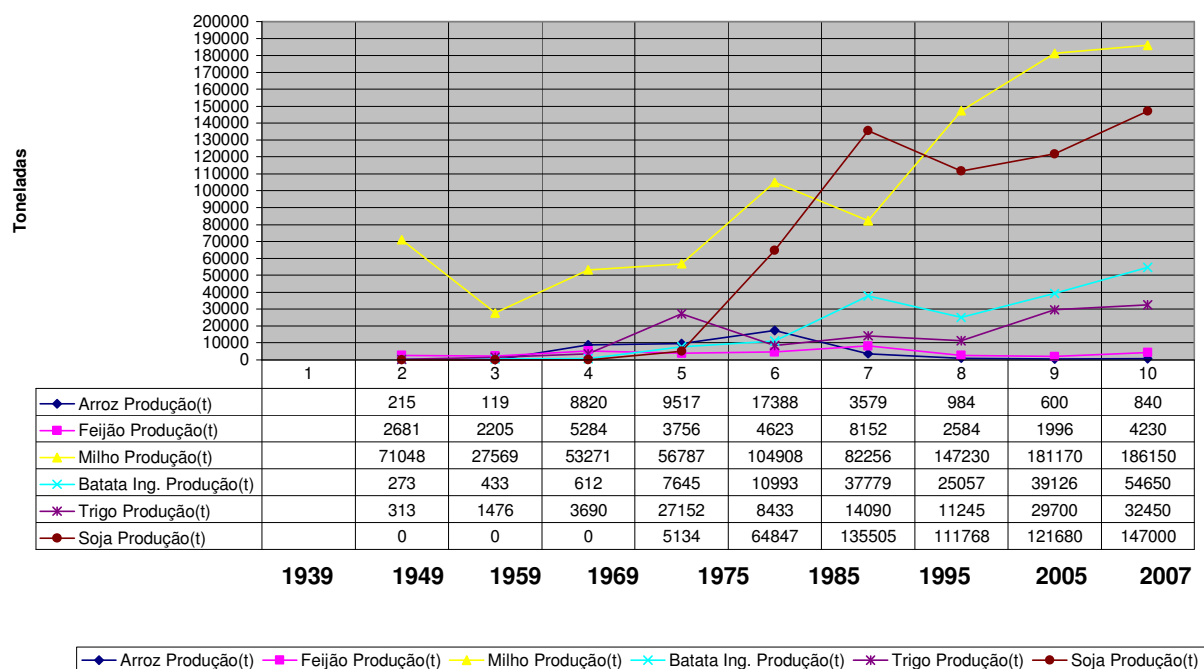


Foto 05 - Imigrantes abrindo estradas, 1952

	<p>LIBERNA</p> <p>Localização do Distrito de Entre Rios no município de Guarapuava-PR.</p> <p>Limite administrativo de Guarapuava - PR, desde 1995</p> <p>Colônias de Entre Rios</p>
<p>Organização: Associação de Fretes Vitoria Gomes, 2008 Coordenador: Adir Chaves Rodrigues Nunes Co-orientadores: Rosely Sampaio Arêola Fretes: ELFEIS, Alvaro Suábios de Paraná, Curitiba; Banco Leão Brasileiro S.A., 1971; Banco Catariolense da Prefeitura Municipal de Guarapuava, 2005; Imagens de satélite Spot, 2004.</p>	
<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ</p>	
<p>Foto 01</p>	

O que se percebe aqui é um forte componente de ciência e técnica, é o meio técnico-científico-informacional, expresso pelas atividades da Cooperativa Agrária Agroindustrial, sobretudo, a partir de 1970, que alterou sobremaneira as formas de apropriação da natureza e promoveu novos ordenamentos espaciais, inscritos na paisagem rural.

A que pese todas as conseqüências do desenvolvimento da Cooperativa Agrária Agroindustrial, neste trabalho, interessam-nos apresentar algumas das transformações ocorridas na paisagem, decorrentes das alterações de posse e uso da terra por imigrantes estrangeiros e seus descendentes, no conjunto do território. Quanto aos descendentes, também merece destaque o afluxo de japoneses, na década de 1970, do norte do Paraná e de São Paulo, que se tornaram referência estadual na produção de batata-inglesa e, juntamente com os suábios, transformaram os campos naturais em plantações de soja, trigo, aveia, arroz, batata inglesa (Gráfico 07 e Tabela 07).



Organização: Gomes, 2009.

Gráfico 07-Evolução da Produção Agrícola 1939-2007 - Guarapuava-PR

Fonte: Censos Agropecuários – IBGE - 1940/1950/1960/1970/1975/1985/1996/2006.

*IPARDES - 2009.

Tabela 07 - Produção Agrícola - 1939-2007 - Guarapuava-PR

Cultura Ano	Arroz		Feijão		Milho		Batata Ing.		Trigo		Soja	
	Produção(t)	Área (ha) Cultivada	Produção(t)	Área (ha) Cultivada	Produção(t)	Área (ha) Cultivada	Produção(t)	Área (ha) Cultivada	Produção(t)	Área (ha) Cultivada	Produção(t)	Área (ha) Cultivada
1939	215	-	2681	-	71048	-	273	-	313	-	-	-
1949	119	144	2205	3497	27569	16967	433	208	1476	1679	-	-
1959	8820	9439	5284	12337	53271	68612	612	-	3690	5607	-	-
1969	9517	7515	3756	12005	56787	42020	7645	493	27152	20579	5134	4486
1975	17388	12245	4623	7950	104908	57394	10993	502	8433	8552	64847	37431
1985	3579	2682	8152	15133	82256	41285	37779	2682	14090	7807	135505	68053
1995	984	576	2584	5451	147230	31189	25057	1899	11245	4595	111768	39464
2005*	600	400	1996	1950	181170	29700	39126	1613	29700	13500	121680	46800
2007*	840	350	4230	2650	186150	25500	54650	1833	32450	13500	147000	49000

Fonte: Censos Agropecuários IBGE - 1940/1950/1960/1970/1975/1985/1996/2006.

*IPARDES - 2009.

A tabela mostra uma produção agrícola que, até o final da década de 1940, era pouco significativa, pois, somente a partir da década de 1950, a produção de arroz, feijão, milho e trigo tiveram um aumento substancial de produção em toneladas de área cultivada. Esse crescimento deve-se, justamente, a entrada de descendentes de imigrantes e de imigrantes, que provocaram uma mudança no uso da terra. Os dados apresentados para a produção de 1969 em diante mostram uma agricultura que ampliou a produção de produtos voltados à exportação, representados pelos números do milho e da soja, que aumentaram vertiginosamente, numa proporção maior que a da área cultivada, justificada pelo uso de técnicas modernas na prática agrícola.

Comparando os dados de antes e depois de 1975, observa-se uma mudança ainda mais significativa em relação à produção das culturas de subsistência, pois, se até 1975, houve um aumento de todas as culturas citadas na tabela 7, após esse período, percebe-se claramente um declínio do arroz e do feijão. Este último ainda em 1985, apresenta um crescimento, porém declina a partir de então, e o milho, a batata inglesa, o trigo e a soja, culturas da agricultura comercial, a partir de 1975 têm sua produção sempre aumentada.

A evolução da produção agrícola de Guarapuava está relacionada diretamente, com a mudança na estrutura fundiária a partir de 1950, que passa a ter uma divisão de terras entre os luso-brasileiros, quase absolutos até então, com os imigrantes e descendentes de imigrantes. A criação pecuária passou a predominar e, a partir do incremento migratório, houve uma modificação significativa na posse da terra e no seu uso (Tabela 8).

Essa tabela evidencia a divisão da posse da terra entre os luso-brasileiros e os “novos” integrantes da sociedade guarapuavana, que provocou mudanças significativas na paisagem do município. Um exemplo disso é o declínio da pecuária para dar lugar a outros usos (Gráfico 8).

Tabela 08 - Origem Étnica dos Proprietários de Terra - Gaurapuava-PR - 1975

Etnias Classes de área (ha)	Brasileiros		Brasileiros descendentes de				Eslavos		Outros		Brasileiros naturalizados		Estrangeiros		Total entre brasileiros descend.,; naturalizados e estrange	
	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)	Nº de propriet.	Área (ha)
Até 10	784	4.077,8	89	521,1	63	363,3	214	1.284,7	3	12,2	7	44,9	41	204,0	417	2.430,2
10 - 50	1.262	32.349,0	173	490,0	148	4.118,9	629	18.028,1	9	216,6	60	1.669,6	108	3.058,3	1.127	27.581,5
50 - 100	445	30.712,7	101	7.267,5	71	5.302,7	260	18.359,5	5	363,0	30	2.134,1	34	2.309,2	501	35.736,0
100 - 200	274	38.448,9	73	10.277,0	58	8.482,7	149	20.402,5	6	823,3	12	1.702,3	12	1.621,6	310	43.309,4
200-500	231	75.220,2	76	24.010,0	65	18.602,0	73	22.383,0	4	1.359,0	8	2.380,2	12	3.509,8	238	72.244,0
500-1000	109	73.202,2	26	18.507,7	24	15.900,0	16	10.872,6	5	3.542,8	7	5.438,0	7	4.796,0	85	59.057,1
1000-10000	79	189.908,0	22	41.720,1	10	25.386,3	5	9.584,9	7	33.485,6	7	20.709,9	-	-	51	130.886,8
10000 ou +	1	12.500,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.185	456.418,8	560	102.793,4	439	78.155,9	1.346	100.915,3	39	39.802,5	131	34.079,0	214	15.498,9	2.729	371.245,0

Fonte: ABREU, 1986.

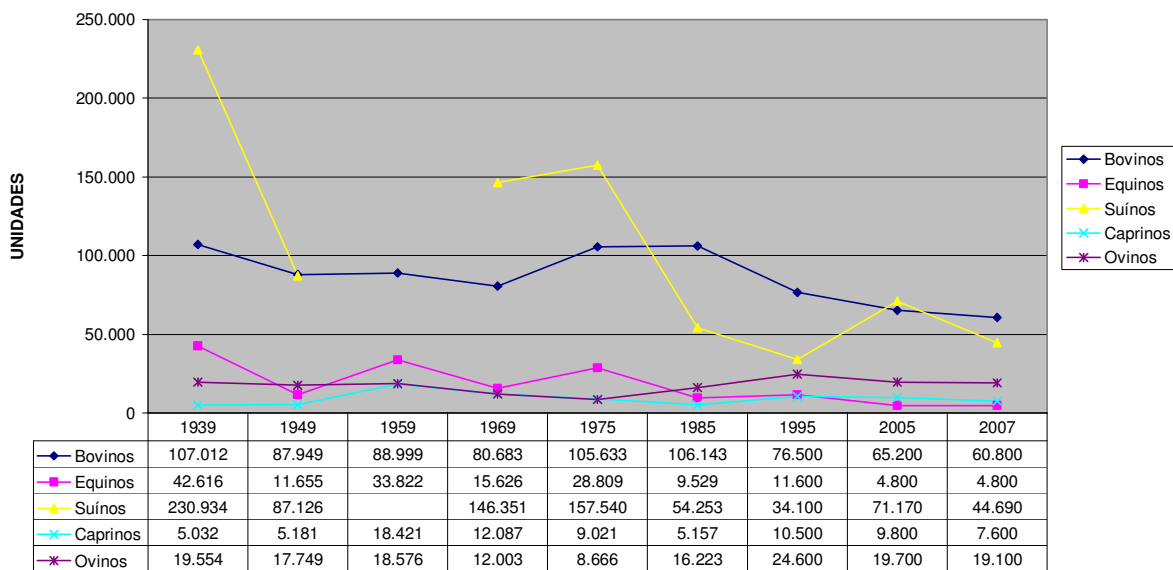


Gráfico 08-Efetivo de Rebanho, Bovino, Equino, Suíno, Caprino e Ovino de Guarapuava - 1939-2007

Organização: Gomes, 2009.

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1985, 1996, 2006.

IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2007.

O mosaico da paisagem, construído durante o período campeiro, com agricultura de subsistência, pastagens naturais e florestas, foi intensamente diversificado, agregando os novos usos. De maneira geral, estes se sobrepuseram a àqueles, sem, contudo, extingui-los totalmente. Há permanências, que coexistem com o conteúdo novo, pressupondo o diálogo entre o novo e o tradicional.

É claro que esse processo não se deu sem tensões, que também são expressas na paisagem. Um exemplo dessas tensões, são os conflitos de terra envolvendo quilombolas e a Cooperativa Agrária Agroindustrial, como veremos na sequência do texto.

3.1.1. Transformação da posse e uso da terra: conflitos sociais expressos na paisagem

A Cooperativa Agrária Agroindustrial que, em princípio, estabeleceu-se na Colônia de Entre Rios, à medida que desenvolveu o agronegócio em Guarapuava, também foi ampliando suas posses de terras na região. Com o elevado investimento em capital, alta tecnologia e a transformação produtiva, as áreas no entorno da colônia foram valorizadas, instigando vários fazendeiros, remanescentes da sociedade campeira, a vender suas terras. Ocorre que conflitos de disputa pela terra, ainda não resolvidos no período de expansão da Cooperativa Agrária Agroindustrial, intensificaram-se e tiveram como consequência a expropriação de um conjunto de famílias, descendentes de ex-escravos⁸⁶. A história dessa comunidade é expressa na entrevista do Sr. Domingos Gonçalves Guimarães, presidente da Associação Pro-Reintegração Invernada Paiol de Telha.

Conforme relato do Sr. Domingos G. Guimarães (2009)⁸⁷, a história da Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telhas - Fundão começou com a ocupação do território de Guarapuava, ainda no século XIX, e a doação de uma sesmaria para a família do Coronel Manoel Ferreira dos Santos. Junto com uma invernada de gado, proveniente do Rio Grande do Sul, a família do coronel, trouxe escravos para cuidar da fazenda. Como já relatamos no segundo capítulo, era comum o fato dos fazendeiros permanecerem nas suas localidades de origem, nesse caso, Palmeiras-PR, e deixarem apenas seus escravos ou agregados cuidando das fazendas, para garantirem a posse da terra. Esses escravos tinham como responsabilidade cuidar do gado, tropear e acompanhar o seu Senhor no comércio em Sorocaba.

O fazendeiro, que era casado, não teve filhos, deixando como herdeiro o afilhado, Pedro Lustosa, seu sobrinho. Antes de morrer, deixou os bens em testamento para a esposa, a Sra. Balbina Francisca de Siqueira. A esposa, por sua vez, ainda em vida, registrou seu testamento, deixando parte dos bens para o sobrinho e para os seus escravos, conforme o quadro abaixo:

⁸⁶ Atualmente são reconhecidos como quilombolas pela Fundação Cultural Palmares.

⁸⁷ Entrevista realizada em 14.03.2009.

Quadro 20. Testamento da Senhora Balbina Francisca de Siqueira

Balbina Francisca de Siqueira, natural de Freguesia da Palmeira, filho de Bento Siqueira Côrtes e Ana Maria de Jesus Siqueira, foi casada com Manoel Ferreira dos Santos, de cujo matrimônio declara que não teve filho algum. Declara também que os escravos com o falecimento de seu marido deixa libertos, com condição de servirem durante a sua existência, são os seguintes: Heliodoro e sua mulher Feliciana, Manuel, José Velho, José dos Santos, Izidoro, Ricardo, Dina, Joaquim, Libania e Rita, os quais prestaram bons serviços, ficaram por isso gozando da liberdade. Depois do falecimento de seu esposo adquiriu mais dois escravos, José Marcos e Generosa, com condição de servir por espaço de quinze anos as órfãs que ela estava criando de nomes: Maria Antonia dos Santos e Porfíria Pedra, se alguma casar fica servindo a que está solteira e não poderá sair antes de completar quinze anos a contar do dia do seu falecimento. Declarou também que a Invernada do Paio de Telha pertence à fazenda Capão Grande, de sua propriedade deixa por seu falecimento a todos os escravos mencionados, e suas famílias morarem, sem nunca poderem dispor, visto que ficou como patrimônio dos mesmos. Também deixa para seu afilhado e sobrinho Pedro Lustosa de Siqueira dois contos de réis, para repartir igualmente a elas depois de casadas. Balbina Francisca de Siqueira faz doações de paramentos para a matriz de Guarapuava, deixa mais a quantia de 400\$000, para ser repartido entre os mais necessitados, duzentos mil réis aos lázaros e duzentos para dez mais pobres da paróquia, depois de cumprida todas estas disposições, o que sobrar fica pertencendo a seu afilhado e sobrinho Pedro Lustosa de Siqueira e à sua mulher Ana Joaquina de Faria Lustosa, deixa também a casa da vila de Guarapuava, recomenda também para usar de toda caridade com os escravos que ficam libertos, e os mesmos escravos recomenda para que respeitem e obedeça ao se afilhado.

Finalmente roga a seus irmãos, Pedro de Siqueira Cortes e Domingos de Siqueira Cortes, para serem seus testamenteiros e ela não sabendo ler nem escrever, pediu ao Revdo. Cônego Antonio Braga de Araujo, que este escrevesse e assinasse por ela.

Vila de Guarapuava, 2 de julho de 1860" [sic]

Fonte: MARTINS, S. M. **Guarapuava, nossa gente e suas origens**. Guarapuava: Edição do autor, 1998, p. 408.

Após sua morte, em 1868, o sobrinho (afilhado) não aceitou o testamento e foi ocupando as terras herdadas pelos ex-escravos. Dos 3600 alqueires deixados por Balbina Francisca de Siqueira, os ex-escravos permaneceram em 1200. A sede da fazenda foi queimada pelo sobrinho, como uma forma de coibir a posse dos ex-escravos. Segundo Sr. Domingos, os herdeiros se organizaram em comunidade, tinham seus cultos religiosos, suas festas, e o trabalho era baseado na agricultura de subsistência, com a produção de arroz, mandioca, batata doce e também a criação de gado. As condições materiais para trabalharem na terra foram, inicialmente, mantidas pela doação da própria fazendeira que deu a cada escravo, dinheiro e quarenta vacas de cria. A comunidade também coletava

erva-mate e a trocava por sal, em Mallet. Eram treze herdeiros⁸⁸, na ocasião do testamento, e dezesseis no dia da partilha, em 1866.

O Sr. Domingos G. Guimarães é descendente desses herdeiros⁸⁹; seus bisavós, por parte de pai e mãe, passaram todos os dias de suas vidas na fazenda. O seu pai, que morreu aos 101 anos, em 1979, também viveu a maior parte da vida no mesmo local. A história de expulsão definitiva dos moradores da comunidade começou com os herdeiros do sobrinho da Sra. Balbina Francisca de Siqueira e com os novos interesses econômicos sobre a área, como pode ser observado no relato de Sr. Domingos G. Guimarães (2009), no quadro 21.

Quadro 21 – Conflito Social e Luta Pela Terra – Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha do Fundão.

Autora: [...] Mas o afilhado Lustosa, faleceu. Quando ele faleceu, o que aconteceu? Quantos alqueires vocês têm hoje [...]?

Domingos: Aquela terra? Não temos nada!

[...]

Autora: Quando ele morreu, ele deixou herdeiros?

Domingos: Deixou.

Autora: E esse herdeiro teve que relações com vocês lá?

Domingos: Continuou nos expulsando.

Autora: E vocês foram ficando?

Domingos: Exatamente.

Autora: **Quando foi que teve a expulsão completa**, que vocês foram obrigados a sair? (Grifo nosso.)

Domingos: **Foi em 1975**. Aí não tivemos mais chance. (Grifo nosso.)

Autora: Eu li o documento⁹⁰ que o senhor me passou. Nele tem umas falas, bem dramáticas, de umas crianças que estavam indo à escola, e os jagunços abordaram. Muita gente morreu, eles tiveram que sair correndo com a roupa do corpo, as casas foram queimadas. Foi nesse período de 1975? Quem foram esses jagunços?

Domingos: Esse grupo é um grupo violento, era violento, não sei se ainda continua esse grupo, era o pessoal do delegado, [...], pegou o nome dos filhos dos escravos, veio em Guarapuava e fez uma escritura de sessão de direito.

Autora: Sem ninguém ter assinado?

Domingos: É, e sem ver a digital.

Filho: Porque muitos não eram analfabetos.

Autora: Vocês ficaram lá todos esses anos, nos 1.200 alqueires. E a questão da madeira?[...]. **Os madeireiros tentaram ocupar a área de vocês?** (Grifo nosso.)

Domingos: Tinham os madeireiros, mas **na época os madeireiros não nos invadiam. Ele só passou a invadir, ser invadido, quando um neto do coronel Pedro Lustosa, bisneto**

⁸⁸ Heliodoro, Manoel, José Velho, José Santos, Izidoro, Ricardo, José Marcos, Feliciano, Diana, Joaquina, Libania, Rita e Generosa (FRANCO NETTO, 2007).

⁸⁹ O Sr. Domingos G. Guimarães é descendente tanto do Heliodoro, quanto do Manoel.

⁹⁰ Trata-se do Manual Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil. Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha Fundão. Número 11. Publicado em 2008. Esse documento é produzido pela comunidade com apoio de pesquisadores das comunidades tradicionais no Brasil.

também, montou uma serraria, dentro da área que ele ocupava, porque ele ocupava um pedaço da fazenda. Aí foi aquele veneno! Que eles tiraram a madeira. E aí até a Fiat Lux⁹¹ quis ocupar um pedaço também. A **Fiat Lux**, respeitou, manteve a natureza. Ela **só passou mexer na natureza quando nós...**, depois que criou a **pró-integração Invernada Paiol de Telha** e que começou a sair no jornal, [...], e aí **ela veio e tirou a madeira toda e plantou eucalipto, pra tirar a visão da área que eles ocupam**. Então aí que foi mexido mesmo na natureza. (Grifo nosso.)

Autora: E vocês estavam lá ainda quando aconteceu?

Domingos: Quando aconteceu, nós ainda estávamos por lá.

Autora: Esta madeira fazia parte dos 3.600 alqueires?

Domingos: Exatamente.

Autora: E dos 1.200 também? Então essa serraria era do neto do Lustosa?

Domingos: Exatamente. Depois ele vendeu...

Autora: O senhor falou de Fiat Lux, ela é uma empresa?

Domingos: Fiat Lux é aquela fabrica produtora de fósforo.

Autora: Ela se instalou lá? Ainda no período que o Lustosa era dono?

Domingos: Não, aí já era de outra família, ela comprou, a Fiat Lux comprou de uma sobrinha da dona Balbina Francisca de Siqueira [...]

Autora: Vendeu, mas era terra de vocês?

Domingos: É...

Autora: E como ele conseguiu vender, foi por essa sessão de direito?

Domingos: Eu não sei. Não sei que documento eles faziam.

Filho: O documento, o testamento dele, a dona Balbina Francisca de Siqueira, ela deixou..., tipo: o Marco foi por exemplo, rio a rio, não ficou 3.600 especificado.

Autora: E quais eram os rios que delimitavam?

Domingos: Era o rio do Capão Grande. [...]

Autora: Que é divisa com o Pinhão? Aqui é o Jordão? Pra baixo do Jordão?

Domingos: Sim.

Quando houve a expulsão definitiva em 1975, eram 72 famílias, com aproximadamente 500 pessoas no total, que habitavam a área. Elas sobreviviam da agricultura de subsistência, como mandioca, batata-doce, feijão, e da criação de algumas cabeças de gado e de porcos. Segundo Sr. Domingos G. Guimarães (2009), para que houvesse uma produção adequada para o grupo, eles fechavam uma parte das terras para produção agrícola, de uso coletivo, enquanto a criação dos animais era solta. Na ocasião, a comunidade já conseguia produzir excedente para venda e possuía certa infra-estrutura. Contudo, com as ameaças que sofriam pelos “jagunços”, dos grileiros interessados nas terras, depois de um tempo, não puderam mais se organizar da mesma forma e ficaram sem condições de plantar, até que sofreram violência física, que os levou à fuga da fazenda (Quadro 22).

⁹¹ Essa empresa possui a razão social FIAT LUX EMPRESA AGRÍCOLA DE FLORESTAS E REFLORESTAMENTO LTDA. Possui 14 filiais no Brasil, 10 são no Paraná, sendo 01 no município do Pinhão e outra em Guarapuava.

Quadro 22 – Violência e Expropriação

[...]

Autora: **Tomaram a terra? Mas era para eles produzirem ou era para eles venderem?** (Grifo nosso.)

Domingos: Não, pra eles venderem. Daí **vendeu pra cooperativa** né. (Grifo nosso.)

Autora: Eles tomaram a terra pra vender pra cooperativa?

Domingos: Exatamente. [...]

Autora: **E ninguém ficou? Ninguém conseguiu ficar?** (Grifo nosso.)

Domingos: Mas não ficava. Pra mim explicar melhor, **eu tava resistindo**, a gente não tava passando crise. **Eu fiquei dois anos lá sem plantar um pé de cebola pra se manter. E aí o que aconteceu? Eles pnharam jagunço, uns 500 metros longe... e davam aquela tiriada lá pra ver se me assustava...** Não tavam atirando em mim. Não tava nem aí. Aí as crianças eram pequenas, eu controlei as crianças pra não fazer medo, fui conversando, e aí foi só os primeiros dias o medo, que as crianças também acostuma. (Grifo nosso.)

Autora: O senhor tentou ficar, mesmo depois do ataque?

Domingos: **Eu tentei ficar, aí quando eles viram que eu não saia mesmo, aí eles “pnharam” pistoleiro em mim, que me atiraram de uma coxia na outra [...].** Eu fiquei dois anos, aí **depois que eu fui “atirado”**, eu fui “atirado” em 27 de agosto, aí parece que 17 de dezembro **eu procurei jeito de sair**, 25 de dezembro eu já morava aqui em Guarapuava. (Grifo nosso.)

Autora: Daí o senhor veio pra cidade de Guarapuava. E o senhor foi morar aonde?

Domingos: Eu tenho casa ali na frente da Shell. Daí o que aconteceu? Eles me deram cento e trinta mil cruzeiro na época [...]

Autora: Deram cento e trinta mil pro senhor sair?

Domingos: Exatamente. Daí eu negocieei minha vida com eles. Que se essa bala pega na cabeça já era, né. Pegou aqui, correu arredo e ta aqui, colado na espinha.

Autora: Com esse dinheiro daí o senhor conseguiu comprar a casa aqui?

Domingos: É. Eu comprei a casa e devia 60 mil no banco... eu trabalhava, negociava, fiquei dois anos sem trabalhar e devia 60 mil no banco. [...] Daí eles vieram e me ofereceram em 80,300 mil pra mim assinar um documento pra eles. Eu falei pra eles, não! Vocês vão pagar os outros? E os outros negros, vocês vão pagar? Não vamos pagar. Só você! Então não temos negócio, lá não é só meu. Daí que eles começaram a me perseguir e aí veio alguém e falou: você se mude que eles vão te atacar pra você assinar o documento, e te matam, e fica por isso mesmo! Daí que eu fui embora pra São Paulo.[...]

Assim como Sr. Domingos G. Guimarães, outras famílias foram expulsas das terras e tiveram que buscar, de outra forma, os meios de subsistência. Enquanto isso, mesmo a distância, organizaram-se e continuaram a lutar pelos direitos da comunidade, sem sucesso, pois a expropriação das terras aconteceu durante o período militar e, por isso, mesmo tentando, não tinham o apoio do Estado. Segundo o entrevistado, o INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária - sequer dava atenção aos seus pedidos. Com isso, as famílias foram para as cidades de Curitiba, Guarapuava, Pinhão e Laranjeiras do Sul. A maioria em casas improvisadas e/ou em bairros que não dispunham da menor infraestrutura e, muito menos, o acesso ao trabalho, devido à baixa qualificação do grupo, para os serviços

urbanos. Foi necessário esperar quase vinte anos para que, nos movimentos de luta pela terra, parte dessas famílias retornassem ao campo (Quadro 23).

Quadro 23 - O Retorno e a Luta Pela Terra

[...]
Autora: E pra onde as pessoas foram? O senhor veio para Guarapuava, e depois foi para São Paulo. Eram 500 pessoas mais ou menos, **70 famílias, elas foram dispersas, acabaram indo pra onde?** (Grifo nosso.)
Domingos: Acabaram vindo para **Guarapuava**. (Grifo nosso.)
Autora: A maioria veio pra cá?
Domingos: A maioria veio pra cá. [...] Ai tem um pouco em **Laranjeiras do Sul, tem para Curitiba...** Mas essas famílias que estão aqui em Guarapuava, 90% estão com problema, só vivem no brejo, vivem na valeta, vivem assim,... automaticamente... [...] (Grifo nosso.)
Autora: Aqui no mapa de vocês mostra um assentamento, são pessoas que voltaram então? [...] Esse núcleo fica perto da cooperativa?
Domingos: Exatamente. Esse núcleo é o seguinte, teve o Seu Domingo Gonçalves dos Santos... [...] Aí nós... **depois que nós criamos a pró-reintegração Invernada, entramos na justiça, a Pró-reintegração Invernada Paiol de Telha**, que é a comunidade hoje registrada. Aí o seu Domingo Santero pegou um grupo e foi pra lá, pra beira do barranco, daí o INCRA pegou e deu essas terras. O INCRA e a cooperativa eu acredito, deu essas terras aqui pra eles saírem de lá do barranco, ali pra eles, aí morria a história. (Grifo nosso.)
Autora: Primeiro teve o movimento, ocuparam a beira da estrada? Daí na negociação com o INCRA vocês conseguiram terra para assentar?
Domingos: Exatamente. [...]

Com o acampamento de algumas famílias oriundas da comunidade, juntamente com outras sem-terra, o INCRA passou a mediar o conflito e negociou uma parte da terra com a Cooperativa Agrária Agroindustrial, para o assentamento das famílias. Só que, como esse espaço não era a área original da Fazenda Invernada Paiol de Telha - Fundão, parte dos herdeiros não concordou com a negociação; isso, de certa forma, enfraqueceu o movimento. Sem sucesso, o Sr. Domingos G. Guimarães, com apoio de pesquisadores da Universidade de Santa Catarina, instituiu a Associação Pró-reintegração Invernada Paiol de Telha (1996), do qual é presidente, e buscou apoio junto à Pastoral da Terra e ao movimento negro pelo reconhecimento dos quilombolas.

Esse conflito dentro do próprio movimento está entre aqueles que eram herdeiros das terras dos escravos e os negros que também lutam pela terra, cuja história de expropriação foi de outra natureza. Essas diferenças estão sendo reduzidas pela identidade afro-brasileira, assumida por ambos e que está conduzindo ao reconhecimento do grupo como remanescente quilombola.

A paisagem da fazenda, com a apropriação da Cooperativa Agrária Agroindustrial, já não é mais a agricultura de subsistência e os capões de araucárias; no lugar estão monoculturas de soja, trigo, pecuária intensiva, entre outros. O Sr. Domingos G. Guimarães (2009) recorda a diferença entre as reservas florestais da Fazenda, em 1975, e a realidade atual (Quadro 24):

Quadro 24 - Apropriação e Transformação da Paisagem da Fazenda Invernada Paiol de Telha

[...]
Autora: Quem desmatou a área da Fazenda, foi a Fiat Lux?
Domingos: Não, foram os alemães. A Fiat Lux usou aquela parte que ela usava o terreno. E agora, alguém tirou a madeira depois que nós saímos, madeira branca, araucária, o capão de parêlo onde eu morava, eu tinha fechado o capão que era mangueiro de porco. Então, aí eu plantava pinheiro, agora no levantamento, faz trinta anos, o pinheiro tá em cima do mato. Então, eu tive mostrando lá pro pessoal, olha aqui: aqui tinha tantos pinheiros! 110 pinheiros e eles estavam todos lá. Olha o mato como tá derrubado, foi tirado, vocês estão vendo ali... Aí eu digo, olha! Ficou esses, os outros que eles tiraram. Era mais grosso do que aquele que tá lá, que tinha um lugar que era meio úmido e o pinheiro não se dá com úmido. Então, tinha uma meia cabecerinha naquele lugar e foi plantado. Então, quando ele cresceu, a raiz dele alcançou a água, daí secou, tava feito e não tinha como tirar, mas ele tava de mostra lá, pra mostra a grossura dos outros.
Autora: **Na época que vocês estavam lá, não chegaram a vender madeira?** (Grifo nosso.)
Domingos: Foi vendido alguns. Porque aí acontecia o seguinte: **a gente foi muito perseguido, aí chegava um bando daqui de Guarapuava, com a motosserra, e adentrava lá, cortava o pinheiro, carregava e iam embora.** (Grifo nosso.)
Autora: E vocês não ficaram com nada?
Domingos: Não. A família Lustosa, que eram vizinhos, era o seguinte: como os Lustosa tinha a rapaziada, os negros também tinham né, até quando eram novo... mas quando aí ficavam moço, tinham 15 e 16 anos os pais já davam um 38 (faz referência a arma de calibre 38), eles já descia lá e já dava um tiro num negro.

O relato exposto por Sr. Domingos G. Guimarães permite identificar o conflito de interesses que a ocupação de terras, na segunda metade do século XX, representou para um grande número de famílias, que na escala hierárquica do poder local, estava em desvantagem na luta. Esse fato consolidou a expropriação de todos os descendentes dos escravos, cuja história já tinham mais de 100 anos na fazenda Invernada Paiol de Telha - Fundão. No relato, é possível identificar diferentes grupos sociais envolvidos, direta ou indiretamente no conflito, fazendeiros, empresas, poder público, grileiros e os descendentes de escravos. A expropriação à força, de forma violenta, retrata a realidade hostil, que permeou o processo de expulsão dessas famílias.

As famílias tiveram como destino as periferias da cidade de Guarapuava e de outros municípios. Algumas iniciativas têm favorecido o retorno de parte delas para assentamentos rurais, Núcleo de Guarapuava, Pinhão e Reserva do Iguaçu que, juntos, integram a Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha – Fundão (Quadro 25). Atualmente, o INCRA está realizando um processo jurídico, integrando laudos antropológicos, que identificam as características das famílias, associando-as ao movimento quilombola e propondo alternativas para o assentamento, com outras famílias, cuja forma de expropriação do campo, foi de outra natureza, mas que, em comum, não dispõem de terras para seu trabalho e sobrevivência.

A perda do território, para os quilombolas, como foi identificado na entrevista, não se constituiu apenas na retirada da terra, o meio de subsistência das famílias, mas também foi responsável pela fragilização das possibilidades de reprodução cultural, com suas festas de São Sebastião, São Gonçalo, São Pedro, de rituais espirituais e das formas de organização produtiva, que incluía as sementes crioulas e a organização em puxirão⁹². Ao aniquilar as possibilidades de permanência das famílias agricultoras, a ação também sufocou a racionalidade e, com ela, o seu modo de se relacionar com a natureza.

A Cooperativa Agrária Agroindustrial, por sua vez, está em processo de negociação com o Estado, mas não reconhece o direito à área pleiteada pelos quilombolas. Seu posicionamento é bastante diferente daquele apresentado por Sr. Domingos G. Guimarães, como pode ser observado no quadro 26, no documento público disponibilizado pela Cooperativa sobre o assunto.

⁹² Sementes crioulas são aquelas selecionadas pela comunidade e armazenadas para, com elas, refazer o plantio para a próxima safra. Durante muito tempo, esse era o único método para garantir a reprodução do sistema agrícola. Entre as comunidades agricultoras tradicionais, há uma prática de troca de sementes que envolvem a criação de vínculos entre as pessoas. Contudo, com a proliferação das sementes geneticamente modificadas, essas práticas tradicionais são ameaçadas. Quanto ao puxirão, conforme relato de Anália Gonçalves dos Santos, “tinha puxirão dos homens e das mulheres na lavoura, era tudo combinado, cada semana era um puxirão e baile também, ali matava porco, matava galinha e enchia aqueles tacho de quirera com carne de porco, suco de limão e pica-pau, a cachaça com mel. Nas rezas erguia o mastro, fazia procissão, quando chegava na casa erguia o mastro. Nós festejávamos o Anjo da Guarda, mas tinha outros que festejavam o dia de Todos os Santos: São Sebastião, São Pedro, Santo Antonio; em todos esses se fazia festa. A nossa vida era boa, era trabalhar”. PROJETO NOVA CARTOGRAFIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL, 2008, p.4.

Quadro 25 - Comunidade Invernada Paiol de Telhas - Fundão

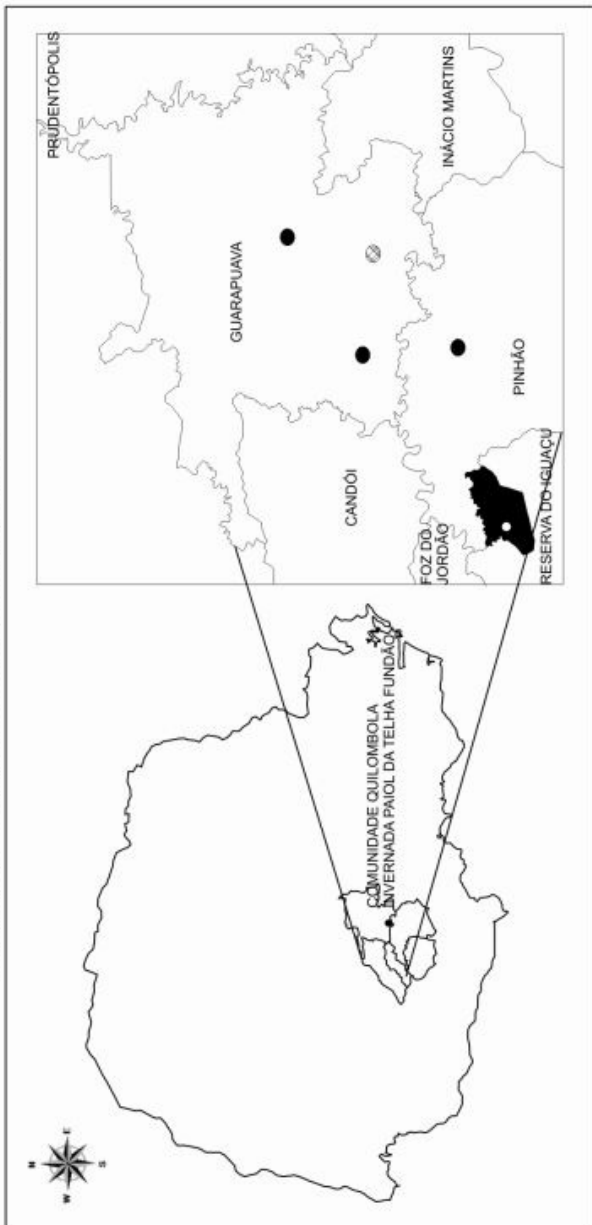


Foto 01 - Grupo Kundum Bailé, grupo de dança da Comunidade Invernada Paiol de Telha - Fundão



Foto 02 - Comunidade Invernada Paiol de Telhas - Fundão - Unidade Assentamento Rural em Entre Rios

<p>LIBERIA Unidade assentamento de Paiol, s/n, 1915</p>	<p>Organização: Mestrado de Práticas Vivas Boas Jornadas, 2008 Orientador: João Osvaldo Rodrigues Neves Co-Orientadora: Rosely Sengenhe Avênia Apoio: In: Nova Cartografia Social em Povos e Comunidades, 2008</p>
<p>Unidade administrativa do município de Guarapuava desde 1965</p>	<p>● Núcleo de Comunidade</p>
<p>Território reivindicado pela Comunidade</p>	<p>○ Núcleo Barreiro</p>
	<p>Cooperativa Agrária Aгрonomical</p>
<p>Universidade Estadual Paulista "Junio de Azevedo Filho"</p>	

Adm. GOMES M.F.V.B. 2008

Adm. GOMES M.F.V.B. 2008

Quadro 26 – Considerações da Cooperativa Agrária Agroindustrial Sobre a Fazenda Invernada Paiol de Telha - Fundão

INFORMAÇÕES CONCRETAS SOBRE A INVERNADA “PAIOL DE TELHA”

[...]

O caso que ora se pretende expor refere-se ao imóvel PAIOL DE TELHA ou FUNDÃO, situado no Município de Reserva do Iguaçu, Comarca de Pinhão/PR, de propriedade da COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL MISTA ENTRE RIOS LTDA., hoje denominada COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL e alguns de seus COOPERADOS, que tem sido, a partir do ano de 1997, alvo de noticiário tendencioso e divorciado da realidade, com o intuito de confundir e criar o direito ilegítimo de reapossamento das terras por parte de seus antigos proprietários, “auto-intitulados quilombolas”, que as venderam nos anos de 1973/1975.

[...]

Eis a VERDADE!

1º) **A Fazenda Paiol de Telhas** ou Fundão, **NUNCA FOI QUILOMBO**, mas propriedade legítima de antigos ex-escravos, [...]

2º) **No documento de doação contemplado no INVENTÁRIO** de “Dona Balbina Francisca de Siqueira” homologado em 24.01.1866, [...]. **Consta** também no referido Testamento, **uma cláusula de inalienabilidade**. Mas como é elementar, **tal disposição vale somente em relação aos donatários diretos, NÃO em relação aos seus herdeiros**.

3º) **a COOPERATIVA fez** um projeto fundiário e **adquiriu as posses de TODOS aqueles que habitavam a área em 1973/1975**, [...], TUDO documentado com inúmeras escrituras públicas.

4º) **Esses possuidores venderam suas posses por bons preços**, que receberam integralmente e **retiraram-se da área satisfeitos e espontaneamente** [...]

5º) **A área adquirida pela Cooperativa** e repassada a cooperados seus, [...], **foi constatada apenas a área de 1.230,5 alqueires** [...]

6º) **A Cooperativa tomou posse em 1974 através de alguns cooperados** [...], os quais, já em 1975 efetuavam a primeira colheita, [...].

7º) **Todos os possuidores receberam o preço por suas vendas**, primeiro ao Dr. Oscar Pacheco dos Santos e depois, alguns, diretamente à Cooperativa. [...]

8º) **Em 11/08/1981**, [...] **a Cooperativa ajuizou ação de usucapião, iniciada na Comarca de Guarapuava e transferida para a recém criada Comarca de PINHÃO, onde tomou o nº 136/1986**. [...]. A ação foi julgada procedente em 29/03/1989, [...].

9º) **Os mesmos possuidores que venderam suas posses** conforme escrituras específicas, (havia mais de 20 anos passados), **no ano de 1996, estimulados por organizações e entidades com finalidades escusas** (Ongs e similares), com apoio de alguns políticos interessados em notoriedade e liderados por DOMINGOS GONÇALVES DOS SANTOS; DOMINGOS GONÇALVES GUIMARÃES e OVIDIO DA SILVA, **organizaram um movimento pretendendo re-apossar-se do imóvel**, e, no mesmo mês de dezembro de 1996 invadiram a área, tendo sido rechaçados mediante ordem judicial.

[...]

10º) **Após rechaçados por ordem judicial**, nessa primeira invasão, **os invasores foram assentados pelo INCRA numa área de terras em Guarapuava, juntamente com outro indivíduo, na condição de “sem terras”**. [...]

11º) **Diante do insucesso de suas pretensões de re-apossamento da área**, porque sempre repelidos pela incontestável prova documental das vendas que fizeram de suas posses, **passaram esses mesmos elementos, a PARTIR DO ANO DE 2004** [...], **a articular-se como ex-quilombolas**, criando a versão absurda de que a fazenda Paiol de Telha ou Fundão antigamente teria sido área de quilombo, [...].

[...]

No caso do imóvel Paiol de Telha, a autodenominação de “quilombolas” daqueles que venderam suas posses, é versão gritantemente mentirosa! O testamento de Balbina

Francisca de Siqueira, de 02/07/1860 (por eles próprios citado), que legou a (11) onze escravos seus que libertou, as terras da Invernada PAIOL DE TELHA, **repele, por si só, sua absurda versão!**

[...]

Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa quilombo era “local escondido no mato onde se abrigavam escravos fugidos”.

E, se sabemos que de quilombos eram chamados os locais escondidos e ermos, onde se abrigavam os escravos fugitivos de seus senhores tiranos, **como admitir-se qualificar de Quilombo a invernada Paiol de Telha, que os ex-escravos, além de declarados libertos por sua bondosa Senhora Balbina Francisca de Siqueira, foram, ainda, contemplados com a doação de referida invernada? Que necessidade teriam esses ex-escravos de fugir de sua generosa Senhora?**

Assim, pretender erigir em QUILOMBO as terras que receberam por doação de sua senhora Balbina Francisca de Siqueira é o mais arrematado absurdo. E igual absurdo é os descendentes daqueles ex-escravos, auto-intitularem-se QUILOMBOLAS!

[...]

FONTE: Disponível em <http://www.ocepar.org.br/ocepar/>, acesso em 10/09/2009.

Como podemos observar na declaração da Cooperativa Agrária Agroindustrial, o direito à terra pelos quilombolas está longe de ser aceito pela empresa. Os argumentos buscam confirmar o direito à posse das terras para a Cooperativa. Primeiro, por sua aquisição pela compra em 1974/1975 e, segundo, por questionar a legitimidade do movimento de (re) integração de posse da Comunidade Invernada Paiol de Telha - Fundão. Nesse questionamento, no conjunto dos 11 itens apontados no documento, que na sua versão completa possui 05 laudas (Anexo 2), a Cooperativa contesta a própria autodefinição do grupo, como quilombolas.

Sobre isso, Oliveira⁹³ (2009) afirma que a questão é complexa, uma vez que o reconhecimento pelo Estado das comunidades tradicionais é muito recente, particularmente das comunidades quilombolas. O decreto 4887/03 (Anexo 3), destaca a diversidade, pois, até então, o Estado tinha um discurso apenas de igualdade. Do discurso de igualdade e diversidade, avançou para a valorização e para o reconhecimento dessas minorias. No discurso do atual presidente, Luís Inácio Lula da Silva, foi incorporada à discussão, a dívida do Estado para com esses grupos. O argumento do governo federal implica em consequências, tais como, assumir a dívida e ressarcir-la. Esse discurso da ação é novo, assim como é novo, o discurso da diversidade. O Estado reforça isso quando cria as secretarias para discutir a questão das minorias e, com elas, reconhece que há agentes sociais específicos, que precisam de uma atenção especial.

⁹³ Entrevista realizada com Oseías de Oliveira em 23.09.2009, coordenador do Núcleo de Estudos Étnico-Raciais, da UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Se, por um lado, isso cria uma resistência de outros grupos sociais, por outro, o Estado abre possibilidades de reconhecimento e potencializa mobilizações. Isso significa que há uma via aberta pelo governo, mas também uma disposição dos grupos sociais de se autodefinirem. Assim, o reconhecimento social é um processo pois, do ponto de vista social, a compreensão da categoria negro e/ou quilombola é estereotipada, e a idéia de quilombola é de “pretos fugidos”⁹⁴.

A partir do momento que há reconhecimento e identificação do grupo, ele se autodefine. É o que acontece com a comunidade Invernada Paiol de Telha - Fundão. Ao se reconhecerem como quilombolas, buscaram essa afirmação e tiveram como apoio a Fundação Cultural Palmares. O papel da Fundação é validar esse reconhecimento, a partir de uma pesquisa que vai conhecer a comunidade resgatada pela memória histórica do grupo, percebendo como seus integrantes se compreendem, quais são suas características, seus rituais, como remanescentes e como negros. O grupo sente-se mais forte com esse reconhecimento, mas, também, torna-se mais complexo, pois ser quilombola, hoje, além desses antecedentes, essas reminiscências negras, é ser um agente político⁹⁵.

Neste aspecto, o sentido de quilombola é algo diferente do conceito de quilombo, estabelecido no dicionário *Houaiss* apresentado pela Cooperativa Agrária Agroindustrial **“local escondido no mato onde se abrigavam escravos fugidos”**. Enquanto esse está vinculado a uma forma de conceber a comunidade negra, negando as singularidades étnico-racionais e simplificando as condições de participação dos negros e de sua história na sociedade brasileira, o conceito de quilombola, instituído pela Fundação Cultural Palmares, responsável pelo reconhecimento das comunidades remanescentes, é mais amplo. Ele define como quilombolas aqueles grupos que assim, se autodefinem, a partir de suas relações com a terra, seu território, ancestralidade, tradições culturais, etc., cujo foco é corrigir a injustiça histórica para com os negros.

Isso é levado em consideração pelo Estado, ao avaliar o conflito e definir a posse da terra. No caso específico, mesmo a Cooperativa Agrária Agroindustrial tendo os títulos da terra e os comprovantes de aquisição pela compra, está sujeita a perda da causa, caso o INCRA reconheça o direito à terra para a

⁹⁴ Entrevista realizada com Oseías de Oliveira em 23.09.2009.

⁹⁵ Entrevista realizada com Oseías de Oliveira em 23.09.2009.

comunidade Invernada Paiol de Telha – Fundão. A terra é de direito de quem permaneceu nela, depende da escala dominial⁹⁶.

Tudo isso envolve um conjunto de estudos e pressupõe que, se a terra era de um determinado grupo, então ela permanecerá com ele. Caso isso ocorra com a Invernada Paiol de Telha, a Cooperativa Agrária Agroindustrial será indenizada pelo Estado e as terras devolvidas a comunidade.

Outro argumento utilizado pela Cooperativa e interessante do ponto de vista ambiental refere-se à produtividade da área. Embora ainda não tenha sido realizado o estudo da produtividade da área, quando isso ocorrer, o INCRA levará em conta não só tipo de produção agrícola, mas todo o processo de gestão e manejo do território, inclusive quanto aos critérios ambientais. Assim, também, a avaliação constará da identificação da viabilidade de sustentabilidade da comunidade, caso ela venha a ser vencedora na causa. Serão descontados dos 1200 alqueires, todos os espaços a serem reservados para áreas de preservação permanente, bem como aquelas ambientalmente inadequadas à produção e um estudo de viabilidade de manejo pelo grupo, com relação às condições materiais e técnicas disponíveis. Todos esses aspectos envolvem o conceito de produtividade, pois conforme Oliveira⁹⁷ (2009), o território pode ser tido como produtivo dentro de uma lógica, com muitos insumos e equipamentos; mas a que preço ambiental? Outra questão ligada à posse da terra pela comunidade é que, ao ser reconhecida como Território, ela é de direito daquele grupo social, mas não pode ser vendida, empenhorada e muito menos dividida; ela é coletiva? Trata-se de uma outra lógica, que impõe outra racionalidade, diferente dos princípios que tem regido a sociedade capitalista.

Portanto, longe de estar com uma solução definida, é importante registrar o movimento de resistência desses grupos sociais e suas conquistas que, embora ainda sejam aquém de suas necessidades, são formas de defender o território e uma maneira de resistir, mesmo em condições desiguais, marcando sua presença na paisagem.

Considera-se, neste trabalho, esses movimentos como expressões da coexistência de diferentes racionalidades e exemplos de consequências da

⁹⁶ Entrevista realizada com Oseías de Oliveira em 23.09.2009.

⁹⁷ Entrevista realizada com Oseías de Oliveira em 23.09.2009.

apropriação social da natureza, por diferentes grupos sociais. No caso específico, da expropriação da comunidade Invernada Paiol de Telha, a sua organização social que era de subsistência, deu lugar à agricultura moderna e, para isso, transformou em agrícola não só as áreas de campos, mas também as áreas florestais.

Quando falamos nas áreas florestais, a transformação produtiva agrícola em Guarapuava foi muito importante para o desflorestamento, mas teve um importante aliado, o setor madeireiro, que podemos dizer, foi o principal responsável pela quase extinção das matas de araucárias, símbolo da região e do Paraná. Na própria memória do Sr. Domingos G. Guimarães, a sua presença é mencionada, como o caso da Companhia Fiat Lux, uma das maiores indústrias de fósforos no Brasil. As madeiras foram impondo a razão econômica, sobre a social e ambiental e, desde 1940, marcaram presença na paisagem de Guarapuava e região, como veremos no texto que segue.

3.2. Dos machados às motosserras: o processo de exploração das Araucárias em Guarapuava

Os processos de transformação socioespacial ocorridos entre 1940 e 1980, em Guarapuava, foram intensos e marcaram profundamente as mudanças na paisagem. Fisicamente, a maior parte das áreas de campos e florestas deu lugar à modernização agrícola, à urbanização, ao incremento de estradas de rodagem e de ferro. Socioambientalmente, porém, consolidou a desigualdade, a concentração de renda e a degradação ambiental, combinando perda da biodiversidade com injustiça social. Esse saldo é resultado do conjunto de fatores econômicos, sociais e políticos do período, que implicaram em novos grupos sociais ascendendo economicamente, tanto da área agrícola, quanto na indústria madeireira, sem, contudo, superarem o conservadorismo e as diferenças sociais e históricas na região, já que não se contrapuseram à eles, mas sim, aliaram-se aos grupos de poder local.

De um lado, para os fazendeiros tradicionais da região, vender as terras e/ou a madeira era a forma com que dispunham para se (re) capitalizarem, diante da situação econômica que se encontravam. O dilema era ter a posse das

terras, mas não dispor de capital suficiente para recuperar os rebanhos e os pastos deteriorados, bem como para alterar a produção. Do outro lado, ocorreu a demanda de terras por parte de migrantes do sul e estrangeiros, como já relatado, e a instalação de um conjunto de empresas madeireiras sedentas de matéria-prima.

Localizada no centro do bioma da Floresta Ombrófila Mista⁹⁸ no Paraná, Guarapuava possuía uma grande reserva de Araucárias *Angustifolia*⁹⁹ ou, como é conhecido, Pinheiro do Paraná e, portanto, polo de atração de serrarias que, com atitudes nômades, deixavam as áreas já esgotadas do Estado, no primeiro e segundo planaltos, e migravam para o oeste, em busca da matéria-prima.

Em 1915, o Paraná já despontava como exportador do pinheiro¹⁰⁰. A exploração das florestas no centro-sul do Estado só foi postergada em função das precárias condições de comunicação e transporte do interior. A própria distância do litoral, a difícil transposição da Serra do Mar, os rios caudalosos, no sentido leste para oeste, dificultavam o escoamento para o mar e para o interior do planalto. Na

⁹⁸ A Floresta Ombrófila Mista ocupava, até o século XIX, uma área de cerca de 200 mil km², distribuídos entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, e áreas menores no sul de São Paulo e alguns pontos isolados de Minas Gerais. Seu habitat são regiões de altitudes médias a elevadas, entre 500 a 1200 m e pluviosidade elevada. No Paraná, sua distribuição é bem definida, do primeiro ao terceiro planalto, de leste para o oeste. Limita-se a leste pela Serra do Mar; a oeste, com as florestas latifoliadas tropicais e subtropicais da bacia do rio Paraná e afluentes. Ao norte encontra-se com as formações tropicais e ao sul continua pelo Estado de Santa Catarina. A árvore que se destaca no ecossistema é o Pinheiro, *Araucária Angustifolia*, com tronco reto e copa característica. A variedade de combinações com a Araucária indica a complexidade do ecossistema. Assim, conforme a altitude, temperatura e solos, associa-se a Imbuia (*Ocotea porosa*), a Canela Lageada (*Ocotea pulchella*), a Erva mate (*Ilex paraguariensis*), o Butiá (*Butiá eriospatha*), a Bracatinga (*Mimosa scabrella*), o Xaxim (*Dicksonia sellowiana*), entre outras. Essas combinações também variam na região do ecótono (CARVALHO, 2006).

Reitz e Klein (1966) identificaram diferentes agrupamentos da floresta com araucária, são eles: I – araucária e campo; II – araucária e associações pioneiras; III – araucária e *Ocotea pulchella* (Canela Lageada); IV – araucária e *Ocotea porosa* (Imbuia); V – araucária e Mata Pluvial. Cada uma dessas associações é composta de diferentes espécies arbóreas, bem como apresenta diferentes condições de desenvolvimento do pinheiro e das outras espécies. Na região de Guarapuava, há uma riqueza de combinações com abundante biodiversidade, tendo sido explorado economicamente, predominantemente, as áreas de associação com campos, imbuia e erva-mate, em vários estágios sucessionais.

⁹⁹ Ainda hoje, se compararmos o conjunto do Estado do Paraná, é na região de Guarapuava que se encontra boa parte dos remanescentes desse ecossistema.

¹⁰⁰ A primeira iniciativa de exploração do Pinheiro foi de Antonio Pereira Rebouças Filho que em 1872, empreendeu uma fábrica a vapor, para sua exploração, buscando aproveitar o escoamento pela estrada da Graciosa, concluída em 1873. Contudo, somente em 1885, com a construção da estrada de ferro, ligando Paranaaguá a Curitiba, as serrarias tiveram êxito. Alguns fatores concorreram para isso: a potencialidade do escoamento, via estrada de ferro e o incentivo fiscal provincial e municipal, com tarifas especiais pela ferrovia, para transporte da madeira. Com isso, em 1899, eram 64 serrarias. Esse número saltou para 174 em 1920. Em 1929, o governo federal, por meio da Lei n.2670 de 25 de abril de 1929, criava o Instituto da Madeira (BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN, 1969).

medida em que estes obstáculos foram sendo superados, grandes áreas de florestas foram desmatadas¹⁰¹ e o município de Guarapuava, principalmente a partir de 1945, foi se tornando o centro mais importante de produção madeireira do Paraná.

Concorreu também para a valorização no mercado da *Araucária Angustifolia*, o advento das duas guerras mundiais, que forçaram a substituição das importações por produtos nacionais. Aliada a isso, estava a política de nacionalização do governo Getúlio Vargas, que buscava a transformação produtiva do Brasil, a integração regional, a industrialização e a urbanização, ampliando a demanda da madeira. No pós-guerra, a própria demanda da Europa, para sua reconstrução, expandiu o mercado da madeira paranaense, antes concentrada na América do Sul, principalmente na Argentina¹⁰².

Conforme afirma Carvalho (2006), a qualidade do pinheiro também colaborou para isso, pelas inúmeras possibilidades de seu aproveitamento. Seu argumento é baseado nas considerações de Klein e Reitz (1996, p. 21):

Seus usos mais comuns são taboado, vigamentos, pranchões, caixas, móveis, cabos de vassoura e de ferramentas, palitos de dentes e de fósforo, fabricação de compensados, pasta mecânica e celulose, papel, matéria plástica, lã e seda artificiais, instrumentos de música, instrumentos de adorno, artigos de esporte, separadores para acumuladores, caixas de ressonância de piano, tacos de nós, mourões, telhas de taboinhas, etc. Os galhos e refugo, e especialmente o “nó de pinho” servem para lenha e combustível de caldeiras. O mesmo “nó de pinho” convenientemente preparado serve para belíssimas obras artísticas de tornearia de que temos, no Estado, importantes fábricas. A resina serve de base para a fabricação de vernizes, terebentina, acetona, ácido pirolenhoso e outros produtos químicos.

¹⁰¹ Segundo IPARDES (1982) a área nativa de vegetação, até o início da exploração madeireira, era de 16.782,400 ha, cobrindo 84,1% da área do Estado. Destes, 7.378,000ha era de floresta com *Araucária Angustifolia*, ou seja, 43,97%. Em 1977, essa área já havia reduzido para 316.620 ha. Restando apenas 4,29% do total.

¹⁰² (BALHANA, MACHADO E WESTPHALEN, 1969); PIRES (2003); IPARDES (1982); WACHOWICZ (2002).

Num primeiro momento, as serrarias se concentraram no primeiro planalto e, assim que foi inaugurada a estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande¹⁰³ foram avançando pelo segundo e terceiro planaltos.

Conforme Carvalho (2006), o desenvolvimento de técnica de exploração, dos meios de transporte, trem e caminhão, concentração de capital e a entrada de colonos nos locais mais isolados possibilitaram os altos índices de produção e, como conseqüência, de desmatamento. Conforme o esgotamento da matéria-prima foi sendo sentido no Rio Grande do Sul e nos primeiro e segundo planaltos paranaenses, a produção não diminuiu, ao contrário, manteve-se à custa do desbravamento de novas áreas¹⁰⁴, no terceiro planalto, particularmente na região de Guarapuava e dela para o sudoeste. Muitas das serrarias eram propriedades de descendentes de imigrantes italianos, que desde o começo da colonização no Rio Grande do Sul, eram serradores, passando essa atividade de pai para filho. Esse fato explica o argumento de Luz (1980), ao reconhecer que, em Guarapuava, as serrarias eram predominantemente empresas de médio porte, de origem familiar e provenientes de diferentes localidades do Paraná (Gráfico 09 e Tabela 08). Ao analisar os dados, observa-se que das 340 empresas no período, 233 eram do

¹⁰³ Em 1908, o governo brasileiro passou o controle da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, para a empresa Brazil Railway Company. Para isso, também destinou 15 km de cada lado da ferrovia para a empresa, pelos serviços prestados ao governo. Essa área possui imensa floresta com araucárias, fato que levou o empresário a fundar Southern Brazil Lumber & Colonization Company, que se tornou conhecida como Lumber, cuja sede foi instalada em Tres Barras-S.C, em 1913. A indústria madeireira ocupava uma área de 60 hectares. A madeira ainda contava com o projeto de colonização, atraindo para a região, imigrantes europeus e descendentes que ajudaram no processo de construção da estrada e de exploração das reservas florestais. A Ferrovia possuía subsidiárias que foram compradas ou arrendadas para atender à Companhia, como a Estrada de Ferro do Paraná (Ponta Grossa-Curitiba-Paranaguá); Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina (Catarinense); Estrada de Ferro Sorocabana (trecho São Paulo – Paraná); Compagnie Auxiliare des Chemis de Fer du Brésil (Rio Grande do Sul); Cia. Paulista e Cia. Mogina, que, neste caso, foi adquirindo ações, e a gerências foi deslocada para atender os interesses da Companhia. Com essa infra-estrutura, a Ferrovia, juntamente com a Lumber, foram responsáveis pela exploração, e/ou escoamento, da maior parte da madeira do primeiro e segundo planaltos paranaenses. Em 1930, quando essas reservas já haviam se esgotado, a exploração foi deslocada para o terceiro planalto (CARVALHO, 2006)

¹⁰⁴ “[...] três alvarás da prefeitura de Porto União informam a presença da firma Carollo Irmãos & Cia Ltda, estabelecida com serraria no distrito de São João, a partir de 1938. Em 1951, Kretzen menciona a firma Irmãos Carollo & Filhos Ltda, com matriz em Irati e serraria em Prudentópolis – Papanduva, indicando que, provavelmente, a serraria em São João já não existisse mais. Também Belin Carollo, que aparece em um alvará de 1943 como mercador de madeira por grosso no distrito de Matos Costa (São João), em Kretzen (1951), aparece como sócio majoritário da firma Ferri, Carollo & Cia Ltda, com sede em Irati, e serraria no município de Campo Mourão” (CARVALHO, 2006, p.171). Essa mesma família é citada pelo Sr. Armelindo Alberti, entrevistado por esta autora, em 16.08.2009, como uma das famílias madeireiras de Guarapuava.

Paraná, destas, destaca-se Ponta Grossa, por superar o número de origem, não só do Estado como do próprio município de Guarapuava.

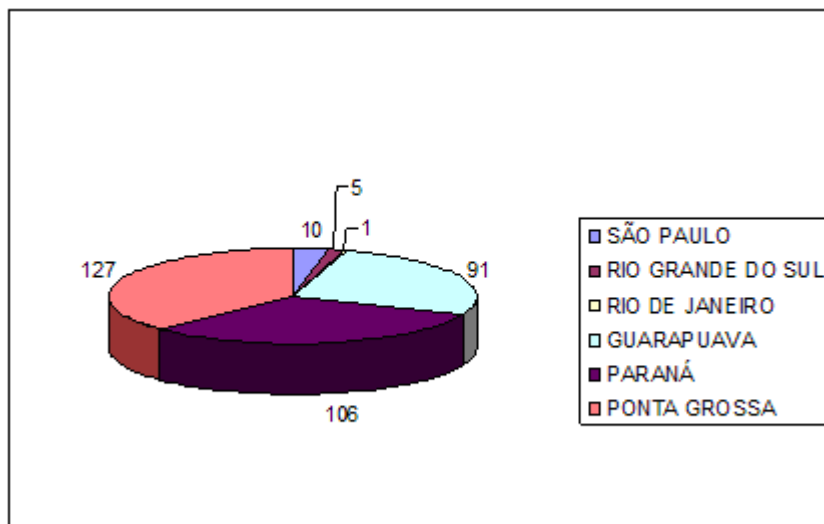


Gráfico 09 – Quantidade das Madeiras por Origem.

Org: Gomes, M.F.V.B., 2009.

Fonte: Luz, 1980;

As serrarias foram se instalando no município a partir de 1940 e, em 1950, Guarapuava estava entre as áreas de maior produção madeireira do Estado. Durante os primeiros trinta anos de exploração, as técnicas e condições de trabalho eram bem precárias; somente com o desenvolvimento da indústria madeireira e com a busca de novas formas de produção, em virtude da escassez e da demanda produtiva, as empresas foram se transformando.

TABELA 09 - Número de Firms Madeireiras de Ponta Grossa e Guarapuava - SEDE - 1914-1874.

	FIRMAS	
	N°	%
SEDE - OUTROS ESTADOS		
SÃO PAULO	10	2,95
RIO GRANDE DO SUL	5	1,48
RIO DE JANEIRO	1	0,29
SUBTOTAL	16	4,72
SEDE - PARANÁ		
PONTA GROSSA	127	37,35
GUARAPUAVA	91	26,77
CURITIBA	36	10,59
IRATI	26	7,65
TEIXEIRA SOARES	7	2,06
IMBITUVA	6	1,77
PRUDENTOPOLIS	3	0,89
LARANJEIRAS DO SUL	3	0,89
CASTRO	3	0,89
IPIRANGA	2	0,59
PALMEIRA	2	0,59
LAPA	2	0,59
REBOUÇAS	2	0,59
TIBAGI	1	0,29
LONDRINA	1	0,29
S. MATEUS DO SUL	1	0,29
PARANAGUÁ	1	0,29
S.LOURENÇO (MUN. DE S. J. DO TRIUNFO)	1	0,29
VERA GUARANI (MUN. DE MAR. MALET)	1	0,29
SANTO INÁCIO (MUN. DE JAGUAPITÁ)	1	0,29
MATELÂNDIA	1	0,29
PORTO AMAZONAS	1	0,29
MEDIANEIRA	1	0,29
CLEVELÂNDIA	1	0,29
PITANGA	1	0,29
APUCARANA	1	0,29
MARINGÁ	1	0,29
TOTAL	340	100,00

Fonte: LUZ, Cirlei Francisca Carneiro. A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava 1915-1974. 1980. 329f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil – História Econômica) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Atualmente, Guarapuava ainda possui destaque estadual quanto aos produtos derivados da madeira, mas, neste caso, as serrarias não são aos moldes do início do processo de exploração. Muitas delas migraram para outros Estados, faliram ou mudaram de ramo, conforme os recursos foram se esgotando e a legislação ambiental foi dificultando o desmatamento. Apenas aquelas que foram capazes de diversificar a produção, investir em tecnologia e se capitalizarem, para ter sua própria área de produção de madeira ou para aquisição de matéria-prima de outras localidades, mantiveram-se em Guarapuava e região, e ainda se destacam

pela exportação dos produtos¹⁰⁵. Esse processo de transformação dos modos de extração e beneficiamento da madeira dependeu, além dos investimentos dos madeireiros, do desenvolvimento técnico no período.

3.2.1. A derrubada dos pinheiros, foice, facão e tração animal

Quando as serrarias iniciaram o processo de exploração florestal em Guarapuava, tiveram que construir toda a infra-estrutura para o desmate, processamento e escoamento das madeiras para a venda. Isso incluía, além dos equipamentos e pessoal para o corte das toras, no meio da mata, abrir picadas e trazer as toras dos locais inacessíveis ao caminhão e desse até o estaleiro, às vezes, abrir estradas, para o transporte até a serraria, ou construir outras, que permitissem acesso às principais vias de circulação.

Para explicar esse processo, valemo-nos das entrevistas realizadas com o Sr. Arival Bitencourt, Antonio Campos e Armelindo Alberti, pessoas que vivenciaram o mundo das serrarias, trabalhando no corte da madeira na floresta, na serraria e/ou morando nas vilas organizadas por elas. Na memória dessas pessoas, é comum o relato das dificuldades do trabalho, do esforço físico, dos acidentes durante o trabalho, das precárias condições técnicas e das estradas, principalmente em épocas de chuvas, bem como a lembrança da exuberância do pinheiro, do esgotamento dos recursos e da migração das empresas para outros locais.

O Sr. Arival Bitencourt¹⁰⁶ relata como era a extração da madeira, quando a foice e o facão e a tração animal eram os principais meios de trabalho. Suas memórias também incluem a vida na Vila Paz, uma das localidades criadas na região de Guarapuava, especialmente para a atuação das serrarias. Tratava-se de

¹⁰⁵ IPARDES, (1982); LUZ (1980);

¹⁰⁶ Começou a trabalhar com madeireiras aos 10 anos. Sua Família veio de Laranjeiras do Sul para a Paz, atual distrito do Município de Cândói, emancipado de Guarapuava em 1990. Depois de trabalhar com o pai na abertura de estrada, no meio da mata, para retirada de madeira, aos 17 anos foi trabalhar na serraria. Nela trabalhou como mateiro (identificador de espécies para corte), no corte da madeira, como motorista. Em virtude de desenvolver os trabalhos sempre por empreita, não tem carteira assinada para sua aposentadoria e já não consegue se colocar no trabalho formal na madeireira do Distrito, por isso, vive de trabalhos informais, pontuais. Trabalhou a maior parte de sua vida com madeireiras, mas quando acabou o trabalho "bruto", não teve mais trabalho contínuo. Pelo trabalho itinerante que desenvolvia nas madeireiras, segundo ele, também não conseguiu constituir família.

vilas organizadas para a habitação dos trabalhadores, isoladas do meio urbano. O trabalhador, morador da vila, acabava por manter uma relação de total dependência com a empresa. No caso específico da experiência do Sr. Arival Bitencourt, ele se recorda que, quando trabalhava para a família Matos Leão, também utilizava do espaço da firma para fazer um roçado de arroz e feijão e para criar alguns animais, como galinhas e porcos. Na sua memória, compravam no armazém¹⁰⁷ somente açúcar, sal e uns tecidos. Sua primeira experiência com a madeira iniciou-se com a abertura de estradas no meio da mata (Quadro 27).

Quadro 27 – Acesso aos Pinheirais.

Autora: Como o Sr. veio trabalhar na serraria?
Arival B.: Nós começamos trabalhando no mato, em serraria, tirando tora...
Autora: O senhor nasceu em Guarapuava?
Arival B: Em Laranjeiras do Sul. Mas vim com dez anos pro Candói. Mais de 50 anos que eu tô aqui.
[...]
Autora: O Sr. veio com seus pais? Eles vieram trabalhar aqui fazendo o quê?
Arival B: No mato... Trabalhava de fazer estrada a muque. Fazendo estrada no mato pra tirar madeira, tirar tora.
Autora: Mas essa estrada era pra ligar com outra?
Arival B: Não. Nós fazíamos dentro da mata. Aqui por exemplo, nós pegávamos um capão de pinheiro, saía de dentro de um capão de pinheiro pra estrada grande, daí o caminhão encostava pra carregar.
Autora: Já tinha a BR aqui? [Nos referimos a BR 277 que liga Curitiba a Foz do Iguaçu, passando por Guarapuava]
Arival B: Não, não tinha asfalto. Era estradinha. Pra se vim lá dos Três Pinheiros, aqui em dia de chuva... Deus o livre! O Caminhão quebrava!
Autora: Mas aqui tinha campo e mato?
Arival B: Aqui tinha campo, mas a maior parte era mato. Nesse fundo aqui era mato. Tinha muito mato. Ah!... Deus o livre! Tinha mato! Foi derrubado tudo aí... Terminaram com tudo... Naquele tempo as firma podiam tirar né.
Autora: E vocês eram contratados para fazer estrada pela firma. Qual era a firma? O senhor se lembra?
Arival B: Matos Leão.
Autora: E o senhor lembra se derrubavam muita madeira?
Arival B: Ah! Derrubava alguma. Naquela época derrubava...
Autora: Eles escolhiam a madeira para derrubar?
Arival B: Era só pinheiro¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Os armazéns organizados pelas empresas madeireiras, ou eram de sua própria propriedade, ou era terceirizados. Geralmente, o estabelecimento tinha garantia de êxito, pois a compra era registrada em caderneta e descontada da folha de pagamento. Também era comum haver exploração no preço dos produtos, em virtude da ausência de outra opção pelos consumidores da vila (Arival Bitencourt, 2009).

¹⁰⁸ Num primeiro momento, o mercado imediato era a madeira serrada, para o mercado interno e externo. Na medida em que foi sendo beneficiada a madeira, também foi se desenvolvendo a indústria de móveis, foi havendo mercado para a imbuia. Os pinheiros eram desmatados primeiro, em função da demanda do mercado, mas, quando esse se esgotava, também eram exploradas as demais madeiras de lei.

Autora: Ah! Só o pinheiro. Mas tinha imbuia?

Arival B: Tinha imbuia também... Naquele tempo não cortava. **Depois que limparam os pinheiros, aí depois que entraram nas madeiras de lei.** (grifo nosso)

[...]

Autora: Era quanto tempo pra fazer um caminho?

Arival B: Na época, meu pai entrava, pegava 4 ou 5 peões, e nós era em 3 ou 4..., nós trabalhávamos em 8 peões lá.

Autora: E esses peões eram pessoas conhecidas?

Arival B.: Conhecido! tudo parente. E nós pegávamos por empreita, o que desse, nós rachávamos.

Autora: Vocês ganhavam como?

[...]

Arival B.: É... fazia. 100 metros... valia 100 metro... Tudo no muque, não tinha. Nós entrávamos no meio de taquara, que era crespo aí, que não passava nem cachorro. Nós deixávamos só o chão vermelhão, só na foice...

Autora: Na foice? E como era o trabalho?

Arival B: Arrancava a taquara pela raiz, à erva nós arrancávamos. Cavocava em roda, e arrancava tudo...

Autora: O senhor se lembra quanto tempo levava?

Arival B: Ah! Depende. Nós pegávamos... 100 metros de caminho, [...] conforme o chão era um dia pra nós. Não dava pro dia. [...]100, 200 metros era nossa etapa que fazia por dia...

[...]

Autora: Como era o trabalho, qual era a ordem? Abria a estrada, depois derrubava a madeira?

Arival B.: O primeiro era o cortador, o derrubador. E daí onde ele cortava, armava o estaleiro e nós que tinha que fazer estrada, nós ia e fazia estrada. Daí entrava o caminhão pra pegar.

Autora: E o senhor trabalhava com seu pai? Seu pai veio para cá só para isso?

Arival B: Com meu pai. [...] Naquele tempo pra fazer um asfalto desse aqui então tinha... não tinha um maquinário, tinha uma gaiota, colocava uma mula na frente ali, e na picareta, derrubava o morro, no picão e daí tirava pra fazer os cortes. Nós trabalhamos muito aqui nessa região de Cascavel a Guarapuava. Naquele tempo eles pegavam 50, 100, 200 peões pra trabalhar.

Autora: Para abrir estrada?

Arival B.: É pra fazer... como essa estrada aí de Guarapuava, de Cascavel a Guarapuava, foi feito quase no picão, naquele tempo não tinha maquinário.

Autora: E quando chovia?

Arival B.: Ah! não tinha. Chovia parava o serviço. Não tinha como trabalhar.

[...]

Os instrumentos para a abertura do caminho de passagem ao caminhão restringiam-se à foice e ao machado, por isso, exigia-se um bom número de trabalhadores, “peões”. Segundo Sr. Arival, o trabalho era feito diariamente, contudo, algumas vezes, quando estavam muito distantes da vila, era necessário montar acampamento no meio do mato. Levavam o alimento, mas também, por vezes, caçavam. Havia, segundo ele, grande quantidade de animais, principalmente, tatu, porco do mato e capivara. As toras tinham que ser estaleiradas em um único local, para serem carregadas no caminhão e conduzidas à serraria. Para isso, a

madeira era amarrada em uma junta de bois e, posteriormente, organizada no estaleiro, como apresenta o Sr. Armelindo Alberti¹⁰⁹ (Quadro 28).

Quadro 28 – Da Força Animal ao Uso da Máquina

[...]

Autora: Seu Armelindo, quando o senhor começou a trabalhar na empresa, o senhor começou a trabalhar com o que lá?

Armelindo: eu comecei a trabalhar estaleirando tora. [...] Eu colocava uma tora daquela ali da frente, uma ponteira de pinheiro dessas, daí colocava dois varões, dois pinheiros, duas madeiras lá cumprida em cima, que ficasse no nível assim, você vinha com os bois e rolava as toras toda naquele varão lá. [...] Daí você arrumava com os varões, fazia um monte, vinha um caminhão, carregava aqui, tem um caminhão de reboque, encostava. Carregava a muque, né! Eu cansei de fazer isso. Carregava aquele caminhão a muque.

Autora: O boi puxava a madeira?

Armelindo: puxava do mato, trazia tora de 5 metros de comprimento.

Filha: amarrava em cada ponta?

Armelindo: você colocava um gato, um gato aqui de forquia, assim batia na ponta da tua marreta, você engatava a corrente ali e o boi arrastava. Eu tinha 14 bois que puxava a madeira pra mim.

Filha: o senhor prestava serviço para empresa, o senhor não era registrado na empresa?

Armelindo: era registrado.

Autora: mas mesmo assim usava animal que era do senhor?

Armelindo: era... era empreitada né. [...] Depois que eu passei a ser, como é que se diz, o homem de confiança da firma [...] aí fomos trabalhando, empreitada, empreitada... canseira, canseira.... E tava se saindo bem né, pois gostava de trabalhar, e cortava pinheiro ao dia.

Autora: no estaleiro, não mexia com o estaleiro ainda, só cortava?

Armelindo: não! Cortava e estaleirava, o caminhão vinha e carregava. [...] aí em 1960, eu comecei [...], marcar madeira pra ele, contratar caminhão, trator de esteira, daí já começamos a lidar só com o trator e abrir estrada.

Autora: De que ano começou o trator?

Armelindo: ah! O trator começou com esse negócio, tora, abrir estrada, foi mais ou menos em 68, por aí.

Autora: Foram muitos anos no boi, então?

Armelindo: Não, o boi continuou... Eu vendi meus bois em 83, tava trabalhando direto. [...] Era mais vantagem por os bois que por trator.

Autora: Por quê?

Armelindo: Porque com o boi é mais fácil de arrastar o pinheiro. O trator era para a imbuia, porque imbuia não arrasta fácil. A imbuia você tinha que trazer tábua, botar um estaleiro lá, trazer um trator de esteira pra poder carregar lâmina, porque a imbuia é cheia de nó, de coisa assim, e não tomba fácil né. E não arrasta, porque ela é muito pesada e a estrada era de chão né, e o trator tombava.

Autora: Já o pinheiro, era mais econômico com o boi?

¹⁰⁹ Sr. Armelindo, já citado no capítulo 3.1, é filho de imigrantes italianos da região de Erechim, no Rio Grande do Sul. Veio para Guarapuava aos 12 anos e permaneceu na colônia dos imigrantes italianos, junto com a família. Quando completou dezoito anos foi trabalhar com madeireiras, como empreiteiro, puxando tora com os bois. Poucos anos depois, casou-se e mudou-se para a cidade. Manteve-se no trabalho com madeireiras a vida toda, trabalhou com a família Tomazi, importante família de madeireiros que, além das empresas em Guarapuava, exploravam madeira na região de Pitanga e Londrina, no norte do Paraná. Seu Armelindo era responsável pelo estaleiramento de toras, depois passou a vistoriador e marcador das árvores para corte. Administrou a madeireira da Fazenda São José em Pitanga, quanto ao corte e estaleiramento das toras. Posteriormente, administrou o reflorestamento de *Pinus* na Cachoeira dos Turcos, Município de Turvo-PR. Essa área de 400 alqueires, possuía em torno de 3 milhões de árvores plantadas.

Armélindo: claro! A despesa era menor com o boi. Não gastava nada. Não quebrava! se quebrava um boi, já vendia para o açougue [rss], e o trator, se quebrasse, tinha que mandar arrumar.

Filha: Mas o senhor lembra quando foi que o senhor começou a ouvir falar de trator?

Armélindo: ah! Em 60 já tinha trator... Aqui na Manasa...

Autora: a Manasa¹¹⁰ é antiga?

Filha: é uma das primeiras...

Armélindo: Madeirit¹¹¹ também. [...]

Como pode ser observado na fala do Sr. Armélindo, o processo de extração da madeira utilizou muito tempo na tração animal. Na sua memória, só as empresas grandes, como a Manasa, dispunham de recursos técnicos, como o trator. Além do custo com o equipamento, havia a manutenção, assim, dependendo do porte da empresa, a junta de bois era a forma mais acessível para o trabalho. Segundo ele, também a motosserra só apareceu na região em 1964. Essas dificuldades implicavam no uso da mão-de-obra, pois, tanto o corte, como o transporte envolviam o desconforto da mata, o perigo com acidentes, muita energia física e, ainda, a necessidade de abrir as estradas para o escoamento do produto. Mesmo assim, havia mão-de-obra excedente para o trabalho, tanto de caboclos, quanto de imigrantes. Estes encontravam nas serrarias a frente de trabalho que havia se tornado escassa nas fazendas e/ou na coleta de erva-mate (Quadro 29).

¹¹⁰ A MANASA – Madeireira Nacional S.A. Instalou sua unidade produtiva em Guarapuava em 1940 e manteve a sede em São Paulo, quando ainda era Fundação da Sociedade Madeireira Ltda. Em 1944, transformou-se em Madeireira Sociedade Anônima. Em 1977, adquiriu e incorporou as empresas Indústrias de Madeiras Laranjeiras do Sul Ltda., e Indústria Iguassu de Madeiras Ltda. Em 1979, constituiu a subsidiária integral Manasa Agroflorestral S.A. com a finalidade básica de prestar serviços florestais. Em 1981, participando com 50% do capital total, constituiu a Manasa Morro Verde Florestal S.A., com sede em Guarapuava, empresa destinada a gerir e administrar projetos e empreendimentos florestais de coníferas. Em 1986, iniciou a remodelação das instalações produtivas das unidades de Palmeirinha e do Boqueirão, em Guarapuava, destinadas à produção de madeira serrada e beneficiada. A MANASA é uma das maiores indústrias do ramo madeireiro em Guarapuava. Com o tempo, também foi investindo em outros ramos produtivos na região, como a cultura da maçã. FONTE: [URL://http://www.manasaflorestal.com.br/empresa/historia.html](http://www.manasaflorestal.com.br/empresa/historia.html), acesso em 10.08.2009.

¹¹¹ Indústria Madeirit S.A. foi fundada pelo Engenheiro Ruben de Mello. Iniciou o complexo industrial com 300km². Em 1951, por sua iniciativa são implantados os primeiros reflorestamentos de *Pinus elliotti* na região de Guarapuava, e em 1953, ele funda a indústria. Durante esse tempo, foram implementadas várias experiências, dentre as quais, a substituição da Floresta com Araucárias por exóticas de rápido crescimento (PIRES, 2003).

Quadro 29 – Relações de Trabalho e a Extração da Madeira

[...]

Autora: Tinha mão de obra para cortar essas madeiras na região? Tinha bastante? Quem que era?

Armélindo: o povo assim do lugar.

Autora: Do local?

Armélindo: Em 1964, veio a motosserra. Na época, era assim: dois caboclos, um de um lado, e do outro, e puxava para derrubar a árvore. Daí veio a motosserra, daí com a motosserra, você arrumava gente a vontade, todo mundo queria trabalhar [...], agora o mais triste era descascar .

Autora: descascar?

Armélindo: Tinha pinheiro dessa altura assim, daí o caboclo tinha que fazer assim com o machado para tirar aquela lombada de cima, pra começar a tirar do lado. Tem um caboclo aqui do Jordão, [...] aquele caboclo, era o maior caboclo que eu conheci pra trabalhar pra descascar pinheiro, trabalhou comigo. [...] Tem pinheiro que é assim, tem que fazer o começo, você batia o machado aqui, ele saía metro de casca para lá. Tinha pinheiro que tava grudado, juntava a casca assim, e você ia o dia inteiro para tirar.

Autora: No estaleiro descascava ou não? Ou no mato?

Armélindo: no mato.[...]

Autora: então tinha uma pessoa que era só pra descascar?

Armélindo: só pra descascar.

Autora: Então tinha um que era só para serrar, um para descascar, outro para puxar, outro para o estaleiro e, depois, outro para o caminhão?

Armélindo: depois que puxava, levava para serraria.

Filha: Ficava acampado no mato?

Armélindo: ah! Ficava, ficava até terminar, aí pegava a turma e vinha embora.

Autora: As pessoas eram daqui?

Armélindo: A maioria era daqui.

Autora: E essas pessoas que trabalhavam com o senhor, eram descendentes de imigrantes? Eram caboclos?

Armélindo: tinha caboclo e tinha italiano junto.

Autora: polonês, ucraniano, tinha também?

Armélindo: É. A maioria. Esses “caboclão véio”, esse não tinha responsabilidade. Ía lá tomava uma e se largava aí [rsrs][...] O caboclo quando trabalhava por empreita, saía à hora que queria daí...

Autora: não compensava? Melhor era trabalhar com o imigrante mesmo?

Armélindo: claro.

Autora: e os poloneses?

Armélindo: também eram bons de serviço. Tudo trabalhava de empregado. Tinha polaco lá que não era bom de serviço. Agora, a maioria que tinha aqui, era gente trabalhadora, na foice, no machado, a carreta, enchia...

Autora: Trabalharam na abertura de estrada também?

Armélindo: Sim. Não tinha trator no começo, era só muque. [...] fui tirar uma pedra da estrada e cai em cima do machado [...].

Autora: Tinha que abrir a estrada para poder passar a tora?

Armélindo: Tinha que abrir. [...]

Autora: Ajudaram a fazer as estradas daquele local?

Armélindo: Em muitos lugares.

Autora: A madeireira abriu as estradas?

Armelindo: Não tinha nem as estradas, as madeireiras abriram, daí os colonos chegaram, fizeram a casa, outros estão plantando. A maioria das estradas do Pinhão aqui, a madeireira que fez as estradas, foi a Zattar¹¹². Nós fizemos ali. Eu que tive lá.

Filha: onde tem a chácara?

Armelindo: Fui eu que fiz aquela estrada.

Observa-se, na narrativa do Sr. Armelindo, que a mão-de-obra era formada por diferentes grupos étnicos, colonos e caboclos. Essa mão-de-obra, geralmente, era daquelas pessoas que não encontravam trabalho na agricultura e/ou na extração da erva-mate, ou ainda, que combinavam trabalho temporário na lavoura, com as empreitadas das madeireiras, enquanto a mão-de-obra da extração da madeira não exigia qualificação especializada. Quando algumas indústrias madeireiras passaram ao beneficiamento, atuando tanto em laminadora quanto na transformação da madeira, em papel e celulose, exigiu-se uma nova mão-de-obra e, com isso, novos postos de trabalho na região. Essa mão-de-obra, geralmente, era registrada e o funcionário morava nas vilas das empresas. Conforme expõe o Sr. Antonio Campos¹¹³ (2009),

[...] serviço sempre teve, no caso serrador, serraria, pó de serragem, um afiador, circuleiro e daí pra fora da serraria não tem tanto luxo pra “*grafia*” madeira [...]. Na parte do laminado também precisa ter conhecimento que trabalha na guilhotina tem que ter conhecimento, tem que ter experiência... então não é todo serviço, mas têm aqueles que necessita ter uma pessoa especializada pra trabalhar.

¹¹² A Indústria Madeireira João José Zattar S/A estabeleceu-se no município do Pinhão, na década de 1950, quando a área ainda pertencia a Guarapuava. Explorou amplamente as Florestas com Araucárias, tendo vários conflitos de terras com populações faxinalenses, Faxinal dos Ribeiros. Posseiros que viveram historicamente na região e foram expropriados pela Indústria.

¹¹³ O Sr. Antonio Campos trabalha para a empresa J. Curi, há 46 anos. Seu pai já era empregado da empresa quando ele, aos 13 anos, começou trabalhando na pensão, na fundação da fábrica, no reflorestamento, fazendo divisa de terras, depois em atividades administrativas. Em 1977, assumiu a gerência do escritório, no qual cuidava de todas as atividades da empresa, laminadora, escritório, serraria, reflorestamento, erva-mate. Tudo isso entre 1977 e 1993, quando, em virtude de problemas de saúde, deixou a função da gerência, mas ainda mantém-se vinculado à empresa, prestando os mais variados serviços. Em 2004, a unidade da Boa Esperança, onde trabalhou nos últimos 30 anos fechou e até a vila foi desmanchada. O relato do Sr. Antonio Campos permite identificar a variedade de atividades desenvolvidas pela empresa, instalada em 26.09.1948. O Sr. Elias Curi, proprietário, era de Ponta Grossa e começou as atividades com a serraria, serrando imbuia e pinheiro e depois, em 1970, abriu a laminadora, que antes era no distrito do Guará e depois passou para a Vila Boa Esperança.

Tanto o Sr. Antonio Campos, quanto o Sr. Arival Bitencourt passaram a maior parte de suas vidas nas vilas industriais das empresas em que trabalharam. Segundo eles, as casas, a água, a energia elétrica (quando dispunham) era gratuita; sempre havia um armazém para abastecimento das necessidades básicas de alimentação, campos de futebol, igreja e uma escola (mas que atendia apenas às primeiras séries do ensino fundamental). A vida deles consistia no trabalho no mato, na serraria ou na laminadora, e sua vivência na vila. Quase não se deslocavam para outros locais. Quando havia um problema de saúde, ou necessidade de providenciar um documento, a empresa levava até a cidade (Guarapuava).

Antes da pavimentação da Rodovia BR 277, em dias de chuva, o traslado para ambas as vilas, Paz e Boa Esperança, chegava a levar um dia inteiro. O ritmo da vida, portanto, era entoado pelo ritmo da serraria, do trabalho. Quando havia muito trabalho, faziam horas-extras, que retiravam em horas de folga no final de semana. O entretenimento era o futebol, ou alguma festa promovida por moradores. Entretanto, essas festas, por vezes, eram proibidas pela empresa, em virtude de brigas, que quase sempre resultavam em mortes. Segundo o Sr. Arival Bitencourt:

[...] se desse briga, ficava um, dois mortos, na foice, facão, até machado! Depois tudo andava armado. Não tinha esse negócio. Era bom, porque um respeitava o outro, né. Tudo andava armado e qualquer coisa, morria o peão mesmo! Agora não, ninguém anda armado, porque não dá. Briga no braço, mas mesmo assim morre peão, né [...].

Com uma vida tão limitada ao trabalho e ao espaço geométrico da serraria, era comum entre os trabalhadores, principalmente os homens, o consumo de álcool. Até mesmo nos torneios de futebol, único lazer que dispunham, havia o controle da firma, em virtude dos conflitos. Segundo os entrevistados, quem estabelecia os códigos de conduta, dentro da vila, era a empresa; poucas vezes a polícia aparecia para resolver alguma coisa. Se, para os homens, o lazer era limitado, para as mulheres, então, restavam apenas as visitas no fim de tarde para a “roda de chimarrão”. Essa convivência da vida privada, entremeada com o cotidiano da fábrica, criava entre as pessoas vínculos afetivos e um apego à própria serraria. O relato da esposa do Sr. Antonio Campos exemplifica bem esses sentimentos

Tinha bastante casa e de primeiro era bonito, era movimentado, tinha festa na igreja, né, saía festa na igreja todos os anos, tinha campo de futebol, tinha torneio. Nossa, de primeiro era animado. [...] E agora desanimou tudo. Nem as casa não tem¹¹⁴.

3.2.2. Compra e venda dos pinheirais e os conflitos de terra

Como mencionamos anteriormente, boa parte dos madeireiros veio de outras regiões do próprio Paraná, região sul do Brasil, e/ou de outras localidades do país, tendo, portanto, que negociar a madeira com os fazendeiros locais, que dispunham de imensas reservas florestais. Os mais capitalizados, conforme foram percebendo a escassez da matéria-prima, adquiriram terras e/ou reflorestaram-nas com exóticas, para exploração futura. Os demais negociavam o “pinheiro-em-pé”, através de contrato. Conforme a matéria-prima se esgotava, ora migravam em busca de novas fontes, principalmente para o Mato Grosso, ora mudavam de ramo; outros até faliam (LUZ, 1980).

Algumas empresas reservavam sua área florestal e compravam de terceiros a matéria-prima para industrializá-la, como é o caso da Madeireira Elias J. Curi, Indústria e Comércio S/A, relatado pelo Sr. Antonio Campos (Quadro 30).

Quadro 30 - Compra e Venda de Pinheiros

[...]

Autora: Tinha muito pinheiro na região?

Antonio Campos: ah! Aqui tinha em toda volta pinheiro grande aqui. A firma mesmo tinha pinheiro que... Assim... Aqui pro lado do Faxinal dos Elias tinha uns 9.500 hectares, que nós medimos por último, ali era coberto de pinheiro. Só que esse pinheiro não extraímos aqui pra indústria aqui, foram vendidos... **A firma aqui, não extraiu pinheiro pra industrializar aqui, sempre comprava, preferia comprar do que mexer no mato próprio deles**¹¹⁵. (Grifo nosso)

Autora: ah! O deles ficaram?

¹¹⁴ A esposa do Sr. Antonio Campo participou da entrevista com o marido.

¹¹⁵ Como podemos observar no relato do Sr. Antonio Campos, a empresa Elias J. Curi, priorizava a compra de matéria-prima de outras localidades, reservando a área florestal de sua fazenda. Além disso, também realizava reflorestamento. A preservação da área foi importante para garantir, além dos remanescentes de Araucárias, o abastecimento de água da cidade. Isso porque a propriedade Elias J. Curi é a maior propriedade à montante da Bacia do Rio das Pedras, manancial de abastecimento urbano de Guarapuava. Além disso, com a criação da APA – Área de Proteção Ambiental, em 1981, 77,43% da área total da propriedade (GARDIM, 2004).

Antonio Campos: o deles ficaram. E daí esse tal de C. [Ele se refere ao novo administrador da empresa], que entrou aí em 93, ele vendeu tudo, não teve dó de nada!

Autora: A empresa então comprava de outros localidades?

Antonio Campos: o pinheiro era liberado... Hoje não se pode cortar uma árvore nativa mais, né?! De forma nenhuma, né. Naquela época era liberado pro corte tudo, o IBAMA liberava. Trabalhava muito com folhosa também pra laminar e comprava de diversos lugar, né! Então era de Chopinzinho, Santa Maria do Oeste, Pinhão, lá de Inácio Martins, compramos muita madeira desse lado pra cá e sempre reservando o que era da empresa.

Autora: Comprava o pinheiro, mas não a terra? Como era isso?

Antonio Campos: Isso aí! Dependia do tipo do dono, porque o dono que ia vender, às vezes, comprava avulso o pinheiro. Chegava, às vezes, eu quero tanto por esse pinhão aqui! dali fazia. Se achava o preço, comprava. Madeira folhosa comprava também. Às vezes, o dono queria vender por metro cúbico, cortava a madeira no mato e vendia e pagava por metro cúbico de madeira, carregava o caminhão, aquilo era feito e acertava por ali, com nota fiscal, tudo né...

Autora: E, por exemplo, a empresa comprava o pinheiro e se acontecesse do dono da terra morrer ou coisa assim, e o pinheiro não ter tirado ainda, acontecia isso ou não?

Antonio Campos: É feito por contrato, né, tinha contrato, com escritura. Naquela época ninguém queria vender a terra, né! E, depois, se ela te vende às terras, queriam te cobrar, a metade que seria cortada, teria que pagar em terra, metade do negócio tinha que ser empatado em terra...

Ainda sobre a compra do pinheiro, o Sr. Armelindo Alberti esclareceu que tinha contratos que eram feitos para 20 anos de exploração da madeira, entre elas, o pinheiro, imbuia, canela. Caso o proprietário falecesse, valia o prazo do contrato. Encerrado o tempo, se a empresa ainda não havia explorado as madeiras, aí sim retornava para a família. Segundo ele, não havia interesse em comprar as terras, observando o relato acima é possível identificar que não havia por parte dos madeireiros a reposição do que plantavam, por isso, adquirir as terras não era negócio interessante para eles.

Contudo, nem sempre o processo era tão harmonioso. Numa entrevista citada por Turra Neto (2008), em sua pesquisa de doutorado, uma ex-proprietária de terras de Guarapuava afirmou que, quando não havia interesse de venda dos pinheiros pelos donos de terras, alguns madeireiros, “falsificavam” documentos ou ludibriavam as pessoas, forçando a venda dos pinheiros. Na entrevista, ela manteve sua identidade preservada e também a das pessoas que exploraram seus pinheirais, por se tratar de pessoas, segundo ela, de muito poder político na cidade e região. Esse fato não aconteceu só com ela, mas com outras pessoas, conforme seu relato no quadro 31:

Quadro 31 - Venda Forçada dos Pinheiros

Entrevistada - Depois por último, que ainda tinha a terra, aquele pinhal [...] os C., foram cortar. Vieram de Porto Alegre, Rio Grande, vieram comprar pinheiro pra montar serraria. Daí queriam comprar o meu pinhal. E eu falei: “não, não vendo, vou deixar pra filhas”. “Ah, mais um dia a senhora vai nos vender, a senhora não quer nos vender...”. [...]. E não a de ver que eles me passaram à conversa; [...]. Ai disseram: “a senhora pode – não vendi os pinheiros pra eles – **mas a senhora pode passar uns documentos pra nós, pra nós tirar essa terra lá no norte?**” **Que naquela época tava cortando terras do governo sabe pra quem quisesse lá ia fazer, fazia essas coisas.** Daí eu disse: “bom; eu é que não queria, eu é que não vou fazer, eu não conheço essa gente, não sei”. Mas meu pai também confiava em todas as pessoas e: “minha filha esses são gente boa, eles vieram montar uma serraria aqui pra nós”. E nós querendo levantar o lugar, que era um sertão, mato. Aí: “vamos assinar”. O pai assinou e eu assinei. Desisti tudo o que eu tinha pra eles. Pra encurtar bem e não ser muito comprida a conversa eu recebi... (grifo nosso)

Filha - A terra. O pinhal eles ficaram...

Entrevistada - Eu recebi a terra...

Filha - Pelo o que eu sei eles pegaram o número do marco do terreno, foram pra Curitiba e registraram no nome deles e vieram e cortaram todo o pinhal...

Entrevistada - Não foi só pra mim que eles fizeram. Eles fizeram pra todas as viúvas, todas as viúvas lá da...

Filha - Cortaram o pinhal e daí devolveram a terra...

Entrevistada - Me deram quatro mil naquela época. O que era quatro mil? Graças a Deus, deu pra comprar uma casa pra cada uma das filhas, uma casinha de gente humilde, mas temos casa...

Nécio - Então essas serrarias chegavam aqui enganavam as pessoas do lugar, tiravam os pinheiros...

Entrevistada - Tiravam os pinheiros...

Filha - Só devolviam as terras. Eles iam em Curitiba, não sei como que eles pegavam, eles iam no próprio local da terra, que eram demarcadas as terras por um número. Eles pegavam aquele número, iam pra Curitiba, pegavam a documentação como se, no caso, a mãe tivesse vendido pra eles. Daí chegavam e... não tinha como dizer: “não, não vão cortar, esse pinhal é meu”. Eu lembro, eu era pequena, mas eu lembro que a mãe brigava assim de peito aberto em cima deles, e eles eram pessoas esclarecidas, falavam muito bem e a gente tinha medo. Eu devia ter uns seis anos e eu lembro que a mãe brigava muito com o Sr. M. C. e o Sr. M. assim “D....a senhora vai me dar esse pinhal, a senhora não quer me vender, a senhora vai me dar esse pinhal”. [...] E foi o que aconteceu, ele foi pra Curitiba... [...] Trouxe o número do marco certinho e disse “olha D. ---, o pinhal é meu, não adianta a senhora dizer que não, porque agora ta aqui a documentação óh, a Senhora ta vendo aqui – M. J. S. – ta aqui é meu”. E cortou todo pinhal e... nossa!. Eu lembro, era muito pinheiro...

[...]

Fonte: TURRA NETO, N. (2008). Alguns trechos da seqüência da entrevista foram excluídos por essa autora.

Conforme esse relato e a pesquisa de Luz (1980), os madeireiros eram de outras localidades (Tabela 09), vinham de uma tradição de exploração da madeira. Na maior parte, com um caráter nômade, permanecendo na terra enquanto havia os recursos e, assim que esses eram esgotados, dirigiam-se em busca de

novas fontes. Por isso, não tinham interesse em adquirir as terras e criar vínculos ao local.

Outra informação, que nos chama atenção, nessa entrevista realizada por Turra Neto (2008), diz respeito ao argumento dos madeireiros para adquirirem os documentos da proprietária, quanto à aquisição de terras devolutas no norte do Estado. Durante o Governo Moisés Lupion (1947-1951 e 1956-1961), as terras devolutas do Paraná foram distribuídas a diferentes requerentes, sem que houvesse, por parte do Departamento de Geografia, Terras e Colonização, do governo do Estado, critérios claros para essa liberação. No norte do Paraná, essa iniciativa do governo Estadual culminou com a guerra de Porecatu, com inúmeros problemas relacionados à grilagem naquela região e, no oeste, ocorreram outros conflitos, envolvendo imigrantes e companhias colonizadoras¹¹⁶.

Em Guarapuava, nesse mesmo contexto, a Indústria Madeireira João José Zattar S/A também adquiriu grande área florestada de araucárias para exploração. Contudo, ao doar as terras para a empresa, o governo ignorou a grande quantidade de posseiros que viviam na região em sistema faxinal¹¹⁷, como narra o Sr. Hamilton José da Silva¹¹⁸ (Quadro 32).

¹¹⁶ Dentre os conflitos, a Revolta dos Posseiros no Sudoeste ficou para a história. Lupion, acusado de integrar a empresa colonizadora, Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (Citla), foi obrigado a retirar o apoio às empresas, para não perder o governo. O conflito culminou em interferência Federal, que deu ganho aos posseiros (PEGORARO, 2008).

¹¹⁷ O Sistema Faxinal é uma organização social, que se caracteriza pela divisão entre “terras de criar” e “terras de plantar”. As áreas de criar são espaços de uso coletivo, onde os animais retiram o alimento das florestas e onde os agricultores coletam a erva-mate e retiram a madeira para sua subsistência, por isso, a residência permanece nesse espaço. Os animais passam o dia no Faxinal, ou seja, no espaço coletivo e, à tarde, recebem o alimento complementar no quintal da residência. As terras de plantar são os espaços individuais, onde se desenvolve a agricultura de subsistência. No sistema também há pessoas que não possuem terra, mas vivem no Faxinal e, mesmo assim, podem criar seus animais (CHANG, 1988).

¹¹⁸ Sr. Hamilton José da Silva é membro da coordenação executiva, da Rede de Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses. Nasceu e foi criado no ambiente dos Faxinais dos Ribeiros no atual Município do Pinhão. Com a apropriação das áreas dos faxinais pela Indústria Madeireira João José Zattar S/A, a área do Faxinal foi tornando-se restrita. Posteriormente, a empresa foi vendendo parte das terras para agricultores comerciais, alheios ao sistema faxinal, colaborando para a desintegração do sistema. Com a venda das terras, aquelas famílias, que não dispunham do título das propriedades nos faxinais, assim como seu Hamilton, foram expropriadas. Desde 2005, alguns membros da comunidade se organizam na Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses e lutam pela (re) conquista dos seus territórios.

Quadro 32 - Madeireira em Área de Faxinais

[...]

Hamilton: [...] O caso de Pinhão é muito triste! Quando... o governador Lupion, Moisés Lupion, da década de 50, entregou todas as áreas devolutas. As terras devolutas que eram as nossas! Que são as terras que nós estávamos em cima, e entregou pra madeireira Zatar, em concessão.[...]. E aí, eles ficaram de 50 até 1970 fazendo tudo que tinha que fazer no cartório pra esquentar essa documentação e ser dono legalmente dessas áreas. E conseguiram. Quando eles fizeram isso, eles chegaram em nós, dizendo que aquilo era tudo deles e que nós estávamos impedidos de ter... De continuar nossa vivência daquela forma, nas áreas de Faxinal. Pra ficar, tem que assinar contrato com nós, senão vocês não ficam. E aí, tinha que assinar contrato! E aí... Bom! Daí eles privatizaram tudo que era comum. Ai eles proibiram um monte de animais que nós tínhamos, que não dava pra ter mais... Se nós quiséssemos ter o gado, tem que pagar aluguel. Os equinos é proibido manter! O gado nós tínhamos que pagar aluguel! Os outros animais menores esses ainda dá pra ter. Até que... Ai entrou uma outra, daí a madeireira passou a derrubar toda essa floresta. **A imbuia que oferecia muita fruta pros animais, eles cortaram tudo, e a araucária, pinheiro que também oferecia muito pinhão, tanto pra alimentação nossa, como pros animais, engordavam...** Eles detonaram tudo, cortavam tudo, porque disseram que era deles, né! E na verdade, legalmente eles têm matrícula mesmo, eles sabem como que aconteceu, mas têm! De uma concessão de uso, virou matrícula mais tarde. (grifo nosso)

Autora: Porque era uma terra devoluta? E era de direito de vocês pela posse?

Hamilton: Devoluta. Ocupado. Exatamente, era ocupado por nós. Isso vinha lá do início, dos indígenas, das sesmarias. Vinha lá de trás esse tipo de vivência.

Autora: De geração em geração?

Hamilton: Exatamente professora. E aí, bom! O que aconteceu? Quando nós perdemos o espaço, a terra perdemos a floresta e perdemos o direito de ter os animais. Tinha que pagar o aluguel, outros nem pode ter, e aí o que aconteceu... a detonação da madeireira na floresta, principal na imbuia e no pinheiro, isso causou assim... As três coisas muito agravantes pra nós desenvolvermos nossa cultura, muito agravante mesmo! Eu às vezes me emociono e choro quando eu lembro disso aí! Porque isso eu vivi, isso ainda eu vivi. É assim óh... do ponto de vista econômico foi um desastre! Um empobrecimento total, em nós e em nossas famílias, porque tirou a forma de nós fazermos a nossa renda, conforme o nosso costume. Uma devastação da natureza enorme, aquilo que nós preservamos a vida inteira, porque é interessante essa preservação pra nossa vida, eles detonaram tudo! Isso é outro agravante. **E um êxodo, das famílias e da juventude... Eles foram pras periferias da cidade.** Essas três coisas foi o resultado dessa situação. Bom, aí nós não tínhamos a quem recorrer. Quando nós recorriamos às autoridades, eles tinham o título da terra, porque eles esquentaram tudo. E quem tinha, dentre nós, quem tinha uma arezinha pequena, que era tudo em comum é... Aí como nós também nunca fomos vistos pelo poder público, federal, estadual, municipal, nunca houve política pública pra nós, aí já viu?! Ficamos desamparados totalmente. E aí, quem pode se salvar por conta, tentou se salvar por conta e aqueles que tinham pouca terra foram. Bom! Agora eu tenho que me salvar né, já não posso... Quem dependia um do outro, com isso aí, aquelas que tinham um poderzinho mais... aquisitivo né, tentaram se salvar por conta e aí a maioria ficou jogado né, e aí, houve a destruição da natureza! Araucária! E aí a Imbuia! É... Imbuia! tá quase em extinção no Pinhão. E o pinheiro?! Porque tem dois tipo de pinheiro, professora: O pinheiro gigante, que eu conheci, assim nos faxinais, que os galhos de um encontravam no outro, de tanto que tinha e, por baixo, tinha os pinheiros menores, que ta hoje muito pouco né! Que são os pinheiros gaieiros que nós chamamos. Ai eles começaram pelo gigantão, cortando tudo! E aí hoje já... Os gaieiros já têm muito pouco!

Autora: E depois da lei de preservação?

Hamilton: Não, a lei nunca puniu eles. Nunca puniu. Nunca pararam de cortar madeira. Pararam agora, depois que nós reagimos. Foi alí por..., é no município de Pinhão no ano de..., anos 90 ali houve uma reação... Uma organização, pra reagir, pra resistir. Porque daí

eles tiraram o nosso costume, nosso modo de vida, a nossa renda daí, por fim queria tirar nós das terras. Queria tirar nós das terras, porque daí não assinamos mais contratos, que antes o povo assinava e daí assinava, e não tinha mais direito nenhum mais sobre a área, era só pra morar, não era pra desenvolver atividade nenhuma. E aí, agravou muito mais a situação. E aí, houve uma reação, uma resistência organizada, pra não assinar mais o dito contrato. Isso gerou um conflito muito grande, sangrento inclusive em Pinhão, isso aí a senhora deve ter visto falar, né...

Autora: Sim.

Hamilton: E aí a partir dessa organização, eles pararam assim... Uma parte das terras, as famílias dominaram de novo, mas já muito devastado assim, sem as florestas, sem pinheiro, sem imbuia, as águas diminuíram, muito pouca área e a maioria do povo teve que sair. E as que resistiram ficaram lá assim... claro que daí as terras estão documentadas no nome deles, fomos pra cima dos órgãos, responsáveis do poder público, o INCRA, por exemplo. Aí o INCRA não desapropria porque tem uma série de leis, que impedem a desapropriação da área. Muito menos área que ainda tem um pouco de mata que nem a nossa. O que tem lá, o que sobrou é porque nós estamos lá, senão também não sobrava nada. Ai junto, pra agravar mais a situação, além da madeireira, começou a entrar a soja, a destoca. Entrou a destoca, a soja, os venenos, a máquina, detonando os faxinais... e muitos lugares... E ai foi pior, porque aquela resistência que ainda dava pra retomar, quando nós reatamos um pouco... Através da nossa organização e resistência, nós dominamos algumas áreas, mas daí entrou algumas lavouras no meio, impedindo de nós termos o rebanho solto, desenvolver o criame de animais novamente em comum, porque vieram muita gente do Rio Grande do Sul, com maquinário, com uma outra cultura e estabeleceu no meio dos nossos faxinais, no meio dos criadores, lavouras de soja, de milho, com alta tecnologia...

Autora: Como que as lavouras impedem que o outro sistema funcione? Como que ela desarticula o sistema? Por que para o sistema funcionar ele precisa de espaço? É isso? Por quê?

Hamilton: A lavoura porque é assim... Daí os animais soltos iam comer a lavoura. Porque a lavoura foi implantada no meio do Faxinal. E aí a lavoura era com quatro fio de arame, então os animais iam à lavoura, e aí nós procurávamos a lei, e nós não tinha força..., a lavoura é que tinha força.

Autora: Certo.

Hamilton: Aí isso pra arrematar sabe, pra acabar de vez.

Como se percebe, no relato do Sr. Hamilton, o Sistema Faxinal foi passado de geração em geração e muitas dessas pessoas não possuem o título da terra, portanto, são posseiros. O Sistema estruturou-se socialmente na região sendo, para algumas famílias, a única possibilidade de permanência no campo. Contudo, com a entrada das madeireiras e a agricultura moderna, ele começou a desestruturar-se e os poucos que ainda sobreviveram mantêm apenas uma ou outra atividade.

Ao retirar as possibilidades de reprodução do sistema Faxinal, a nova ordem produtiva ampliou os problemas sociais na região e, também, aniquilou uma forma singular de relação entre sociedade e natureza, um modo de se relacionar com a terra, realizado por caboclos, desde o século XIX e que também foi adotado,

com adaptações, pelos colonos eslavos¹¹⁹, poloneses e ucranianos, no final do mesmo século.

Para Cecília Hauresko¹²⁰, havia uma simbiose entre as populações faxinalenses e as áreas de matas, caboclos e/ou eslavos. Esses últimos, em função das condições da época, também adotaram o sistema, mudando apenas a forma de administrar as áreas de plantar e de criar. Enquanto os caboclos cercavam a lavoura e deixavam os animais soltos na mata, os colonos faziam o inverso. Houve, nesse caso, uma integração dos imigrantes europeus eslavos ao sistema caboclo, adaptando o sistema em função dos conhecimentos técnicos que dispunham. A manutenção do sistema, contudo, exigia de uma relação integrada com o ambiente natural. Ao questionarmos as particularidades do sistema Faxinal, Hauresko explica todo o processo:

As comunidades faxinalenses se formaram a partir de unidades familiares, com certa autonomia e, em grande medida, eram auto-suficientes e pouco dependentes da economia urbana, porque se tratava de uma organização social que visava, primeiramente, a satisfação das necessidades familiares. O fato dos faxinalenses trabalharem com a agricultura e o extrativismo da erva-mate conferiu a este grupo um modo de vida especial, que reflete uma ligação de dependência entre terra e mata. A agricultura extensiva era praticada nas áreas de mata, que não tinham valor comercial, e por isso os faxinalenses, à maneira indígena, derrubavam esta mata, queimavam e produziam o seu alimento. Enquanto com a relação às matas dos faxinais, rica em pinheiros e erva-mate, mata esta de alto valor comercial, foram mantidas. Além do aproveitamento da madeira e da coleta da erva-mate, para o consumo e a venda, os faxinalenses buscaram otimizar, ainda mais, o aproveitamento das áreas de faxinais, transformando-as em criadouro comunitário. Assim, seus animais, dada a riqueza de pastos (grama nativa) e frutos que poderiam servir de alimento para seus animais (como o pinhão e a guabiroba), não necessitariam da alimentação complementar, com exceção do sal que era oferecido a eles, à moda dos caboclos da região. Com a chegada dos colonos europeus, aconteceu, então, o cercamento do criadouro comunitário e as terras de lavoura ficaram livres. O sistema do colono contraria o sistema caboclo, que fazia o inverso, cercava a lavoura e deixava os animais soltos.

¹¹⁹ As populações tradicionais faxinalenses estão dispersas nas poucas áreas de remanescentes de araucárias, no segundo e terceiro planaltos paraenses, sendo Prudentópolis, um dos municípios que mantém o maior número de comunidades faxinalenses, descendentes de eslavos.

¹²⁰ Cecília Hauresko é professora de Geografia da UNICENTRO e pesquisadora do Sistema Faxinal. Atualmente, está desenvolvendo sua tese sobre o sistema, discutindo os processos de transformações no campo e suas repercussões na organização dos faxinais e cedeu entrevista a autora em 08/05/2009.

Também esclarece que:

Houve diferentes formas de apropriação das matas da região dos faxinais até chegarmos a este desenho que temos hoje, ou seja, esta forma mais nítida de ocupação do solo nesta região, com as comunidades faxinalenses, formadas não somente por europeus, mas que revelam uma soma de práticas de diversos grupos humanos, que exploraram esta região. Cada grupo desses, ervateiros, fazendeiros (tropeiros) agregados, caboclos, indígenas e os colonos europeus, de uma forma ou de outra, exploraram os mesmos recursos, com fins específicos, uns em menor escala e quantidade e outros em maiores. Porém, todos estavam envolvidos neste comércio, do agricultor de subsistência aos senhores ervateiros e pecuaristas, os quais em épocas de entressafra lidavam em outras atividades como a pecuária e a suinocultura. Os ciclos econômicos que formaram a base da economia da região receberam destaque, em períodos de enfraquecimento dos outros, porém, os enfraquecidos continuaram com suas atividades e, obviamente, continuam até hoje, de forma muito diferentes, mas continua, principalmente, a extração da erva-mate.

Ela acredita que as matas remanescentes, são respostas do próprio sistema, isso porque, segundo ela, a mata que temos hoje é recomposta, a partir da formação do criadouro, pois, onde ele não existe, as matas foram transformadas em lavouras. Outra hipótese que colabora com essa crença está relacionada ao valor econômico da erva-mate e, com ele, a sua preservação. Buscava-se explorar a madeira, deixando aquelas ao entorno da erva-mate, como forma de protegê-la. E, quanto aos conflitos de terra que envolvem os faxinais, Hauresko afirma:

Algumas comunidades faxinalenses foram formadas após 1850, quando as terras passaram a ser vendidas. (lei de terras). Diante disso, os caboclos que habitavam estas regiões foram vendendo parcelas de terras para os colonos. Os grandes e médios proprietários se apoderaram das terras devolutas, com títulos facilitados pelas autoridades estatais. Como nos mostra o histórico dos pequenos proprietários, que sobreviveram trabalhando em pequenas áreas de terras. Não foi diferente com os faxinalenses, cuja maioria é formada por pequenos proprietários, com áreas de no máximo 20 ha. Os faxinalenses médios e grandes forçaram a desagregação das comunidades faxinalenses, a partir do momento em que a agricultura é estimulada, via meios modernos.

Portanto, com a atuação das madeireiras, num primeiro momento, e da agricultura moderna, posteriormente, houve a desintegração do Faxinal dos

Ribeiros, assim como de outros na região, justamente porque, para o sistema funcionar é necessário um conjunto de elementos que não se articulam com essa nova forma produtiva. Primeiro, a não existência da mata, nem de um espaço suficiente para que a criação coletiva aconteça. Segundo, a falta de subsídios e a pressão capitalista sobre os agricultores. Aqueles que buscam permanecer no sistema, são obrigados a conviver com os conflitos e com os proprietários ao entorno, que produzem sob outra lógica, isso porque, os animais, ao estarem soltos na mata, invadem a propriedade do outro [não faxinalense] e, muitas vezes, causam prejuízo à lavoura. Além disso, a pressão do mercado sobre as terras é grande e o faxinalense descapitalizado, não vendo alternativas de subsistência, acaba cedendo e vendendo as terras. Aqueles que permanecem são, geralmente, os mais velhos, pois os jovens, pela ausência de opções, buscam a cidade, fato que, muitas vezes, leva à venda definitiva da propriedade. Sr. Hamilton exemplifica esse processo de desintegração do Sistema do Faxinal dos Ribeiros, no Quadro 33.

Quadro 33 - A Redução do Território e a Desagregação do Sistema

[...]

Autora: Certo. Essa área foi perdida no caso? Em função dessas mudanças?

Hamilton: Não, porque uns dessa área de plantar, uns tinham uma área com documentos outros não. Os que não tinham alugavam. Não eram todos que tinham terra, mesmo no Faxinal como de área de plantar. Só que, no faxinal, quem não tinha terra não era proibido de ter os animais. Tinha animais do mesmo jeito¹²¹. Agora a terra de plantar, aí tinha que alugar se ele não tivesse, mas sempre tinha, né! Então, a área de plantar, ainda existe! A chamada área de roça de toco né, capoeira. Mas, quando o povo de outra cultura veio, pra dentro dos faxinais, porque adquiriu área... Porque daí as madeiras começou a vender área pra gaúcho... Eu não tenho nada contra! Assim, nem preconceito, nenhum com as pessoas, ou raça, ou sujeito de outro Estado, mas ele vem, com uma outra cultura, às vezes enganado sem culpa, e vem plantar a cultura dele, sem saber que está prejudicando centenas de famílias, como aconteceu.

Autora: Dava confusão por conta dos animais?

Hamilton: Claro! Porque foi feita a lavoura no meio do criadouro nosso. No meio do criador... E aí o que aconteceu? As famílias... Os donos, começaram a matar os nossos animais. Matar, e matar, e matar em quantia! E aí, às vezes, os animais ficavam mortos e de um ponto em diante começavam matar e usar. Matar e recolher. E aí, nós começamos a procurar nossos direitos e não tinha. Diziam pra nós, a planta tem força e vocês não tem força. Aí não tinha a quem recorrer, já não existia política pública nenhuma pra nós, tava vivendo porque a floresta oferecia condições de viver...

Autora: Que período é esse?

Hamilton: Até... 70 pra frente começou já, os contratos, a dominação, a toma das terras, toma das nossas... começou em 70. E aí veio até... continua, continua. Porque daí, nós

¹²¹ Segundo Nerone (2000), no sistema faxinal há aqueles que não possuem terra, mas moram na área do sistema. Estes podem utilizar do espaço para criação dos animais, mas lhe são proibidos o uso da terra para plantar, a menos que seja arrendada, e a coleta da erva-mate.

pegamos os faxinais de Pinhão, eles estão tudo dessa forma, sabe?! Por que daí entrou as lavouras, as madeiras, tirou a terra, tirou o território e aí vendeu pra gente de outra cultura, entrou a soja, entrou a lavoura mecanizada, entrou a máquina [...]

Autora :Vocês ficaram acuados no espaço?

Hamilton: Acabou, não temos mais territórios. Tiraram nossas terras! E nosso território! E tiraram nosso jeito de viver! Isso gerou empobrecimento, êxodo rural e na devastação da natureza. Envenenamento das águas, envenenamento de tudo, sabe?!

Segundo Sr. Hamilton, nem mesmo a coleta de erva-mate foi possível manter. Na região do Faxinal há muitos ervais, no entanto, boa parte das propriedades foi vendida para pessoas alheias ao sistema, e isso ajudou a complicar o processo. Ao comprar a propriedade, o novo agricultor não se integra às atividades da comunidade faxinalense, ao contrário, impõe um novo ritmo e, com isso, acaba gerando problemas entre vizinhos.

Com a redução das áreas e a entrada de novos grupos sociais, as populações faxinalenses perderam sua auto-suficiência. Segundo seu Hamilton, antes das transformações econômicas na região, eles conseguiam plantar para a subsistência e comercializavam o excedente da criação, principalmente de suínos, com a venda da carne e da banha. Tinham pouco gado, que era para a produção de leite, mas era o suficiente para produzir o queijo para o consumo e, às vezes, para a venda. Com a desagregação do sistema, eles perderam as condições de subsistência e também, as tradições culturais, como o puxirão, as rezas e as festas (Quadro 34).

Quadro 34: Perda da Terra e das Tradições Culturais

[...]

Autora: Como é o puxirão?

Hamilton: Puxirão é assim, quando a gente quer fazer um serviço que vai durar 20 dias, a gente reunir o povo e faz num dia só. O que eu ia fazer sozinho, em 20 dias ou 30 dias, a gente faz em um dia. A gente chamava o povo pra um puxirão de roçada, pra fazer a roça e a roça saía num dia. Aí em troca disso, a noite, tinha um grande baile familiar. Isso nas casas mesmo. Nessa época, todo mundo tinha uma sala bem grande, porque era tradição fazer baile, tanto baile assim de família, não do puxirão. Os vizinhos se reuniam né, único divertimento que tinha na época, não tinha outros. Então, se reuniam... o artista era dali mesmo, que tocava o baile, o sanfoneiro era dali mesmo, e então todas as casas tinha cozinha e um grande salão, uma grande sala. Sempre saía muito baile. E o puxirão era assim: daí roçava ou carpia, durante o dia, e a noite ia pro baile, todo mundo dançava o bailão assim, familiar. Era o puxirão. Aí tinha o auxílio, era o mesmo puxirão, mas sem baile. Uma família tava com dificuldade em casa, tava doente, tava passando da época de

fazer a roça, passando a época de fazer o serviço, porque às vezes tem o serviço que tem a época certa, não pode passar, mas tá com uma dificuldade, às vezes.. Então! Se reunia os vizinhos mais próximos os compadres, os parentes mais próximos, e fazia o auxílio. Dava lá um dia de serviço, várias pessoas... Resolvia o problema, mas esse não tinha baile, porque o baile tinha um custo, sempre tinha um custo. O puxirão sim. Ai tinha dança de São Gonçalo, que era muito... Muito... Eu participei de muito, tinha a dança de São Gonçalo, a festa de São João, as festas juninas, que fazia a festa de dia, e a noite fazia São Gonçalo junto, a queima da fogueira, tinha muito isso, é... Tinha as festas do divino! Tinha a festa do São João! As festas... Deixa eu lembrar aqui?! Do São Pedro! E assim, nas casa, as reza, erguida de mastro, não sei se a senhora conhece mastro? Tinha a erguida do mastro, com procissão, era muito linda, a fé do povo era imensa sabe, nessas festas, era tudo o povo do lugar. E não tinha finalidade lucrativa nenhuma dessas festas, era por devoção mesmo.

Autora: E hoje, não consegue mais fazer?

Hamilton: Não! Isso se perdeu! Lá uma comunidade, lá no Faxinal... que outro... em Pinhão, ainda tem umas comunidades faxinalenses que ainda fazem São Gonçalo, fazem as rezas de santo... Puxirão meio que se perdeu. Porque daí o que, que acontece?! Entrou essa coisa do individualismo... O capital é assim ó. O individualismo ele tá... é um braço direito do lucro individual! Lucro, aí... começaram a transformar, intervir no puxirão, coisa assim pra fazer dinheiro né!. Venda, começou a aparecer venda privada de uma pessoa, que queria levar uns troquinho lá! Nas festas, né! Tanto nas festas e começou... Aí já começou a vender bebida alcoólica, começou a dar encrenca, o povo foi largando, ai as outras religiões foram entrando, foi dando esses conflitos. As rezas têm! Muito pouco, São Gonçalo tem muito pouco, e os puxirão têm muito pouco também.

Com as perdas e ausência de apoio do Estado, os faxinalenses, pertencentes ao grupo do Sr. Hamilton, estão se organizando através de um movimento social denominado Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses do Paraná, iniciado em 2005. Esse movimento busca resgatar as tradições nos faxinais, assim como o apoio político e jurídico, para reativar as terras que perderam, no processo de grilagem da região. Como a comunidade Invernada Paiol de Telha – Fundão, esse movimento se apóia na Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216¹²², que resguarda o direito à manifestação da cultura popular, o que inclui

¹²² CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Seção II

DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

seus costumes e tradições. Esses grupos discordam da posição do Estado, quanto ao fato que os faxinais estão desaparecendo e buscam, não só a posse da terra, mas condições e subsídios para sua manutenção no campo.

Os casos supracitados são apenas exemplos de conflitos oriundos da expansão das serrarias, do desmatamento e da modernização da agricultura na região de Guarapuava. Atualmente, o cenário envolve, além desses, outros conflitos, não só sobre a posse da terra, mas também sobre a presença das áreas de proteção ambiental. Depois de longos anos atuando na exploração de madeira no município e região, algumas madeiras se foram, outras se industrializaram e permaneceram na região, mantendo ainda sua importância para economia local. Deixaram alguns bônus, como o incremento de vias de comunicação, mas, os ônus, como veremos na sequência, são muito maiores.

3.2.3. As ameaças contemporâneas sobre os remanescentes de floresta com araucárias angustifolia

Luz (1980) realizou um estudo econômico sobre as madeiras que atuaram em Guarapuava entre 1915 a 1974, período no qual houve a intensa exploração da mata nativa na região. Essa pesquisa apontou dados que podem nos ajudar a visualizar o número de estabelecimentos e suas atividades naquele momento histórico. As primeiras unidades madeiras, predominantemente serrarias, aparecem em Guarapuava a partir de 1935. Num intervalo de 10 anos, estabelecem-se, no município, 30 unidades e, no final de 1974, já somam 356 empresas, no ramo das serrarias, beneficiamento, escritório e depósito.

Após 1974, a exploração continuou em menor escala. Primeiro, porque as reservas nativas já estavam bastante exploradas e as serrarias foram migrando para outras áreas do Paraná, principalmente para o sudoeste ou para outros Estados. Segundo, as empresas que permaneceram foram se transformando em unidades industriais, em diversas áreas de atuação, como aquelas que

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

[...]

trabalham com laminados, papel e celulose. Essas se destacam, nem tanto em número de unidades, mas em capacidade de produção e por possuírem sua própria reserva florestal, nativa e/ou reflorestada, ou ainda, por adquirirem matéria-prima de outros locais, geralmente, na própria região. Terceiro, surgiram as leis ambientais, que inibiram a atuação das empresas, e passaram a exigir das unidades industriais, que realizassem a reposição da madeira explorada com reflorestamento¹²³ (LUZ, 1980; IPARDES,1982).

Os processos de transformação das empresas extrativas para a industrialização começam a ocorrer ainda no período de 1950, mas vão se consolidar, sobretudo, a partir de 1960, período que notadamente vão sendo reduzidas as unidades de serrarias (Gráfico 10).

¹²³ O primeiro Código Florestal Brasileiro foi o decreto nº 23.793/34. Contudo, será o código Florestal Lei n.º 4.771/1965, e a Medida Provisória n.º 2.166-67/2001, que irão impor para as empresas, a reposição da madeira explorada. A lei restringe a utilização das florestas, de domínio privado e estabelece a reserva legal em 80% (oitenta por cento), em propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal, 35% (trinta e cinco por cento), em áreas de cerrado, na Amazônia Legal, **20% no mínimo da área da propriedade** nas outras regiões do País, **podendo chegar até o limite de 50% (art.16 e 44). E impõe no art. 20 o plantio de novas áreas florestais àquelas empresas que consomem grande quantidade de matéria prima florestal, existindo equiparação entre o consumo e a capacidade de produção das novas áreas.** Cria contravenções penais e penalidades a serem observadas (arts. 25 a 37), que, posteriormente, serão consagradas pela Lei de Crimes Ambientais. Dispõe, no artigo 16, que o pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) não podia ser desflorestada de forma a provocar a eliminação permanente das florestas. Somente poderia ser explorada de forma racional. Este artigo foi suprimido na medida provisória 2.166-67/2001. Eis que hoje a exploração florestal desta espécie, foi, praticamente, proibida (PIRES, 2003). Também merecem destaque as Leis Estaduais, 10155/1992; 11054/1995, Decretos 1940/1996; 387/1999, que vão regular o corte da mata com araucárias e também dispor sobre a reposição obrigatória (SANTOS e NOGUEIRA, 2005).

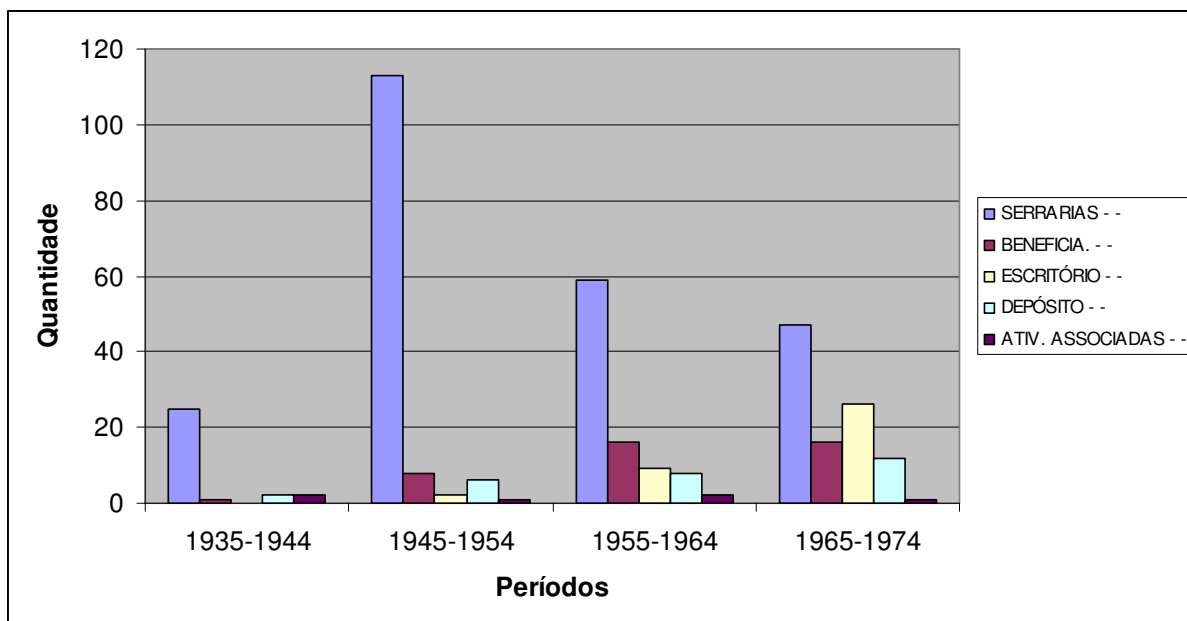


Gráfico – 10: Madeireiras por Categoria de Atividade

Adaptação e organização: Gomes, M.F.V.B., 2009.

Fonte: Luz, 1980.

Luz (1980) e IPARDES (1982) apontam elementos que ajudam a explicar esse processo. Na medida em que a demanda por madeira foi se consolidando, no mercado interno¹²⁴ e externo¹²⁵, as unidades extrativas, que se capitalizaram com as serrarias, foram reinvestindo capital nas suas empresas, equipando e modernizando as técnicas de processamento da madeira. Colaboraram para isso, as políticas públicas federais: a criação do Instituto Nacional do Pinho, em 1941, sendo substituído pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, em 1967; Programas de Incentivo Fiscal¹²⁶ ao Florestamento e Reflorestamento

¹²⁴ Além do processo de urbanização intenso que o Brasil se encontrava no período, a construção de Brasília demandou grande quantidade de pinho (foto 1, quadro 36).

¹²⁵ Conforme IPARDES (1982), o mercado interno do Pinho saltou de 37,11% do total explorado, em 1950, para 62,08%. No mesmo período, no mercado externo, o mesmo produto subiu de 8,39%, em 1950, para 20,98%. Enquanto isso, a madeira de lei, alcançou 37,16% do mercado interno, em 1950, reduzindo para 4,46%, em 1960; no mercado externo, teve redução de 61,4%, em 1950, para 4,42%, em 1960. Diante disso, o estudo revela que “o fluxo de madeira para o exterior foi tão intenso que a infra-estrutura interna de transporte não comportava seu movimento, havendo acúmulo de madeira empilhada ao longo das linhas ferroviárias. Até a década de 60, a expansão do setor madeireiro dependia em grande escala no mercado externo ao Estado, em cuja intermediação se estabeleceu as serrarias. O embrião da indústria madeireira.” (IPARDES, 1982, p.07).

¹²⁶ Esses programas, conforme Bacaha (2008), foram responsáveis pelo aumento em 4.309 ha entre 1970 e 1985. Segundo o autor, fraudes e plantios mal sucedidos impediram que o investimento federal tenha sido revertido totalmente no reflorestamento, pois a quantidade plantada deveria ter sido de 6.217ha. Portanto, 30,69% a menos do que o total investido. Bacaha (2008) afirma que, no período entre 1989 a 2001, não houve incentivo fiscal do governo federal, mas, em 2002, criou o PROPFLORA, e o PRONAF – Florestal. Esses programas são linhas de crédito para o reflorestamento, com apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

(PIFFR), no período de 1965 a 1988; Política de incentivo ao reflorestamento, em pequenos e médios imóveis rurais – REPEMIR, no período de 1970 e 1980; em nível estadual, os incentivos pautaram-se em doações de mudas, insumos e assistência técnica. Em âmbito municipal, a Lei 57, de 27 de dezembro de 1950, passou a isentar imposto para as empresas madeireiras que se instalassem em Guarapuava¹²⁷.

Enquanto a cidade não dispunha de infraestrutura adequada, com capacidade de fornecimento de energia elétrica para as indústrias e estradas de rodagem, as unidades de produção mantinham-se no município, mas o comércio era realizado em Ponta Grossa (LUZ, 1980).

As serrarias foram organizando suas unidades na área rural, buscando permanecer próximas às fontes de matéria-prima, por isso, suas principais unidades foram instaladas em distritos de Guarapuava, como Guarapuavinha, Campina do Simão, Cantagalo, Entre Rios, Goioxim, Guairacá, Candói, Guará, Jacutinga, Marquinho, Palmeirinha, Paz e Turvo. Algumas dessas localidades se

Contudo, também esses programas, segundo Bacha (2008), são insipientes, pois, em quatro anos, a área reflorestada foi ampliada em 90.234 ha no conjunto do país, enquanto que o Paraná, com programas públicos, conseguiu no mesmo período plantar 23.780 ha, ou seja, 1/3 do que o governo federal plantou no País.

¹²⁷ Durante o período de exploração intensiva da mata nativa, os programas municipais, basicamente se constituíram em isenção fiscal. Na década de 1980, contudo, um programa que merece destaque foi o programa Planalto Verde, do Prefeito Nivaldo Kruger, por investir em plantios de espécies nativas. Batistteli (2009) explica o programa: “Queria deixar todas as propriedades com culturas diversificadas, tinha que ter um pouco de tudo em todas as propriedades, ninguém mais criava galinha, ninguém mais no interior... Vinha tudo pra cidade, bem na época forte do êxodo rural. Aí lançou, criou um viveiro pra conseguir muda de erva mate aqui em Guarapuava. Eu vim pra Guarapuava pra isso, pra fazer esse programa. Programa de erva mate, de produção de muda, depois virou pro Estado inteiro e pode ir pra outros Estados. Começou pra plantar o viveiro. Nós precisávamos de sementes. Vamos atrás de semente e aí as erveiras não tinham semente mais, porque aí eles podavam todo ano. A erveira não florescia e não frutificava mais. Então não tinha semente na região de Guarapuava inteira e do Paraná. Aí nós fomos comprar sementes, [...] E daí fomos aprender que a erva mate era dióica, que tinha que ter planta pra cruzar, tinha que ter árvore macho e fêmea, uma perto da outro, senão, dava a semente mas não dava fruto, não nascia. Por isso, a grande dificuldade de produzir mudas de erva mate era semente, porque tinha semente que não tinha embrião dentro da semente. [...] Não tinha pesquisa no Brasil, ninguém sabia disso e nós fomos aprendendo isso nessas idas aí, e fizemos o programa e produzimos um milhão de mudas de erva mate. E distribuía tantas mudas por propriedade... Tanto Guarapuava, como Candói... tudo era Guarapuava e a gente ia levar erva-mate, era uma confusão. Vários programas que tinha por aí, que era junto. E aí a indústria começou a plantar também. Aquela que comprava. [...] Nós mandávamos plantar bracatinga, porque bracatinga crescia rápido e daí o mate embaixo. Daí a EMBRAPA veio ver que crescia em vários solos de pesquisa de experimentos aqui, bracatinga com erva mate, bracatinga, pinheiro e erva mate... vários experimentos pra isso. Tudo pensando na economia, na ecologia também, mas mais na economia da comunidade pra manter o agricultor lá. [...] Ainda hoje é um sustento pra pequena propriedade, não tem custo nenhum, manutenção nenhuma. Tem comércio, se achar que o preço não tá bom, não vende.

emanciparam¹²⁸ de Guarapuava, outras mantêm-se como distritos¹²⁹ e ainda possuem unidades madeireiras. As empresas de médio e grande porte foram se instalando mais próximo da sede urbana do município e, conforme houve a expansão da cidade, a vila¹³⁰ foi sendo incorporada ao quadro urbano (Quadro 35).

Pelos esclarecimentos do Sr. Armelindo Alberti, as madeireiras tiveram que construir a infra-estrutura mínima para que conseguissem escoar a produção; com isso, foram as responsáveis pela construção das estradas¹³¹ e, também, segundo Luz (1980), tiveram importante papel político na pavimentação da Rodovia BR 277 (1965)¹³² e na efetivação da construção da estrada de Ferro (1954)¹³³. Também foram impulsionadoras da comercialização da madeira, da PR 170/ BR 466 e, no oeste, da BR 158¹³⁴. Com essas vias de comunicação, Guarapuava interligou-se aos principais centros consumidores e econômicos do Estado. Outro fator, de interferência da atuação madeireira na região, foi a concessão, em 1959, pela lei 180, dos serviços de fornecimento de luz pela empresa Força e Luz¹³⁵.

¹²⁸ Os distritos que se desmembram foram: Campina do Simão (1995); Guarapuavinha, atual Inácio Martins (1960); Turvo (1982); Candói (1990); Goioxim, Jacutinga e Marquinho, que formaram Cantagalo em (1982). Goioxim se desmembrou de Cantagalo (1995), assim como Marquinho (1994) (AMERICANO, 2007).

¹²⁹ Mantiveram-se como distritos: Entre Rios, Guairacá, Guará e Palmeirinha.

¹³⁰ O atual bairro Boqueirão foi um distrito organizado em função das madeireiras, Madeirit S/A e Manasa S/A, pela lei nº 5603/1967, integrado ao município de Guarapuava.

¹³¹ Para se ter uma idéia da dificuldade de comunicação de Guarapuava com outros municípios, até 1950, quando os caminhões assumem definitivamente o transporte da madeira, essas eram transportadas por carroças até Ponta Grossa. De lá, eram encaminhadas para a antiga Rede Viação Paraná - Santa Catarina, atual Rede Ferroviária Federal S/A, ou seguiam pelo tronco rodoviário até Curitiba, ou para outros centros consumidores. (LUZ, 1982)

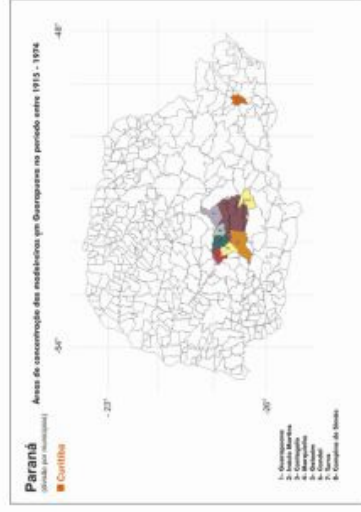
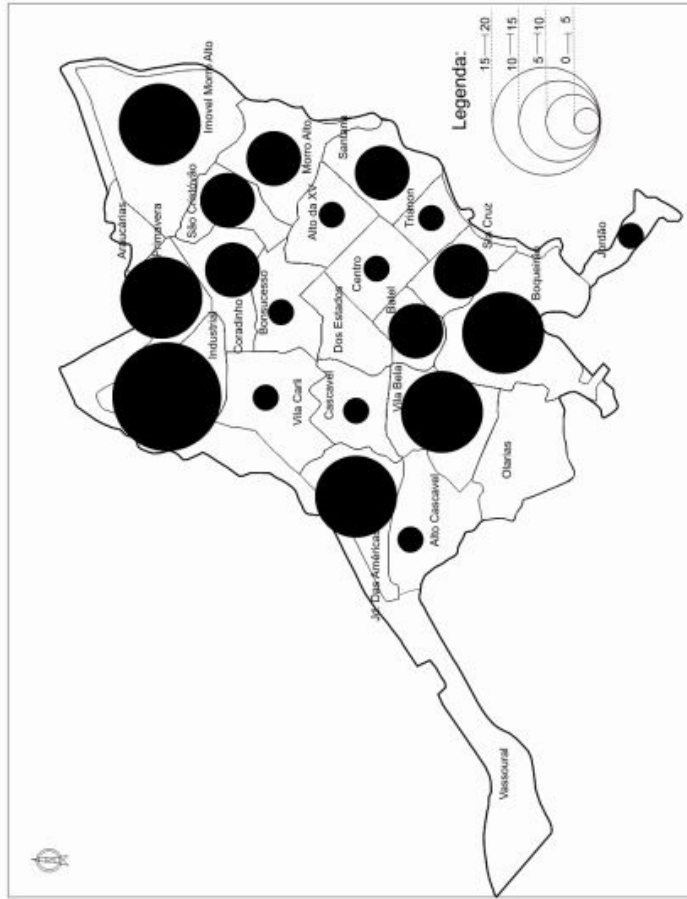
¹³² BR 277- Interliga Guarapuava a leste, com Curitiba, e a oeste com Foz do Iguaçu.

¹³³ Liga Guarapuava a Irati. Na sequência, o trajeto segue de Irati a Ponta Grossa e, dessa, a Curitiba. Em 1996, com a Ferroeste, o ramal ferroviário foi estendido à oeste, de Guarapuava a Cascavel.

¹³⁴ A PR 170 liga Guarapuava, ao sul, com General Carneiro, e desse município, pela BR 153, à Santa Catarina. A PR 466 liga Guarapuava ao Norte do Paraná. Da BR 277, há um entrocamento com a PR 158 em Laranjeiras do Sul, desse integra até o sudoeste do Estado a Divisa de Santa Catarina.

¹³⁵ A Companhia Força e Luz do Oeste começou a atuar na região em 1909; de lá para cá, ela passou por vários processos de geração e distribuição de energia e razão social. Da captação por termoeletrica, passou à geração hidráulica pela Usina Hidrelétrica do Jordão, em 1924. Em 1952, a Empresa de Eletricidade de Guarapuava Silvio Colle e Ciscato, sua razão social à época, foi transferida para os irmãos Schlumberger e CIA.LTDA. E, em 1958, ocorreu a transferência de denominação - da então Empresa Irmãos Schlumberger e CIA.LTDA. - para Companhia Força e Luz do Oeste. O grupo ampliou a capacidade de geração de energia, mas em 2001, passou a receber energia da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, permanecendo-se privada e responsável pela distribuição. FONTE: Acesso em 10.07.2009, disponível em URL:// <http://www.gruporede.com.br/oeste/empresa.asp>.

Quadro 35 - Quantidade de madeireiras na cidade de Guarapuava-PR



Distribuição das empresas madeireiras na cidade de Guarapuava - PR

Bairros	quantidade	Bairros	quantidade
Alto Cascavel	1	Jardim das Américas	19
Alto da XV	1	Morro Alto	14
Batei	5	Primavera	1
Bonsucesso	4	Santa Cruz	8
Cascavel	11	Santana	10
Centro	2	São Cristóvão	6
Conradinho	3	Trinon	9
Imovel Morro Alto	7	Vila Bela	1
Industrial	10	Vila Carlí	1
		Jordão	12



Foto 1 - Repinho Reflorestadora, Madeiras e Compensados.



Foto 2 - Santa Maria Cia de Papel e Celulose.



Foto 03 - Pátio de madeireira - Distrito Paz - Cândido-PR

Na medida em que Guarapuava foi complexificando suas condições técnicas e equipando o território, as unidades de médio e grande porte passaram a se fixar na região, sobretudo porque era mais interessante para a empresa permanecer próxima da sua fonte de matéria-prima. Com a dotação de infraestrutura, houve a facilitação do processo de negociação e comercialização, mas, mesmo assim, algumas ainda mantiveram seus escritórios e matriz em Ponta Grossa¹³⁶, ou nos outros locais de sua origem (LUZ, 1980).

Por isso, a partir da década de 1970, com a redução drástica das reservas florestais, só foram permanecendo na região aquelas empresas que se capitalizaram e conseguiram se industrializar, principalmente, em virtude da política de incentivo do governo Federal, como os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Como consequência, um novo ordenamento territorial começou a surgir, as unidades industriais mantiveram-se e modernizaram-se, algumas investiram em reflorestamento e/ou passaram a adquirir matéria-prima de outras localidades, mas permaneceram em Guarapuava, já que havia infraestrutura adequada para a localização de indústrias de médio e grande porte.

No seu estudo, Luz (1982) analisou as firmas¹³⁷ individuais, consideradas pequenas empresas, as companhias limitadas e sociedades anônimas, compreendidas como médias e grandes¹³⁸ empresas, respectivamente, e verificou que, se num primeiro momento, entre 1920 a 1944, as pequenas

¹³⁶ Isso porque, durante o período de 1915 a 1974, analisado por Luz (1982), a dependência de Ponta Grossa, não era só com relação ao comércio, mas, também, em relação aos serviços e equipamentos necessários à manutenção da madeireira (serras fita, macacos viradores, serras circulares, equipamentos para beneficiadoras), cujas empresas estavam em Ponta Grossa. Com a ausência desses serviços, predominava em Guarapuava as unidades de produção, ou seja, serraria, compreendida como “o estabelecimento industrial que possui o maquinismo, com carro ou vagonete, para o desdobro de toras e, pelo menos, uma serra auxiliar, para o refilamento e uma destopadeira, destinadas a produzir madeira simplesmente serrada”, em detrimento das empresas de beneficiamento, compreendidas como “o estabelecimento industrial da madeira que executa a operação industrial destinada ao aparelhamento da madeira serrada ou à confecção de peças acabadas” (LUZ, 1982 p.71-73).

¹³⁷ As firmas individuais são aquelas exercidas pelo comerciante individual, o qual realiza comércio sozinho. As sociedades constituídas como companhias limitadas e sociedades anônimas são, no caso das firmas madeireiras, pela natureza de suas operações, sociedades comerciais, que envolvem grupos de empresários (LUZ, 1980).

¹³⁸ As empresas médias e grandes conseguiram se transformar no período, inclusive aproveitando os resíduos da própria produção. A partir de 1960, passaram a integrar as atividades, como é o caso da Elias J. Curi, que combinou laminadora, serraria, com pasta mecânica. A madeireira Manasa S/A, pasta para papel e pasta cozida. A Madeireira Santa Maria S/A, combinou também combinou operação de pasta mecânica, com papel e celulose. Com exceção da empresa Elias J. Curi, as outras duas são, atualmente, as maiores representantes do segmento industrial madeireiro no município de Guarapuava.

predominavam, no final do período estudado, em 1974, as médias já eram preponderantes (Tabela 10 e Gráfico 11), sendo as companhias limitadas as que abriram mais que um estabelecimento. Outra característica de todos esses estabelecimentos era o controle familiar sobre as atividades, identificado pelo número de membros da mesma família como sócios no empreendimento¹³⁹. Comparando Guarapuava à Ponta Grossa, a autora revela:

Pela análise dos dados, é possível concluir que Ponta Grossa, embora não seja região produtora da madeira, apresenta neste momento como mercado comprador ou comercializador do produto procedente de Guarapuava, pois, de 189 firmas, 91,01% possui sua sede em Ponta Grossa. Por outro lado, Guarapuava apesar de ser região detentora de grandes reservas florestais de pinho, teve seu patrimônio florestal largamente explorado por firmas de fora, pois de 299 firmas ali instaladas, apenas 34,45% possuem sua sede em Guarapuava e 64,55% procedem de outros locais. (LUZ, 1980,103)

TABELA 10 – FIRMAS MADEIREIRAS DE GUARAPUAVA 1915 - 1974

RAZÃO SOCIAL PERÍODO	Nº DE FIRMAS			
	INDIVIDUAIS	CIAS LTDAS	S/A	TOTAL
1915-1924	0	0	0	0
1925-1934	0	0	0	0
1935-1944	27	10	0	37
1945-1954	37	63	13	113
1955-1964	23	44	8	75
1965-1974	19	56	9	84
TOTAL	106	173	30	309

Adptada de: Luz, 1980.

¹³⁹ Segundo Luz (1982), essa característica colabora para que não haja socialização dos lucros no conjunto da população, pois o capital gerado fica entorno do grupo familiar. Quando estes moram nos diversos locais onde a empresa atua, o capital migra para aqueles locais.

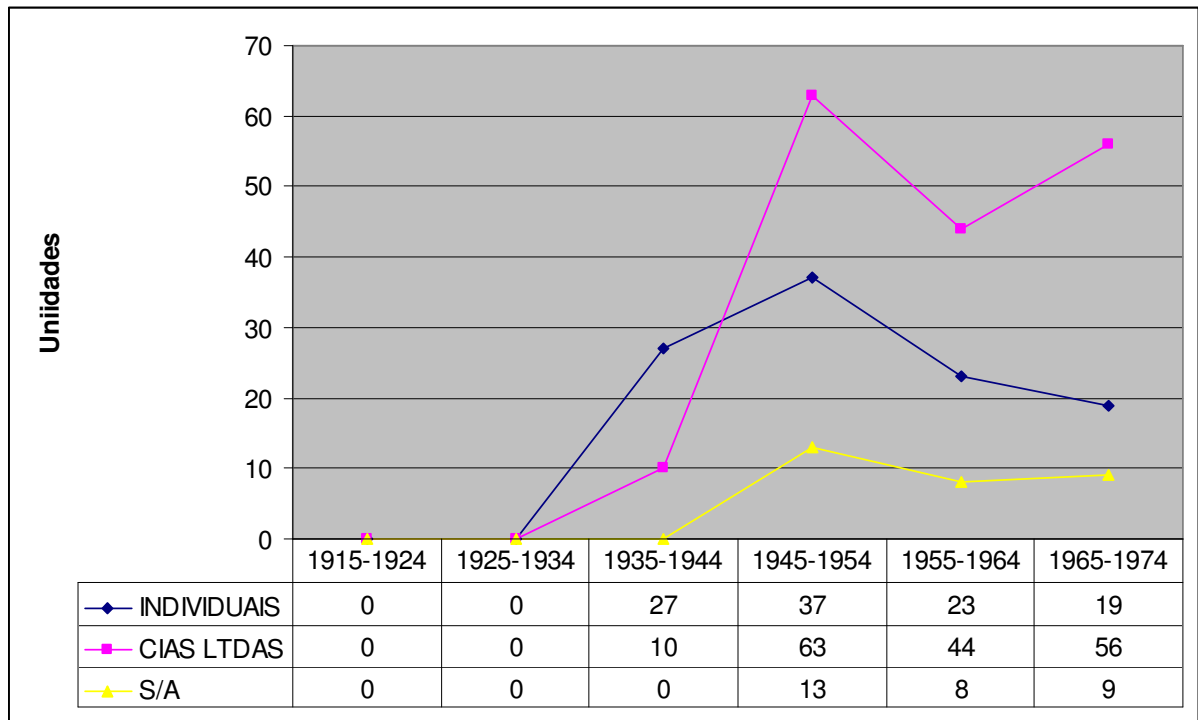


Gráfico -11: Evolução das Madeireiras – Razão Social

Adaptação e organização: Gomes, M.F.V.B., 2009.

Fonte: Luz, 1980.

Esse dado é muito importante para compreensão de que, embora com a maior fonte de matéria prima, o município não obteve como retorno todo o capital gerado pelo comércio da madeira, principalmente, porque boa parte da renda gerada foi destinada para fora de Guarapuava, para as sedes das referidas empresas. Embora o município tenha acumulado algum capital, pelos impostos sobre a exploração e, com o tempo, tenha sido beneficiado pela atração de um conjunto de outras empresas, cuja atividade está diretamente vinculada à madeira, os ganhos foram relativos. Isso porque não houve distribuição dos lucros ao conjunto da população, já que esses ficaram concentrados nas mãos de alguns grupos madeireiros, que não reinvestiram no município, na mesma proporção que espoliaram seus bens naturais. Se, por um lado, a indústria madeireira participou efetivamente na integração econômica de Guarapuava, na escala do Estado e do País, por outro, também foi ela que colocou a região como uma das maiores prejudicadas, com o desmatamento das florestas com *Araucária Angustifolia* (Quadro 36).

Quadro 36 - Redução da Cobertura de Floresta com Araucárias no Paraná no Tempo e no Espaço

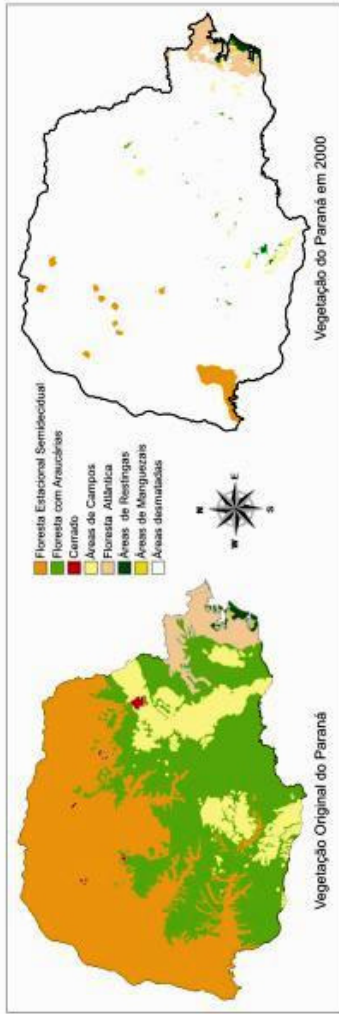


Foto 1 - 100 caminhões de madeira extraídas de Guarapuava para construção de Brasília - década de 1950.



Foto 2 - Produção de tábuas com serra manual, movida a força humana, na Fazenda São Pedro, em Cambói, em 1956.

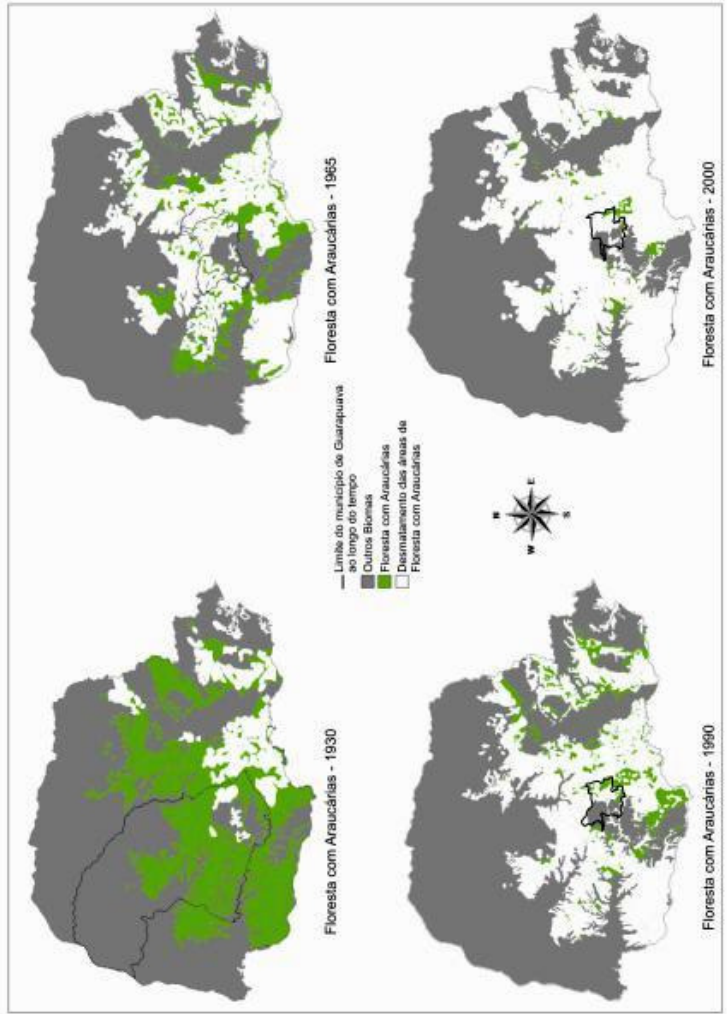


Foto 3 - 1930.



Foto 4 - Transporte de toras a tração animal, 1920.

Direção: Marquês de Freitas Vitor Bass Gomes, 2008
 Orientador: João Oliveira Rodrigues Nunes
 Co-Orientador: Roney Sampieri Nóbrega
 Fines: SANTOS, 2008.
 Base cartográfica: COLOM, D. et al. 2004.

unesp
 Universidade Estadual Paulista
 "Júlio de Mesquita Filho"

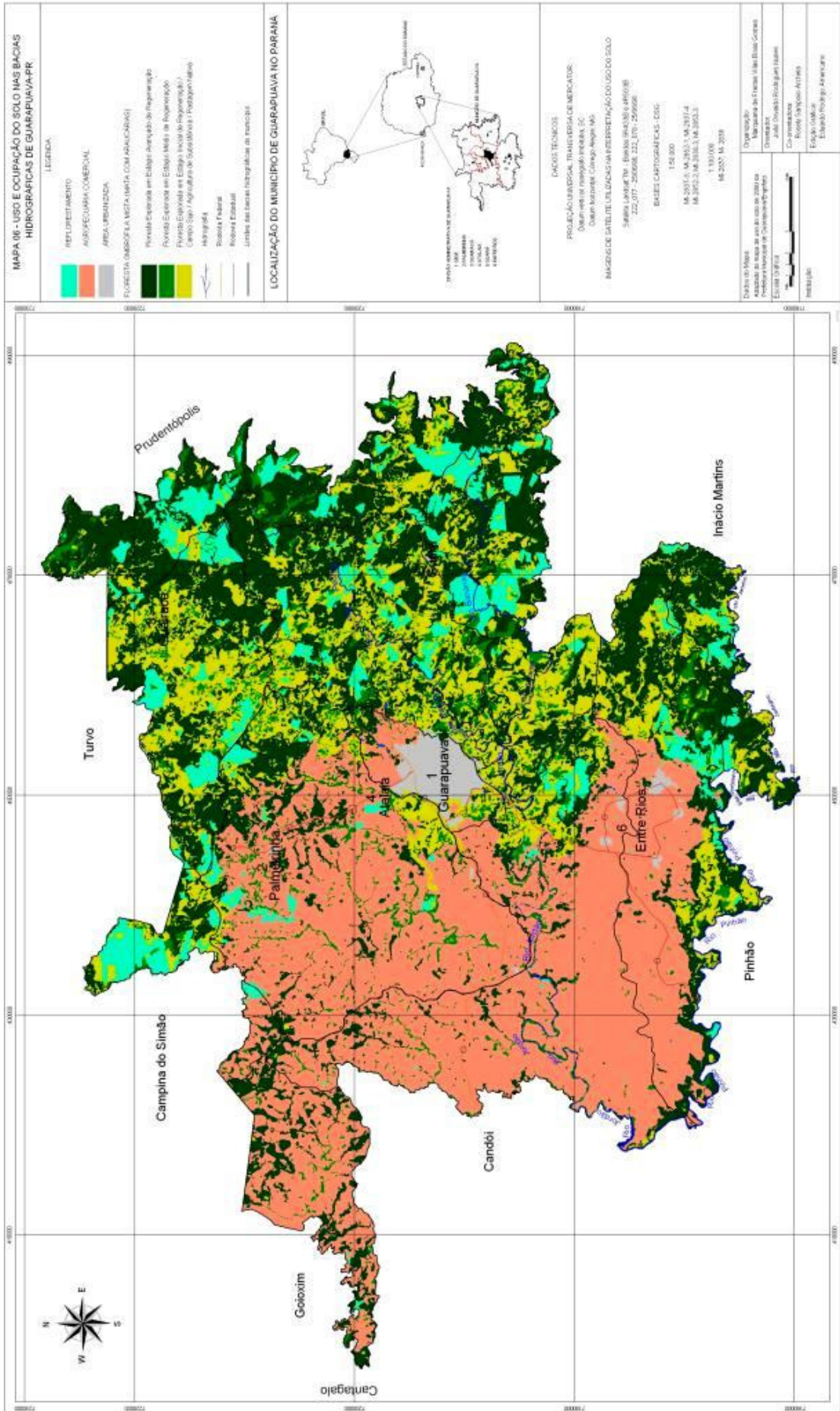
As áreas desmatadas, que situavam-se sobre relevos de colinas, com topos suavemente onduladas e solos férteis, enquanto aquelas em áreas de relevo muito dissecado e solos rasos, ou passaram a ser utilizadas para agricultura de subsistência, onde também coexistem as capoeiras, e/ou são caracterizadas por florestas em estágio inicial de regeneração (Mapa 4). Ao lado da agricultura de subsistência estão os remanescentes de Florestas com *Araucária Angustifolia* em estágio médio e/ou avançado de regeneração (Mapa 5).

São sobre essas áreas que os valores da terra são menores e onde já havia algumas iniciativas de reflorestamento, que estão ampliando monoculturas de exóticas de *eucalyptos* e *pinus* (Mapa 6). Nos dados de produção desses gêneros, verificamos a predominância do *pinus* (Tabela 10 e Gráfico 11).

Em que pese a defesa de muitos engenheiros florestais, como sendo as monoculturas florestadas as principais responsáveis pela preservação dos remanescentes, de matas nativas¹⁴⁰, é necessário olhar a questão com cuidado. Primeiro, pela escolha em reflorestar com espécies exóticas, ao invés de recuperar os remanescentes em estágio inicial de regeneração. Segundo, a pressão dessa monocultura sobre a agricultura de subsistência.

Além dessas questões, um fato fundamental é a expansão da monocultura de exóticas. Trata-se do seu próprio objetivo, visar prioritariamente a manutenção econômica do sistema atual de produção e consumo, sem levar em consideração os limites ecológicos desse sistema e, portanto, neste aspecto, a opção se coloca como insustentável.

¹⁴⁰ JUVENAL e MATTOS (2002); PIRES (2003); BACAHA (2008); LIMA (1993);



O desmatamento na região, principalmente, entre 1940 a 1980, reduziu drasticamente a floresta nativa e, com ela, a biodiversidade. Portanto, seria ecologicamente adequado um projeto de regeneração da mata nativa, que incluísse o manejo das áreas em estágio sucessional inicial e médio, visando repor as perdas, ou seja, integrando as próprias nativas e não trocar a heterogeneidade da flora e fauna, das Florestas com Araucárias, pela homogeneidade das exóticas¹⁴¹, seja ela de *pinus* ou *eucaliptus*. Essas monoculturas estão se expandindo sobre os remanescentes¹⁴² (Mapa 05).

Embora seja intenso o argumento do resgate de carbono, esta opção está relacionada principalmente à demanda de madeira para atender às indústrias, principalmente as de papel e celulose e siderúrgicas.

A iniciativa com reflorestamento de exóticas no Brasil começou já no final do século XIX, início do século XX, mas não teve muito êxito em virtude das grandes reservas de matas nativas e da ausência de conhecimento técnico para o seu desenvolvimento. As políticas efetivas para o setor, por parte do governo federal, desenvolveram-se entre os anos de 1960 e 1980, em virtude da visível redução das reservas nativas e da demanda sempre crescente da indústria.

Parte do reflorestamento, em Guarapuava, foi fruto desse período. Conforme explica Batistelli¹⁴³ (2009), as empresas grandes como Indústria Madeirit S/A, Indústria Madeireira João José Zattar S/A, Manasa Madeireira S/A, Elias J. Curi aproveitaram os incentivos fiscais, visando ao seu próprio consumo e também foram

¹⁴¹ Trabalhos realizados por ALMEIDA (1996); ZANCHETTA&DINIZ (2006); ANDREI; FIRKOWSKI (2006); KURASZ et al. (2005), apresentam dados sobre a interferência na biodiversidade na dinâmica da fauna e flora em áreas de reflorestamento e de contato entre exóticas e nativas. Embora tenha havido vários avanços no manejo em florestas exóticas, *pinus* e *eucaliptos*, há adversidades pelo processo de adaptação da flora e fauna ao novo ambiente.

¹⁴² O gênero *pinus* possui grande capacidade de adaptação ao meio e tem mostrado crescimento rápido, em condições climáticas adequadas, principalmente em áreas de temperatura amena. Em muitos casos, torna-se invasor. Ocorre que, em zonas de contato com outras espécies, o *pinus* se sobrepõe a elas, já que aquele ecossistema não possui mecanismo de defesa contra o invasor. Conforme a Portaria do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, 74/2007, “As espécies exóticas invasoras produzem mudanças e alterações nas propriedades ecológicas do solo, na ciclagem de nutrientes, nas cadeias tróficas, na estrutura, dominância, distribuição e funções de um dado ecossistema, na distribuição da biomassa, na taxa de decomposição, nos processos evolutivos e nas relações entre polinizadores. As espécies exóticas invasoras podem produzir híbridos ao cruzar com espécies nativas e eliminar genótipos originais, ocupar o espaço de espécies nativas levando-as a diminuir em abundância e extensão geográfica, aumentando os riscos de extinção de populações locais”. A mesma portaria, enquadra as espécies *Pinus Elliotti* e *Pinus Taeda*.

¹⁴³ Entrevista com Mauro Batistelli realizada em 20/08/09.

obrigados a fazer o plantio, em função da reposição obrigatória. Pintarelli¹⁴⁴ (2009) também afirma que o reflorestamento da empresa Santa Maria data desse período. Além das grandes empresas, alguns profissionais liberais também fizeram o mesmo, pensando no retorno econômico futuro, neste caso, em áreas menores, na Bacia do Rio das Pedras e no distrito Guairacá. Na bacia do Rio das Pedras, em áreas de terras baratas, em função da pouca fertilidade ou característica do relevo para a agricultura. Na área do Guairacá, além da questão do solo, o reflorestamento estava relacionado a um projeto, integrando o Governo Estadual. Naquela área, há plantio de empresas grandes, profissionais liberais e pequeno agricultor, pois, conforme explica Batistelli¹⁴⁵ (2009), há florestas de propriedade dos três segmentos:

Teve um programa de governo, que era para nós mostrarmos pra essa região do Guairacá, de solos ruins e tal, que só com a agricultura do milho e do feijão eles não iam sobreviver, ou iam tá vindo tudo pra cidade. Então, nós instituímos que podiam plantar 3 hectares, ou 5 hectares, dependendo do tamanho da propriedade, de *pinus* ou *eucalipto*. [...] Foi uma política de distribuição de mudas e de assistência técnica. Aonde plantar? Primeiro, o solo não era pra agricultura e apto pra floresta. Segundo, pra ter uma renda a mais na propriedade. Terceiro, e se trabalhava na época com uma distância de quem comprava. Por exemplo, até 1990 ninguém imaginava que uma tora de *pinus* ia sair daqui e ia pra Curitiba. Ela ia no máximo 40 quilômetros. Então, quem comprava no Guairacá era a IBEMA, 40 ou 50 quilômetros, ou vinha pra Guarapuava 40 quilômetros, quem comprava em Inácio Martins, Guarapuava, Pinhão. Então, não via tráfego de caminhão, caminhão hoje carregado de tora indo pra Curitiba, indo pra Foz do Iguaçu, Palmas... [...] O preço pra compensar era o máximo 40 quilômetros. Então, em função disso, nesta região, nós temos um convênio com a IBEMA¹⁴⁶.

Contudo, o que se observa, segundo Batistelli¹⁴⁷ (2009), o *pinus* que foi extraído, não foi replantado na mesma proporção, pois áreas que haviam sido plantadas com *pinus*, depois do corte, onde era área plana, adequada para

¹⁴⁴ PINTARELLI, Antonio Luiz. Entrevista realizada em 19/08/2009.

¹⁴⁵ Entrevista com Mauro Batistelli realizada em 20/08/09.

¹⁴⁶ Companhia Brasileira de Papel atua na região de Guarapuava desde 1950. Sua base industrial está localizada no município de Turvo, emancipado de Guarapuava em 1982. Responsável pela produção de papelcartão, essa unidade possui capacidade instalada para 108.000 toneladas/ano. A empresa é a 3ª maior produtora desse segmento no Brasil. Fonte: Disponível em: URL: // <http://www.ibema.com.br/unidades.htm>. Acesso em: 10.05.2009.

¹⁴⁷ Entrevista com Mauro Batistelli realizada em 20/08/09.

agricultura, virou lavoura. Boa parte do que foi cortado no período não foi repostado, isso porque a soja tem um retorno muito mais rápido que o reflorestamento. Portanto, áreas que disputam reflorestamento com soja, permanecem com essa última. Esse fato explica o caso da Santa Maria que, segundo Pintarelli¹⁴⁸, busca matéria-prima num raio de 100 km de Guarapuava. Distância essa, segundo ele, ainda viável para a produção industrial. No mapeamento realizado por Santos (2009), também observamos que o crescimento em área não foi tão expressivo nos últimos oito anos e, os que ocorreram, concentraram-se na área leste do município onde estão as pequenas propriedades rurais e/ou remanescentes de mata nativa (Quadro 37).

Conforme Bacaha (2008), as políticas em âmbito de governo federal para o reflorestamento, visando atender à indústria, arrefeceram-se nos anos de 1990, havendo carências de incentivos para o plantio. Isso, combinado aos ganhos imediatos com a opção pela agricultura comercial, sobretudo a soja, resulta na falta de espaços para o reflorestamento. Conforme o autor, plantar florestas é lucrativo, contudo:

[...] uma das explicações para o fato dos fazendeiros não terem feito isso a contento é que o período de retorno do capital é alto (de 7 anos para eucalipto e de 25 anos para espécies nativas). Em culturas anuais (como soja, milho e arroz), isto se reduz a 6 meses (que é o prazo de seu ciclo vegetativo). Outra razão é o fato da receita ser descontínua no tempo, ou seja, plantando eucaliptais, a primeira receita só surgirá em 7 anos. E finalmente, mas não menos importante, não se tem garantia de qual será a receita a receber no futuro pela madeira a ser gerada (BACAHA, 2008, p.22).

¹⁴⁸ PINTARELLI, Antonio Luiz. Entrevista realizada em 19/08/2009

Tal situação reforça a pressão do reflorestamento sobre as áreas inadequadas ao agronegócio e, portanto, sobre a agricultura familiar, embora haja, por parte do governo do Paraná e, até mesmo da prefeitura de Guarapuava, iniciativas de integração do pequeno agricultor na cadeia produtiva da madeira¹⁴⁹. As empresas de papel e celulose, que carecem de matéria-prima, ora têm sua própria produção, ora estão elas próprias estabelecendo parcerias com os agricultores. Trata-se de consórcios ou arrendamento de terras, nos quais a empresa decide o que e em quais condições plantar, o agricultor entra apenas com a terra¹⁵⁰. Por mais que o agricultor tenha a renda garantida, nesse processo, o que fica em discussão é a sua autonomia sobre a produção e, além disso, o total de mão-de-obra que irá empregar no manejo, sob as condições que a empresa propõe.

A dependência do pequeno produtor à grande indústria também é uma questão polêmica. Pintarelli¹⁵¹ (2009), ao expor como tem sido a busca por matéria-prima para a Empresa Santa Maria, Cia. de Papel e Celulose, explica que as áreas de produção da indústria são contínuas. Apenas quando a proximidade é viável, a empresa negocia em fragmentos de propriedade. Nesse caso, há uma tendência de pequenas propriedades, próximas à área de atuação dessa empresa, serem anexadas a ela, pelo arrendo e/ou compra do terreno.

Neste aspecto, o que se observa é que a ausência de incentivo e políticas públicas para o campo induzem o pequeno agricultor a arrendar ou vender

¹⁴⁹ Conforme Santos (2007; 2009), em Guarapuava, a gestão florestal é relevante, em seus aspectos ambientais, por parte do IAP – Instituto Ambiental do Paraná e da SEMAFLO – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal. O IAP desenvolve o Programa Mata Ciliar (iniciado em 1979), pelo qual disponibiliza as mudas e outros recursos, em parceria com a mão-de-obra do município, para a aplicação do projeto de recuperação da mata ciliar. Na esfera municipal, a SEMAFLO conta com o projeto “Plante o Futuro” (iniciado em 2006), que incentiva a formação de florestas, com o plantio de mudas de *pinus* e *eucaliptos*, focado no reflorestamento comercial, atendendo ao pequeno produtor rural. As mudas são disponibilizadas através de um cadastro preenchido na SEMAFLO. Para atender à demanda, existe a parceria com o viveiro - Mercosul Florestal – localizado no município, através de permuta. São disponibilizadas 90.000 mudas por ano para a SEMAFLO. Desde a criação do programa, o número de mudas triplicou, de 109.700 mudas, em 2006, a produção foi para 433.750. Para tanto, a SEMAFLO ainda conta com dois Viveiros: o viveiro de mudas nativas, destinada a produtores, para a recomposição de florestas, mata ciliar, também distribuída gratuitamente; e o viveiro de mudas exóticas, destinada ao programa supracitado, produzindo mudas do gênero *Pinus* e *Eucaliptos*. A demanda (892 produtores rurais) tem sido maior que a disponibilidade de mudas e de técnicos, para o acompanhamento na propriedade, por isso, após o cadastro, é realizada uma seleção dos produtores rurais. Atualmente, são atendidos 545 produtores rurais.

¹⁵⁰ PINTARELLI, Antonio Luiz. Gerente Florestal da Empresa, Santa Maria Cia. de Papel e Celulose. Entrevista realizada em 19/08/2009.

¹⁵¹ PINTARELLI, Antonio Luiz. Entrevista realizada em 19/08/2009.

a terra para as grandes empresas, um processo que pode conduzir à expropriação do campo e/ou à perda de autonomia em relação a sua produção.

A pressão das monoculturas *de pinus e eucaliptos* sobre as unidades de agricultura de subsistência pode ser uma tendência pela própria valorização da soja, na região centro-sul do Paraná, como um todo, e em Guarapuava, em particular. Tal processo tem priorizado os solos profundos, férteis, em áreas cujo relevo é mais suave, mais adequado ao plantio dessa monocultura. Considerando o rendimento a curto prazo, que a soja oferece, em relação à silvicultura, a tendência é que essas áreas sejam reservadas para tal fim, enquanto aquelas menos adequadas para a soja, com solos rasos, menos férteis e/ou com topografia mais acidentada, sejam destinadas ao reflorestamento de exóticas.

Essas áreas, contudo, são justamente aquelas que sobreviveram à expansão do agronegócio, por serem menos favoráveis à mecanização agrícola e, por isso mesmo, são as áreas onde estão os remanescentes de florestas com araucárias, em diferentes estágios sucessionais. As áreas de florestas com araucárias, em estágio inicial, estão agregadas em pequenas propriedades de subsistência, as em estágios médio e avançado são médias a grandes propriedades, localizadas no limite de Guarapuava com os municípios de Prudentópolis, Turvo e Pinhão (Mapa 05).

As áreas em estágio inicial estão na mesma direção, mas à jusante das bacias do Rio das Pedras¹⁵² e bacia do Rio Bananas, a norte, e bacia do Rio Pinhão, a sudeste (Mapa 06), onde estão as pequenas propriedades de agricultura de subsistência. Um exemplo disso é a bacia do Rio Guabiroba, afluente da margem esquerda na Bacia do Rio das Pedras. Essa área, que possui 150 pequenas propriedades, em função da dissecação do relevo, possui importante fragilidade pedológica, já que há predomínio de Neossolo Litólico (Mapa 08).

¹⁵² Conforme Thomaz (2000, *apud* LUIZ, 2007, p. 48), “o relevo da bacia é bastante dissecado, contendo vertentes côncavas, convexas e retilíneas. No topo de início das vertentes, patamares convexas e alongados estão presentes em vários setores. No geral, boa parte da área possui restrições morfopedológicas (solos rasos de encostas declivosas, impróprios para a agricultura), o que significa que os melhores solos estão nos fundos de vales onde é praticada a agricultura mecanizada.”

Luiz (2007) verificou, em seu estudo, que, na área dessa bacia, conjugam-se criadouros comuns (“faxinais”¹⁵³); agricultura mecanizada; pastagens; agricultura de subsistência; matas com araucárias, primárias e secundárias; e reflorestamento. Ao analisar a fragilidade ambiental da área, o autor afirma:

[...] o hábito de derrubar a capoeira e atear fogo para plantios de subsistência foi uma constante por várias décadas. Progressivamente, a atividade da pecuária em setores de alto grau de dissecação, desmatamento de áreas de mata densa para dar lugar ao reflorestamento de *pinus*, além da falta de assistência técnica, foram ingredientes perfeitos para a instabilidade emergente, caracterizando diferentes graus de fragilidade ambiental na área da bacia (LUIZ, 2007, p.180).

Além das condições das pequenas propriedades, neste segmento da Bacia do Rio das Pedras, chama a atenção, também, a transferência de posse da terra. Em estudo realizado por Campos (2004)¹⁵⁴ e no decorrer do projeto de extensão Proteção e Manejo do Rio das Pedras, do qual fizemos parte, identificamos a mudança da posse dos pequenos agricultores para as mãos de profissionais liberais, colaborando com a informação de Batistelli¹⁵⁵ (2009), quanto ao investimento desses, na aquisição de terra, com posterior investimento em reflorestamento.

Se é um fato que a agricultura no sistema tradicional de queimadas degrada ambientalmente a bacia, não podemos dizer que as transformações que estão ocorrendo nessa área, associadas a ausência de políticas públicas (com assistência técnica alternativas para produção), não trará mais problemas, além dos que já existem. Dentre eles, destaca-se a desistência desses proprietários em permanecer na terra, diante das contingências da improdutividade agrícola, já que os métodos tradicionais vão interferindo na produtividade do solo, e têm, como consequência, a redução da renda necessária a manutenção da família. Fragilizados

¹⁵³ Embora Luiz (2007) tenha identificado essa prática de manejo de subsistência como faxinais, isso deve ser relativizado, pois o sistema Faxinal, tal qual ele é reconhecido por CHANG (1988); Hauresko (2009); nessa região está praticamente desintegrado, o que restou foi o sistema de criação de pequenos animais soltos, de forma extensiva, mas não com as práticas sociologicamente compreendidas como Sistema Faxinal.

¹⁵⁴ Em entrevista com 19 famílias da subbacia do Rio Guabiroba, 06 não moram na propriedade e possuem outra atividade na cidade, 04 são proprietários, que adquiriram a terra em menos de 05 anos e, apenas 09, são proprietários mais antigos, com mais de 20 anos (CAMPOS, 2004).

¹⁵⁵ Entrevista com Mauro Batistelli realizada em 20/08/09

com as condições econômicas nas quais se encontram, esses produtores acabam cedendo à pressão do mercado, vendendo suas terras a terceiros, proprietários fundiários, profissionais liberais urbanos e empresas de reflorestamento, que comprem ou arrendam as terras.

Além dessas questões, outra pressão sobre os remanescentes está nas áreas maiores, oriundas dos latifúndios históricos do município, ou de empresas madeireiras, que adquiriram as áreas das florestas, com fins de reservas para uso futuro, e que, posteriormente, em função da legislação, ficaram impedidos de comercializarem as madeiras. Um caso evidente disso foi o remanescente de Floresta com Araucárias, na atual APA da Serra da Esperança, área de propriedade da Empresa Elias J. Curi. Nessa área, estão surgindo acampamentos do Movimento Sem Terra, num processo que tem a participação do INCRA na negociação das terras com o antigo proprietário, como consta na entrevista com o Sr. Antônio Campos (Quadro 38).

Quadro 38 - Incra x Iap – Direito a Terra x Preservação da Floresta

Autora: Aquela área da Serra da Esperança, que tem o movimento dos sem terra, era da Empresa Curi?

Antônio Campos: Era. Até hoje tem gente ali, não sei se tem bastante gente ou não tem. Agora! Pouco tempo que eu fui pra lá... Tinha uma porção de família assentado lá. Eles falaram que estavam indo embora, porque sabiam que não tava dando certo a liberação pro assentamento, né! Por causa da preservação ambiental! Daí tinha muitas famílias que tinham regressado, não sei onde que foram. Mas sempre regressava duas famílias, cinco, dez! chegavam de fora. Sei que tem muita gente ainda ali...

Autora: e eles cortam a madeira ou não?

Antônio Campos: claro que cortam! O que eles podem cortar, eles cortam. Esses dias nós tivemos uma audiência lá no fórum. Foi que disse que nós estávamos tirando madeira, aí fomos chamados lá e..., “Vocês estão tirando madeira ou é o IAP?...” “É o sem terra.” Até o dia que nós fomos lá, no final do terreno, longe... Dá uns 23 quilômetros ali dos guardas. Logo que entram os guardas ali, ele dá 3 quilômetros e chega na entrada da firma, daí dá 20 quilometro, só por dentro do terreno, até o final do terreno, ai você vê! Anda lá, é longe, e daí tinha gente cortando madeira, extraíndo lenha, partindo lenha, partindo alguma imbuia, que ficou pra palanque [...] Quem tá mexendo no terreno é os sem terra. A firma, depois de 2002, que fizemos o mapeamento com o INCRA, daí a firma passou tudo a documentação na mão do INCRA, não temos mais nada com envolvimento ali de terra, madeira, Nada! E fechou mesmo aqui, estão só comprando madeira, não estão tirando, não tinha né o que tirar.

Autora: E a área do Curi era toda a Serra da Esperança ou não?

Antônio Campos: Tinha um terreno pra cá também, pro lado de Inácio Martins aqui... Perto do Goioxim, tinha um terrenão. Ali era deles! Tem lá na Marreca dos índios também, tem terra lá, naquele tempo, hoje tá tudo na mão do INCRA, né. Hoje eles não têm nada do que tinha. [...]

Autora: Porque que foi pro INCRA?

Antônio Campos: Por causa que começou vir os sem terra a invadir! Invadir! Acharam melhor ceder logo de uma vez pro INCRA, pois daí pagava pra eles e até hoje não pagou. Tem uma fazenda lá em Chopinzinho, que foi liberada pro INCRA e até agora não pagaram, tem que fazer a conta dos empregados que tão tudo se fazendo lá. Depois, foi legalizado o assentamento, só que aqui, nessas áreas de cá, ainda conversei com o cara do INCRA, do INCRA não, do IAP, que teve aqui em casa ontem, não vai ser liberada, aqui não vai ser assentamento.

Autora: Se não ficar assentamento volta pra família, como que é?

Antônio Campos: já não sei como vai ficar daí. Porque por enquanto tá na mão do INCRA. O INCRA tá brigando por isso, tão em demanda entre o INCRA e o IAP, né, Mas... Não se sabe o que pode acontecer.

Tal situação, neste caso, é questionável, pois a área pode não estar com produção agrícola, mas é um remanescente de grande importância para a biodiversidade e, como tal, de grande interesse social. Se considerarmos que o Movimento Social Sem Terra busca a reforma agrária em áreas improdutivoas, deveriam ser de intenção do movimento apenas áreas já desmatadas, como é o caso daquelas com pastagens e com nenhuma ou pouca pecuária. A pressão sobre áreas de remanescentes, a nosso ver, é uma contradição. Embora seja inquestionável a necessidade da reforma agrária, por uma questão de justiça social, também o é a necessidade de preservação dos remanescentes, já que eles garantem bancos genéticos, com biodiversidade, que é patrimônio da humanidade. Essa situação mostra o conflito de compreensão dentro das próprias instituições Estatais, no caso, o INCRA e o IAP, quanto à importância dos remanescentes.

Ao ser questionado sobre a permanência dos remanescentes em Guarapuava, Batistelli¹⁵⁶ (2009), assim argumenta:

De Guarapuava? Bem perto de Guarapuava mantém tudo. O que não vai manter é aquilo que não tem documento. Aquilo que não tem documento, enquanto o cara não der valor pro pinheiro, não der valor pra imbuia, não da valor pro peixe, pra nada. Ele sabe que ele não é o dono e não vai ser o dono. Se ele der o valor econômico, ele vai dar o valor... Mas é difícil em algumas regiões aqui você tá discutindo... Isso porque eu lidei muito com os sem terra, 4 anos. Ele vai lá com o barraco de lona, você vai lá dizer pra ele que não deve pescar na piracema, ele pesca! Numa região envolvendo os imóveis da família Curi, que foi embora daí, que numa delas se explorou pinheiro, plantou um pouco de *pinus*, foi enganando a lei, fez aquela reposição obrigatória. Em 70, cortava 1000 metros de pinheiro, tinha que repor tantas mudas de *pinus*, ou de pinheiro de novo também. Depois, veio que se cortassem tantas árvores devia repor tantos metros, ou metros tantas árvores. Um metro, por 4 árvores, sempre

¹⁵⁶ Entrevista com Mauro Batistelli realizada em 20/08/09.

o pinus substituindo, exótica... Se for plantar pode plantar onde quiser. *Pinus* e *eucalipto*, mas não era esse desenfreado ai... Que eu acho... falando de Guarapuava com certeza absoluta a Santa Maria e Repinho, Klabin que tá no lugar da Manasa¹⁵⁷ agora, Célio Cunha, ... vão se guiar pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, que não ta conseguindo, com tudo o que tem, ser auto-suficiente de matéria prima florestal pros objetivos deles. Então são 5... pra ser auto-suficiente tem que ter bastante imóvel, daí.

Nesse aspecto, podemos dizer que a preservação dos remanescentes não está garantida, ora por questões de ordem econômica, ora por interesses do próprio Estado, em áreas para reforma agrária. Uma reportagem recente, de 04 de junho de 2009¹⁵⁸, pode referendar essa afirmação:

Na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, as notícias não são nada animadoras para muitas regiões do Paraná, principalmente no Centro-Sul do estado, onde há o maior remanescente da floresta nativa de araucária. Devido ao avanço do corte ilegal dessas árvores, diversos órgãos federais e estaduais se uniram na operação denominada *Angustifolia* (referencia ao nome científico do pinheiro Araucária), que está sendo desencadeada em 15 municípios paranaenses para combater o desmatamento. [...]. Na região de Guarapuava, até o dia do fechamento da edição da Tribuna, quinta-feira (4), a apuração prévia da Operação havia emitido cerca de 160 laudos e as multas chegavam ao montante de R\$ 2,9 milhões. “Até o final de semana esse valor referente às multas tem a possibilidade de dobrar”, destaca o analista do IBAMA e coordenador das operações na região, Arty Coelho de Souza Fleck.

Diante do exposto, verificamos que ainda há exploração da mata nativa clandestinamente. Segundo Manfio (2007)¹⁵⁹, as explorações dos remanescentes são, primeiramente, em pequena escala para o consumo próprio, mas, sobretudo, para a exploração de serrarias e para a produção do carvão mineral. Isso se explica pela própria “escassez da matéria-prima”, pois, estando as indústrias de pequeno porte, extrativas e as produtoras de carvão mineral, dependentes dos materiais desprezados pela grande indústria, amplia-se a pressão sobre as nativas. Isto é, há uma tendência de monopolização das áreas

¹⁵⁷ Klabin/Manasa: A Klabin S.A recentemente, adquiriu a maioria das terras e florestas da empresa Manasa Madeireira Nacional S/A, numa área aproximada de 20.000 ha na região de Guarapuava (Distrito do Guará, Fazenda Costa e Laranjeiras do Sul)

¹⁵⁸ Jornal Tribuna Regional do Centro-Oeste, 05 a 11 de junho de 2009, p.07.

¹⁵⁹ Entrevista com Otavio Manfio, realizada em 24/09/2007.

reflorestadas, por parte das indústrias, que possuem capacidade de manter seu próprio plantio e/ou garantir que a produção seja a ela destinada. Com isso, as empresas de pequeno e até médio porte são dependentes do material não utilizado pela grande empresa, que vende o excedente para esse segmento. Entretanto, está havendo um novo processo em que, ao invés de repassar os excedentes, a grande indústria tende a agregar outras empresas¹⁶⁰, garantindo o uso máximo da matéria-prima e, assim, monopolizando também a cadeia produtiva da madeira.

Nesse sentido, embora, legalmente, os remanescentes de Florestas com Araucárias estejam protegidos, ora pelo código florestal de 1965 e Resolução 2.166-67/2001, ora pela própria criação da Área de Preservação Ambiental Serra da Esperança - APA, na prática, ainda há pressão sobre a área, envolvendo diferentes agentes sociais: Proprietários fundiários, industriais e o próprio Estado (INCRA), que colocam em jogo a manutenção destes poucos fragmentos nativos no município.

Depreendemos, com isso, que o campo de força social, que se estabeleceu no município desde 1940, garantiu uma transformação intensa na paisagem, gerando novos conflitos ambientais, a partir dos atores sociais, que emergiram no processo e nela deixaram suas marcas. As questões que se colocam, contemporaneamente, para Guarapuava extrapolam a preservação dos seus bens naturais, pois, a opção pelo desenvolvimento econômico, em detrimento das outras dimensões do ambiente, teve fortes conseqüências, não só para o seu ambiente físico, mas, também, para o social.

As transformações nos campos naturais, com a modernização da agricultura, e nas florestas, com a ação das madeireiras, repercutiram diretamente na vida da população do campo e da cidade. Isso porque os processos de modernização da agricultura e exploração das Florestas expropriaram, como vimos nesse texto, uma grande quantidade de sujeitos sociais que, ao estarem à margem do sistema econômico, não tiveram opção de permanência no campo. Com as relações capitalistas, os agregados e posseiros¹⁶¹, que antes se estabeleciam nos

¹⁶⁰ MANASA MADEIREIRA S/A, por exemplo, possui outras empresas integradas, como: Samco Ind. e com. Ltda; Pauini Empreend. Florestais Ltda; Frutasa Prod. e Com. Ltda; Manasa Mano Verde Florestal S.A.

¹⁶¹ ABREU (1986) afirma que em função da Lei de uso capião e a inserção das relações de trabalho capitalistas no campo, como o assalariado, os agregados, que prestavam serviços ao pecuarista, em troca de um pedaço de chão para morar e para cultivar a roça de subsistência, perderam essa possibilidade. Tal condição fez intensificar os processos migratórios para a cidade.

campos, perderam a condição de permanência nos poucos espaços a eles destinados nas fazendas, dirigindo-se para as novas fronteiras agrícolas, em outros estados, ou, principalmente para a cidade. Os caboclos e os indígenas, que viviam nas florestas, foram expropriados, tanto pela entrada das serrarias, quanto pelo próprio avanço da agricultura comercial. Os primeiros, ao serem expropriados, dirigiram-se à cidade, ou estão integrados em movimentos sociais de luta pela terra; os segundos foram confinados em reservas florestais, em áreas infinitamente menores às que dispunham, antes dos processos modernizadores e, vez em outra, alojam-se na cidade, em barracas improvisadas, para obter alguma renda com o artesanato. Além disso, conforme foram esgotando os recursos naturais, boa parte das unidades de serrarias migraram para outras regiões, em busca de matéria-prima, ou se transformaram em unidades industriais, transferindo-se para a cidade. Diante disso, a mão-de-obra operária seguiu o destino das empresas, indo para outros locais e regiões do Paraná e Mato-Grosso, ou ajudou a “inchar” as periferias da cidade.

A cidade, portanto, foi a receptora do excedente populacional do campo. Também as atividades predominantemente rurais, características do período anterior, deram lugar às urbanas e ampliaram em quantidade e qualidade. O processo de modernização exigiu maior fluidez no escoamento da produção e nas transações econômicas e, com isso, surgiu a necessidade de melhorar a infraestrutura local, principalmente a de comunicação, ampliando, por consequência, as atividades urbanas, fato que contribuiu para as transformações também naquele espaço. Novos postos de trabalho foram criados, aumentando os serviços urbanos.

Esse período, portanto, configurou-se na consolidação dos meios técnicos que, aos poucos, foram atenuando a supremacia da natureza. A subordinação da cidade ao campo foi sendo superada, como veremos no capítulo a seguir, para, definitivamente, deixá-lo subordinado àquela, transformando as relações entre os dois espaços, integrando-os.

Assim, a dotação de equipamentos no território consolidou, definitivamente, a subjugação da natureza à sociedade. Na medida em que os sistemas técnicos foram se complexificando, o tempo da natureza foi sendo substituído pelo tempo das técnicas e, cada vez mais, subordinado ao capital. Houve uma apropriação social da natureza, caracterizada pela apropriação privada dos

bens naturais, por determinados grupos econômicos que, aparentemente, trouxeram “progressos” técnicos à Guarapuava, mas não socializaram os ganhos com o conjunto da população. Ao contrário, aqueles que não se enquadraram no novo modelo tiveram que arcar com o ônus do trabalho mal remunerado ou informal¹⁶², sempre morando nas periferias da cidade, já que não dispunham de escolaridade e qualificação, para as novas demandas de mercado.

A cidade, por sua vez, sem possuir a infra-estrutura necessária ao novo cenário, foi sendo construída, transformada e, conforme os processos de urbanização foram se intensificando, seus rios foram sendo canalizados, as áreas verdes reduzidas e o número de moradias insuficientes somou-se à ausência de saneamento básico nas periferias, enquanto, o centro urbano era bem servido de equipamentos e serviços. Assim, a desigualdade do campo também se construiu na cidade, onde há uma produção coletiva dos problemas ambientais, com uma socialização desigual entre proveitos e rejeitos desse processo, que é expresso na sua paisagem. Retratos como esses são cada vez mais presentes, conforme Guarapuava vai se integrando ao período técnico-científico-informacional, apresentado no capítulo a seguir.

¹⁶² Tembil (2004) e Turra Neto (2008) afirmam que, muitos trabalhadores, ao não dispor de condições de competitividade para o trabalho formal na cidade, após o seu êxodo rural e/ou a perda do trabalho nas serrarias, vão para a periferia da cidade, juntamente com os migrantes dos tempos anteriores, muitos deles, atuam em trabalhos sazonais, em colheitas de batata-inglesa no município ou região, maçã em Santa Catarina, ou laranja em São Paulo. Batisteli, em entrevista para Silva (1995, p.158) afirma: “Tem o que chamamos de ‘gatos’, as pessoas que querem manter uma mão de obra cativa que são os ‘gatos’, Guarapuava usa muito a mão de obra temporária, é a safra de batata, é a do milho, é da soja [...], esses caras, muitas vezes, são os que arrumam os lotes nas favelas e mantêm esses redutos que nessas épocas pegam essas pessoas para trabalhar com eles de diaristas...”.



4

DO CAMPO À CIDADE: A CONSOLIDAÇÃO DO MÚLTIPO TÉCNICO E A CRISTALIZAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

G

uarapuava terminou o século XX, inserida economicamente no cenário nacional e regional, com seu território com as condições técnicas necessárias para atender as demandas do mundo globalizado.

As transformações socioespaciais a conectaram em redes de informação e de capital, modernizando seu sistema produtivo, sem, com isso, melhorar efetivamente o desenvolvimento social, já que há uma concentração de renda mais acentuada e um empobrecimento da população.

No espaço urbano, *lócus* da produção do capital e, atualmente, local de quase 92% do total da população do município, essa realidade se projeta numa cidade fragmentada e desigual. Nessa, a qualidade do ambiente, para alguns, convive lado a lado, com os problemas socioambientais da maioria da população.

A cidade cresceu horizontalmente sobre um relevo suavemente ondulado, urbano permeado por nascentes e rios, que cruzam de leste para oeste o perímetro urbano.. As particularidades desse espaço, quanto a adequação ao uso e ocupação do solo, em função das condições físicas, não foi objeto de preocupação da sociedade local, tampouco do poder público. O resultado são os conflitos ambientais expressos na paisagem. Esses decorrem da distribuição desigual entre

os proveitos e rejeitos da sociedade capitalista de produção e de consumo, revelados na desigualdade ambiental, projetadas no espaço.

A terra urbana, ao tornar-se mercadoria, sobrepõe o valor de troca ao seu valor de uso e, portanto, a distribuição dos espaços também segue essa lógica. Quem pode pagar por “melhores espaços” usufrui da cidade equipada, arborizada e esteticamente agradável. Aqueles que não dispõem desse meio, acumulam-se nas áreas menos valorizadas, que congregam ausência de infraestrutura com condicionantes físicos menos favoráveis, suscetíveis aos alagamentos e/ou a deslizamentos. Há uma geografia socioambiental da cidade, que pode ser explicitada pelos cursos d’água, pois são justamente nas suas margens que se alojam a população desprovida de capital, habitando as áreas de preservação permanente, já que essas não entram no mercado das terras. Assim, são obrigados a conviver com a falta de saneamento básico e sujeitos a todos os vetores de doenças e catástrofes naturais. Improvisam a moradia, sofrem com os principais rejeitos do sistema produtivo, e são marginalizados pela condição de ocupantes de áreas irregulares, ora, por estarem ilegais ao ocuparem esses espaços, ora por reduzirem a estética da cidade. Além disso, também são acusados como os responsáveis por toda e qualquer sorte dos problemas ambientais urbanos.

A assimetria social promove a desigualdade socioambiental. Guarapuava vai se configurando por uma múltipla cidade, dentro de uma mesma cidade. Uma cidade bem equipada no centro, esteticamente agradável, com uma periferia, carente dos serviços e equipamentos públicos básicos como o esgoto sanitário, coleta de lixo e água encanada.

Assim, as questões ambientais, na cidade de Guarapuava são socioambientais, sendo difícil separar o social do ambiental, quando observamos que há desigualdade na socialização desses problemas. Na paisagem a contradição é revelada: A cidade moderna, com avenidas, serviços e equipamentos urbanos, espaços de cultura, lazer e educação, também é a cidade, da ausência da moradia, da coleta de água em caixas d’água coletivas, da ausência de pavimentação asfáltica, da escassez dos postos de trabalho. São as contradições da sociedade capitalista de produção e consumo.

4.1. Produção do espaço urbano e a expansão físico territorial de Guarapuava-PR

A transformação do processo produtivo, provocada pelas dinâmicas econômicas, em diferentes escalas, ampliou as possibilidades de inserção de Guarapuava no mercado regional e nacional. A intensificação dos fluxos de comercialização dos produtos da indústria madeireira e da produção agrícola, viabilizados pela melhoria dos sistemas de comunicação, colocaram Guarapuava em condições de competitividade, em relação aos outros centros econômicos do Estado. Simultaneamente às transformações no campo, também a cidade construiu um novo cenário, buscando adequar-se ao atendimento das novas demandas.

Os progressos técnicos urbanos fizeram-se sentir, principalmente, entre os anos de 1950 e 1980, quando, efetivamente, começou a se intensificar a produção agrícola, o escoamento dos produtos madeireiros e o aumento da população (Gráfico 12), pressionando a efetivação da infraestrutura necessária à nova ordem estabelecida. A partir de 1990, com a alteração da política urbana, que descentralizou a responsabilidade do Estado para o Município, ocorreram novos ordenamentos. Entretanto, essa nova gestão do espaço urbano teve que dialogar com as bases consolidadas nos 30 anos anteriores à Lei, nº 45/1987¹⁶³.

No que tange às mudanças, Turra Neto (2008, p. 506-518) relacionou o conjunto aos eventos mais significativos que marcaram o quadro urbano e a vida social e econômica de Guarapuava em diferentes períodos que, segundo ele, contribuíram para as transformações estruturais no espaço urbano. As conquistas e a organização de um novo conjunto de objetos e ações marcaram o espaço urbano de Guarapuava.

Dentre os eventos relacionados pelo autor, em âmbito da sociedade, cultura, meios de comunicação, educação, comércio serviços, vias de transporte e

¹⁶³ No seu artigo 5º a lei estabelece deveres ao loteador que até então não eram exigidos. Ou seja, “[...] no mínimo, rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica e a marcação das quadras e lotes. As ruas serão abertas com o greide definitivo a nível de subleito”.

do espaço urbano, selecionamos os mais importantes para a nossa análise e os apresentamos no quadro 39.

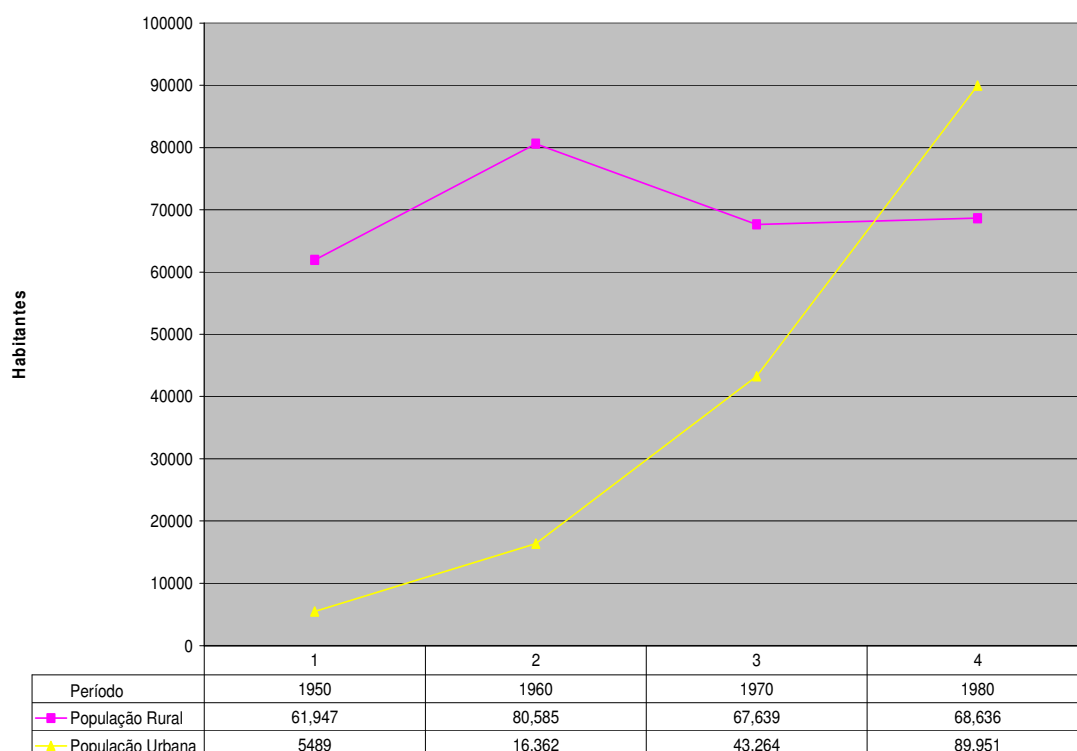
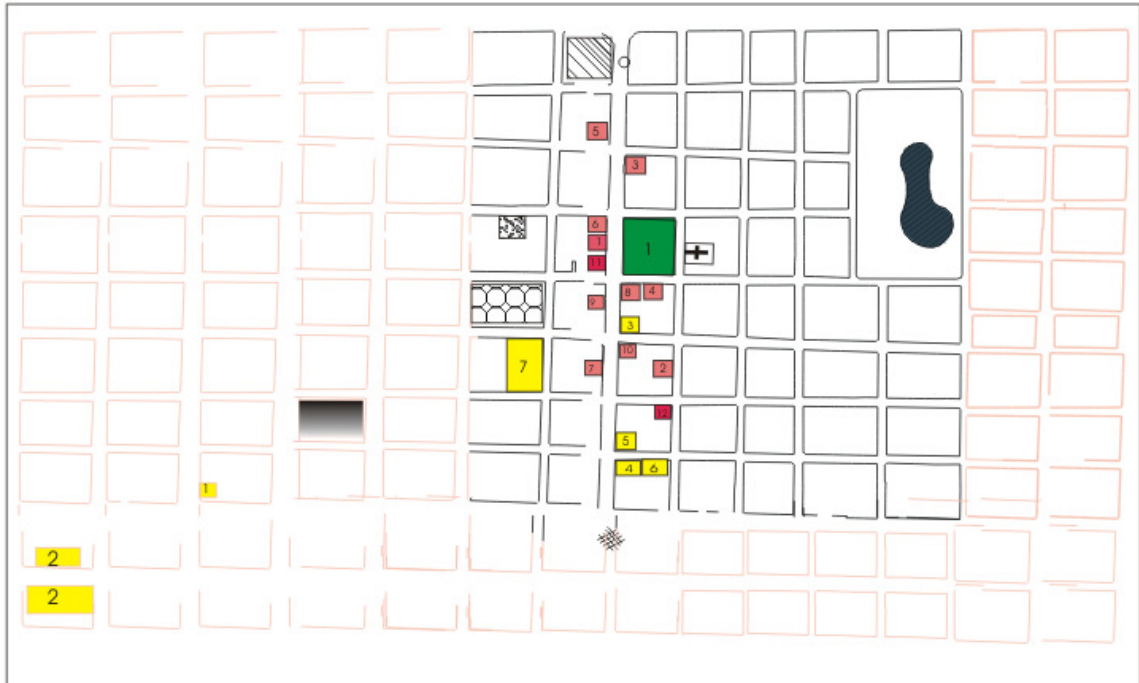


Gráfico 12 – População de Guarapuava – 1950 - 1980.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

Organização: GOMES, 2009.

Ao analisarmos o conjunto desses eventos, percebemos que é nítida a quantidade de equipamentos e serviços urbanos instalados entre as décadas de 1950 e 1980, justamente quando há uma reestruturação produtiva no município, que impulsiona o surgimento dos meios necessários para a realização das atividades, como a qualificação dos meios de comunicação, transportes, serviços e educação. O acréscimo desses elementos não prescindiu de uma reforma urbana, com a revitalização da área central, a substituição de prédios antigos por outros mais modernos (reforçando segundo Turra Neto, 2008) a centralidade comercial da rua XV de Novembro – Mapa 09, os investimentos em pavimentação das ruas e a ampliação de loteamentos para atender ao novo contingente populacional. Entretanto, o aumento dos serviços urbanos e de infra-estrutura não foi acompanhado de uma distribuição equitativa pela cidade, que, ao contrário, concentraram-se na área central, privilegiando o segmento social com maior poder aquisitivo, moradores daquela área, em detrimento da periferia economicamente não privilegiada.



FONTE: Abreu & Marcondes, 1992; Teixeira, 1993; Saldanha, 1998; Bilovus, 2005

ORG: TURRA NETO, 2007

Editora Gráfica: GOMES, M.F.V.B, 2007

Fonte: TURRA NETO, 2008.

Mapa 09 Distribuição do Comércio e Serviços em Guarapuava a partir de 1940

Com a decadência da sociedade campeira e a venda de suas terras, parte dos fazendeiros foram morar na cidade, concentrando-se na área central. Descapitalizados, era necessário criar novas formas para manter seu prestígio social; para isso, buscaram manter-se nos quadros políticos locais e redefiniram sua identidade social a partir de uma nova estrutura, consolidada não apenas pela estratificação econômica, mas pela construção de uma ordem moral, aceita socialmente, e do controle sobre determinadas instituições sociais¹⁶⁴. Assim, a integração com os novos imigrantes foi mediada por um jogo de interesses entre a elite campeira e novos grupos sociais de poder. Conforme Silva (2002, p. 22):

A interdependência criada entre fazendeiros e imigrantes, notadamente aqueles que mantinham atividades urbanas, configurou uma situação onde os primeiros necessitavam ampliar seu domínio num contexto de modernização e crescimento populacional e os outros necessitavam desfrutar do capital relacional de posse dos fazendeiros tradicionais.

Essa união garantiu a modernização conservadora, não só no campo, mas também na cidade, uma vez que o capital e o poder de decisão sobre os investimentos na estrutura urbana, ou estavam nas mãos dos antigos fazendeiros ou dos seus aliados recém-chegados. Manteve-se, assim, a estrutura hierárquica e favorável ao segmento sócio de melhor poder aquisitivo e/ou de prestígio social e materializou-se, no espaço urbano, a desigualdade de distribuição dos serviços e equipamentos de uso coletivo.

Entre 1940 e 1960, o processo de mudança da posse da terra no campo favoreceu a migração para a cidade de um conjunto de ex-agregados e agricultores que, diferente dos fazendeiros, não dispunham dos recursos, nem financeiros, nem simbólicos, para reivindicar uma boa localização de moradia na cidade. Com isso, a demanda em habitação promoveu a ampliação de loteamentos e do perímetro urbano.

Silva (1995), ao estudar o processo de valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR, verificou que, até meados dos anos 1960, o loteamento realizado na área urbana era de iniciativa particular. Tal

¹⁶⁴ Aqui se incluem o Clube Guaíra, instituição social representante da elite guarapuavana; a Igreja Matriz; o Rotary Club; entre outros (SILVA, 2002).

processo foi desencadeado em função da incorporação das áreas do rocio¹⁶⁵ à área urbana. Com isso, o imposto rural passou a ser urbano e a própria integração ao meio urbano passou a dificultar a permanência das chácaras nesse novo espaço. Essa situação levou os proprietários fundiários dessas áreas a promover os loteamentos; ora pela inviabilidade de permanência nessas áreas com as mudanças na cidade, ora em função do crescimento da demanda, sendo o loteamento uma forma de alcançar uma renda que a produção agrícola já não comportava ou, ainda, a melhor capitalização pela venda de terras, em áreas que eram parceladas em consequência das heranças familiares.

Assim, as transformações profundas no campo contribuíram para que a infraestrutura urbana fosse ganhando nova dimensão e a cidade fosse assumindo novo papel. As atividades de comércio, vinculadas às madeireiras e também a modernização agrícola, fizeram ampliar o número de serviços urbanos, bancos, comércio de equipamentos e insumos, estabelecimentos educacionais e instituições públicas, para atender aos novos hábitos e consumo da população. Com isso, também foram sendo exigidos novos profissionais que se concentraram na área urbana, além dos ex-agricultores (SILVA, 1995; 2002).

Os loteadores individuais, como exposto anteriormente, eram predominantemente de tradição agrícola, dono das chácaras do rocio, ou herdeiros ou, ainda, além deles, uma parcela de investidores em transação comercial de terra urbana. Esses, geralmente, não dispunham de capital inicial para realização de investimentos em infraestrutura para os novos loteamentos, apenas abriam as ruas. Num primeiro momento, a prefeitura fazia o trabalho e, posteriormente, os loteadores, geralmente, com maquinário e/ou funcionários “emprestados” da própria prefeitura (SILVA, 1995).

¹⁶⁵ Conforme Silva (2002, p. 12) “O rocio era um dote de terras concedido pela União ao município e constituiu-se no patrimônio que permitiu à cidade se expandir através de concessões que o município fazia. As “datas” resultavam do parcelamento de terras feito no rossió e concedido a outras pessoas. O rossió de Guarapuava era composto de propriedades que “variavam de 0,1 a 30 ha, havendo exceções – [...]”. Além disso, “pela análise dos nomes dos proprietários, verificou-se que estes eram pessoas influentes, que ocupavam posição de mando, possuindo muitos deles mais de uma propriedade. Eram considerados “rocio” da Vila de Guarapuava: Jordão, Vassoural, Morro Alto, Cascavel, Coutinho, Xarquinho (sic) e outros” (ABREU, 1986, p.55 apud SILVA,2002, p.12) (sic). Ainda sobre o rocio da cidade de Guarapuava, ver SILVA (1995) e Tembíl (2007).

Com isso, até o final da década de 1960, haviam sido criados 42 novos loteamentos, e a área da cidade cresceu de 57,717 km² para 1.987,737 km² (Quadro 40), em condições precárias, quanto à qualidade e distribuição de infraestrutura básica. Os lotes eram grandes e neles eram reproduzidas atividades rurais como hortas e galinheiros. A água era abastecida pelas fontes naturais, poços artesianos ou pelos chafarizes, como apresentado no capítulo 02. Somente na década de 1960, foi criado o Serviço Municipal de Abastecimento de Água – SMAA. E, em 1965, a Companhia de Água e Esgotos de Guarapuava (CAEG) (transformada em 1969 na SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto), enquanto a distribuição de energia elétrica¹⁶⁶ do sistema privado, também não dispunha de condições para o atendimento ao total da população. Somente em 1958, a Companhia de Força e Luz do Oeste assumiu a geração e distribuição de energia elétrica na cidade (SILVA, 1995; SILVA, 2002; ABREU e MARCONDES, 1992).

Aos poucos, a terra urbana foi transformando o seu valor de uso em valor de troca. Isso é mais evidente a partir de 1970, com a participação dos incorporadores imobiliários no processo de venda da terra urbana.

A partir de 1970, os processos de intensificação da modernização do campo e de esgotamento da matéria-prima florestal vão se ampliar e, com eles, a expropriação massiva dos agricultores do campo e a liberação da mão-de-obra das

¹⁶⁶ Em 15 de outubro de 1909, a Câmara Municipal decretou a Lei 180, concedendo ao Major Gabriel Lopes Franco a concessão para o serviço de eletricidade no município de Guarapuava-PR. No dia 16 de maio de 1910, o Major Franco vende essa concessão para Silvio Colle e Luigi Antonio Ciscato, originando a Empresa de Eletricidade de Guarapuava Silvio Colle e Ciscato. A primeira unidade produtora de energia de Guarapuava foi uma usina termelétrica inaugurada em 1912, de propriedade dos Srs. Silvio Colle e Luigi Antonio Ciscato. Na época, a cidade tinha aproximadamente 2.600 habitantes. Com o aumento da população, houve melhorias nas instalações elétricas, mas o maquinário já não suportava a demanda. No ano de 1921, Colle e Ciscato desfizeram a sociedade. Ciscato assumiu a empresa e firmou, em 1922, novo contrato com o município, passando a explorar o potencial hidráulico da cidade de Guarapuava. Em 1924, entra em funcionamento a Usina Hidrelétrica Jordão - nas margens do rio Jordão - com um gerador de 100 kW, 50 ciclos e 3.500 V, de fabricação Siemens Schuckert. No ano de 1952, a Empresa de Eletricidade de Guarapuava Silvio Colle e Ciscato foi transferida para os irmãos Schlumberger e Cia. Ltda. E, em 1958, ocorreu a transferência de denominação - da então Empresa Irmãos Schlumberger e Cia. Ltda. - para Companhia Força e Luz do Oeste. Em 1995, a CFLO passa a integrar a Rede Energia e, em 1998, seu contrato de concessão era prorrogado - junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) - até o dia 7 de julho de 2015. A Força e Luz do Oeste é responsável pela distribuição de energia elétrica à cidade de Guarapuava e às localidades de Guará e Jordão, no estado do Paraná, totalizando 47.476 clientes numa área de concessão de 1.200 km². Informações disponíveis em: URL: <http://www.gruporede.com.br/oeste/empresa.asp/> Acesso em 15 agosto de 2009.

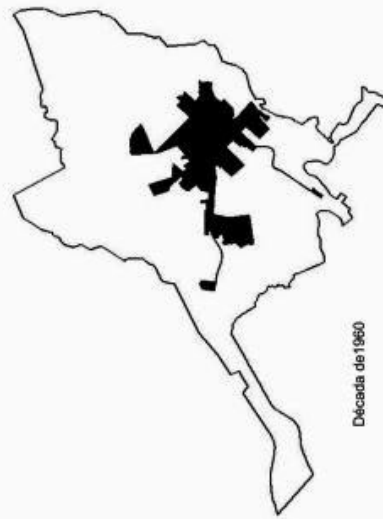
serrarias. O destino urbano desse contingente populacional, associado à transformação industrial das madeireiras, aumentou a demanda por terra urbana.

Paralelo a isso, os novos serviços urbanos exigiam mão-de-obra qualificada para as atividades na cidade (e para prestação de serviço na agricultura, mas de profissionais moradores da cidade, como tratoristas, agrônomos, veterinários), assim como, o aumento das instituições públicas também exigia por novos profissionais, tendo todos eles a cidade como local de moradia.

Nesse momento, os proprietários fundiários impossibilitados de promover seus próprios loteamentos, por desconhecer os trâmites burocráticos e também por não possuírem capital suficiente para fazer o desmembramento da propriedade em lotes urbanos, passaram a estabelecer parcerias com dois empreendedores imobiliários, Marka Empreendimentos Imobiliários e Imobiliária Feroz. O primeiro fazia parceria com o proprietário fundiário, adiantando o capital para viabilizar o loteamento e recuperava o total investido e o valor pelos serviços prestados, com a venda dos lotes. O segundo comprava a terra do proprietário fundiário e fazia ele próprio o loteamento (SILVA, 1995).

Com essa realidade Silva (1995), argumenta que vai surgir um conteúdo novo: as estratégias de valorização da terra, antes não empreendidas pelos loteadores. A primeira dessas estratégias era aproveitar a infraestrutura pública instalada, para valorizar os empreendimentos e, a segunda, era reservar lotes aguardando maior preço na terra. Assim, os novos loteamentos, para a população de baixa renda, foram sendo estabelecidos cada vez mais distantes da área central, aproveitando as novas vias de circulação (Estrada Estratégica, BR 277), bem como a proximidade com as indústrias emergentes. Os loteamentos pericentrais, com maior agregação de valor instalaram-se perto de núcleos habitacionais públicos, que já dispunham de infraestrutura e, com isso, favorecendo a conquista dessa pelos novos moradores, dada sua proximidade (Quadro 41).

Quadro 40 - Loteamentos Urbanos de Guarapuava - PR - Décadas de 1940, 1950 e 1960



Área Loteada em Guarapuava - Décadas de 1940, 1950 e 1960



LIBERVA

Área Urbana Loteada nos decênios de 1940, 1950 e 1960

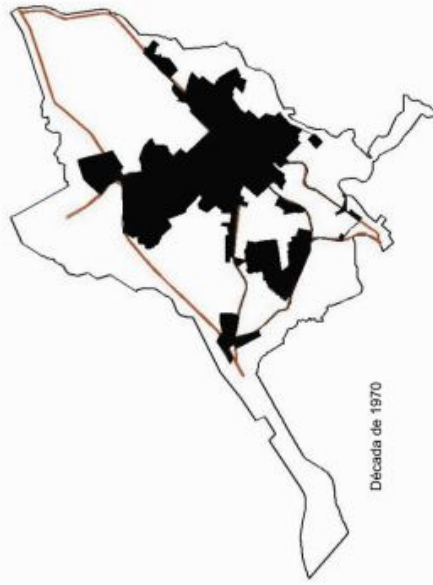
Legenda: Área Urbana Loteada nos decênios de 1940, 1950 e 1960

Fonte: SILVA, 1996. Base Cartográfica Adaptado de DOMES, 2005.

Organização: Secretaria de Trabalho, Vitor Basso Corrêa, 2008. Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nogueira. Co-Orientadora: Rosely Sampaio Antunes.

unesp Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Quadro 41 - Loteamentos Urbanos de Guarapuava - PR - Décadas de 1970 e 1980



Área Loteada em Guarapuava - Décadas de 1970 e 1980






UNESP
 Universidade Estadual Paulista
 "Júlio de Mesquita Filho"

Organização: Marciana de Freitas, Vera Rosa Gomes, 2009
 Operador: João Oliveira Rodrigues Nunes
 Co-Operadora: Flávia Sampaio Antena

Fonte: S.L.V.A., 1995.
 Base Cartográfica: Arquivo do DDMES, 2005.

Quanto aos investimentos públicos em habitação, foram construídos 14 núcleos, entre os anos 1980 e 1990, que visavam atender a uma população de renda média e baixa, que dispunha de comprovante de rendimento. Ao contrário dos investimentos particulares, esses núcleos dispunham de infraestrutura mínima, água e luz. Contudo, com a implementação dos serviços de esgoto e de pavimentação, financiados pelo governo do Estado, a partir de 1970, esses também passaram a dispor desses serviços. Por isso, os empreendedores investiram em loteamentos nessas áreas, beneficiando-se da proximidade desses núcleos mais estruturados (SILVA, 1995).

Também foi desse período o maior investimento em equipamentos coletivos, como: escolas, saúde, transporte, água, esgoto e energia elétrica (Quadro 39), com recursos oriundos do governo do Paraná. Tais investimentos visavam dar uma resposta ao incremento da população urbana, resultado do êxodo rural intenso no Estado, a partir de políticas de desenvolvimento urbano, retendo a população nas cidades médias e diminuindo a pressão das migrações sobre a capital (IPARDES, 1989).

Silva (2002, p.57) esclarece que:

os objetivos do governo do Estado concretizaram-se na modificação da estrutura urbana das cidades de médio porte do Paraná, para as quais se destinaram a maioria destes investimentos, através da atuação de vários órgãos estaduais que espalharam seus escritórios regionais pelo território do Estado. Bastante significativos no processo de reestruturação urbana de Guarapuava foram a atuação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Companhia de Eletricidade do Paraná (COPEL), Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) e Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná (FAMEPAR).

Além do incremento dos equipamentos e serviços urbanos, foi na década de 1970 que surgiram os distritos industriais, Guaratu e Alto Cascavel e, com eles, novos loteamentos. Essa conjuntura impulsionou o setor imobiliário e, no período, Guarapuava chegou a 50 imobiliárias. Entre 1970 e 1980 foram criados 55 novos loteamentos, compondo em 8046,901 km² a área loteada (Quadro 41) (SILVA, 1995).

Contudo, a lógica capitalista da terra urbana como mercadoria, negligenciou a demanda social em prol do mercado. Tanto os loteamentos privados, quanto os públicos, atenderam a uma camada da população que, ou podia pagar pelo lote, ou podia comprovar a renda, mesmo não estando entre a população de maior poder aquisitivo. Aqueles que não dispunham dos recursos e dos comprovantes de renda foram marginalizados, multiplicando as ocupações irregulares na cidade. Em 1993, havia 4694 pessoas vivendo em áreas inadequadas, compreendidas, no Plano Diretor (1993), daquele período, como áreas de “invasão”.

Segundo Silva (2002), até então não havia por parte dos empreendedores, qualquer preocupação com as normas de uso e ocupação do solo, muito menos, responsabilidade para com a infra-estrutura. O próprio poder público não exigia essa responsabilidade do loteador, favorecendo os ganhos, dado os poucos investimentos que faziam para promover os loteamentos. Depois disso, a população e/ou o próprio poder público tinham que arcar com os custos da implementação de água, luz, esgoto e pavimentação. Um outro problema era a ausência do planejamento das ruas, que dificultava a circulação no bairro e, também, inviabilizava os projetos de implantação da rede pluvial e de esgoto.

Todavia, a partir de 1988, com a reforma tributária, houve um redimensionamento dos papéis na gestão das cidades, diminuindo o papel do Estado e ampliando a responsabilidade dos municípios na implementação dos equipamentos e serviços urbanos. Silva (2002) afirma que, após a lei nº45/1987, criada pela FAMEPAR, o município passou a exigir a implantação da infraestrutura por parte dos loteadores, além da reserva de 35% do total do projeto para implementação de equipamentos de uso coletivo. Fato que fez reduzir o número de loteamentos na cidade e, também, de imobiliárias que passaram para 18 unidades nesse período.

O resultado foi a redução da área loteada na periferia. Os empreendedores imobiliários preferiram fazer loteamentos em áreas mais próximas ao centro, buscando o retorno econômico do investimento em infra-estrutura, via fator locacional. Não era interessante empreender loteamentos periféricos para a população de baixa renda, pois o repasse dos custos de infra-estrutura, ao preço do lote, inviabilizaria o poder de compra desse segmento social.

Por outro lado, também o poder público não investiu em habitações populares para atender a demanda. Após a legislação, houve apenas 4 empreendimentos públicos, (Lagoa Dourada, Chemim, Vila Rica e Residencial 2000), com unidades muito aquém da demanda. O resultado foi a ampliação das ocupações irregulares, nas áreas que deveriam ser destinadas à construção dos equipamentos de uso coletivo.

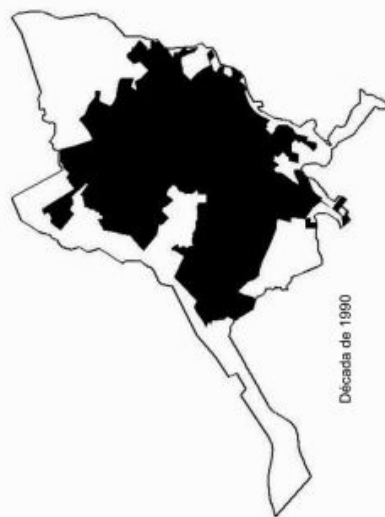
Via de regra, a população ocupou estes locais e, posteriormente, em manobra eleitoreira, houve a reestruturação urbana por parte do município, embora o ocupante do lote não pudesse ter acesso à escritura de propriedade, por serem áreas institucionais, que não podem ser vendidas, doadas ou comercializadas. Assim, a produção do espaço urbano de Guarapuava consolidou a área central e pericentral bem equipadas, com ociosidade de ocupação e, uma periferia adensada, sem infraestrutura.

Entre 1990 a 2009, conforme Americano (2009) foram criados 44 loteamentos, ampliando o total de lotes na cidade (Quadro 42).

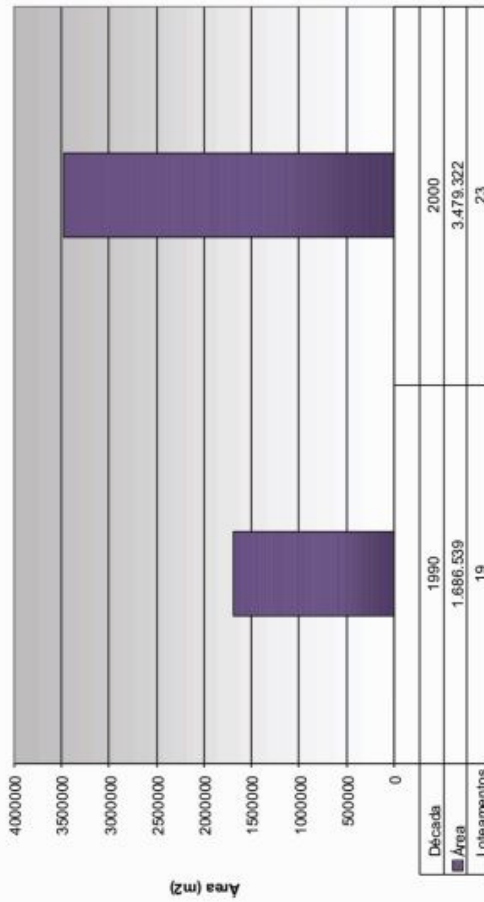
Em 2000, Guarapuava já possuía 154.958 habitantes, 91,37% do total da população do município estava na cidade. O aumento da população foi acompanhado do adensamento na área central e pericentral, bem como a ampliação das ocupações irregulares. Considerando que há, na cidade, muitos lotes vazios, 12.316 unidades (Plano Diretor, 2006), não é por falta de espaço que não está havendo projetos de habitação, mas sim, pelo fato de a terra urbana ser concebida como valor de troca e não de uso, colocando a função social da terra urbana apenas no plano teórico.

Do ponto de vista estrutural, houve um importante aumento dos serviços e equipamentos urbanos em Guarapuava. Comparando o total dos serviços e equipamentos coletivos apresentados nos planos diretores de 1993 e 2006, é possível verificar que os números de atendimentos em água, escola, esgoto, sistema de saúde ampliaram-se, enquanto a demanda por moradia diminuiu (tabela 11 e 12).

Quadro 42 - Loteamentos Urbanos de Guarapuava - PR - Décadas de 1990 e 2000



Área Loteada em Guarapuava - 1990 a 2008



Água	91869
Escola	26145
Esgoto	32632
Energia Elétrica	23751
Sistema de Saúde	43
Lixo	30
Moradia	5000

Fonte: Plano Diretor de Guarapuava, 1993.

Água	41536
Escola	80740
Esgoto	24314
Energia Elétrica	97%
Sistema de Saúde	77
Lixo	429971
Moradia	3174

Fonte: Plano Diretor, 2006

Quanto à moradia, por exemplo, os dados do CEPLUG – Conselho de Planejamento Urbano de Guarapuava indicaram para (2005) “1050 famílias vivem em ocupações irregulares ou situações precárias de moradia; 215 famílias ocupando irregularmente terrenos privados; Aproximadamente 3000 famílias ocupando áreas pertencentes ao município e não regularizadas;” (AMERICANO, 2009, p.29). Portanto, se formos levar em conta o contexto dessas moradias, a demanda é maior que os 3000 apontados no Plano Diretor.

Quanto ao sistema de Esgoto, de 368 ligações em 1976, passou-se, em 1990, para 5167, ou seja, ampliou 92,88% (GRZESZEZYEN, 2008). Em 2007, 101.622 pessoas já haviam sido atendidas pela rede (62,77% do total da população, que à época era de 161.893) (KRÜGER, 2007). De qualquer forma os bairros periféricos são os mais carentes, dentre eles: parte do Bairro Industrial, Vila Carli e

¹⁶⁷ Água: Número de pessoas atendidas; Escola: Número de vagas ofertadas; Esgoto: Número pessoas atendidas; Energia Elétrica: Número de ligações; Sistema de Saúde: Unidades de Saúde; Lixo: Toneladas coletadas por dia; Moradia: Déficit de 5000 casas

¹⁶⁸ Água: Número de residências; Escola: número de matrículas; Esgoto: Número de residências; Energia Elétrica: 97% da população atendida; Sistema de saúde: 77 unidades; Lixo: Toneladas coletadas SEMANAIS; Moradia: Déficit de 3174 casas

Imovel Morro Alto; e a totalidade dos Bairros: Conradinho, Cascavel, Jardim das Américas, Alto Cascavel, Boqueirão, Santana, Morro Alto, e São Cristóvão.

Além desses serviços dados como coleta de lixo e cobertura de áreas verdes¹⁶⁹ também podem nos ajudar a compreender a qualidade ambiental urbana (MORATO et al, 2005). Pelos dados das tabelas 11 e 12, houve um significativo aumento da produção de lixo por bairro, de 30 toneladas/dia, para 60 toneladas/dia¹⁷⁰. Quanto distribuídos pelos bairros, percebemos que a produção também não é eqüitativa (Mapa 10), já que o consumo está diretamente ligado a renda e, nesse aspecto, os bairros que produzem mais lixo são justamente onde se encontra a população de melhor renda (Mapa 03, capítulo 1).

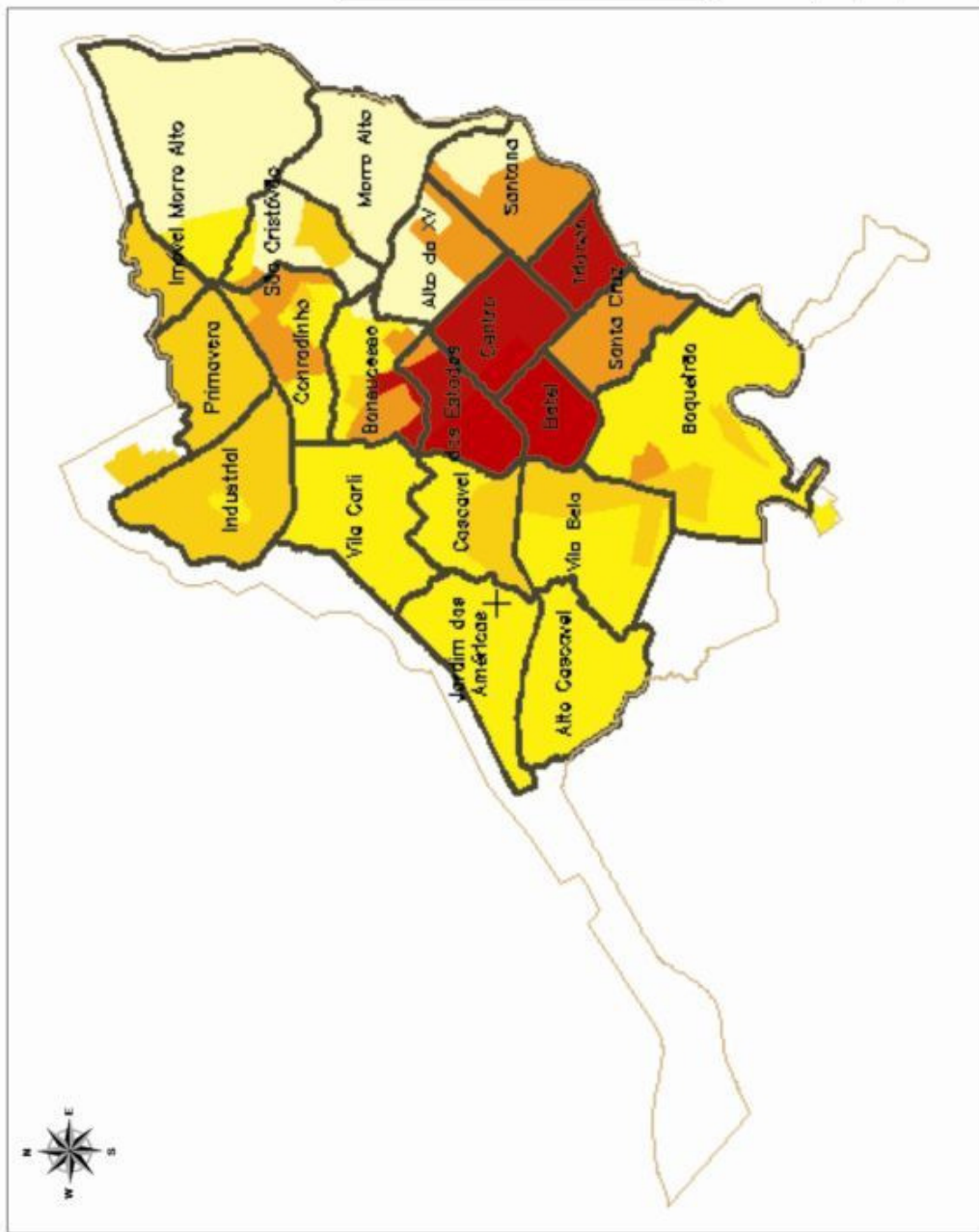
É justamente nas áreas onde está a maior produção de lixo que o serviço de coleta é melhor realizado. No centro a coleta é diária e, nos bairros pericentrais e na periferia, são três vezes por semana, mas há ruas que não são atendidas. Assim como, com poucas exceções a coleta por caminhão é diária.

A que pese a desproporção na produção, a questão da coleta não está ligada à quantidade somente, mas, também, a prioridade do poder público em atender essa área da cidade. Embora, não possamos afirmar, já que não realizamos pesquisa específica sobre isso, há uma hipótese do acúmulo dos lixos em terrenos baldios, nas ruas e nos rios, na periferia. Nos bairros menos atendidos, além das questões culturais o depósito de lixo em locais inadequados, pela população, pode ser pela própria precariedade no atendimento do serviço de coleta.

¹⁶⁹ Tais áreas são indispensáveis tanto para o ambiente físico da cidade (conforto térmico, melhoria do solo, do ar, das águas entre outros), como no sentido de promover melhorias à qualidade de vida da população que utiliza destas unidades como espaços de sociabilidade e lazer. (VAZ, 2007)

¹⁷⁰ Esse valor é uma média já que o dado apresentado por ANTONIO (2006) é de 429.971 por semana.

MAPA 10 - SETORES DE COLETA DE RESÍDUOS DOMICILIARES - GUARAPUAVA-PR - 2006



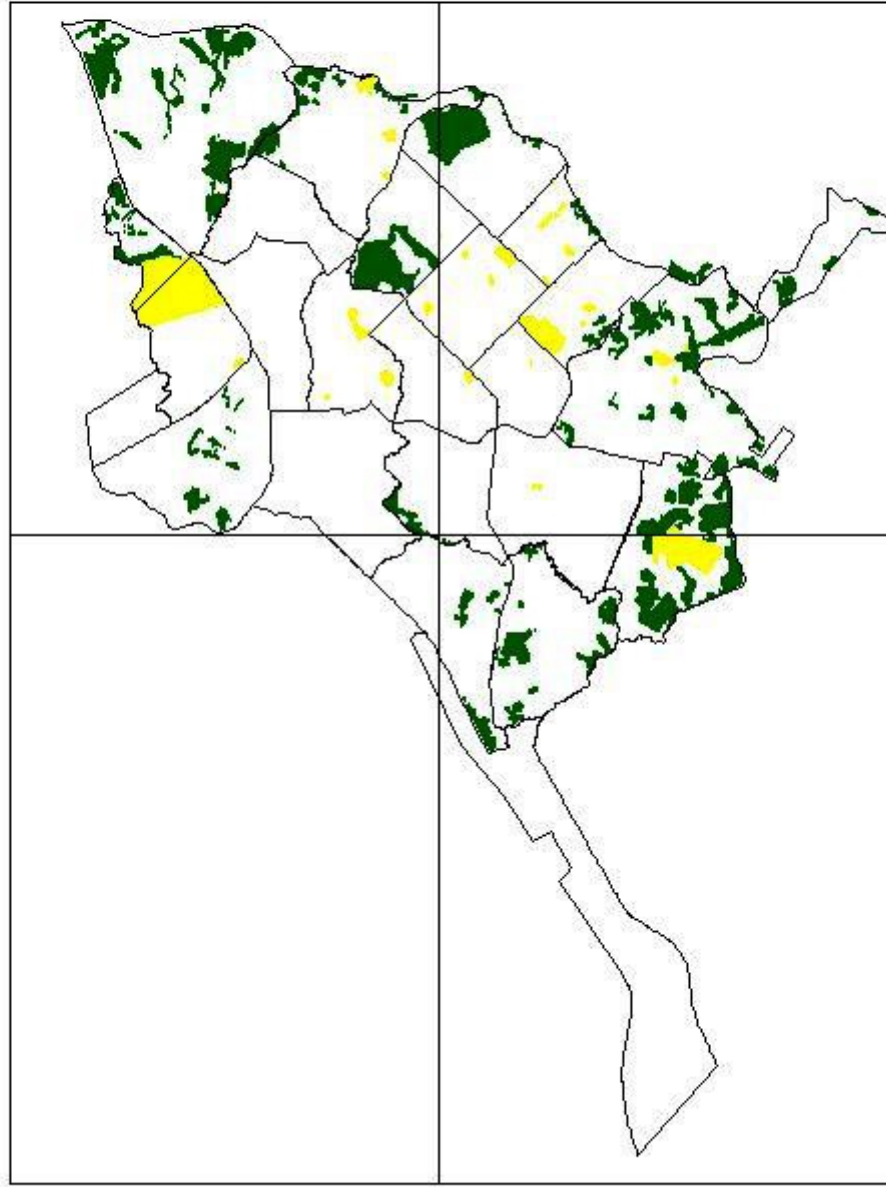
Quanto às áreas verdes, Vaz (2007) realizou uma pesquisa sobre a distribuição e qualidade dessas áreas na cidade. Nessa, ele identificou 20 praças e 09 parques, e um índice de 11 m² de área verde por habitante, o que seria, se compararmos aos dados da ONU, um valor próximo ao ideal (12 m²). Esse número se agregado aos remanescentes arbóreos, 3,91km² em fundos de vale ou em áreas distribuídas na cidade, aumenta ainda mais, próximo a 21 m² (mapa 11). Contudo, o que Vaz (2007) identificou na sua pesquisa é que além da distribuição desigual desses espaços, na cidade, ainda há uma diferença importante quanto à qualidade e acesso a população. Com relação aos parques, exceto o Parque das Araucárias e do Jordão, as condições estruturais são precárias, enquanto em relação às praças, das 20, metade apresentam também carências de infra-estrutura, e conclui:

As praças, quando não localizadas no centro da cidade, estão em bairros circunvizinhos a ele, e uma minoria em bairros periféricos, tendo uma ausência destas em áreas mais populosas. Já os parques estão distribuídos de forma mais equilibrada. [...] calculou-se que a cidade tem um total de 1, 573 km². Destas [áreas verdes] verificou-se que 11 estão bem estruturadas, 2 estão em revitalização e 14 estão mal estruturados. [...] (VAZ, 2007, p.01)

De qualquer forma, a produção do espaço urbano, sem planejamento adequado, com ação indiscriminada do setor privado imobiliário, e/ou dos proprietários fundiários, com a implantação dos loteamentos sem levar em consideração as características do sítio urbano e, sem que houvesse, até 1987, qualquer interferência do poder público, causou vários problemas ambientais que serão expostos no sub-capítulo 4.2.

MAPA 11 – ÁREAS VERDES DA CIDADE DE GUARAPUAVA – PR

449886



72158

7192158

LEGENDA:
Arborização
Parques e Praças

FONTE: VAZ, C.A. de A. Mapeamento das áreas verdes de Guarapuava – PR
Relatório de Iniciação Científica, UNICENTRO, 2007.
GOMES, M.F.V.B. Banco de dados do Atlas Ambiental de Guarapuava, 2009
ORGANIZAÇÃO: GOMES, M.F.V.B., 2009

0.8 0 0.8 1.6 2.3 3.1 km

4.2. Sítio urbano e apropriação do relevo no ambiente urbano em Guarapuava

Para falarmos do problema socioambiental, da cidade de Guarapuava, iremos, primeiro, descrever sobre qual suporte físico a expansão da cidade ocorreu. O sítio urbano de Guarapuava está situado sobre o reverso da escarpa da Serra da Esperança, pertencente à bacia sedimentar do Paraná, no terceiro planalto do Paraná (Quadro 07). Segundo Vestena e Thomaz (2006, p. 75), a área está inserida no “conjunto litológico mesozóico, constituído por rochas sedimentares e de origem continental, de idade triássica e por rochas ígneas extrusivas de composição predominantemente básica de idade jurássica-cretácea (140-120 milhões de anos)”.

Do grupo São Bento, as rochas são da formação Serra Geral, rochas vulcânicas, de origem ígnea, que recobrem a Formação Botucatu, de origem eólica. A escultura topográfica da área está subordinada a esses níveis eruptivos. A estrutura geológica, portanto, desempenha um importante papel sobre a ação erosiva dos canais fluviais. A cidade está na área de drenagem da Bacia do Rio Jordão. Sua malha urbana está assentada sob as bacias do Rio das Pedras, Coutinho, Cascavel que deságuam no Rio Jordão. A maior parte da cidade está sobre a Bacia do Rio Cascavel (Mapa 6 e 12).

O perímetro urbano, de nordeste a sudeste, está limitado ao vale encaixado da Bacia do Rio das Pedras¹⁷¹. O seu ponto mais alto é de 1164 m de altitude, no Bairro Imóvel Morro Alto. Ao norte, na cabeceira da Bacia do Rio Cascavel, a variação altimétrica está entre 1.000 a 1.100 m de altitude, sendo o ponto mais alto 1094 m de altitude, entre os bairros Imóvel Morro Alto e Primavera. Ao noroeste, está o divisor de águas entre a Bacia do Rio Cascavel e a Bacia do Rio Coutinho, formando o fundo de vale do Rio Cascavel, de noroeste a sudoeste (Mapa 6). Ao sul, concentram-se os divisores de água entre os Rios Coutinho, Cascavel e das Pedras com o Rio Jordão. Nessa área, as altitudes estão numa faixa inferior a 940m, no ponto mais baixo e em torno de 1.080 m, no mais alto. Sendo assim, o perímetro urbano se expandiu nas direções leste/sudeste, sul/sudoeste até os limites físicos do relevo, pois, tanto numa direção quanto noutra, a declividade no limite do

¹⁷¹ Variação altimétrica na área da bacia é de 1.280 m na Serra da Esperança e de 960 m na desembocadura, onde se une com o Rio Bananas.

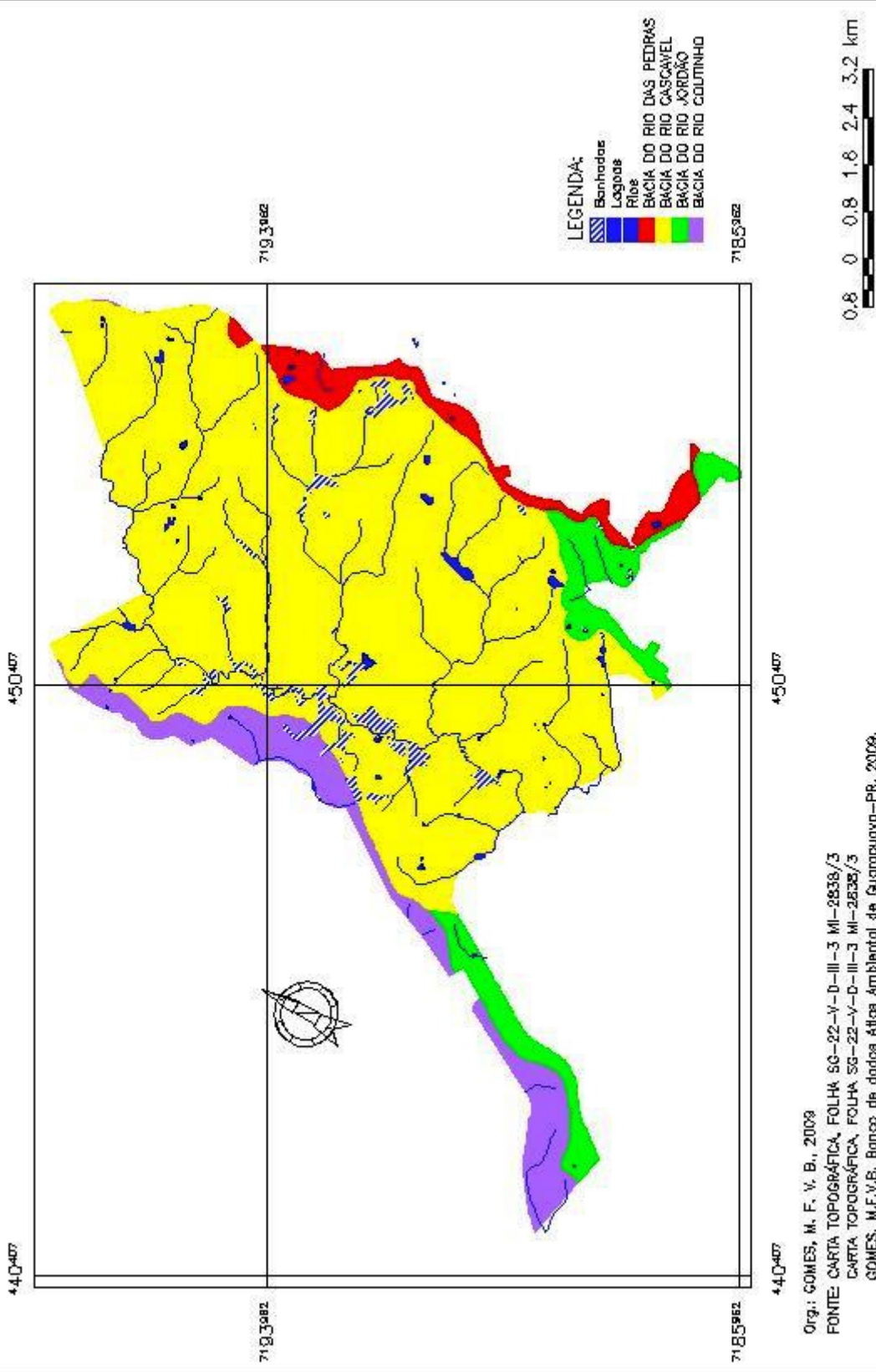
perímetro, ultrapassa os 20%, em áreas de forte fragilidade ambiental¹⁷², particularmente, nas áreas dissecadas do Bairro Morro Alto, Olarias e Boqueirão (mapa 13).

Mais de 81% da área urbana situa-se na bacia do Rio Cascavel, cuja drenagem segue a direção de nordeste a sudoeste, com declives pouco acentuados, entre 0 a 12%, destacando-se os topos suaves das bacias hidrográficas urbanas: Carro Quebrado, Barro Preto e do Engenho (tributárias da Bacia do Cascavel) e a planície de inundação do Rio Cascavel. Considerando a carta hipsométrica da área urbana, há uma variação altimétrica entre 940 e 1160 m de altitude (o ponto mais alto 1164m), com mais de 50% da área de ocupação urbana entre as variações entre 1020 e 1080 m, na vertente esquerda e direita do Rio Cascavel, garantindo a suavidade do relevo. Com relação à morfologia da bacia, a drenagem fluvial dos tributários do rio Cascavel, bem como o escoamento superficial, convergem para o oeste do perímetro urbano, diretamente para o Rio Cascavel, que se estende de norte a sul nessa área da cidade (QUADRO 04).

Considerando que, conforme a cidade foi crescendo, foi sendo reduzida a mata ciliar em torno dos córregos e ampliando a impermeabilização do solo, além do assoreamento do rio Cascavel e dos seus tributários, reduziu-se a infiltração das águas pluviais. Este fato, associado à morfologia da bacia, principalmente onde está a maior parte da ocupação urbana, intensifica os processos de inundação no fundo de vale do Rio Cascavel, onde estão concentrados os bairros Jardim das Américas, Alto Cascavel, Cascavel, Industrial, Vila Bela e Vila Carli, com 36.810 pessoas, 27,94% (IBGE, 2000) da população urbana, predominantemente de baixa renda (Mapa 03).

¹⁷² Ross (2000) propõe classes de fragilidade ambiental, conforme a declividade do relevo: 0-6%, muito fraca; 6-12%, fraca; 12-20%, média; 20-30%, Forte; >30%, muito forte.

MAPA 12 — BACIAS HIDROGRÁFICAS URBANAS DE GUARAPUAVA — PR



Quanto ao sistema de Esgoto, de 368 ligações em 1976, passou-se, em 1990, para 5167, ou seja, ampliou 92,88% (GRZESZEZYZEN, 2008). Em 2007, 101.622 pessoas já haviam sido atendidas pela rede (62,77% do total da população, que à época era de 161.893) (KRÜGER, 2007). De qualquer forma os bairros periféricos são os mais carentes, dentre eles: parte do Bairro Industrial, Vila Carli e Imovel Morro Alto; e a totalidade dos Bairros: Conradinho, Cascavel, Jardim das Américas, Alto Cascavel, Boqueirão, Santana, Morro Alto, e São Cristóvão.(MAPA 13)

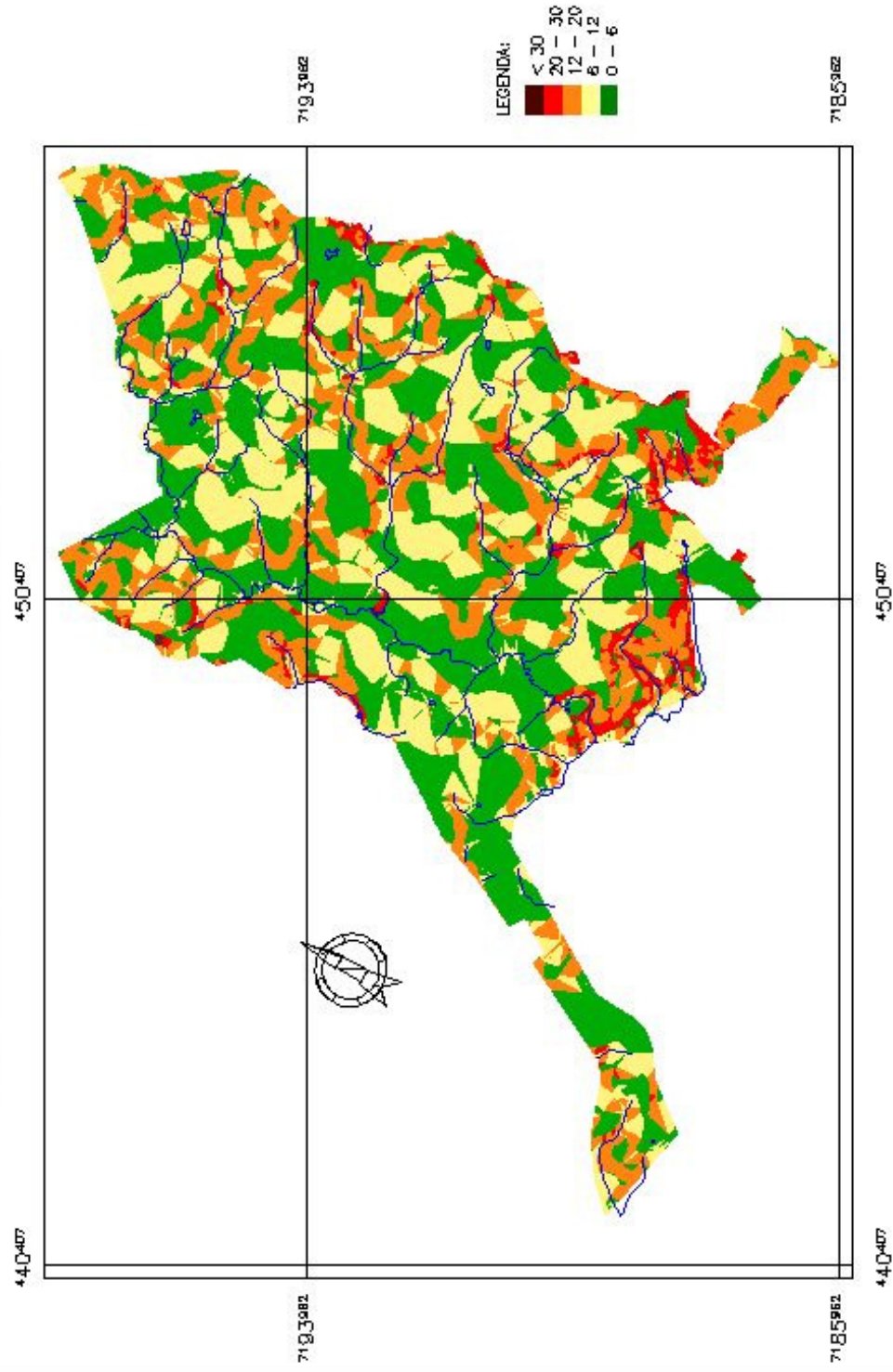
Esse processo é agravado pela característica do solo urbano. Segundo a Mineropar (1992), os solos da cidade de Guarapuava se dividem em: Neossolos Litólicos, Latossolos e Organossolos (Quadro 43). Os Neossolos litólicos são solos menos desenvolvidos, sem horizonte B diagnóstico, com pouca expressão de processos pedogenéticos.

O contato lítico ocorre a menos de 50 cm da superfície, por isso possuem restrições de uso agrícola, em função da pedregosidade e, no caso urbano, geralmente, encontram-se em áreas de encostas, com declividade próxima ou superior a 20%. Na cidade de Guarapuava, esses solos estão distribuídos, principalmente, nas vertentes mais dissecadas dos fundos de vale dos rios urbanos e nas áreas de maior declive, nos limites com a bacia do Rio das Pedras e Jordão.

Os latossolos¹⁷³ são solos constituídos de material mineral e apresentam horizonte A em profundidade de 0-20 cm e B latossólico dentro de 200 cm da superfície do solo, imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A. São solos em avançado estágio de intemperização, virtualmente destituídos de minerais primários, muito evoluídos, profundos e com estrutura bem desenvolvida. Na cidade de Guarapuava, estão distribuídos pelos topos e/ou nas vertentes suaves.

¹⁷³ A descrição de solos é baseada na classificação organizada por Luiz (2006), com base nos trabalhos de Muller e Pott (2004).

MAPA 13 – CLINOGRÁFICO DA CIDADE DE GUARAPUAVA – PR



Os organossolos são solos pouco evoluídos, constituídos por matéria orgânica, proveniente do acúmulo de restos vegetais com grau variável de decomposição, em ambientes mal drenados ou em ambientes úmidos de elevada altitude. Apresenta coloração preta, cinzenta muito escura ou marrom, e elevados teores de carbono orgânico¹⁷⁴. Na cidade de Guarapuava, os solos turfosos se distribuem nos fundos de vale, próximos aos canais fluviais.

Baseando-se nessas condições físicas da cidade, a MINEROPAR realizou uma classificação das áreas de aptidão de ocupação em Guarapuava e realizou o mapeamento de risco ambiental (Quadro 44).

Pelo mapa de risco ambiental, pode-se verificar que, as áreas classificadas com potencial de risco geológico 1 são aquelas que acompanham as nascentes e fundos de vales dos cursos hídricos das bacias hidrográficas. As áreas classificadas com potencial de risco geológico 2 são aquelas localizadas na média vertente com declividade > 10%. E as áreas com potencial de risco geológico 3 são áreas de relevo suave e topos, com declividade < 10%.

Estas áreas estão distribuídas nos bairros, da seguinte maneira: Bacia do Rio Cascavel, os bairros: Imóvel Morro Alto, Araucárias, Aldeia, Industrial, Primavera, Vila Carli, Jardim Américas e Olarias; Bacia do Arroio do Engenho; os bairros: Boqueirão, Santa Cruz, Batel, Vila Bela e Alto Cascavel; Bacia do Arroio do Carro Quebrado, Morro Alto, Santana, Alto da XV, São Cristóvão, Jardim dos Estados, Bonsucesso, Cascavel e Vila Carli; Na Bacia do Arroio do Barro Preto, os bairros: São Cristóvão, Conradinho, Bonsucesso e Vila Carli (Quadro 44).

Dentre essas áreas, o centro da cidade de Guarapuava, está assentado na bacia do Arroio do Carro Quebrado, cujo uso e ocupação do solo adensado são feitos com edificações residenciais e comerciais, favorecendo sua intensa impermeabilização, a redução da cobertura arbórea nas nascentes e dos fundos de vale. A maior parte do seu curso é canalizada e os poucos córregos não canalizados, recebem uma grande quantidade de esgoto doméstico e lixo (quadro 45)

¹⁷⁴ Souza & Camargo Filho (2007, p. 40) desenvolveram uma pesquisa sobre as áreas turfosas no fundo de vale do arroio do Carro Quebrado, em Guarapuava, classificando-as como áreas de concentração de “restos vegetais, em grau variável de decomposição, caracterizados pela cor escura, turfosa, cheiro peculiar e alta plasticidade. [...] Têm uma vegetação muito característica, representada por campos de várzeas, com predomínio de gramíneas e ciperáceas.”

As demais bacias urbanas também possuem adensamento de uso e ocupação do solo, com edificações residenciais. Parte delas é impermeabilizada (pois há ausência de asfalto em vários segmentos da periferia), ocorrendo redução da cobertura arbórea nas nascentes e fundos de vale, com exceção das nascentes do Arroio do Engenho, no bairro Boqueirão, que têm parte dos seus cursos canalizados. Na bacia do Rio Cascavel, por sua vez, que recebe as águas dessas outras bacias, além das características e problemas semelhantes, quanto ao uso e ocupação do solo, destacam-se ainda mais, as questões envolvendo ocupações irregulares, adensamento residencial, esgoto doméstico, industrial e lixo. É a área mais sujeita à inundação, devido à morfologia do relevo de Guarapuava e todos os demais processos de uso e ocupação do solo.

Quadro 45 – Caracterização das Áreas de Preservação Permanente , Arroio do Carro Quebrado - Guarapuava-Pr		
Foto em campo	Imagem de satélite da área	Caracterização da área
1 		Imagem captada próximo à jusante do Arroio, nota-se que a vegetação arbórea quase não existe, restando no local apenas vegetação rasteira e arbustos de pequeno porte.
2 		Despejo de esgoto sem tratamento no rio, comprometendo a qualidade da água e a saúde dos moradores locais.
3 		Novamente muito lixo e poluição, a vegetação ciliar é de pequeno porte, ficando restrita apenas a arbustos e algumas árvores em áreas isoladas.
4 		Práticas de queimada muito próximo ao leito do rio, inibindo assim o crescimento da vegetação e destruindo a que ainda resta. Despejo de dejetos também são encontrados nesta área.
5 		Área que encontra-se com pouquíssima vegetação ciliar, isso devido a ocupação deste solo para a moradia, área fortemente suscetível a alagamentos.
9 		Ocupação para moradia em área muito próxima ao curso do rio podem ser notadas nesta imagem, percebe-se também a tentativa em conter o desbarrancamento construindo muros de arrimo.
10 		Ocupação irregular para moradia, além de muito lixo, é observado nesta área, é possível observar também o assoreamento do rio devido ao movimento de massas.

Fonte: PUSSININI; GOMES, 2007.

Neste aspecto, com relação às enchentes e inundações na área urbana de Guarapuava, Amaral e Thomaz (2007) classificaram as áreas mais problemáticas (Quadro 46) e que são mais impactadas em períodos de alta pluviosidade. Para isso, os autores buscaram conceituar o problema. Quanto à noção de inundação:

Para o nosso entendimento, inundação é aquele fenômeno hidrogeomorfológico que possui sazonalidade, caracterizada pelo excesso hídrico que leva à situação de caos na bacia de drenagem e/ou hidrográfica que pode ser caracterizada pela enchente e que ocupa expansão areal horizontal de alguns quilômetros a centenas de quilômetros, adquirindo espaço vertical suficiente para sobrepor casas e até árvores.

Já o alagamento em caráter natural seria um fenômeno que não possui sazonalidade, decorrendo de eventos extremos de precipitação pluvial, agindo por poucas horas ou dias, e não possui expansão areal tão ampla quanto à inundação.

Quadro 46 – Áreas Afetadas por Alagamentos, Dinâmica Provável do Processo e Porcentagem dos Alagamentos nos Bairros de Guarapuava-PR			
Dinâmica Provável	Bairros	Freqüência Absoluta	Freqüência Relativa
Rápido	Centro	8	14,28
	Conradinho	1	1,78
	Santa Cruz	7	12,5
	Trianon	3	5,35
Rápido-Gradual	Industrial	5	8,92
Gradual	Alto da XV	1	1,78
	Bonsucesso	2	3,57
	Morro Alto	1	1,78
	São Cristóvão	3	5,35
	Vila Carli	1	1,78
Gradual-rápido	Batel	1	1,78
	Boqueirão	7	12,5
	Jardim das Américas	5	8,92
	Primavera	1	1,78
	Vila Bela	5	8,92

FONTE: AMARAL e THOMAZ, 2008.

Adaptação e organização: GOMES, 2009.

Baseando-se nestes conceitos, os autores separaram as áreas em alagamentos rápidos e graduais. Os rápidos são aqueles que desencadeiam

impactos em minutos e/ou algumas horas e os graduais são impactos devido a processos que ultrapassam seis horas. Esses impactos variam conforme a intensidade da chuva, condição de ocupação do solo e morfologia da bacia de drenagem (AMARAL e THOMAZ, 2008).

Observando o Quadro 46 podemos verificar que a maior quantidade de alagamentos, no período entre 1998-2006, foi na área central e pericentral, nos bairros Santa Cruz e Trianon, e na periferia, nos bairros Conradinho, Batel, Boqueirão, Jardim das Américas e Vila Bela.

Os processos que explicam a freqüência dos alagamentos no centro foram supracitados, quando buscamos explicar o uso e a ocupação do solo da Bacia do Arroio do Carro Quebrado, destacando-se o adensamento das edificações e canalizações dos rios. No caso dos demais bairros vale ressaltar o papel do sítio urbano na intensificação dos processos.

Esses processos de apropriação do relevo, associados à terra urbana como mercadoria, têm intensificado os problemas ambientais e materializado a desigualdade socioambiental na paisagem, na medida em que se desenvolve a apropriação social da cidade.

4.3. Desigualdade socioambiental no espaço urbano de Guarapuava

O processo de apropriação social da cidade está condicionado a produção do solo urbano, em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o espaço do habitar, seu valor de uso, coexiste com o espaço mercadoria, o valor de troca. A supremacia desse último negligencia tanto as condições físicas do sítio urbano, quanto o espaço social, pois, materializa a assimetria da distribuição de renda na paisagem urbana, onde a ocupação e uso do solo, se dão de forma diferenciada, conforme as classes sociais. Isso porque se, por um lado a produção desse espaço é coletiva, por outro, sua apropriação é desigual.

Considerando que o sítio urbano possui limitações de uso e de condições de habitabilidade, o mercado distribui os grupos sociais conforme suas possibilidades de pagamento pelos setores mais valorizados ou não da cidade, em

função da distribuição dos equipamentos e serviços urbanos, atributos paisagísticos e culturais.

Também a natureza é ambivalente na cidade. Se por um lado, rios, lagos, áreas verdes (quando bem estruturadas), são agregados ao valor da terra; Por outro, esses elementos também podem desvalorizar os locais, basta que eles sejam em área desprivilegiadas socialmente, ou apresente alguma degradação (lixo, mau cheiro, deficiente infra-estrutura etc) e, neste caso, os rios são canalizados, as praças e demais espaços arborizados dão lugar ao ambiente construído. É a mercantilização da natureza na cidade.

Dessa forma, o espaço urbano é um produto social, resultado de inúmeras ações no tempo. Ele é composto por agentes que produzem e consomem espaço. Esses fazem e refazem o espaço urbano, são eles: proprietários fundiários e dos meios de produção; promotores imobiliários, o Estado, e grupos sociais excluídos. A ação desses agentes varia conforme a dinâmica de acumulação do capital e das relações de produção e dos conflitos de classe (CORREA, 1995).

Enquanto alguns grupos sociais e setores da cidade possuem toda a infra-estrutura necessária, outros carecem de moradias, saneamento básico, segurança, transporte coletivo, coleta de lixo, etc. A contradição é evidente entre o modo de vida urbano e a qualidade do ambiente.

Portanto, é no campo de forças estabelecido entre esses agentes, que o espaço urbano é produzido. A cidade é a expressão material desses processos. Enquanto mercadoria, o espaço urbano estrutura-se e diferencia-se internamente, socializando a produção, mas distribuindo desigualmente os proveitos e rejeitos dos processos produtivos. E, assim, a desigualdade social se materializa em socioambiental.

Em Guarapuava há concentração de renda acompanhada de reduzidas políticas públicas¹⁷⁵ para o ambiente urbano, esse processo é expresso na sua paisagem.

¹⁷⁵ A formulação de uma política pública se dá quando grupos da sociedade civil ou grupos vinculados diretamente ao Estado discutem questões a serem incluídas na agenda pública para, posteriormente, serem regulamentadas enquanto lei. Elas devem, assim, expressar os interesses e as necessidades de todos os envolvidos no processo de formulação e inclusão dessas questões na agenda de governo (MORIMITSU e SILVA, 2008).

Buscando verificar quais são os locais que, do ponto de vista socioambiental, são mais problemáticos, realizamos o mapeamento da qualidade ambiental¹⁷⁶ (Mapa 16) utilizando da metodologia de Morato et al (2005, p.68), assim justificada pelos autores:

a metodologia proposta para a avaliação da desigualdade ambiental em áreas urbanas divide-se em duas vertentes. Na primeira, é analisada a qualidade ambiental de vida e a saúde da população. Na segunda, são analisadas as desigualdades espaciais na distribuição dos índices de qualidade ambiental. A qualidade ambiental urbana, neste trabalho, é entendida como a provisão de condições adequadas para o conforto e a saúde da população. Assim, incluem-se as condições de abastecimento de água, o destino da água servida e do lixo, a ocorrência de domicílios improvisados e a presença de cobertura vegetal.

Os parâmetros para elaboração dos índices seguiram a proposta dos autores supracitados, com as variáveis: moradias improvisadas, abastecimento de água, esgoto sanitário, coleta de lixo e as áreas verdes (Anexo 4)

As quatro primeiras variáveis foram calculadas a partir dos dados por setor censitário do IBGE (2000)¹⁷⁷, enquanto as áreas verdes foram obtidas a

Conforme Silva (2002) a participação da população na construção de instrumentos de gestão da cidade como o Plano Diretor, é muito incipiente em Guarapuava, sobretudo, por questões políticas. Quando essa participou da elaboração do Plano Diretor de 1993, havendo a busca pela participação população, políticos locais coibiram o processo e restringiram a participação popular dos membros no Conselho do Plano Diretor, apenas um era da comunidade. Ao observar as atas dos Planos Diretores de 2006, verificamos que, embora aberta ao público, às reuniões aconteciam em horários comerciais e, muitas vezes, em lugares fora da sede urbana, como no distrito de Entre Rios. Esses dois fatores combinados reduzem a possibilidade da participação da população trabalhadora. As praças centrais e pericentrais foram restauradas e equipadas, enquanto as da periferia mantiveram-se sem infra-estrutura, com exceção do Parque das Crianças e Parque das Araucárias. Além disso, a pavimentação também é reduzida nos bairros periféricos, contraditoriamente, onde está a maior parte da população urbana. Quanto à saúde os hospitais concentram-se no centro urbano e os postos de saúde de 24 horas estão em apenas dois bairros opostos na cidade, no Trianon e Primavera.

¹⁷⁶ Os autores proponentes dessa metodologia identificam a desigualdade ambiental como similar ao conceito de injustiça ambiental, que seria o oposto de justiça ambiental. Para eles “entende-se por Justiça Ambiental o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas de programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas.” (MORATO et al, 2005, p. 66).

¹⁷⁷ Quanto às variáveis do IBGE, os dados são estabelecidos por distribuição dos serviços por setores, para os dados de abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo e o número de unidades de moradias improvisadas pelo setor. Neste caso, é necessário certo cuidado com o total apresentado pelo IBGE, pois os critérios para a definição de moradia improvisada dizem respeito à

partir do mapeamento do total de cobertura arbórea remanescente¹⁷⁸ no espaço urbano, isoladamente ou em fundos de vale, e a área de parques e praças (Mapa 11). Para padronizar a unidade consideramos todas as variáveis entre 0 e 1,000.

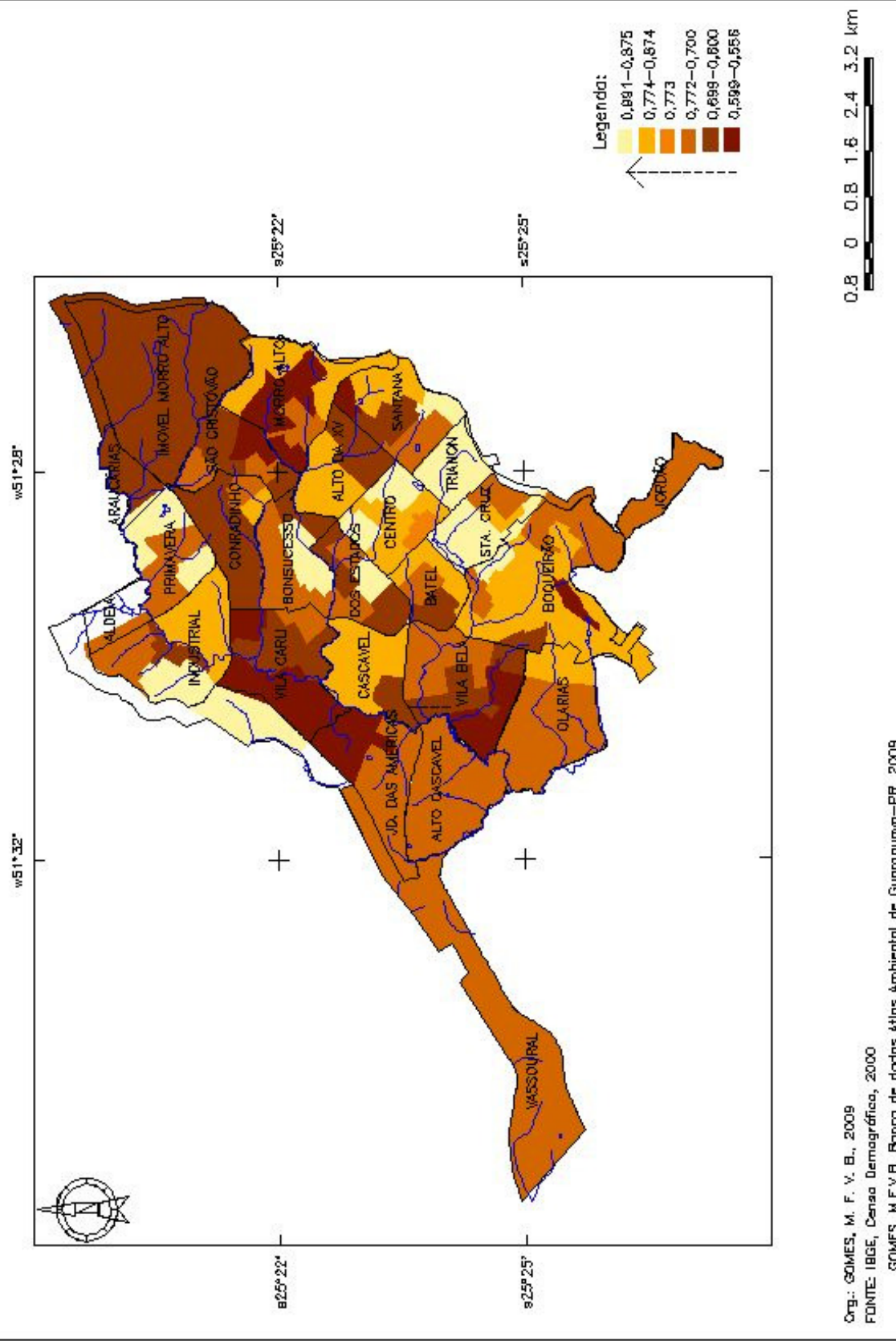
Os resultados obtidos foram divididos em seis classes, tendo como referência a média de qualidade ambiental para a cidade, que nesse caso, foi de 0,773. Os índices superiores a essa medida foram classificados em categorias A e B; a média em categoria C; e as abaixo, em categorias D, E, F. No Mapa 16, buscamos representar essas áreas e identificar a tendência espacial.¹⁷⁹ No gráfico 13, verificamos que 12,03% dos bairros estão na categoria A, 19,15% estão na categoria B, 0,31% na C; 35,08% na D, 24,92% na E, e 8,48% na F.

ausência, por parte da moradia, de sistemas de energia elétrica e água encanada, bem como materiais improvisados na construção das casas, como tapumes e madeiras. Porém, pode ocorrer que aquelas residências, que recebem os serviços de água e luz, mesmo sendo construídas com materiais que sugerem fragilidade, como os próprios tapumes, podem não ser consideradas improvisadas pelo recenseador. Nesse caso, há aumento do índice, o que pode camuflar a realidade. Em Guarapuava, o número de moradias apresentado por setor é de certa maneira, questionável, pois é característica, nos bairros periféricos, as casas de madeira serem mal conservadas e até mesmo com problemas quanto a cobertura, apresentando apenas água e luz, sendo estruturalmente inadequadas, pois a água é coletada de um poço coletivo por mangueira (que, às vezes, estão sujeitas a contaminação) e/ou a luz é apropriada clandestinamente (LOPES, 2006). Portanto, embora seja representativo esse índice, entendemos que, em uma pesquisa específica sobre o tema, os números encontrados em determinados setores dos bairros periféricos seriam bem maiores do que os apresentados pelo IBGE (2000), se os critérios utilizados pelo recenseador fossem menos subjetivos.

¹⁷⁸ Guzzo et al (2004) define áreas verdes como aquela em que: “há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias públicas, que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas”. Conforme Vaz (2007), a questão das áreas verdes urbanas tem sido objeto de pesquisa em várias áreas do conhecimento. Via de regra, a temática envolve o urbanismo e planejamento urbano. São consideradas áreas verdes, os espaços que envolvem a vegetação arbórea, sobretudo, as praças, jardins públicos e parques urbanos. Estes espaços são de uso coletivo, mas nem sempre são públicos. As áreas verdes possuem vários papéis na qualidade ambiental urbana, principalmente, por envolver conforto térmico, estética e espaço de lazer para a população. Contudo, nem todas essas áreas estão bem cuidadas e distribuídas equitativamente nas cidades. Geralmente, os bairros mais nobres usufruem de áreas bem estruturadas, enquanto a periferia carece de condições socioambientais adequadas. O índice de vegetação por habitante na cidade de Guarapuava, considerando o mapeamento realizado, é de 11 m²/hab. Tal número é semelhante ao proposto pela ONU (Guzzo et, 2004), que seria 12 m², mas abaixo do proposto para a Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, que sugere 15m². Embora, o índice de vegetação proposto pela ONU, seja questionável do ponto de vista da análise apenas quantitativa, para essa metodologia, foi necessário à construção de um índice numérico, por isso, seguimos a proposta de Morato et al (2005), que inclui o índice de área verde para o mapeamento da qualidade ambiental, utilizando-se da proposta da ONU. De qualquer forma, na análise particular de cada setor, buscamos relativizar a análise quanto aos índices elevados para aquelas áreas verdes não disponíveis ao acesso da população, bem como não apresentam condições adequadas dos equipamentos (playground, quadras poli esportivas, pista de caminhada etc.) e a quantidade e qualidade da cobertura arbórea, conforme análise realizada por Vaz (2007), que classificou as praças e parques de Guarapuava, qualitativamente, classificando-as como bem estruturadas, em revitalização e mal estruturadas.

¹⁷⁹ Utilizamos do modo de implantação Zonal, variável cor, representação ordenada.

MAPA 16 — QUALIDADE AMBIENTAL NA CIDADE DE GUARAPUAVA — PR



Org.: GOMES, M. F. V. B., 2009

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000

GOMES, M.F.V.B. Banco de dados Atlas Ambiental de Guarapuava-PR, 2009.

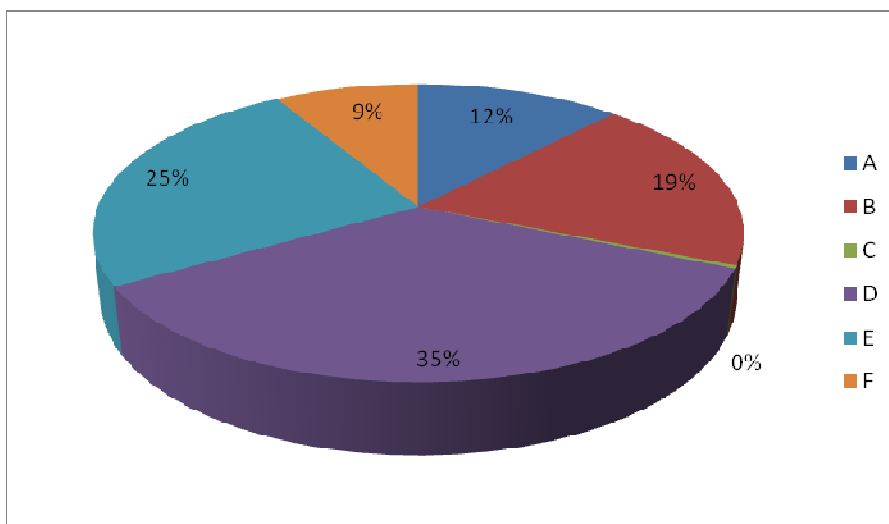


Gráfico 13. Categorias de Qualidade Ambiental (%).
Org.: GOMES, M. de F. V. B., 2009.

Categoria A, 0,875 – 0,991: Os setores classificados nesta categoria, possuem índices elevados para todas as variáveis, com algumas exceções para o esgoto sanitário e coleta de lixo. Os setores censitários estão distribuídos pelos Bairros: Centro, Trianon, Santa Cruz, Santana, Bairro dos Estados, Bonsucesso, Industrial, Primavera e Araucárias, Boqueirão.

Quando comparados com a distribuição de renda da população (Tabela 13) verificamos que nos bairros Centro e Trianon, respectivamente, 62% e 55% da sua população possui renda acima de 5 salários mínimos, ou seja, mais da metade da população recebem acima de R\$ 2325,00¹⁸⁰. Enquanto os demais bairros, acima 59,45% da população possuem renda na faixa entre ½ e três salários mínimos, ou seja, de até R\$ 1395,00. Os setores dos bairros Centro e Santa Cruz apresentam bons índices em todas as variáveis, enquanto os setores indicados nos bairros: Santo Cruz, Bonsucesso e Araucárias (bairro integrado ao bairro Primavera), têm bons índices em todas as variáveis, diminuindo em relação ao conjunto apenas para esgoto sanitário e coleta de lixo, mesmo assim são valores que ultrapassam 0,875. Nestes bairros, é importante ressaltar que, os índices homogêneos ficaram entre a quantidade de área verde, água e energia elétrica.

¹⁸⁰ Esses valores atuais (a partir de 01.02.2009) do salário mínimo de R\$ 465,00.

Tabela 13 - Distribuição de Renda da População de Guarapuava - PR/ IBGE 2000

Bairros	sem rend.	%	1/2 a 3 salários	%	3 a 5 salários	%	5 a 10 salários	%	10 a 15 salários	%	< 15 salários	%	Total
1 Im. Morro Alto	5	4,63	85	78,70	9	8,33	7	6,48	1	0,93	1	0,93	108
2 Primavera	72	3,91	1217	66,07	302	16,40	166	9,01	58	3,15	27	1,47	1842
3 São Cristóvão	160	8,62	1057	56,92	342	18,42	236	12,71	29	1,56	33	1,78	1857
4 Morro Alto	224	9,64	1579	67,94	327	14,07	155	6,67	16	0,69	23	0,99	2324
5 Conradinho	162	7,91	1283	62,62	340	16,59	210	10,25	36	1,76	18	0,88	2049
6 Industrial	158	9,92	1160	72,86	179	11,24	82	5,15	7	0,44	6	0,38	1592
7 Vila Carli	370	12,13	1924	63,08	422	13,84	264	8,66	32	1,05	38	1,25	3050
8 Bonsucesso	134	7,00	908	47,46	309	16,15	335	17,51	100	5,23	127	6,64	1913
9 Alto da XV	31	3,04	403	39,51	173	16,96	218	21,37	82	8,04	113	11,08	1020
10 Santana	175	7,44	1391	59,17	316	13,44	324	13,78	62	2,64	83	3,53	2351
11 Centro	60	3,12	394	20,51	262	13,64	430	22,38	234	12,18	541	28,16	1921
12 Trianon	34	2,70	356	28,25	177	14,05	328	26,03	141	11,19	224	17,78	1260
13 dos Estados	58	4,23	506	36,91	251	18,31	323	23,56	88	6,42	145	10,58	1371
14 Santa Cruz	65	3,22	919	45,54	341	16,90	416	20,61	122	6,05	155	7,68	2018
15 Batel	71	5,42	574	43,82	237	18,09	266	20,31	74	5,65	88	6,72	1310
16 Cascavel	60	10,54	357	62,74	74	13,01	67	11,78	7	1,23	4	0,70	569
17 JD. das Américas	76	7,97	733	76,83	90	9,43	42	4,40	8	0,84	5	0,52	954
18 Vila Bela	292	9,72	1949	64,88	444	14,78	265	8,82	38	1,26	16	0,53	3004
19 Alto Cascavel	71	15,07	352	74,73	31	6,58	10	2,12	3	0,64	4	0,85	471
20 Boqueirão	448	9,60	3024	64,80	672	14,40	390	8,36	67	1,44	66	1,41	4667

Organização: GOMES,
M.F.V.B.,2009.

Em cada local há um equipamento urbano que explica o processo de qualificação da infra-estrutura, a exemplo do bairro Santa Cruz, cujo setor que se destaca é aquele onde se encontra a Universidade Estadual do Centro-Oeste. No bairro Araucárias, a área de melhor qualidade ambiental, e o segmento que abrange o Parque das Araucárias, com importante reserva florestal. No bairro Primavera, o setor privilegiado está localizado no trevo entre a BR 277 e PR 466, onde se concentram a creche municipal e a unidade básica de saúde, além de algumas pequenas indústrias; O setor indicado no bairro Santana caracteriza-se pelo residencial de classe média alta, no limite do perímetro urbano com o vale do Rio Jordão, que incorpora esse atributo paisagístico e agrega valor ao bairro. Nesse caso, em particular, há uma boa infra-estrutura com bons níveis em todas as variáveis, mas quando analisamos o entorno, observamos uma queda nos índices. Assim, o setor se diferencia dos demais, não só nos serviços e características indicadas no mapa, mas, também, em relação a outros equipamentos e infra-estrutura, como asfalto e esgoto (Quadro 47).

Categoria B, 0,840 – 0,774: Os setores classificados nesta categoria possuem índices elevados em todas as variáveis, mas inferiores a Categoria A, em função de dois menores índices em Esgoto Sanitário e Coleta de Lixo. Contudo, eles melhoram quando associados à vegetação. Os setores situam-se nos bairros, Centro, Boqueirão, Santana, Morro Alto, Alto da XV, Batel, Santa Cruz, Conradinho, Olarias (integrado ao Boqueirão), Industrial e Cascavel. Quanto à renda, acima de 86% da população dos bairros Morro Alto e Cascavel estão na faixa entre $\frac{1}{2}$ e 3 salários mínimos, ou seja, de até R\$ 1395,00. Quando analisamos cada um, isoladamente, percebemos que há uma discrepância interna no bairro. Dentre as três variáveis responsáveis pela redução e elevação dos índices, a que mais interfere negativamente é o esgoto sanitário, enquanto, a cobertura arbórea é um fator positivo. Nesse caso, o responsável por diminuir os índices nessa categoria, em relação a A, é a quantidade do recebimento dos serviços de esgoto e lixo. Contudo, quando observamos o índice vegetação, que é elevado, verificamos que ele é o responsável por elevar o índice nos bairros periféricos e, ao mesmo tempo, por reduzi-los no centro. Os bairros que integram esses setores são: Centro, Batel, Industrial, Morro Alto, Alto da XV, Santana, Vila Bela. No caso dos setores dos bairros, Centro e do Batel, foi a variável cobertura vegetal o responsável pela

redução do índice, para ambos, e para o Batel, também a variável, sistema de esgoto. Enquanto nos setores dos bairros Industrial, Morro Alto, Alto da XV, Santana e Vila Bela, os índices de esgoto sanitário foram os principais responsáveis por reduzir o índice, em relação aos setores da Categoria A.

Categoria C, 0,773 - Essa categoria, diz respeito à média do total de variáveis para a cidade. Sendo assim, considerando a proposta de Morato et al (2005), numa hipotética situação de igualdade ambiental, os setores deveriam ter índice de qualidade ambiental igual a 0,773. O que seria, segundo eles, um fator de justiça ambiental.

O único setor que se encontra dentro dessa categoria é o setor 03, no bairro Centro. Seus índices são menores que a categoria A e B, pela variável vegetação que obteve índice 0.

Categoria D, 0,772 - 0,700: Essa categoria agrega os setores que estão abaixo da média qualidade ambiental. São setores dos Bairros: São Cristóvão, Conradinho, Vila Carli, Morro Alto, Bonsucesso, Santana, Santa Cruz, Alto Cascavel, Jordão (seus dados estão integrados¹⁸¹ ao bairro Boqueirão), Vila Bela, Olarias (seus dados estão integrados ao bairro Boqueirão), Vassoural (dados integrados ao jardim das Américas), Jardim das Américas, Industrial e Primavera. Neste caso, observamos que há bairros dessa categoria que ainda não haviam sido citados nas categorias dos melhores índices de qualidade ambiental, assim como há aqueles que estão na Categoria A e B e não possuem nenhum setor abaixo da Categoria C. A predominância de renda da população, nesses bairros, é de 83,96%, entre 03 a 05 salários mínimos. Com exceção do Industrial, Morro Alto, Bonsucesso, Santana, Santa Cruz e São Cristóvão, os demais bairros apresentam mais de 70% da renda da população, concentrada na faixa entre ½ a 3 salários mínimos (R\$ 1395,00). Enquanto os bairros Primavera e Santa Cruz apresentam 7% da população sem qualquer rendimento. Entre as variáveis que diminuem o índice estão, principalmente, vegetação, esgoto sanitário, distribuição de água e coleta de lixo, com exceção para o bairro Bonsucesso, cujos índices diminuem no setor, com relação apenas à variável esgoto sanitário e vegetação.

¹⁸¹ Quando os setores censitários do IBGE agrupavam mais de um bairro, foram integrados os setores e os bairros, assim, como uma única unidade. (anexo 5).

Neste caso, é interessante notar que é a primeira vez que a variável distribuição de água aparece. O que indica a precariedade dos serviços, já que em relação aos demais, a distribuição de água é o serviço mais elementar do acesso ao sistema público, envolvendo, inclusive, programas sociais para atendimento de população de baixa renda.

Categoria E, 0,699 – 0,600: Essa categoria agrega os setores de baixo índice de qualidade ambiental. Eles estão nos bairros Bonsucesso, São Cristóvão, Conradinho, Imóvel Morro Alto, Santana, Vila Bela, Vila Carli, Araucária (integrado ao Imóvel Morro Alto), Boqueirão, Industrial, Bairro dos Estados, Alto da XV e Cascavel. Mais uma vez, surgem novos bairros que até então não haviam sido citados em outras Categorias. São 59,45% da população, na faixa de renda de até 05 salários mínimos, para os bairros Bonsucesso, São Cristóvão, Bairro dos Estados e Alto da XV, e de mais de 65% na faixa de renda entre $\frac{1}{2}$ a 03 salários mínimos, para os bairros São Cristóvão, Conradinho, Imóvel Morro Alto, Santana, Vila Bela, Vila Carli, Araucária, Boqueirão, Industrial, Cascavel.

Categoria F, 0,599 – 0,556: Essa categoria agrega os setores de menor índice de qualidade ambiental. Eles estão nos bairros: São Cristóvão, Morro Alto, Santana, Vila Bela, Vila Carli, Boqueirão, Alto da XV, Jardim das Américas. Mais uma vez, surgem novos bairros que até então não haviam sido citados em outras Categorias. Nesses setores, a predominância é de mais de 60% da população na faixa de renda de entre $\frac{1}{2}$ e 03 salários mínimos, para todos os bairros, com exceção do bairro Alto da XV, onde apenas 42,91% estão nesta faixa de renda. Esses apresentam piores índices em todas variáveis.

Essas duas últimas categorias, E e F, são as que apresentam índices menores de qualidade ambiental em todas as variáveis. Pela ordem, os menores índices são da cobertura vegetal, esgoto sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo e domicílios improvisados. Além da cobertura vegetal, esgoto que reduzem os índices nos demais setores em diferentes categorias, nesses setores destaca-se a redução do índice na variável abastecimento de água e o aumento dos domicílios improvisados.

O mapa 16 nos ajuda a verificar a qualidade ambiental urbana por bairros, que em Guarapuava possuem discrepância interna, no que tange aos diferentes setores, em relação às variáveis analisadas e, também, entre si, como por

exemplo, o Trianon apresenta homogeneidade em função dos bons índices em todos os setores, enquanto bairro Imóvel Morro Alto apresenta a mesma homogeneidade, mas com os piores índices.

E se associarmos isso à renda, logo verificaremos que há uma relação direta entre esse fator e a redução da qualidade ambiental.

Outra questão, que podemos citar, é que os bairros periféricos, que apresentam setores com bons índices, geralmente, estão associados a determinados equipamentos públicos, o que, de certa forma, reforça o papel dos sistemas de serviços e equipamentos, para a qualidade do ambiente. Quanto às áreas verdes que, geralmente elevam os índices dos bairros periféricos, em relação aos centrais, são dados que deve ser relativizados, pois se é um fato que há um aumento de qualidade no ambiente por possuir esses espaços, para a população da periferia, outros elementos devem ser levados em consideração, tais como: as condições que essas áreas se encontram, pois ter a área verde no bairro não significa, necessariamente, sua apropriação pela população local.

Quanto ao sistema de esgoto, também observamos que os bairros melhores servidos são os centrais e pericentrais. Em entrevista, com um funcionário da SANEPAR, sobre os motivos da ausência desse serviço, nos bairros mais afastados do centro, esse nos informou que há três problemas relacionados ao avanço do esgoto: o primeiro é o investimento elevado, em função das condições físicas do local. Em solos muito rasos e pedregosos, há uma dificuldade técnica, que implica em alto investimento, e muitas dessas áreas de periferia possuem essa característica. Segundo, há também problemas com relação a integração do sistema de esgoto e o sistema de água pluvial. Como o sistema de esgoto foi implantado depois do sistema de abastecimento de água e as galerias pluviais, há locais com dificuldade de implementar a rede, o que também eleva o custo. Inclusive, segundo ele, há pessoas que desconhecem a rede e, equivocadamente, ligam o sistema de esgoto ao sistema pluvial, o que também causa muitos problemas, pois mesmo tendo a rede, o esgoto vai diretamente para os rios. E o terceiro problema está na capacidade da estação de tratamento. O sistema de tratamento que se encontra na Vila Carli, por exemplo, já está com a sua capacidade limitada, por isso, que estão sendo estabelecidos outra estação no bairro Vassoural. Segundo ele, quando essa

estação for finalizada, é provável que de 69% de atendimento, o sistema poderá saltar para mais de 90%.

Uma particularidade das áreas com menor qualidade ambiental é a proximidade com os córregos urbanos. Fato que também explica a associação desses aos domicílios improvisados.

Sendo a terra uma mercadoria no espaço urbano, aqueles que não dispõem dos recursos para adquiri-la estão à mercê das políticas públicas habitacionais e, quando essas não acontecem, buscam alternativas à moradia. Daí os espaços próximos aos rios serem a opção para esses grupos sociais, pois se trata dos espaços públicos, já que, segundo a legislação, são áreas de preservação permanente¹⁸².

Além das áreas de preservação permanente, com a Lei 6766/1979, todo loteamento deveria reservar 35% do total da sua área, para o poder público. São os espaços institucionais. Esses seriam utilizados pelo poder público para implementação de serviços e equipamentos coletivos de educação, cultura, saúde, lazer e similares, não podendo ser doadas, concedidas e muito menos loteadas para venda (AMERICANO, 2009).

Em função disso, os incorporadores imobiliários, criando estratégias para maximizar seus lucros, passaram a agregar essas áreas, não só ao espaço edificável do lote, mas, também e, principalmente, as áreas menos valorizadas, ou que já deveriam ser destinadas à preservação permanente. Com isso, as áreas para a realização da implementação dos equipamentos e serviços públicos acabam

¹⁸² As áreas de preservação permanente são delimitações marginais em torno dos cursos hídricos. Dentro dessa delimitação é obrigatório à preservação da vegetação natural, para que assim o rio como um todo se mantenha protegido. Áreas de preservação permanente, segundo o Código Florestal de 1965 são: florestas ou demais áreas de vegetação natural, situadas ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d' água desde o seu nível mais alto em faixa marginal. Essa faixa marginal varia de acordo com a dimensão do curso de água. Conforme o código as áreas de preservação são: 1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez); 2) de 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; 3) de 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham 50 (cinquenta) metros a 200 (duzentos) metros de largura; 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d' água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros; 5) de 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros. Em relação às áreas de preservação urbana quem define essas áreas é a própria prefeitura, pré-estabelecendo delimitações específicas para a vegetação. Porém, devido aos interesses capitalistas, as áreas de preservação permanente se tornam, cada vez mais, restritas e raras. (PUSSININI & GOMES, 2007).

prevalecendo em espaços menos valorizados dos loteamentos, encostas, ou em declives superiores a 30%, quando não incorporam a própria área de preservação permanente, próxima aos rios.

Como essa área é de domínio público, quando o Estado não se apropria do espaço, para realizar a implementação dos referidos serviços e equipamentos de interesse coletivo, essas acabam sendo foco de dois processos articulados. O primeiro, é a sua apropriação por grupos sociais de menor poder aquisitivo, que não dispõem de recursos para integrar-se ao mercado de terras urbanas. O segundo, as manobras políticas. Para o Estado, é mais custoso adquirir espaços na cidade, que careçam de desapropriação ou mesmo utilizar de suas próprias reservas de terra, em espaço mais valorizados, para implementar habitação popular, o que também exigiria investimentos para sua realização, do que negligenciar os processos de ocupação irregular. Sendo assim, quando esses grupos sociais ocupam esses espaços, com o tempo, salvo quando são áreas mais valorizadas da cidade, o próprio poder público passa a oferecer alguns serviços e equipamentos, como água, energia elétrica e asfalto. Com isso, investem recursos para fazer novos loteamentos e equipamentos coletivos. O resultado na paisagem são bairros adensados, sem os serviços e equipamentos necessários ou insuficientes.

Em Guarapuava, a Lei Municipal n.º 045/87, baseada na Lei 6766, no seu Capítulo II e art.5º, estabelece os requisitos urbanísticos dos loteamentos a serem formados, no item II observa:

Nenhum loteamento será aprovado sem que o proprietário da gleba ceda ao Patrimônio Municipal, sem ônus para esta, uma percentagem de no mínimo 35% (trinta e cinco por cento) da área a lotear, que corresponde às áreas de circulação, áreas verdes e institucionais, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem iguais ou maiores que 10.000 m² (dez mil metros quadrados), caso em que a percentagem poderá ser reduzida;

A Lei Federal 9.785/99, posterior a essa lei municipal, alterou a exigência e não estabeleceu valores mínimos nessas áreas públicas, deixando ao município o poder de exigir, principalmente, áreas institucionais, conforme a densidade de ocupação. Com isso, a Lei complementar n.º16/2006, estabeleceu o

Plano Diretor Municipal e nele novas orientações quanto aos loteamentos e as áreas públicas, (AMERICANO, 2009).

Segundo Americano (2009, p. 28), a lei dividiu o perímetro urbano em zonas específicas, com regimentos diferenciados tendo por objetivo "... estimular a distribuição espacial da população e de atividades econômicas, em áreas dotadas de serviços, infra-estrutura e equipamentos, de forma a otimizar o aproveitamento da capacidade instalada, reduzir os custos de manutenção e os deslocamentos". Com isso, garantiu, em legislação, a exigência da reserva da área institucional. Conforme esse zoneamento (Mapa 17, Anexo 6), as áreas prioritárias são aquelas relacionadas ao Rio Cascavel, que por condições físicas exige um ordenamento espacial diferente.

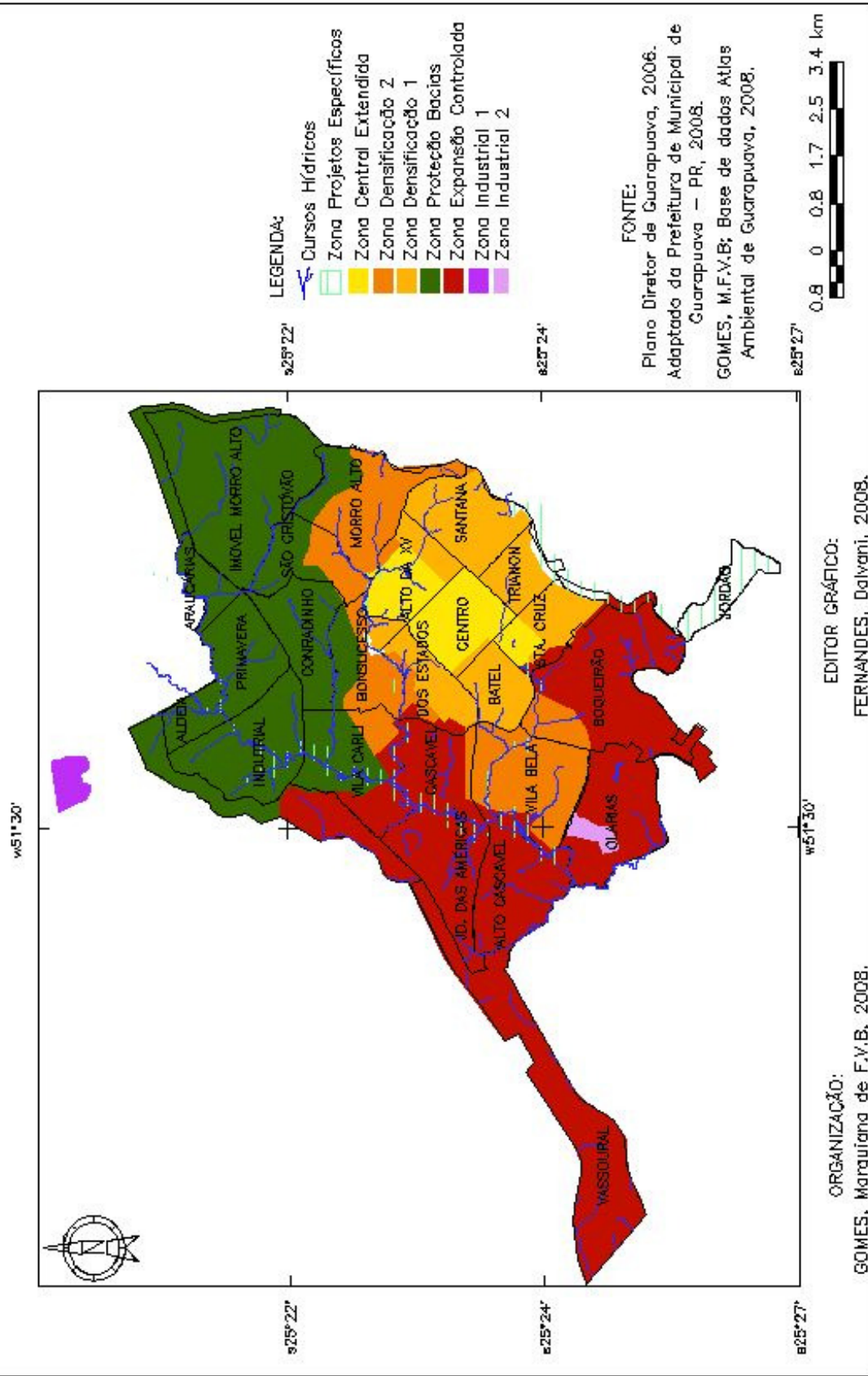
A questão, porém, é que a legislação foi estabelecida tardiamente, pois essas áreas já estavam parcialmente ocupadas em 1987 e de lá para cá, mesmo sendo garantida por lei, na prática, não é o que ocorre. No mapa 16, elaborado por Americano (2009), verificamos que os loteamentos estabelecidos a partir de 1990, também não respeitam o decreto. Portanto, há uma discrepância no que está previsto na legislação e a sua efetivação na apropriação da cidade, que tem ocorrido independentemente dessas regulamentações jurídicas.

Portanto, áreas institucionais não utilizadas para seu fim, e/ou agregadas aos rios, tem como conseqüência vários problemas socioambientais. De um lado, os grupos sociais, sujeitos aos vetores transmissores de doenças, ao mau cheiro e/ou movimentos de massa; de outro, o rio, que expressa o conflito na sua vertente, perde em qualidade e quantidade, ora, pela poluição do esgoto doméstico e/ou industrial¹⁸³, ora, pela redução da cobertura vegetal, em suas nascentes ou margens, e/ou pelo assoreamento. Nesse cenário, rio e grupo social são vítimas do mesmo processo, a produção e o consumo da e na cidade¹⁸⁴.

¹⁸³ Independente dos locais de implantação das indústrias, muitas delas lançam o esgoto sem tratamento diretamente nos córregos.

¹⁸⁴ Sobre os rios urbanos de Guarapuava, ver: Fagundes, 2008.

MAPA 17 – ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE GUARAPUAVA – 2006





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa buscamos analisar a trajetória socioambiental de Guarapuava-PR, com o objetivo de compreender como a apropriação social da natureza, em cada época e lugar, contribuiu para construir o cenário socioambiental atual. Verificamos que Guarapuava ao longo do tempo, passou por diferentes processos de transformação de sua paisagem, em consequência das diversas racionalidades coexistentes em cada período histórico, que empreenderam diferentes formas de uso e ocupação do solo.

Conforme Guarapuava foi sendo inserida em processos econômicos mais amplos, em escala regional e nacional, as formas de apropriação social da natureza foram gerando um conjunto de conflitos socioambientais.

De maneira geral, a formação socioespacial de Guarapuava, acompanhou os processos econômicos paranaenses, e, até 1970 esteve dependente dos seus bens naturais, a saber: os campos naturais, as florestas e os solos. Conforme os progressos técnicos foram chegando ao município o tempo da natureza foi sendo substituído pelo tempo do capital.

Considerando a periodização de Santos e Silveira (2001), também pudemos verificar os processos de passagem do meio natural, ao meio técnico e meio técnico-científico-informacional em Guarapuava.

O primeiro período pode ser definido pela apropriação da terra indígena, pelos luso-brasileiros. Configurou-se pela concentração de terras e renda nas mãos da sociedade campeira, enquanto outros sujeitos sociais, imigrantes e descendentes, caboclos, negros e agregados, eram subordinados ao primeiro grupo. Os bens naturais, os campos e a floresta, eram concebidos como recursos naturais. Os campos naturais eram fonte de alimento ao gado vacum e aos muares. Também o meio pelo qual potencializava a reprodução das relações sociais hierárquicas, naquele caso, a relação servil, senhor - escravo. A dependência da força animal e humana era a tônica do sistema tradicional campeiro, cuja relação nos campos, caracterizava-se pela criação e invernagem. As queimadas era a forma de recuperação dos campos, e também, uma maneira de abrir espaço na floresta para a agricultura de subsistência. Enquanto os campos era o espaço do fazendeiro pecuarista, a floresta era do indígena, caboclo e imigrante pobre, sendo o extrativismo da erva-mate e a criação extensiva, particularmente os sistemas de faxinais, a fonte econômica e alimentar desses sujeitos sociais.

Dessa forma, podemos afirmar que o período configurou-se pela apropriação social da natureza, baseada no uso utilitário da terra, no qual o esforço para superar as dificuldades não significou a criação de bases para manter uma sustentabilidade ambiental local e de seus habitantes; A expansão da sociedade campeira se deu a partir da redução dos grupos indígenas que ocupavam a região, que até mesmo perderam as terras concedidas por sesmarias, e ficaram confinados em territórios, cujas áreas são infinitamente menor a que possuíam anteriormente, desestruturando sua cultura e organização social.

Havia uma subordinação do homem ao tempo da natureza, e da cidade ao campo; o uso intensivo dos campos indiscriminadamente provocou a redução da qualidade da pastagem. Enquanto a exploração da erva-mate não trouxe ganhos efetivos para o desenvolvimento local, uma vez que a extração era realizada com baixa qualidade técnica e seu beneficiamento era fora do município.

O segundo período caracterizou-se pela transformação de uso e posse da terra. Os campos naturais modificaram-se com a modernização da

agricultura e, passaram das mãos da sociedade campeira para os imigrantes Suábios e/ou Japoneses, bem como para descendentes de imigrantes europeus. Enquanto, a Floresta com Araucárias, passou a ser foco de interesse de grupos madeireiros, que espoliaram as reservas florestais com fins eminentemente econômicos. Também se configurou por conflitos socioambientais tanto pela redução da biodiversidade, quanto da cultura local, com a expropriação dos povos da floresta e do camponês agregado as áreas de campos naturais. A relação de trabalho passou a ser assalariada. A natureza concebida como recurso foi cada vez mais dominada pelo capital e, os meios de trabalho tradicionais, foram sendo substituídos por meios técnicos mais sofisticados com mecanização do campo e tecnologia de produção da terra e das sementes.

Houve, portanto, uma apropriação social da natureza, caracterizada pela apropriação privada dos bens naturais, por um determinado grupo econômico que ficou com a grande fatia dos lucros, cujo capital não foi integralmente (re) investido nos locais de exploração. Com a redução das florestas nativas e a evidente escassez de matéria-prima a maior parte das empresas madeireiras migrou para outras regiões do país, deixando em Guarapuava, uma população empobrecida, de baixa qualificação profissional e escolaridade precária, que migrou para a cidade, acumulando-se na periferia. A fauna e a flora foram drasticamente reduzidas, o solo desprotegido e os rios carentes das matas que alimentavam suas nascentes.

Com o final desse processo, Guarapuava já estava modernizada, urbana e integrada ao sistema capitalista de produção e consumo. Isso porque no final do século XX o seu território foi (re) organizado a partir das novas bases produtivas buscando atender o mercado nacional e internacional. Com maior capacidade de se integrar ao sistema capitalista financeiro à agroindústria ampliou significativamente o espaço de atuação através da concentração de terras e monopolização econômica e espacial do território. A mão-de-obra excedente das serrarias, a expropriação do campo no município e na região como um todo, intensificou o processo de urbanização.

O período atual configura-se pela consolidação do meio-técnico e a construção do meio técnico-científico-informacional, mas também pela ampliação dos problemas socioambientais. A cidade passou a comandar o campo, e também passou a ser o *locus* de concentração da população. No campo e na cidade, o valor

de uso deu lugar ao valor de troca, consolidando as relações de poder assimétricas, na qual a concepção predominante é a da natureza como mercadoria.

Com a globalização econômica, a crise ambiental se complexificou, intensificando a socialização desigual entre os rejeitos e proveitos do processo produtivo, em diferentes escalas e locais. Há uma tentativa de predominância da racionalidade econômica, em detrimento da qualidade do ambiente, da homogeneização, em detrimento da diversidade. No movimento contrário, há resistências, outras racionalidades.

E como Guarapuava está inserida em processos produtivos globais, conseqüentemente, as formas de uso e organização do seu espaço corroboram para o desenvolvimento de diferentes problemas socioambientais;

Assim, o ambiente responde as formas de apropriação social da natureza. Identificá-las no espaço e reconhecê-las no tempo foram os caminhos para entender quais os processos responsáveis pela construção da paisagem atual, que expressa um ambiente conforme estes usos;

Na paisagem pudemos reconhecer um mosaico de usos do solo; a coexistência de práticas e a tentativa do predomínio de umas em detrimento de outras. Dessa forma, afirmamos que, entender a realidade atual somente é possível a partir da compreensão dos processos que a produziram. É por esta razão que, se, ao mesmo tempo, não podemos negar os processos contraditórios do desenvolvimento, nem mesmo enfatizar uma concepção nostálgica de ambiente – de retorno ao passado, também não podemos negar a sua complexidade, e as diversas racionalidades coexistentes – evidentes na apropriação social da natureza. Estas racionalidades que possuem, nas relações sociais de poder, aparentemente menos força, são, por outro lado, o indício de que o espaço geográfico não é homogêneo, o que traz, minimamente, o direito a utopia, uma vez que estas resistências, inscritas na paisagem, se mantêm e se recriam, indicando que a lógica da globalização homogeneizadora, não é a única possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, A. T. G. de. **A posse e o uso da terra:** modernização agropecuária de Guarapuava. Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Curitiba, 1986.

ABREU, A. T. G.; MARCONDES, G. G. **O abastecimento de água no século XIX a Evolução do saneamento básico em Guarapuava.** Guarapuava: UNICENTRO, 1992.

ALMEIDA, A. F. de. Interdependência das florestas plantadas com a fauna silvestre. **Série Técnica IPEF**, Piracicaba, v. 10, n. 29, p. 36 – 44, Nov. 1996.

ALTVATER, E. **O preço da riqueza:** Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial. São Paulo: Unesp, 1995.

ALVES, R. O Rio São Francisco no Paraná. **Folha de São Paulo**, Seção Tendências e Debates. São Paulo, 11 jul. 1999, p. 1-3.

AMARAL, A. A. do; THOMAZ, E. L. Identificação de áreas de alagamento na cidade de Guarapuava, Paraná: Período de 1998-2006. In: GOMES, M.F.V.B. et al. (org.). **Cidade, cultura e ambiente:** sob a perspectiva geográfica. Guarapuava: UNICENTRO, 2008, p.181-202.

AMERICANO, E. A transformação físico-territorial do município de Guarapuava – PR. **Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia – Licenciatura.** Guarapuava, 2007.

_____. Mapeamento e Descrição das Áreas Institucionais nos Loteamentos em Guarapuava-PR entre 1990 a 2008. **Relatório de Iniciação Científica.** Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. 2009.

ANDREI, J.; FIRKOWSKI, C. Técnicas de redução de danos causados por roedores em povoamento de *pinus*. **Floresta.** Curitiba, v. 36, n. 2, mai./ago. 2006.

ANTONIO, J. A. A produção dos resíduos sólidos urbanos em Guarapuava-PR. **Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia),** Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO: Guarapuava, 2006.

ARCHELA, R. S. **Análise da Cartografia Brasileira - bibliografia da cartografia na geografia no período de 1935-1997.** 2000. Tese (Doutorado em Geografia Física) Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

BACAHA, C. J. C. Análise da evolução do reflorestamento no Brasil. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 02, p. 5 – 24, Jul/Dez. 2008.

BALHANA, A. P. MACHADO, B.P. & WESTPHALEN, C.M. **História do Paraná.** 2. ed. Curitiba: Gráfica Editora Paraná Cultural Ltda., 1969.

BERTRAND, G. Entrevista com o professor Georges Bertrand. Revisão e adaptação: Maria Dolores Buss e Sandra Maria de Arruda Furtado. **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 144-160, jul/dez. 1998.

_____. Paisagem e geografia física global: Esboço Metodológico. **Caderno Ciências da Terra**, São Paulo, n. 13, p.01-27, 1969.

BESSE, J. M. **Ver a terra: seis ensaios a paisagem e a geografia**. Tradução: Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BITOUN, J. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 299-307p.

BRANCO, S. M. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRANDERBURG, A. **Agricultura familiar, ong's e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal. **Legislação Ambiental Federal**. Curitiba: Juruá Editora, 2002.

CABO, A. R. de. Laudos e perícias em depredações ambientais. In.: MAURO, C. A. de. (coord.). **Laudos periciais em depredações ambientais**. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Regional, IGCE-UNESP, 1997, p. 15-26.

CAMARGO, J. O. **NERJE Laranjeiras do Sul: Raízes da nossa terra – a história épica e contemporânea**. Laranjeiras do Sul. 1999.

CAMPOS, V. H. M. **A questão sócio-ambiental na bacia hidrográfica do Rio Guabiroba**. 2004, 74 f. (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava – PR, 2004.

CARDOSO, J. A.; WESTPHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. 2ed. rev. Ampl. Curitiba: Livraria Chain, 1986.

CARLOS, A. F. A. Apresentando a metrópole na sala de aula. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **A geografia na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Contexto: 2003. 79-91p.

CARSON, R. **La primavera silenciosa**. Barcelona: Crítica, 2005.

CARVALHO, E. de A. Complexidade e ética planetária. In: PENA-VEIGA, A.; NASCIMENTO, E. P. do (org.). **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, 107-118p.

CARVALHO, E. B. de. **Sombras do passado, projetos do futuro: as florestas nas memórias dos agricultores de Engenheiro Beltrão – Paraná, 1947 – 2003**. 2004. 174 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis.

CARVALHO, I. C. de M. C. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez, 2004.

CARVALHO, M. M. X. de. **O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu**: uma história de riqueza madeireira e colonizações. 2006. 202 f. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 10 de abril de 2006.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. In.: IAPAR. Boletim técnico. Londrina. 1988.

CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. 2ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

COELHO, M. C. N. Impactos ambientais em áreas urbanas – Teorias, conceitos e métodos de pesquisa. In: GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 19-45p.

Colonização. **O Pharol**. 21 de novembro de 1920, n. 51, p.1.

CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geoecologia: O clima, os solos e a biota. IN: ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. USP, 1998.

CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Apresentando Leituras sobre Paisagem, Tempo e Cultura. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998. 7-11p.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Contexto, 1995.

COSGROVE, D. E. A geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1998. 92-122p.

COSTA, S. G. da. **A erva mate**. Curitiba: Fundação Cultural, Coleção Farol do Saber, 1995.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia da Letras, 1996.

DIAS, J. L. Z. **A tradição taquara e sua ligação com o índio kaingang**. 2004. Dissertação de Mestrado. UNISINOS, São Leopoldo.

DIEGUES, A. C. S. **O mito da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileira, USP, 2000.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente**. Tradução: João Alves dos Santos. Revisão: Suely Bastos. Coordenação editorial: Antonio Christofolletti. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DRUMMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.

- ELFES, A. **Suábios do Paraná**. Curitiba: Banco Lar Brasileiro S. A., 1971.
- EMÍDIO, T. **Meio ambiente & paisagem**. Coordenação: José de Ávila Aguiar Coimbra. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- FAGUNDES, B. **A problemática da água como representação social: um estudo de caso com os moradores do bairro Alto da XV em Guarapuava-PR**. Dissertação de Mestrado em Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2008.
- FAVARO, J. L.; SALVADOR, E. D.; FAVORO JUNIOR, J. L. A presença da agricultura familiar na região de Guarapuava – PR. In.: II Semana de estudos agrônômicos da UNICENTRO: Tecnologia na agropecuária brasileira: atualizando conceitos. nº 1, 2004, Guarapuava. **Anais...** Guarapuava: UNICENTRO, 2004. p. 11-19.
- FERLINI, V. L. A. **História econômica: agricultura, indústria e populações**. São Paulo: Alameda, 2006. p. 439-447.
- FRANCO NETTO, F. Escravidão e estrutura fundiária em Guarapuava. In: Simpósio de Pós-Graduação em História Econômica, IV Congresso de Pós-Graduação em História Econômica (FFLCH/USP), II Conferência Internacional de História Econômica e IV Encontro de Pós-Graduação em História Econômica (ABPHE). **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008.
- GARDIM, José Cesar. **Alguns aspectos geoambientais na propriedade rural de Elias J. Curi, Guarapuava – PR**. 2004. 35 f. Relatório (Estágio de Bacharelado) – Universidade Estadual do Centro – Oeste - UNICENTRO.
- GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **A necessidade de uma cartografia geográfica crítica**. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos, Rio Branco, 2006.
- GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira: abordagens cartográficas inerentes**. In: VI Encontro Nacional da ANPEGE, Fortaleza, 2005.
- GIRARDI, E. P. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Presidente Prudente.
- GOMES, E. de S. **Geoprocessamento aplicado ao mapeamento físico-territorial da expansão urbana de Guarapuava/PR – 1990 a 2005**. 103 f. Monografia. (Especialização em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, 2005.
- GRUN, M. **Ética e Educação ambiental: a conexão necessária**. São Paulo: Papirus, 1996.
- GRZEBIELUKA, D.; SAHR, C. L. Comunidade de faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi

(PR) – um estudo sobre o faxinal dos Empoçados. **Geografar**: revista eletrônica do programa de pós-graduação em Geografia – UFPR, Curitiba, vol. 4, nº 1, p. 34 – 58, jan./jun. 2009.

GRZESZEZYZEN, Elizeu. A expansão do saneamento básico em Guarapuava. **Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação** - Licenciatura em Geografia. Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, 2008.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HIRAO, H.; GOMES, M. F. V. B.; PEREIRA, M. P. B. Paisagem: Diferentes olhares sobre o espaço geográfico. **Formação**, Presidente Prudente, v. 13, n. 1, p. 221-254, 2006.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. São Paulo: Difel, 1962.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Base de Informações Municipais** [CD-ROM]. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro**: 1.a fase: caracterização global / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba: IPARDES, 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – **Estudos para a formulação de políticas de desenvolvimento do setor florestal**. / Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social – Curitiba: IPARDES, v.1 e v.2. 1982.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - **O Paraná re-inventado, política e governo**. Curitiba: IPARDES, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Oeste paranaense**: o 3º espaço relevante. Relatório de pesquisa / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2008.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. **O setor florestal no Brasil e a importância do reflorestamento**. BNDES setorial, n. 16, p. 3 – 30. 2002.

KAERCHER, N. A. A Geografia é o nosso dia-a-dia. In: CASTROGIOVANNI, A.C; CALLAI, H. C; SCHAFFER, N. O; KAERCHER, N. A (Orgs); **Geografia em sala de aula**: práticas e reflexões. 4ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 11-21.

KATUTA, A.M. A(s) Natureza(s) da Cartografia. In: SEEMANN, J. (Org.). **A aventura cartográfica**: perspectivas, pesquisas e reflexões sobre a cartografia humana. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. 39-59p.

KLEINKE, M. de L. U.; DESCHAMPS, M. V.; MOURA, R. Movimento migratório no Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. **Revista paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n.95, p. 27-50, jan./abr. 1999.

KRETZEN, J. **As grandes potências econômicas no Estado do Paraná**. 2 ed. Curitiba:Escritório Sul-Brasil, 1951.

KRÜGER, N. **Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história**. Edição do autor. Guarapuava, 2007.

KURASZ, Gilberto. et. al. Diagnóstico da situação do entorno da Reserva Florestal Embrapa/Epagri de Caçador usando imagem de alta resolução Ikonos. In.: Simpósio brasileiro de sensoriamento remoto, XII, 2005, Goiânia. **Anais...**: São Paulo: INPE. 2005. p. 1585 – 1592.

LACOSTE, Y. Os objetos geográficos. **Seleção de Textos**. AGB: São Paulo, n. 18. 1988. 1-16p.

LEFF, H. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001, 494 p.

LEITE, R. F. Ocupação, colonização e trabalho: o processo de constituição de uma camada livre pobre na região de Guarapuava (1827 – 1877). In.: MOREIRA, E. B. B. de; FERLINI, V. L. A. **História econômica: agricultura, indústria e populações**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 439-447.

LIMA, W. P. **Impacto Ambiental do Eucalipto**. EDUSP, 1993.

LOBODA, C. R. **Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR**. 2008. 352 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LOPES, J. C. M. Desigualdades Socioambientais e suas Relações com a Saúde na Área do PSF Dourados do Bairro Industrial de Guarapuava-PR. **Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia** – Licenciatura. UNICENTRO, Guarapuava, 2006.

LUIZ, J. C. **As unidades de paisagem na bacia do Rio Guabiroba Guarapuava-PR e a fragilidade ambiental**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia – Análise regional e ambiental) – Universidade Estadual e Maringá – UEM, Maringá.

LUZ, C. F. C. **A madeira na economia de Ponta Grossa e Guarapuava 1915-1974**. 1980. 329f. Dissertação (Mestrado em História do Brasil – História Econômica). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba.

MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná**. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MACEDO, A. **Conquista pacífica de Guarapuava**. Curitiba: Fundação Cultural, 1951.

MACHADO, B. P. & BALHANA, A. P. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Curitiba, **Boletim da UFPR**, n. 3, junho de 1963.

MARCONDES, G. G. **Guarapuava: História de luta e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.

MARCONDES, G. G.; ABREU, A. T. G. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava: UNICENTRO, 1991.

MARQUES, M. T. T. **De onça a rouxinol: a favela e a cidade (1950 – 1999)**. 2000. 216 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista – UNESP/Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava.

MARTINELLI, Marcello. Cartografia Ambiental: uma cartografia diferente? São Paulo: **Revista do Departamento de Geografia** (7): 61-80, 1994.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, S. M. **Pioneiros do vale do Entre rios 1818-1951**. Guarapuava: Edição do autor, 1992.

_____. **Guarapuava, nossa gente e suas origens**. Guarapuava: Edição do autor, 1998.

_____. **Pioneiros do vale do Entre rios 1818-1951**. Guarapuava: Edição do autor, 1998.

MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: UFPR, 2002. p. 121-144.

_____. Aquecimento Global e suas manifestações regionais e locais: alguns indicadores da região sul do Brasil. **Revista ABClima**, n.2, 59-74p., 2007.

MINERAIS DO PARANÁ S/A. **Mapa de indicações da Geologia para o planejamento urbano**. Guarapuava, MINEROPAR, 1992.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma proposta**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1982.

MORATO, R. G., et al. Geografia da desigualdade ambiental na Subprefeitura de Campo Limpo Município de São Paulo/SP. **Anais...** XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Goiânia, Brasil, abril, 2005, INPE, 2281-2288p.

MOREIRA, R. **O Círculo e a espiral**: para a crítica da geografia que se ensina – 1. Niterói: Edições AGB-Niterói, 2004.

MORIMITSU, J. C. B; SILVA, M. da. Políticas Públicas Habitacionais em Guarapuava-PR. In: GOMES, M. de F. V. B., HAURESKO, C. BORTOLI, C. de. (orgs). **Cidade, cultura e ambiente**: sob a perspectiva geográfica. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEIGA A.; NASCIMENTO, E. P. do (org.). **O pensar complexo**: Edgar Morin e a crise da modernidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999, p. 21-34.

MÜLLER, M. M. L.; POTT, C. A. Cobertura pedológica na bacia do Rio das Pedras - Guarapuava/PR. In.: BATTISTELLI, M.; CAMARGO FILHO, M.; HEERDT, B. (orgs.). **Proteção e manejo na bacia do Rio das Pedras** – relato de experiências. Guarapuava – PR: Ed. Gráfica B & D, 2004, p. 77 – 90.

Multas por desmatamento podem ultrapassar R\$ 5 milhões. **Tribuna Regional do Centro-Oeste**, Guarapuava, 05 a 11 de jun. de 2009. Editorial, p. 07.

MUSSOI, A. B. **Laranjeiras do Sul**: o espaço em construção. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. 2000. 286 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____. **População, Escravidão e Família em Guarapuava no século XIX**. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

NUNES, J. O. R. et. al. A influência dos métodos científicos na Geografia Física. **Terra Livre**. Presidente Prudente, v. 2, n. 27, p. 119-130, jul-dez/2006.

NUNES, J. O. R. **Uma contribuição metodológica ao estudo da dinâmica da paisagem aplicada a escolha de áreas para construção de aterro sanitário em Presidente Prudente-SP**. 2002. 209p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. Os ritmos da natureza. Texto apresentado no curso de pós-graduação “Geomorfologia e pedologia: análise integrada da paisagem”. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

_____. **Paisagem e Ambiente uma conjunção dialética.** Palestra: UNESP/Ourinhos-SP, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.) **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, C. *Curso de Cartografia Moderna.* 2 ed., Rio de Janeiro, IBGE, 1993.

OLIVEIRA, D. de. **Urbanização e industrialização no Paraná.** Curitiba: SEED, 2001.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** 2ª. ed. Curitiba: IPARDES, 2006.

PEENE. O povo que os Julgue. **Correio do Oeste,** Guarapuava, 09 mar. 1930.

PEGORARO, E. Revolta dos posseiros de 1957: consenso e desacordos de algumas interpretações. **Revista IDeAS,** v. 2, n. 1, p. 109 – 133, jan./jun. 2008.

PEREIRA, M. A. M.; IEGELSKI, F. O paraíso terrestre no Brasil: Os campos gerais do Paraná no relato de Augustine de Saint-Hilaire. **Revista de História Regional.** Ponta Grossa, vol. 07, nº 1, p. 47 – 72, 2002.

PIRES, P. de T. de L. **Alternativas jurídicas para a gestão dos remanescentes florestais de araucária no estado do Paraná.** 2003. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) - Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba.

POLLYAK, J. L. **A reterritorialização dos italianos em Guarapuava – PR.** 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava, 2005.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **Os (DES) Caminhos do Meio Ambiente.** 12ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. et al. (org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** 3. ed. São Paulo: AnnaBlume/Editora; Hucitec, 2002.

_____. **O desafio Ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **Formações do Brasil Contemporâneo**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Lei nº 45 de 24 de dezembro de 1987**. Parcelamento do solo para fins urbanos no município de Guarapuava-PR,

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA. **Lei nº 402 de 26 de novembro de 1926**. Dispões sobre a criação da Colônia Agrícola Municipal. Transcrição 2004. 1987.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Caderno Diagnostico**, 1993.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Caderno Diagnostico**, 2006.

Projeto Nova Cartografia dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Série: **Faxinalenses no Setor Sul do Brasil**. Fascículo 3. Rebouças-PR, setembro de 2008.

PUSSININI, N.; GOMES, M. F. V. B. **Cartografia ambiental aplicada a estudos em áreas de preservação permanente**. In: II Seminário Nacional sobre Regeneração Ambiental de Cidades – Águas Urbanas II, 2007. Londrina. V. I. p. 1-20.

Rápidas Observações sobre as necessidades Geraes do Município. **O Pharol**. 31 de julho de 1919. n. 2, p.

REITZ, R.; KLEIN, R. M.. Araucariáceas. **Flora Ilustrada Catarinense**. Itajaí, 1966.

RIBEIRO, A. G. Paisagem e organização espacial na região de palmas e Guarapuava. 1989. (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

ROBERTO, C.; SANTOS, A. dos. **Vida Material e Econômica**. Curitiba, SEED, 2001.

ROSS, J. L. S. Geomorfologia Aplicada aos EIAs-RIMAs. In: GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B. (orgs). Geomorfologia e Meio Ambiente. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SAINT-HILARE, A. de. **Viagem pela comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, Coleção Farol do Saber, 1995 (Tradução de Cassiana Lacerda Carollo).

SANTOS, A. J. dos; NOGUEIRA, A. S.. Evolução da política florestal paranaense a partir da década de 90. **Floresta**, Curitiba, v. 37, n. 3, p. 419 – 426, set./dez. 2007.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 3. ed.. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, C. R. A. dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. 96p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, Razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **Urbanização Brasileira**. Hucitec: São Paulo, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. A questão: o uso do território. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001. 19-22p.

_____. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In: _____. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, 2001. 23-53p.

SANTOS, P. dos. Cobertura vegetal no município de Guarapuava-PR no espaço e no tempo. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. **Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia - Licenciatura**, Guarapuava, 2007.

_____. **Mapeamento das áreas remanescentes de vegetação nativa e de expansão do reflorestamento no município de Guarapuava – PR**. Relatório de iniciação científica. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. 2009.

SANTOS, Z. A. M. dos. **Visconde de Guarapuava**: personagem na história do Paraná: trajetória de um homem do século XIX. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

_____. **Guarapuava e o transporte ferroviário**: ambigüidade e modernização - 1920 – 1950. 1995. Monografia. (Espacialização em Teoria e Produção do Conhecimento Histórico) - Faculdade de Filosofia ciências e letras de Guarapuava – FAFIG – PR.

_____. **Os “Campos de Guarapuava” na política indígena do Estado Provincial do Paraná (1864-1889)**. 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em História). UNICENTRO/UNESP. Guarapuava/Assis.

SAUER, C. O. A Morfologia da Paisagem. In CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org) **Paisagem, Tempo e Cultura**, Rio de Janeiro: Eduerj, 1998

SCHIER, R. A. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. **Revista RA´EGA**, Curitiba, n.7, p. 79-95, 2003.

SHIVA, V. **Monocultura da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, J. M. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia). UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR.** 1995. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. Processos econômico-sociais regionais e seus impactos sobre a estrutura urbana de Guarapuava-PR. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, vol. 2, 1997, p. 9 – 42.

SILVA, M. da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná.** 2005. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVEIRA, R. W. D. da. **As influências da filosofia kantiana e do movimento romântico na gênese da Geografia moderna:** os conceitos de espaço, natureza e morfologia em Alexander Von Humboldt. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas.

SOUZA, M. M. de; CAMARGO FILHO, M. Caracterização química e física da turfeira do CEDETEG, Guarapuava, Centro-sul do Paraná. In.: I Workshop Regional de Geografia e Mudanças Ambientais, nº 1, 2007, Guarapuava. **Anais.** Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

SPÓSITO, M. E. B. Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 295-298p.

SPÓSITO, M. E. B. **A urbanização brasileira:** capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto. 1988.

_____. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988.

SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM. R. (Org.) **Ambiente e lugar no urbano:** a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS: 2000.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. A. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM et al. (org). **Rio Grande do Sul:** Paisagens e Territórios em Transformação. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 27-38p.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, nº 17, 2001, p.11-24.

SUERTEGARAY, D. M. A; Tempos longos...tempos curtos...na análise da natureza. **Revista Geografica**, Vitória, n. 03, jun. 2002. p. 159-163.

TEMBIL, M. **Em busca da cidade moderna:** Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

THOMAZ, E. L. **Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do Rio Iratim, Guarapuava-PR.** São Paulo, 2000. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência – área: Geografia Física) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

TRIBUNA REGIONAL DO CENTRO-OESTE. 05 a 11 de junho de 2009, p.07.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis em Guarapuava**: territórios e redes de sociabilidade. 2008. 533f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

VAZ, C. A. A. Mapeamento das áreas verdes da cidade de Guarapuava-PR. **Relatório de Iniciação Científica** – Programa de Iniciação a Pesquisa – UNICENTRO, 2007.

VECCHIA, R. V. R. D. **Os caminhos e os tropeirismos em Guarapuava**. 2000. 250 p. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração em Movimentos Sociais) – UNICENTRO- Guarapuava / UNESP-Assis, Guarapuava – PR.

VECHIA, Z. H. D.; SALDANHA, T.; LEONHARDT, R. R.; GÓRSKI, N. M. W.; MICHELZ, J. E.; **Guarapuava em dois tempos**: os contrastes de uma cidade. Estado do Paraná – Secretaria Especial de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, 1989.

VESTENA, L. R.; THOMAZ, E. L. Avaliação de conflitos entre áreas de preservação permanente associadas aos cursos fluviais e uso da terra na bacia do Rio das Pedras, Guarapuava – PR. **Ambiência**, v. 2, n. 1, jan/jun. 2006.

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. Abordagem Sistêmica e Geografia. Rio Claro: **Revista Geografia**, v. 28, n.3, p. 323-344, set/dez. 2003.

WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. 10 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro. 1991.

ZANATTA, et.al. Análise da competitividade da cadeia produtiva da madeira de Guarapuava. **Relatório Final**. Instituto de qualidade e Produtividade no Paraná. 2003.

ZANCHETTA, D.; DINIZ, F. V. Estudo da contaminação biológica por *Pinus ssp.* em três diferentes áreas na estação ecológica de Itirapina (SP, Brasil). **Rev. Inst. Flor.**, São Paulo, v. 18, n. único, p. 1 – 14, Dez. 2006.

FONTES EMPÍRICAS:

ALBERTI, Armelindo. Entrevista realizada pela autora em 16/08/2009.

ARAÚJO, Celso A. de. Entrevista realizada pela autora em 24/09/2007.

BATISTTELI, Mauro. Entrevista realizada pela autora em 20/08/2009.
 BITENCOURT, Arival. Entrevista realizada pela autora em 01/08/2009.
 CAMPOS, Antonio. Entrevista realizada pela autora em 08/08/2009.
 HAURESKO, Cecília. Entrevista realizada pela autora em 08/05/2009.
 MANFIO, Octávio. Entrevista realizada pela autora em 24/09/2007.
 OLIVEIRA, Oseías de. Entrevista realizada pela autora em 23/09/2009.
 PINTARELLI, Antonio Luiz. Entrevista realizada pela autora em 19/08/2009.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS:

ABREU, M. de A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: ano III, n.04, jan/jun. 1998, p. 5 – 26. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>>. Acessado em: 20/10/2008.

CENSO DEMOGRÁFICO ECONOMICO 1940. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%20e%20Economico%201940_pt_XVIII_P_R.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1960 (Parte 1). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agricola_1960_PR_SC_1Parte.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1960 (Parte 2). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agricola_1960_PR_SC_2Parte.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1970. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1970_PR.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1975 (Parte 1). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1975_PR_1Parte.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1975 (Parte 2). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario_1975_PR_2Parte.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

[%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario 1975 PR Parte2.pdf>](#)

Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1985. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/censoagropecuario/Censo%20Agropecuario 1985 PR.pdf>> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995/1996. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/1995_1996/41/> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO AGROPECUÁRIO 2006. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:

<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/brasil_2006/> Acessado em: 06/08/2009.

CENSO DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO 1955. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_XXVI_PR.pdf> Acessado em: 06/08/2009.

COMPANHIA FORÇA E LUZ DO OESTE. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.gruporede.com.br/oeste/empresa.asp>> Acessado em: 10/07/2009.

COOPERATIVA AGRÁRIA. Disponível em: <<http://www.agraria.com.br>> Acessado em: 02/03/2008.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: Dinâmica, impactos e controle. **Acta Amazonica**, Manaus-AM, v.36, p. 395-400, 2006 a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aa/v36n3/v36n3a18.pdf>>. Acessado em: 10/12/2007.

FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: História, índices e conseqüências. **Megadiversidade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 4, p. 113-123, 2006 b. Disponível em:

<http://www.conservation.org.br/publicacoes/megadiversidade/16_Fearnside.pdf>. Acessado em: 10/12/2007.

FERRETI, A. R. et. al. **Os estados da Mata Atlântica: Paraná**. Disponível em: <<http://www.apremavi.org.br/download.php?codigoArquivo=91>> Acessado em: 10/09/2007.

FERROESTE – Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A. Disponível em: <<http://www.ferroeste.pr.gov.br/>> Acessado em: 05/05/2009.

GUZZO, P. **Áreas Verdes Urbanas: conceitos e definições**. 2004. <<http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/areasverdes.html>> Acessado em: 13/05/06.

História Madeireira Manasa. Disponível em
<[URL://http://www.manasaforestal.com.br/empresa/historia.html](http://www.manasaforestal.com.br/empresa/historia.html)>. Acessado em:
10/08/2009.

IBEMA – CIA. BRASILEIRA DE PAPEL. **Unidades.** Disponível em:
<<http://www.ibema.com.br/unidades.htm>> Acessado em: 10/05/2009.

Informações concretas sobre a invernada paiol de telhas. Disponível em:
<<http://www.ocepar.org.br/UPL/Outro/FUNDAO%20DADOS%20PARA%20IMPRESA.pdf>> Acessado em: 23/09/2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.
Anuário Estatístico Municipais. 2006. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>.
Acessado em: 01/02/08.

MANASA – Madeireira Nacional S.A. **Histórico.** Disponível em:
<<http://www.manasaforestal.com.br/empresa/historia.html>> Acessado em:
10/08/2009.

MELO, V. L. M. O. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas
In: X Encontro de Geógrafos da América Latina 1, 2005, São Paulo: **Anais...** São
Paulo: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. 9146-9165p. CD ROM

NETTO, F. F. Escravidão e estrutura fundiária em Guarapuava. In.: SIMPÓSIO DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 2008, São Paulo. **Anais...**
FFLCH/USP. Publicação em meio digital:
<www.ffe.ch.usp.br/dh/posgraduacao/economica/spghe/> Acessado em: 01/07/2009.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná - IAP. **Portaria n°074, DE 19 DE ABRIL DE 2007.** Disponível
em: <http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=1956>
Acessado em: 13/04/2008.

RAMOS, R. W. **As tropeadas de porcos e as transformações na cultura cabocla**
– **1950-1980.** Disponível em:
<www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/102-2.pdf?>. Acessado em:
28/07/2009.

WEBER RUIZ, G. **Imigração no Paraná.** Disponível em: <<http://www.weber-ruiz.com/parana.html>> Acessado em: 02/10/2008.

ANEXO 01

Câmara Municipal de Guarapuava
ESTADO DO PARANÁ

LEI N°402 – 26 DE Novembro de 1926

A Câmara Municipal de Guarapuava, decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a mandar levantar a planta cadastral dos quadros urbanos e suburbanos da cidade e do rocio.

Art. 2º - Feito o levantamento do rocio e a proporção que esse levantamento for feito o Prefeito decretará o commisso das terras aforadas que tiverem incorrido em tal penalidade.

Art. 3º - Das terras do rocio não aforadas ou destinadas a qualquer serventia commum, em campo ou matto, a Prefeitura mandará dividir até mil (1:00) alqueires em lotes de cinco (5) ou dez (10) alqueires para venda a pessoas que exerçam a profissão de colonos nacionaes ou extrnageiros e que preenchem as condições das leis federaes sobre colonisação.

Art. 4º - O preço da venda será mínimo de cinco (5) reis no maximo dez (10) reis, por metro quadrado.

§ Único - Dentro desse limite de cinco (5) a dez (10) reis, por metro quadrado, o Prefeito incumbe determinar o preço obedecendo a qualidade das terras.

Art. 5º - Nenhum colono poderá adquirir por compra mais de um lote de terras, ficando obrigado a edificar casa e os fechos necessarios e manter nele cultura effectiva, extendendo-se essas obrigações aos seus sucessores.

§ Único - Todo o colono que adquirir um lote e não edificar e nem cultivar durante vinte e quatro (24) mezes, perderá o direito do mesmo e que pagou.

Art. 6º - O colono que effectuar integralmente i oagamento do lote, o abatimento de cinco (5%) por cento sobre o valor da venda, recebendo o titulo definitivo.

Art. 7º - O colono que adquirir por compra com condições pagará a primeira (1º) prestação da quarta-parte do preço da compra, no acto de receber o título provisorio e o restante do pagamento será dividido em trez (3) prestações equaes, effectuando-se de oito (8) em oito mezes, recebendo o titulo definitivo depois de pago a ultima prestação.

§ Único - Fica o Prefeito a incumbencia de prorrogar ou não esse praso no caso da falta de pagamento, cuja prorrogação jamais ultrapassará a mais de um (1) anno e será feita mediante a porcentagem de cinco por cento (5%) em favor da Municipalidade.

Art. 8º - A divisão e localização dos lotes a serem colonizados obedecerão a um plano aprovado pela Camara Municipal, ficando os respectivos colonos sujeitos a servidões de caminhos e demais onus previstos em Lei.

ANEXO 02

INFORMAÇÕES CONCRETAS SOBRE A INVERNADA “PAIOL DE TELHA”

É de público e notório saber, por todo o território brasileiro, a enorme e negativa repercussão, de conseqüências desastrosas, que as questões ligadas à absurda redação do Decreto nº 4.887/03, que veio (impropriamente) regulamentar o artigo 68 do ADCT, tem gerado aos proprietários de áreas rurais, localizadas em áreas ameaçadas por movimento de pessoas autodenominadas “quilombolas”, assim como, vem gerando estorpecimento a todos aqueles que compreendem, minimamente, o sentido do termo “propriedade”.

O caso que ora se pretende expor refere-se ao imóvel PAIOL DE TELHA ou FUNDÃO, situado no Município de Reserva do Iguaçu, Comarca de Pinhão/PR, de propriedade da COOPERATIVA AGRÁRIA MISTA ENTRE RIOS LTDA., hoje denominada COOPERATIVA AGRÁRIA AGROINDUSTRIAL e alguns de seus COOPERADOS, que tem sido, a partir do ano de 1997, alvo de noticiário tendencioso e divorciado da realidade, com o intuito de confundir e criar o direito ilegítimo de reapossamento das terras por parte de seus antigos proprietários, “auto-intitulados quilombolas”, que as venderam nos anos de 1973/1975.

Diante da documentação legal, escoreta e incontestável, amparada no instituto da “coisa julgada”, em que assentam sua propriedade sobre a invernada Paiol de Telha ou Fundão, com 1.230,5 alqueires, inconfundivelmente identificados, a Cooperativa e seus cooperados sempre se valeram da Justiça para a defesa do imóvel e entendiam desnecessário revide pela imprensa, das notícias absurdas e destoantes da realidade que, desde 1997, vem sendo veiculadas por pessoas mal informadas ou mal intencionadas, fundadas apenas na versão unilateral daqueles interessados diretos na volta para o imóvel que venderam há mais de 34 (trinta e quatro) anos, através de escrituras públicas legais.

Entretanto, a insistência e unilateralidade dessas notícias enganosas vêm ganhando o prestígio crescente de ONG's, políticos interessados em notoriedade (e votos) e até de setores desautorizados da Igreja Católica que, mal informados, se colocam como defensores dos hoje chamados “quilombolas”, prometendo-lhes seu retorno às terras que venderam há muitos anos e nunca constituíram quilombo!

Diante desta situação não é mais possível temporizar, impondo-se o esclarecimento da verdade, para que pessoas bem intencionadas e de boa-fé não continuem sendo envenenadas com notícias falsas e unilaterais, produzidas pelos próprios interessados no ilegítimo re-apossamento das terras que venderam, em detrimento de autênticos agricultores que adquiriram o imóvel e nele vêm produzindo grãos com moderna tecnologia, gerando empregos e impostos já há longos 34 anos!

Eis a VERDADE!

1º) A Fazenda Paiol de Telhas ou Fundão, NUNCA FOI QUILOMBO, mas propriedade legítima de antigos **ex-escravos, libertos** por sua Senhora Dona BALBINA FERREIRA DE SIQUEIRA, que também lhes doou as terras no longínquo ano de 1860!

2º) No documento de doação contemplado no INVENTÁRIO de “Dona Balbina” homologado em 24.01.1866, pelo juízo da Comarca de Guarapuava, não consta

confrontações pormenorizadas da área doada nem referência a dimensão em alqueires ou hectares e, na partilha passada aos donatários, consta APENAS a menção de que a área doada constitui-se da *“Invernada denominada Paiol de Telha, do portão até o Rio da Reserva, compreendendo campos e mattos, no valor de dois contos e quinhentos mil reis que à margem são 2:500\$000.”*(sic) Consta também no referido Testamento, uma cláusula de inalienabilidade. Mas como é elementar, tal disposição vale somente em relação aos donatários diretos, NÃO em relação aos seus herdeiros.

3º) a COOPERATIVA fez um projeto fundiário e adquiriu as posses de TODOS aqueles que habitavam a área em 1973/1975, com posse longa, parte através de terceiros adquirentes e parte, diretamente dos possuidores, TUDO documentado com inúmeras escrituras públicas.

4º) Esses possuidores venderam suas posses por bons preços, que receberam integralmente e retiraram-se da área satisfeitos e espontaneamente e, somente passados mais de 20 (vinte anos), em 1996 alguns dos ex-possuidores que haviam vendido suas posses, estimulados por alguns maus políticos, e até religiosos mal informados, passaram a liderar uma campanha pelo re-apossamento das áreas, sob a falsa alegação de que haviam sido expulsos das terras, sem nada receber!

5º) A área adquirida pela Cooperativa e repassada a cooperados seus, era mencionada, em 1974/1975, como medindo aproximadamente 1.600 alqueires. Procedida a medição, foi constatada apenas a área de 1.230,5 alqueires, inconfundivelmente confrontados por “águas” e assim identificados: ao NORTE pelo Rio Lageado do Capão Grande”; à LESTE pelo Arroio da Divisa”; ao SUL pelo Lageado das Torres e um arroio sem nome e, à OESTE pelo Rio da Reserva”, no então Distrito de Pedro Lustosa, Município de Pinhão, Comarca de Guarapuava, PR, atualmente Município de Reserva do Iguaçu, Comarca de PINHÃO, Paraná. Não se sabe, portanto, de onde nasceu a notícia de que a área continha 3.200 alqueires, pois os documentos autênticos comprovam apenas a área de 1.230,5 alqueires. Confirma a correta localização da invernada doada por Da. Balbina, o fato de somente nesta área de 1.230,5 alqueires, perfeitamente identificada por rios e arroios de todos os lados, habitarem, por muitos anos, os descendentes dos escravos libertos, donatários da invernada Paiol de Telha.

6º) A Cooperativa tomou posse em 1974 através de alguns cooperados contemplados no seu plano fundiário, os quais, já em 1975 efetuavam a primeira colheita, instalando-se então, um clima de trabalho, produção e tranquilidade no imóvel. Somente em 1996, (mais de 20 anos passados) alguns dos ex- possuidores que venderam suas áreas passaram a pretender voltar para o imóvel, incitados por falsos líderes, perturbando a paz e o trabalho dos autênticos agricultores proprietários.

7º)- Todos os possuidores receberam o preço por suas vendas, primeiro ao Dr. Oscar Pacheco dos Santos e depois, alguns, diretamente à Cooperativa. Grande parte daqueles que haviam vendido ao Dr. Oscar Pacheco dos Santos e tinham saldo do preço por receber procuravam a Cooperativa, incentivando-a a adquirir as posses do Dr. Pacheco e pagar-lhes o seu saldo credor. Outros possuidores que remanesciam na área, procuraram a Cooperativa e também venderam-lhe suas

posses. A Cooperativa, em setembro de 1974 adquiriu as posses já adquiridas pelo Dr. Oscar Pacheco dos Santos mediante escritura circunstanciada, em que assegurou-se o direito e autorização de pagar todos os débitos do mesmo àqueles que lhe haviam vendido. Assim foi contratado e assim foi feito. A Cooperativa pagou todos os credores do Dr. Pacheco que se mostraram satisfeitos e gratos à Cooperativa. Tanto isto é verdade, que pagando aos credores do Dr. Pacheco, a Cooperativa suspendeu os pagamentos a este último, que contrariado - porque a Cooperativa deu prioridade ao pagamento dos seus credores como ficara contratado - pretendeu desfazer o negócio com a Cooperativa, chegando a ajuizar uma ação em que foi vencido, como não podia ser diferente.

8º) Em 11/08/1981, na condição de legítima titular de todos os direitos de posse sobre a área de 1.230,5 alqueires a Cooperativa ajuizou ação de usucapião, iniciada na Comarca de Guarapuava e transferida para a recém criada Comarca de PINHÃO, onde tomou o nº 136/1986. Esta ação foi necessária para legalizar a propriedade (domínio das terras) e substituiu o processo de inventário que tornou-se inviável ante o fato de os herdeiros não terem prova de sua descendência. Assim, os sucessores que estavam na posse do imóvel, com ou sem prova de sua filiação, tiveram seus direitos reconhecidos, sem qualquer possibilidade de erros ou injustiças! É de todos sabido que a posse longa (posse de muito tempo) suplanta qualquer outro direito, inclusive o direito de herança. Assim, herdaram a invernada Paiol de Telha, aqueles que mantinham com exclusividade a posse do imóvel quando venderam seus direitos em 1973/1975. A ação foi julgada procedente em 29/03/1989, com sentença confirmada pela unanimidade dos Desembargadores da 4ª Câmara Cível do então Tribunal de Alçada do Estado do Paraná.

9º) Os mesmos possuidores que venderam suas posses conforme escrituras específicas, (havia mais de 20 anos passados), no ano de 1996, estimulados por organizações e entidades com finalidades escusas (Ongs e similares), com apoio de alguns políticos interessados em notoriedade e liderados por DOMINGOS GONÇALVES DOS SANTOS; DOMINGOS GONÇALVES GUIMARÃES e OVIDIO DA SILVA, organizaram um movimento pretendendo re-apossar-se do imóvel, e, no mesmo mês de dezembro de 1996 invadiram a área, tendo sido rechaçados mediante ordem judicial. Depois disso passaram esses líderes e outros mais companheiros seus, a fazer uma campanha de difamação contra a Cooperativa e seus Cooperados, alardeando que teriam sido expulsos do imóvel sem nada receber por suas posses (isso, ao arripio de várias dezenas de escrituras públicas de venda que assinaram e passados mais de 20 anos que haviam-se retirado, pacificamente, das terras). Como admitir-se que uma comunidade inteira teria sido expulsa de suas terras e, só após vinte anos viessem os seus integrantes, falar que sofreram violência contra sua posse?

10º) Após rechaçados por ordem judicial, nessa primeira invasão, os invasores foram assentados pelo INCRA numa área de terras em Guarapuava, juntamente com outro indivíduos, na condição de “sem terras”. Entretanto, a maioria deles abandonaram o assentamento - alguns vendendo seu “direito de assentado” – sob a alegação falaciosa de que as terras necessitavam de corretivos e fertilizantes para produzir! Ora, as terras da invernada Paiol de Telha que eles venderam à Cooperativa também tiveram que ser preparadas, corrigidas e fertilizadas para produzir, como ocorre com qualquer terra! Assim, mesmo depois de rechaçados na

invasão de dezembro de 1996, e depois de assentados pelo INCRA, os mesmos elementos continuaram, sob a mesma liderança, a molestar a posse da Cooperativa e seus Cooperados na fazenda Paiol de Telha ou Fundão, sendo sempre, repelidos por mandados judiciais, como se vê das várias ações possessórias ajuizadas na Comarca de Pinhão. Numa dessas invasões posteriores, se fizeram acompanhar por elementos integrantes do “movimento dos sem terras”, MST. (Ver autos)

11^o) Diante do insucesso de suas pretensões de re-aposseamento da área, porque sempre repelidos pela incontestável prova documental das vendas que fizeram de suas posses, passaram esses mesmos elementos, a PARTIR DO ANO DE 2004 (que nunca antes tinham ouvido e nunca citaram a palavra quilombo), a articular-se como ex-quilombolas, criando a versão absurda de que a fazenda Paiol de Telha ou Fundão antigamente teria sido área de quilombo, onde viveram seus antepassados escravos e foram sucedidos por eles, seus descendentes! Essa posição assumiram orientados pelo INCRA, com base no artigo 68 do “ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITORIAS” da Constituição Federal da República de 05/10/1988, que, ao seu sabor, mal interpretaram, contrariando sua simples e clara disposição: “*Art.68. “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos .”* (grifamos) Todos nós aplaudimos que o poder público conceda títulos de propriedade aos descendentes de escravos que estejam habitando áreas de quilombo! Nada mais justo! Mas veja-se que o dispositivo constitucional se refere apenas àqueles quilombolas que “*estejam ocupando suas terras*”. (Não inclui, evidentemente, aqueles legítimos proprietários que venderam suas terras, nem mesmo eventuais legítimos quilombolas que já se retiraram de suas terras). No caso do imóvel Paiol de Telha, a autodenominação de “quilombolas” daqueles que venderam suas posses, é versão gritantemente mentirosa! O testamento de Balbina Francisca de Siqueira, de 02/07/1860 (por eles próprios citado), que legou a (11) onze ex-escravos seus que libertou, as terras da Invernada PAIOL DE TELHA , repele, por si só, sua absurda versão! Para impressionar os incautos e induzir autoridades em erro, esses pretendentes de terras de ex-quilombos estão ostentando um processo de aculturação dos jovens, sobre os costumes dos antigos escravos, inclusive a prática de danças africanas, TUDO para confundir os antropólogos! Que façam isso, mas sem a descabida autodenominação de quilombolas!. Segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* quilombo era “*local escondido no mato onde se abrigavam escravos fugidos*”. E, se sabemos que de quilombos eram chamados os locais escondidos e ermos, onde se abrigavam os escravos fugitivos de seus senhores tiranos, como admitir-se qualificar de Quilombo a invernada Paiol de Telha, que os ex-escravos, além de declarados libertos por sua bondosa Senhora Balbina Ferreira de Siqueira, foram, ainda, contemplados com a doação de referida invernada? Que necessidade teriam esses ex-escravos de fugir de sua generosa Senhora? Assim, pretender erigir em QUILOMBO as terras que receberam por doação de sua senhora Balbina Ferreira de Siqueira, é o mais arrematado absurdo. E igual absurdo é os descendentes daqueles ex-escravos, auto-intitulem-se QUILOMBOLAS! Dos livros que tratam da história dos escravos na província do Paraná, não há citação ou registro de um só quilombo em Guarapuava! Assim, não obstante o presente relato, calcado em fatos e provas concretas, traga à luz a história desta Cooperativa e sua gente, não se pode olvidar que o tema “quilombolas”, especialmente após a publicação do Decreto nº 4.887/03 pelo governo federal, tem gerado relevante

instabilidade no campo, principalmente quando se vê o INCRA realizando um trabalho absolutamente sem critério, pretendendo perpetrar desapropriações ao arrepio da constituição federal, especialmente do artigo 68, do ADCT.

E diga-se mais, as reiteradas e recentes fraudes, freqüentemente veiculadas na mídia, reconhecendo-se área de quilombo onde jamais existiu, e reconhecendo como quilombolas pessoas que sequer sabem o significado da palavra, demonstram que o assunto exposto é extremamente preocupante, pois soa, num estado democrático DE DIREITO, como verdadeira usurpação do direito à propriedade, um golpe na segurança jurídica e nos mais basilares princípios de direito.

Por fim, colocamo-nos ao dispor de todos que se interessem em conhecer o assunto em detalhes, que poderão contatar a Cooperativa Agrária Agroindustrial, para o esclarecimento de todas e quaisquer dúvidas.

ANEXO 03



Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição e de acordo com o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

DECRETA:

Art. 1º Os procedimentos administrativos para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o [art. 68](#) do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, serão procedidos de acordo com o estabelecido neste Decreto.

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.

Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º O INCRA deverá regulamentar os procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, dentro de sessenta dias da publicação deste Decreto.

§ 2º Para os fins deste Decreto, o INCRA poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.

§ 3º O procedimento administrativo será iniciado de ofício pelo INCRA ou por requerimento de qualquer interessado.

§ 4º A autodefinição de que trata o § 1º do art. 2º deste Decreto será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Art. 4º Compete à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir os direitos étnicos e territoriais dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos de sua competência legalmente fixada.

Art. 5º Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.

Art. 6º Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.

Art. 7º O INCRA, após concluir os trabalhos de campo de identificação, delimitação e levantamento ocupacional e cartorial, publicará edital por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial da unidade federada onde se localiza a área sob estudo, contendo as seguintes informações:

I - denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

II - circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel;

III - limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e

IV - títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação.

§ 1º A publicação do edital será afixada na sede da prefeitura municipal onde está situado o imóvel.

§ 2º O INCRA notificará os ocupantes e os confinantes da área delimitada.

Art. 8º Após os trabalhos de identificação e delimitação, o INCRA remeterá o relatório técnico aos órgãos e entidades abaixo relacionados, para, no prazo comum de trinta dias, opinar sobre as matérias de suas respectivas competências:

I - Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN;

II - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

III - Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - Fundação Nacional do Índio - FUNAI;

V - Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional;

VI - Fundação Cultural Palmares.

Parágrafo único. Expirado o prazo e não havendo manifestação dos órgãos e entidades, dar-se-á como tácita a concordância com o conteúdo do relatório técnico.

Art. 9º Todos os interessados terão o prazo de noventa dias, após a publicação e notificações a que se refere o art. 7º, para oferecer contestações ao relatório, juntando as provas pertinentes.

Parágrafo único. Não havendo impugnações ou sendo elas rejeitadas, o INCRA concluirá o trabalho de titulação da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Art. 10. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidirem em terrenos de marinha, marginais de rios, ilhas e lagos, o INCRA e a Secretaria do Patrimônio da União tomarão as medidas cabíveis para a expedição do título.

Art. 11. Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado.

Art. 12. Em sendo constatado que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos incidem sobre terras de propriedade dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o INCRA encaminhará os autos para os entes responsáveis pela titulação.

Art. 13. Incidindo nos territórios ocupados por remanescentes das comunidades dos quilombos título de domínio particular não invalidado por nulidade, prescrição ou comisso, e nem tornado ineficaz por outros fundamentos, será realizada vistoria e avaliação do imóvel, objetivando a adoção dos atos necessários à sua desapropriação, quando couber.

§ 1º Para os fins deste Decreto, o INCRA estará autorizado a ingressar no imóvel de propriedade particular, operando as publicações editalícias do art. 7º efeitos de comunicação prévia.

§ 2º O INCRA regulamentará as hipóteses suscetíveis de desapropriação, com obrigatória disposição de prévio estudo sobre a autenticidade e legitimidade do título de propriedade, mediante levantamento da cadeia dominial do imóvel até a sua origem.

Art. 14. Verificada a presença de ocupantes nas terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o INCRA acionará os dispositivos administrativos e legais para o reassentamento das famílias de agricultores pertencentes à clientela da reforma agrária ou a indenização das benfeitorias de boa-fé, quando couber.

Art. 15. Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras.

Art. 16. Após a expedição do título de reconhecimento de domínio, a Fundação Cultural Palmares garantirá assistência jurídica, em todos os graus, aos remanescentes das comunidades dos quilombos para defesa da posse contra esbulhos e turbações, para a proteção da integridade territorial da área delimitada e sua utilização por terceiros, podendo firmar convênios com outras entidades ou órgãos que prestem esta assistência.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares prestará assessoramento aos órgãos da Defensoria Pública quando estes órgãos representarem em juízo os interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, nos termos do [art. 134 da Constituição](#).

Art. 17. A titulação prevista neste Decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art. 2º, **caput**, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Parágrafo único. As comunidades serão representadas por suas associações legalmente constituídas.

Art. 18. Os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, encontrados por ocasião do procedimento de identificação, devem ser comunicados ao IPHAN.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares deverá instruir o processo para fins de registro ou tombamento e zelar pelo acautelamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Art. 19. Fica instituído o Comitê Gestor para elaborar, no prazo de noventa dias, plano de etnodesenvolvimento, destinado aos remanescentes das comunidades dos quilombos, integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado:

I - Casa Civil da Presidência da República;

II - Ministérios:

a) da Justiça;

b) da Educação;

c) do Trabalho e Emprego;

d) da Saúde;

e) do Planejamento, Orçamento e Gestão;

f) das Comunicações;

g) da Defesa;

h) da Integração Nacional;

i) da Cultura;

j) do Meio Ambiente;

k) do Desenvolvimento Agrário;

l) da Assistência Social;

m) do Esporte;

n) da Previdência Social;

o) do Turismo;

p) das Cidades; III - do Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome;

IV - Secretarias Especiais da Presidência da República:

a) de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

b) de Aqüicultura e Pesca; e

c) dos Direitos Humanos.

§ 1º O Comitê Gestor será coordenado pelo representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 2º Os representantes do Comitê Gestor serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a IV e designados pelo Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

§ 3º A participação no Comitê Gestor será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 20. Para os fins de política agrícola e agrária, os remanescentes das comunidades dos quilombos receberão dos órgãos competentes tratamento preferencial, assistência técnica e linhas especiais de financiamento, destinados à realização de suas atividades produtivas e de infraestrutura.

Art. 21. As disposições contidas neste Decreto incidem sobre os procedimentos administrativos de reconhecimento em andamento, em qualquer fase em que se encontrem.

Parágrafo único. A Fundação Cultural Palmares e o INCRA estabelecerão regras de transição para a transferência dos processos administrativos e judiciais anteriores à publicação deste Decreto.

Art. 22. A expedição do título e o registro cadastral a ser procedido pelo INCRA far-se-ão sem ônus de qualquer espécie, independentemente do tamanho da área.

Parágrafo único. O INCRA realizará o registro cadastral dos imóveis titulados em favor dos remanescentes das comunidades dos quilombos em formulários específicos que respeitem suas características econômicas e culturais.

Art. 23. As despesas decorrentes da aplicação das disposições contidas neste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária anual para tal finalidade, observados os limites de movimentação e empenho e de pagamento.

Art. 24. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revoga-se o [Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001](#).

Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

Anexo 04

Anexo 04 -Índice Sintético dos Setores conforme variáveis estabelecidas para cálculo de qualidade ambiental						
Setor	Abastecimento de água	Abastecimento de Esgoto	Coleta de lixo	Domicílios Improvisados	Cobertura Vegetal	Índice Básico
1	0,995	0,962	0,991	1,000	1,000	0,990
2	1,000	0,934	1,000	1,000	0,000	0,787
3	0,996	0,877	0,996	0,996	0,000	0,773
4	0,987	0,924	0,971	0,996	0,000	0,776
5	0,987	0,937	0,987	1,000	0,000	0,782
6	0,986	0,827	0,820	0,993	1,000	0,925
7	0,991	0,929	0,987	1,000	0,000	0,781
8	0,931	0,886	0,932	0,996	0,684	0,886
9	1,000	0,890	0,991	1,000	0,642	0,904
10	1,000	0,954	1,000	1,000	1,000	0,991
11	0,991	0,842	0,987	1,000	1,000	0,964
12	0,970	0,685	0,910	1,000	1,013	0,916
13	0,996	0,886	0,994	1,000	1,000	0,975
14	0,996	0,890	1,000	1,000	1,000	0,977
15	1,000	0,860	1,000	1,000	0,000	0,772
16	0,988	0,717	0,980	1,000	0,000	0,737
17	0,996	0,895	0,986	1,000	0,000	0,775
18	0,986	0,328	0,986	1,000	1,000	0,860
19	0,978	0,511	0,979	1,000	1,000	0,893
20	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,200
21	0,994	0,823	0,976	0,997	0,132	0,784
22	0,997	0,938	1,000	1,000	0,000	0,787
23	0,967	0,713	0,973	1,000	0,000	0,731
24	0,984	0,506	1,000	1,000	0,000	0,698
25	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,200
26	0,918	0,217	0,991	1,000	1,000	0,825
27	1,000	0,964	1,000	1,000	0,000	0,793
28	1,000	0,410	0,993	1,000	0,000	0,681
29	0,952	0,456	0,930	0,995	1,000	0,867
30	0,990	0,608	0,981	1,000	0,000	0,716
31	0,982	0,518	0,928	1,000	0,000	0,686
32	0,936	0,653	0,846	1,000	1,000	0,887
33	0,995	0,245	0,997	1,000	1,000	0,847
34	0,917	0,040	0,909	0,946	1,000	0,762
35	0,874	0,073	0,808	0,967	1,000	0,744
36	0,996	0,152	0,908	1,000	1,000	0,811
37	0,987	0,007	0,990	1,000	0,000	0,597
38	0,943	0,049	0,884	0,992	1,000	0,774
39	0,944	0,045	0,907	1,000	1,000	0,779
40	1,000	0,252	0,994	1,000	0,000	0,649
41	0,991	0,517	0,994	1,000	0,000	0,700
42	0,987	0,553	0,985	1,000	0,000	0,705
43	0,994	0,411	0,994	1,000	0,339	0,748
44	0,993	0,427	0,986	1,000	0,000	0,681
45	0,987	0,317	0,987	1,000	0,000	0,658
46	0,966	0,056	0,924	1,000	0,000	0,589
47	0,994	0,140	0,997	1,000	0,000	0,626
48	0,910	0,175	0,869	1,000	0,000	0,591


49	0,790	0,009	0,730	0,996	1,000	0,705
50	0,889	0,000	0,926	0,992	1,000	0,761
51	0,798	0,016	0,843	0,988	1,000	0,729
52	0,845	0,000	0,873	0,996	1,000	0,743
53	0,970	0,000	0,957	1,000	0,000	0,585
54	0,840	0,009	0,929	1,000	0,000	0,556
55	0,976	0,111	0,962	1,000	0,000	0,610
56	0,917	0,166	0,958	0,990	1,000	0,806
57	0,915	0,590	0,923	1,000	0,000	0,686
58	1,000	0,748	1,000	1,000	0,000	0,750
59	0,996	0,704	0,982	1,000	1,000	0,937
60	0,982	0,804	0,993	0,996	0,000	0,755
61	0,979	0,504	0,986	0,989	0,000	0,692
62	0,981	0,509	0,978	0,994	0,000	0,692
63	1,000	0,717	1,000	1,000	1,000	0,943
64	0,986	0,819	0,997	1,000	0,000	0,760
65	0,961	0,605	0,970	0,984	0,000	0,704
66	0,993	0,533	1,000	1,000	0,198	0,745
67	0,985	0,779	0,988	1,000	0,000	0,750
68	1,000	0,527	1,000	1,000	0,000	0,705
69	0,994	0,108	0,997	1,000	0,000	0,620
70	0,949	0,007	0,959	0,997	0,000	0,582
71	0,965	0,066	0,988	1,000	0,000	0,604
72	0,997	0,116	1,000	1,000	0,000	0,623
73	1,000	0,406	0,994	1,000	0,000	0,680
74	0,943	0,020	0,943	0,997	0,000	0,580
75	0,821	0,003	0,977	1,000	0,000	0,560
76	0,938	0,585	0,976	0,990	1,000	0,898
77	0,970	0,735	0,973	1,000	0,000	0,736
78	0,996	0,819	0,970	1,000	0,000	0,757
79	0,979	0,749	0,997	1,000	0,000	0,745
80	0,962	0,248	0,965	1,000	0,000	0,635
81	0,970	0,019	0,898	1,000	1,000	0,777
82	0,987	0,876	0,990	0,997	0,000	0,770
83	1,000	0,838	0,987	1,000	0,000	0,765
84	0,975	0,716	1,000	1,000	1,000	0,938
85	0,957	0,736	0,991	0,991	0,000	0,735
86	0,990	0,833	0,993	1,000	0,000	0,763
87	0,986	0,858	0,989	1,000	0,730	0,912
88	0,988	0,038	0,991	0,997	0,000	0,603
89	0,982	0,435	0,974	0,996	0,000	0,677
90	0,997	0,389	0,997	1,000	0,000	0,677
91	1,000	0,951	1,000	1,000	0,000	0,790
92	0,992	0,157	0,981	1,000	0,000	0,626
93	0,987	0,683	0,992	0,995	0,000	0,731
94	0,943	0,261	0,970	1,000	0,000	0,635
95	0,975	0,792	0,975	0,989	0,000	0,746
96	0,993	0,255	0,989	1,000	0,000	0,647
97	0,874	0,037	0,895	1,000	0,000	0,561
98	1,000	0,325	1,000	1,000	0,000	0,665
99	0,994	0,840	1,000	1,000	0,000	0,767
100	0,986	0,746	0,989	1,000	0,000	0,744


101	0,731	0,000	0,593	1,000	1,000	0,665
102	0,000	0,000	0,000	1,000	0,000	0,200
103	0,915	0,305	0,973	0,997	1,000	0,838
104	0,987	0,043	0,966	1,000	0,000	0,599
105	0,981	0,019	0,985	1,000	1,000	0,797
106	0,990	0,019	0,968	1,000	1,000	0,795
107	0,981	0,015	0,942	0,996	0,000	0,587
108	0,964	0,000	0,994	1,000	0,000	0,592
109	0,944	0,003	1,000	1,000	0,000	0,589
110	0,947	0,057	0,967	1,000	0,607	0,716
111	0,964	0,022	0,957	0,996	0,000	0,588
112	0,926	0,063	0,904	1,000	1,000	0,779
113	0,992	0,246	0,988	0,996	0,079	0,660
114	0,993	0,134	1,000	1,000	0,000	0,625
115	0,972	0,440	0,964	1,000	0,000	0,675
116	0,972	0,052	0,962	0,997	0,000	0,597
117	0,927	0,204	0,930	1,000	1,000	0,812
118	1,000	0,454	1,000	1,000	0,000	0,691
119	0,983	0,384	0,987	1,000	0,000	0,671
120	0,978	0,070	0,996	1,000	0,000	0,609
121	1,000	0,766	0,967	1,000	0,000	0,747
122	0,976	0,827	1,000	1,000	0,000	0,761
123	0,957	0,675	0,948	1,000	1,000	0,916

Anexo 5

ANEXO 05 – Relação de Setores do IBGE por bairros			
Nome	Setores – IBGE	Nome	Setores - IBGE
Centro	410940105000001 410940105000002 410940105000003 410940105000004 410940105000005 410940105000006 410940105000007 410940105000008	Bonsucesso	410940105000062 410940105000063 410940105000064 410940105000065 410940105000066 410940105000067
Trianon	410940105000009 410940105000010 410940105000011 410940105000012	Vila Carli	410940105000068 410940105000069 410940105000070 410940105000071 410940105000072 410940105000073 410940105000074 410940105000075
Santa Cruz	410940105000013 410940105000014 410940105000015 410940105000016 410940105000017 410940105000018 410940105000019 410940105000020	Industrial	410940105000076 410940105000077 410940105000078 410940105000079 410940105000080 410940105000081
Batel	410940105000021 410940105000022 410940105000023 410940105000024 410940105000025	Primavera	410940105000082 410940105000083 410940105000084 410940105000085 410940105000086 410940105000087
Boqueirão	410940105000018 410940105000026 410940105000027 410940105000028 410940105000029 410940105000030 410940105000031 410940105000032 410940105000033 410940105000034 410940105000035 410940105000036 410940105000037 410940105000038 410940105000039	Conradinho	410940105000088 410940105000089 410940105000090 410940105000091 410940105000092 410940105000093
Jordão	410940105000035	Aldeia	Não há dados
Olarias	410940105000039	São Cristóvão	410940105000094 410940105000095 410940105000096 410940105000097 410940105000099 410940105000100
Vila Bela	410940105000040 410940105000041 410940105000042 410940105000043 410940105000044 410940105000045 410940105000046 410940105000047 410940105000048	Araucárias	410940105000101
Alto Cascavel	410940105000049 410940105000050	Imóvel Morro Alto	410940105000101 410940105000102
Jardim das Américas	410940105000051 410940105000052 410940105000053 410940105000054	Morro Alto	410940105000103 410940105000104 410940105000105 410940105000106 410940105000107 410940105000108 410940105000109 410940105000110 410940105000111
Vassoural	410940105000051	Alto da XV	410940105000112 410940105000113

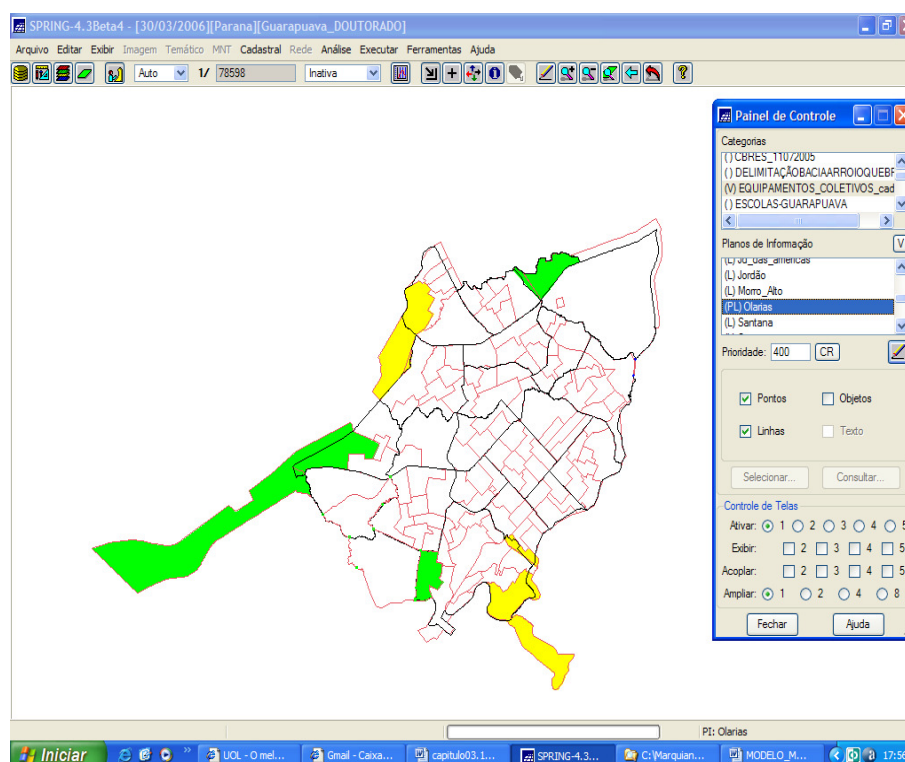
			410940105000114 410940105000115
Cascavel	410940105000055 410940105000056	Santana	410940105000116 410940105000117 410940105000118
Bairro dos Estados	410940105000057 410940105000058 410940105000059 410940105000060 410940105000061		410940105000119 410940105000120 410940105000121 410940105000122 410940105000123


 Setores que abrangem mais de um bairro – bairros antigos


 Setores que abrangem mais de um bairro – bairros novos

FONTE: Censo do IBGE – 2000

Organização: Gomes, 2008



 Setores que abrangem mais de um bairro – bairros antigos

 Setores que abrangem mais de um bairro – bairros novos

_____ Limite dos bairros _____ Limite dos setores

Figura 17: Base de dados do Atlas Ambiental – Plano de Informação –
Setores que extrapolam o limite dos bairros

Org.: GOMES, 2008

Anexo 6

LEI COMPLEMENTAR Nº 024/2008

SÚMULA: Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano, no Perímetro Urbano do Distrito Sede do Município de Guarapuava.
A Câmara do Município de Guarapuava, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Zoneamento é a divisão da área do Perímetro Urbano da Sede do Município, segundo sua destinação de Uso e Ocupação do Solo, sendo que:

I. Uso do Solo, para efeito desta lei, é o relacionamento das diversas atividades para uma determinada zona;

II. Ocupação do Solo, para efeito desta lei, é a maneira que a edificação ocupa o terreno.

Art. 2º – O Zoneamento e os critérios de Uso e Ocupação do Solo devem atender às diretrizes previstas no Plano Diretor do Município, observando-se:

I. A racionalização da distribuição de comércio e serviços de forma mais equilibrada e que promova um melhor atendimento à população como um todo;

II. A utilização da Infra-estrutura Urbana já instalada, disponível e sub-utilizada;

III. A compatibilização do Uso do Solo com as funções das vias do sistema viário e transporte coletivo;

IV. Hierarquização do sistema viário, em função do Trânsito e Uso, de forma a garantir o efetivo deslocamento de veículos e pedestres, atendendo às necessidades da população, do sistema de transporte coletivo;

V. Participação da comunidade na gestão urbana.

Art. 3º – As disposições desta lei deverão ser observadas obrigatoriamente, ressalvando:

I. Nos processos de alvarás de licença para construir e conclusões de obras;

II. Na concessão de alvarás de localização, funcionamento e renovações dos mesmos;

III. Na execução de obras, serviços sejam novas, de melhoria ou de reforma de qualquer natureza;

IV. No parcelamento do Solo.

Art. 4º - Para os fins desta lei são adotadas as seguintes definições:

I. **Área Edificada ou Construída:** a soma das áreas edificadas de todos os pavimentos de uma edificação;

II. **Coefficiente de Aproveitamento:** o índice que se obtém dividindo-se a área construída pela área do lote. Determina o limite da área a ser construída em um determinado lote;

III. **Gabarito máximo:** corresponde ao número máximo de pavimentos que pode ser adotado para a edificação. Inclui o térreo e não inclui o subsolo;

IV. **Taxa de Permeabilização:** índice que determina a área mínima do lote que deve ser destinada à infiltração de água;

V. **Taxa de Ocupação:** o índice que se obtém dividindo a área correspondente à projeção horizontal da construção pela área total do lote;

VI. **Zonas:** porções do território do município, delimitadas por lei, e sujeitas a determinado regime urbanístico;

VII. **Zona de Densificação:** é composta pela área passível de aproveitamento do potencial de infra-estrutura disponível de forma mais intensificada;

VIII. **Adensamento:** a intensificação de uso do solo;

IX. **Área Especial:** porção do território, delimitada por lei, que se sobrepõe às zonas em função de peculiaridades que exigem tratamento especial;

X. **Célula de Planejamento:** Área delimitada, que se sobrepõe à delimitação de Zonas, no que diz respeito aos índices urbanísticos de uso e ocupação e que possui vias de contorno, que delimitam seu anel viário e núcleos de célula, onde deverão ser incentivados usos de comércio e serviço;

XI. **Recuo ou Afastamentos** - a menor distância entre as faces da construção, relativos aos alinhamentos do terreno, medidas, perpendicularmente, a eles, descontados o beiral e os balanços permitidos;

XII. **Alinhamento ou Divisa Frontal:** Linha legal que limita o terreno e o logradouro ou via pública ao qual faz frente, podendo apresentar-se mais de uma vez, como lateral e ainda fundos, de acordo com a localização na quadra em que se situa, devendo ser considerado sempre frontal, quando se tratar de confrontação com logradouro público;

XIII. **Alinhamento ou Divisa Lateral e de Fundo:** Linha legal que limita o terreno com terreno vizinho;

XIV. **CONPLUG** – Conselho do Plano Diretor Urbano de Guarapuava;

XV. **SURG** – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Art. 5º – O Uso e Ocupação previstos nesta Lei estão em consonância com as propostas do Plano Diretor do Município e deverão ser analisados, liberados e fiscalizados observando-se:

I. O Plano Urbanístico de Desenvolvimento a ser executado pelo Município;
 II. O Plano Urbanístico a ser seguido pelas novas construções e instalações, que deverá observar para a concessão das devidas licenças, a execução dos parâmetros urbanísticos adicionais a serem exigidos nas licenças a serem concedidas.

Parágrafo Único – correspondem à execução dos parâmetros urbanísticos adicionais:

I. A execução de passeio de acordo com padrão a ser fornecido pelo Município, constante do código de obras e diretrizes do Sistema Viário;
 II. A execução de mobiliário urbano, com padrão a ser fornecido pelo Município, quando for solicitado;
 III. A execução de paisagismo e adequações no sistema viário, conforme diretrizes a serem fornecidas pelo Município, quando for solicitado.

Art. 6º – Os parâmetros de uso e ocupação do solo, dos perímetros das zonas, do sistema viário, em face da dinâmica de crescimento e estudos desenvolvidos pela Secretaria de Habitação e Urbanismo e CONPLUG, poderão ser ajustados por ato do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II

DO ZONEAMENTO DO DISTRITO SEDE DE GUARAPUAVA

Art. 7º – O Zoneamento, constante no Anexo I, Mapas 1 e 2, parte integrante desta lei, divide a totalidade da área contida no perímetro urbano do Distrito Sede do Município de Guarapuava em:

I. Zona de Densificação 1 e 2;
 II. Zona Central Estendida;
 III. Zona de Expansão Controlada;
 IV. Zona de Proteção da Bacia do Rio Cascavel;
 V. Células de Planejamento - Hierarquia e Diretrizes do Sistema Viário;
 VI. Zonas Especiais (de Proteção Ambiental, Histórica e Cultural, de Projetos Específicos, de Interesse Público e Social);
 VII. Zona Industrial.

ZONA DE DENSIFICAÇÃO

Art. 8º – Zona de Densificação é aquela onde as condições do meio físico, a disponibilidade ou a proximidade de infra-estrutura e a necessidade de diversificação de uso podem possibilitar um adensamento maior do que em outras zonas.

Parágrafo Único – A Zona de Densificação é dividida, para efeito dos critérios de sua utilização, em Zona de Densificação 1 e 2, constante do caderno do mapa de zoneamento, parte integrante desta lei, em função da infra-estrutura instalada e disponível.

Art. 9º – O uso pretendido e prioritário na Zona de Densificação é o residencial, caracterizado por habitações familiares, preferencialmente coletivas, sendo admitidas as unifamiliares.

Parágrafo Único – A permissão para edificações coletivas, é condicionada à disponibilidade de rede de esgoto, podendo as mesmas serem horizontais ou verticais.

Art. 10 – Os parâmetros de ocupação são definidos no Anexo II, Quadro 01 e poderão ser acrescidos mediante concessão de acordo com critérios definidos nesta lei, no Plano Diretor, em Legislações específicas.

§ 1º – Poderá ser permitido o aumento do coeficiente básico na zona de densificação, para até o valor máximo estipulado no Anexo II - Quadro 01 desta Lei, em função da potencialidade da infra-estrutura disponível, do Sistema Viário, das tendências de localização dos usos e das políticas urbanas expressas nos objetivos do Plano Diretor.

§ 2º – Só poderá ser concedido o aumento do potencial, caso o imóvel seja servido de toda infra-estrutura, salientando-se pavimentação, esgoto, água e rede elétrica.

§ 3º – O pedido de liberação de ultrapassagem dos parâmetros urbanísticos básicos, deverá ser submetido à Secretaria de Habitação e Urbanismo e/ou Órgão de Planejamento Urbano do Município e analisado pelo CONPLUG, que deverá observar os seguintes itens para avaliação e liberação:

- a) Área construída já existente na quadra em que o lote se situa;
- b) Sobrecarga no Sistema Viário;
- c) Disponibilidade da Infra-estrutura;
- d) Definição de parâmetros específicos para viabilizar a intensificação de uso;
- e) O custo, se for o caso, observado o instrumento de Concessão Onerosa.

Art. 11 – O tamanho mínimo de lote permitido para loteamentos e desmembramentos nas Zonas de Densificação é igual a 250,00 m², com testada mínima de 10,00 m para os lotes de meio de quadra e 325,00 m² com testada mínima de 13,00 m para os lotes de esquina.

Parágrafo Único – Os tamanhos máximos de quadra permissíveis será igual a 150,00 m de extensão.

Art.12 – Será admitida a canalização de arroios e córregos em terrenos e em passagens de Vias, nas Zonas de Densificação, desde que o projeto seja adequadamente apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Obras do Município e ou SURG.

Parágrafo Único – Ainda que canalizado, deverá ser observada faixa não edificável da largura total do tubo mais 1,0 m de cada um dos lados do mesmo, ou faixa superior caso solicitado.

ZONA CENTRAL ESTENDIDA

Art. 13 – A Zona Central Estendida se caracteriza pela expansão do centro tradicional e tem seu contorno delimitado em mapa anexo tendo as mesmas possibilidades de intensificação de uso que as Zonas de Densificação.

Art. 14 – O tamanho mínimo de lote permitido para loteamentos e desmembramentos na Zona Central Estendida é igual a 250,00 m², com testada mínima de 10,00 m para os lotes de meio de quadra e 325,00 m² com testada mínima de 13,00 m para os lotes de esquina, sendo o tamanho máximo de quadra permissível igual a 150,00 m de extensão.

Art. 15 – Os parâmetros de uso e ocupação são definidos no Anexo II, quadro 01 e poderão ser acrescidos mediante concessão de acordo com critérios definidos nesta lei, no Plano Diretor, em Legislações específicas.

§ 1º – Poderá ser permitido o aumento do coeficiente básico na Zona Central Estendida, até o valor máximo definido no Anexo II – Quadro 01, em função da potencialidade da infra-estrutura disponível, do Sistema Viário, das tendências de localização dos usos e das políticas urbanas expressas nos objetivos do Plano Diretor.

§ 2º – Só poderá ser concedido o aumento do potencial, caso o imóvel seja servido de toda infra-estrutura, salientando-se pavimentação, esgoto, água e rede elétrica, observadas as diretrizes expressas no artigo 10 e seus parágrafos, desta Lei.

Art. 16 – Suas características de uso e ocupação deverão concentrar atividades Administrativo-Institucionais do Serviço Público, de Passeio, Lazer, Diversão e Cultura, admitindo-se o uso habitacional e atividades comerciais e de prestação de serviços, além dos previstos no Anexo III.

Parágrafo Único – Atividades comerciais e de prestação de serviço que se caracterizam por serviço e comércio de bairro e que por definição deveriam localizar-se disseminadamente e distribuídamente pelos bairros e células de planejamento, devem ser redirecionadas e não incentivadas para ocupação na Zona Central Estendida, podendo ser negado o pleito na Zona Central Estendida quando desta indicação, analisado pelo CONPLUG.

Art. 17 – Será admitida a canalização de arroios e córregos em terrenos e em passagens de Vias, na Zona Central Estendida, desde que o projeto seja adequadamente apresentado e aprovado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria de Obras do Município e ou Surg.

Parágrafo Único – Ainda que canalizado, deverá ser observada faixa não edificável da largura total do tubo mais 1,0 m de cada um dos lados do mesmo, ou faixa superior caso solicitado.

Art. 18 – O Anel Viário da Zona Central Estendida, terão modelos padrão de execução de passeios, a serem fornecidos quando do alvará de licença para construir, sendo que a liberação da certidão de conclusão de obra é condicionada à execução do passeio conforme modelo padrão.

Art. 19 – O Centro de Célula da Zona Central Estendida, poderá ter parâmetros e padrões urbanísticos diferenciados, salientando-se ocupação e recuos e planejamento de intervenção no mesmo, conforme projetos a serem desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo e ou Órgão de Planejamento Urbano do Município.

CÉLULAS DE PLANEJAMENTO

Art. 20 – Células de Planejamento são áreas delimitadas, conforme mapa de zoneamento integrante desta lei, Anexo I, mapa 02, que se destinam a promover uma melhor distribuição de uso, por todo o perímetro urbano da cidade.

Parágrafo Único – Os tamanhos mínimos de lotes e os parâmetros de ocupação, nas células de planejamento, coincidirão com os da Zona em que se situa, especificados no Anexo II, Quadro I, à exceção das Vias correspondentes ao Anel Viário e Centro de Célula, que poderão ter parâmetros correspondentes aos da Zona de Densificação, desde que analisados pelo CONPLUG.

Art. 21 – Como incentivo à implantação de Edifícios Comerciais e de Habitação Coletiva, poderão ser liberados aumentos nos índices urbanísticos de ocupação, no Anel Viário e Centros de Célula, ainda que

extrapolem os limites das Zonas em que se situem, mediante solicitações especiais, conforme disposições art. 5 e 10 desta Lei e obedecidos os limites máximos estabelecidos no Anexo II, quadro I

Art. 22 – São Vias principais de Células o Anel Viário de cada Célula, os Centros de Célula, correspondentes às Vias de Comércio e Serviço de Bairro e as Vias Principais do Sistema de Transporte Coletivo.

Parágrafo Único – O aumento nos índices urbanísticos de uso e ocupação só será admitido na existência de pavimentação e disponibilidade de rede de esgoto e observados os requisitos citados nos artigos 5 e 10 desta lei, além dos limites máximos estabelecidos no Anexo II, Quadro I.

Art. 23 – As Vias Principais de Célula terão modelos padrão de execução de passeios, a serem fornecidos quando do alvará de licença para construir, sendo que a liberação da certidão de conclusão de obra é condicionada à execução do passeio conforme modelo padrão, constante do código de obras.

ZONA DE EXPANSÃO CONTROLADA E DE PROTEÇÃO DA BACIA DO RIO CASCAVEL

Art. 24 – Zona de Expansão Controlada e de Proteção da Bacia do Rio Cascavel são aquelas onde as condições do meio físico, a disponibilidade de infra-estrutura e a necessidade de diversificação de uso não possibilitam um adensamento maior do que aquele correspondente aos parâmetros básicos estabelecidos, devendo prever a ocupação através de lotes de tamanho maior e instalação de condomínios urbanísticos, não permitindo portanto a concessão para ultrapassagem dos parâmetros básicos definidos, salvo a sobreposição das vias principais das Células de Planejamento e as diretrizes estabelecidas para desmembramentos vinculados à edificação.

Art. 25 – Não será admitida a canalização de arroios e córregos nos terrenos particulares, na Zona de Expansão Controlada e de Proteção da Bacia do Rio Cascavel, salvo a sobreposição das vias principais das Células de Planejamento e mediante a aprovação dos órgãos competentes.

Parágrafo Único – A faixa não edificável de Proteção e Preservação será obrigatória conforme Lei de Parcelamento do Solo.

Art. 26 – Os tamanhos mínimos de lotes da Zona de Expansão Controlada e da Zona de Proteção da Bacia do Rio Cascavel é igual a 450,00 m², com testadas mínimas de 12,00 m para os lotes de meio de quadra e 13,00 m para os lotes de esquina, sendo o tamanho máximo de quadra permissível igual a 150,00 m de extensão.

Art. 27 – A taxa de permeabilidade mínima do solo para os lotes das Zonas de Expansão Controlada e de Proteção da Bacia do Rio Cascavel é de 25%.

Art. 28 – Poderá ser exigido parâmetros urbanísticos adicionais de ocupação e execução de obras de infra-estrutura aos respectivos proprietários e empreendedores, em edificações, parcelamentos, abertura de vias, execução de galerias de águas pluviais nas zonas de Expansão Controlada e de Proteção da Bacia do Rio Cascavel, nos critérios desta lei, do Plano Diretor, da Lei de Parcelamento do Solo e outros que o Executivo Municipal elencar como necessárias, como forma de minimizar os impactos ambientais, de segregação, ocorrência de enchentes e/ou a fim de atender a projetos específicos.

Art. 29 – Na Zona de Proteção da Bacia do Rio Cascavel na execução da abertura de novas vias deverá ser exigido projeto e execução de galerias de águas pluviais e sistemas de contenção de águas, que funcionem como áreas de acumulação e que promovam o retardamento da chegada do fluxo de água aos leitos principais.

ZONAS INDUSTRIAIS

Art. 30 – As Zonas Industriais são aquelas destinadas principalmente às atividades de produção, constantes do Zoneamento, compreendendo 2 (duas) sub-zonas:

I. Zona Industrial 1: é caracterizada por áreas de maior concentração da atividade industrial, já bastante consolidada, mas que no entanto estão inseridas próximas à malha urbana, convivendo com outros usos, devendo portanto, restringir seu uso para atividades não poluitivas;

II. Zona Industrial 2: é caracterizada por ter uso exclusivo industrial, isolado de outros usos, destinando-se à função de abrigar indústrias incomodas à vizinhança e sua permissão para instalação deverá obedecer as legislações ambientais pertinentes;

III. Eixos Industriais: são caracterizados por ter uso de maior concentração da atividade industrial, que possuem condições de convivência com usos de maior porte como depósitos, oficinas, ou ainda serviços típicos de atividades instaladas ao longo de vias marginais às Vias Rodoviárias.

Parágrafo Único – O tamanho mínimo de lote nas Zonas Industriais e nos Eixos Industriais é igual a 1.000,00 m² com testada mínima de 20,00 m.

ZONA ESPECIAL

Art. 31 – Zona Especial é aquela compreendida pelos limites de áreas mapeadas ou a serem mapeadas, nos quais as características do meio físico restringem ou direcionam o uso e ocupação, visando a proteção,

manutenção e recuperação dos aspectos ambientais, paisagísticos, históricos, arqueológicos, científicos e culturais ou que englobam áreas de Projetos Específicos, de Interesse Público e/ou Social.

Art. 32 – São áreas pertencentes à Zona Especial as áreas de proteção ambiental, as de fundos de vale, de recursos hídricos ou de captação, as matas nativas, as de solos orgânicos, as pedreiras, as lagoas, a área de inundação do Rio Cascavel e Xarquinho, a bacia de contribuição da área de inundação, as de controle de gabarito, de interesse público, de interesse social, as de projetos específicos, as áreas adjacentes ou localizadas em lugares de observação da paisagem e pelos terrenos situados na encostas destas elevações, especialmente às situadas no Vale do Jordão, áreas pertencentes ao eixo de cultura lazer e turismo, áreas já mapeadas ou a serem mapeadas, de acordo com Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo e/ou Órgão de Planejamento do Município e Conselho do Plano Diretor.

Parágrafo Único – As áreas Especiais se sobrepõem ao Zoneamento e às Células de Planejamento em que as mesmas se situam e estão sujeitas à análise específica de uso e ocupação.

Art. 33 – Áreas de Controle de Gabarito: são aquelas onde se faz necessário a restrição de adensamento, ou o atendimento à uma necessidade específica, ou ainda a proteção do valor paisagístico e ecológico de determinados locais da cidade compreendendo:

- I. Entorno do Parque da Cidade;
- II. Entorno do Terminal Rodoviário;
- III. Encosta do Vale do Rio Jordão;
- IV. Área seccionada pelo Feixe de Microondas de Telefonia;
- V. Área de entorno do Aeroporto;
- VI. Áreas delimitadas pelo CONPLUG ao longo do período em que vigorar esta lei.

Art. 34 – A Critério da Secretaria de Habitação e Urbanismo e/ou Órgão de Planejamento Urbano do Município de Guarapuava e CONPLUG será admitida a transferência de Potencial Construtivo dos imóveis mapeados como áreas especiais para os imóveis que sejam integrantes das Zonas de Densificação, Central Extendida e Anel Viário ou Centros de Célula, conforme disposições do Plano Diretor ou Legislação Específica.

Art. 35 – Áreas Especiais de Interesse Social destinam-se primordialmente à execução, manutenção e recuperação das áreas de interesse social e compreendem:

I. Terrenos públicos, particulares e/ou loteamentos irregulares, em relação aos quais haja interesse público em promover a urbanização e regularização jurídica;

II. Áreas de expansão prioritária, necessários à implantação de programas habitacionais.

§ 1º – A intervenção para regularização e ocupação das áreas especiais de interesse social, deverão ser analisadas individualmente pelo Poder Público e CONPLUG, e poderá envolver dentre outros, projeto e execução de loteamentos de interesse social, de regularização jurídica, padrões e parâmetros urbanísticos diferenciados e específicos para parcelamento, uso e ocupação do solo e edificações, forma de participação dos moradores, proprietários e empreendedores na viabilização do plano de regularização e urbanização.

§ 2º – A delimitação das Áreas Especiais de Interesse Social não anistia loteadores de parcelamentos irregulares, das exigências e penalidades previstas em lei.

§ 3º – As áreas especiais de interesse social constam da Lei do Plano Diretor e Legislações Específicas Pertinentes.

Art. 36 – Áreas de Projetos Específicos são aquelas que necessitam de elaboração de estudos mais detalhados para implementação das obras e usos e promoção das mudanças necessárias.

§ 1º – São Áreas de Projetos Específicos, a área de Inundação do Rio Cascavel, dos Eixos de Lazer, Cultura e Turismo, previsões e diretrizes do sistema viário, área do entorno do aeroporto, encosta da Serra – Vale do Jordão, Via Arterial II (trecho compreendido entre a Rua Bernardo Dominico e Rua Brasília, junto à PR 170 e Br 277 respectivamente) e demais áreas a serem delimitadas pelo CONPLUG ao longo da vigência desta lei.

§ 2º – A área do entorno do aeroporto, fica sujeita às determinações de Legislação Federal pertinente, regulamentada através de Decreto Presidencial e Portarias Ministeriais correspondentes e Legislação Municipal de Uso e Ocupação do Solo específica para a referida área.

CAPÍTULO III

DAS PRESCRIÇÕES URBANÍSTICAS ADICIONAIS

Art. 37 – Para garantir a ocupação do solo de forma adequada às características do meio físico, bem como garantir a qualidade de vida na cidade, deverão ser observados os seguintes parâmetros urbanísticos.

- I. Taxa de Ocupação;
- II. Taxa de Impermeabilização;
- III. Recuos;
- IV. Lote Mínimo Permitido;
- V. Testada e Profundidade mínimas dos lotes;
- VI. Coeficiente de Aproveitamento;
- VII. Tabela de Estacionamento;
- VIII. Empreendimentos de Impacto;
- IX. Classificação de Comércio e Serviços.

Parágrafo Único – Os índices urbanísticos referentes aos incisos são determinados para cada Zona e Vias do Sistema Viário e constam dos anexos, parte integrante desta lei.

Art. 38 – Os parâmetros de uso e ocupação do solo, limites de zonas e classificação do sistema viário, empreendimentos de impacto, comércio e serviços, em face da dinâmica de crescimento da cidade e estudos desenvolvidos, poderão ser ajustados, determinados ou alterados, por ato administrativo do Poder Executivo Municipal, a partir de parecer encaminhado pelo CONPLUG.

Art. 39 – As atividades permissíveis serão apreciadas pelo CONPLUG que, quando for o caso, poderá indicar parâmetros de ocupação mais restritivos que aqueles estabelecidos na zona ou sistema viário em que o imóvel se situa, onde deverão ser observados critérios como conflitos, geração de tráfego, geração de ruídos, geração de poluentes, possibilidades de adequações a serem executados às expensas do empreendedor de forma a viabilizar a utilização pretendida.

Art. 40 – As áreas edificadas de subsolo, destinadas a garagem e estacionamento não serão computadas no cálculo do coeficiente de aproveitamento, e devem obedecer aos parâmetros de taxa de ocupação e diretrizes do sistema viário.

Art. 41 – As áreas de estacionamento para o atendimento de vagas comerciais poderão ser utilizadas até no máximo o 2º pavimento da edificação e não serão computadas no cálculo do coeficiente de aproveitamento.

Parágrafo Único – A parte frontal do lote, bem como a lateral, desde que voltada para logradouro público, só poderá ser utilizada de acordo com o caput deste artigo, desde que sofram projeto de proteção visual para o logradouro público e com o acesso devidamente resolvido.

Art. 42 – A previsão da existência de pavimento intermediário entre a sobreloja e o bloco vertical, utilizados para recreação e execução de paisagismo e livre de vedações, salvo parapeito de proteção e gradil, não será computado no cálculo do coeficiente de aproveitamento, nem no número total de pavimentos permitido, podendo ser computado no cálculo da área mínima exigida para recreação até o máximo de 50% do valor obrigatório.

CAPÍTULO IV SECÃO I

DAS PRESCRIÇÕES PARA DESMEMBRAMENTOS VINCULADOS À EDIFICAÇÃO

Art. 43 – Poderão ser permitidos desmembramentos, com tamanhos inferiores aos mínimos especificados, sejam nas Zonas de Densificação, Zona Central Estendida, Anel Viário, Centros de Célula, Zona de Proteção da Bacia do Rio Cascavel e Zona de Expansão Controlada, desde que integrados ou vinculados à aprovação de projeto de edificação.

Art. 44 – O projeto de desmembramento vinculado à edificação tramitará no processo de solicitação de aprovação de projeto de edificação.

Art. 45 – Os lotes resultantes do desmembramento vinculado à edificação deverão ser registrados com a respectiva averbação do vínculo do desmembramento ao projeto de edificação aprovado.

Parágrafo Único – No ato da emissão do certificado de Conclusão de Obra, deverá estar anexado ao processo, a matrícula atualizada do lote, devidamente registrada com a averbação, de acordo com o caput deste artigo.

Art. 46 – Será permitido desmembramento vinculado à edificação apenas em lotes já constantes de quadras formadas, objeto de loteamentos, servidos de infra-estrutura básica, conforme determina a lei de parcelamento do solo, e ainda a disponibilidade de rede de esgoto.

§ 1º – Será considerado desmembramento vinculado à edificação aquele que após desmembrado, gerar no máximo 6 unidades de cada lado da via de acesso, quando transversais à Via do Sistema Viário Principal ou quando dispostas de frente para a Via pública, desde que não sejam ultrapassadas as dimensões máximas permitidas de quadra.

§ 2º - De outra forma que o estabelecido no caput deste artigo e parágrafo primeiro o empreendimento será considerado condomínio urbanístico, com prescrições adicionais constantes desta lei, código de obras e parcelamento do solo e legislações específicas.

Art. 47 – A área mínima de lote permitida para desmembramentos Vinculados à Edificação é igual a 125,00 m² nas Zonas de Densificação e Zona Central Extendida.

§ 1º – A testada mínima para lotes resultantes de desmembramentos vinculados à edificação, conforme art. 47 é igual a 6,00 m para os lotes de meio de quadra e transversais ao alinhamento, sendo que o lote de esquina terá testada mínima de 6,00 m, mais o recuo obrigatório para a via.

§ 2º – No caso de desmembramentos vinculados à edificação transversais ao alinhamento predial, a área mínima permitida de lote será a área exclusiva da unidade mais a área comum, devendo somar no mínimo 125,00 m².

§ 3º – A taxa de ocupação a ser permitida nos desmembramentos vinculados à edificação poderá chegar a 80% e o coeficiente de aproveitamento igual a 2, para cada um dos lotes exclusivos a serem formados, nas Zonas estabelecidas no caput do art. 47.

Art. 48 – A área mínima de lote permitida para desmembramentos Vinculados à Edificação é igual a 225,00 m² nas Zonas de Proteção da Bacia do Rio Cascavel e Zona de Expansão Controlada.

§ 1º – No caso de desmembramentos vinculados à edificação transversais ao alinhamento predial, a área mínima permitida de lote será a área exclusiva da unidade mais a área comum, devendo somar no mínimo 225,00 m².

§ 2º – A testada mínima para lotes resultantes de desmembramentos Vinculados à Edificação, conforme art. 48, é igual a 7,50 m para os lotes de meio de quadra e transversais ao alinhamento, sendo que o lote de esquina terá testada mínima de 7,50 m, mais o recuo obrigatório para a via.

§ 3º – Os índices urbanísticos estabelecidos para a Zona de Proteção da Bacia do Rio Cascavel e Expansão Controlada, não poderão ser ultrapassados, em qualquer caso, sejam desmembramentos, desmembramentos vinculados à edificação ou condomínios urbanísticos, salientando-se taxa de ocupação de 50% e coeficiente de aproveitamento igual a 1.

Art. 49 – A profundidade mínima para lotes resultantes de desmembramentos Vinculados à Edificação é igual a 9,50 m para qualquer zona.

Art. 50 – A área comum é composta pela área de acesso, recuos para via pública, áreas de recreação, área para lixo, etc.

§ 1º – A área comum, inclusive acesso, resultante de desmembramentos Vinculados à Edificação ou condomínios é de uso e de propriedade exclusiva e particular, bem como sua segurança, limpeza e manutenção.

§ 2º – A área exclusiva de lote é a área individualizada para cada unidade de edificação, excluídas as áreas de uso comum.

Art. 51 – Será exigido dos desmembramentos vinculados à edificação, quando transversais ao alinhamento predial, a execução total das obras de infra-estrutura, salientando-se rede elétrica, rede de iluminação, rede de água, rede de esgoto e pavimentação de forma individual para cada uma das unidades e fechamento por muros ou gradil do perímetro da propriedade que deu origem ao desmembramento.

§ 1º – A Pavimentação das ruas internas a critério do proprietário, poderá ser asfáltica, poliédrica ou de blocos de concreto.

§ 2º – Deverá ser prevista área mínima de 4,00 m² para depósito de lixo de forma que possa ser recolhido da via pública.

Art. 52 – A largura mínima do acesso a ser permitido é igual a 5,50 metros quando de acesso por veículos e quando as edificações forem apenas de um lado; 7,50 m quando do acesso de veículos e quando as edificações forem dos dois lados; 3,00 m e 6,00 m quando o acesso for apenas para pedestre, de um lado e dos dois lados respectivamente.

§ 1º – Para o caso do acesso de 3,00 m e quando for exclusivamente para uma única unidade, a vaga obrigatória de garagem poderá ser prevista junto à unidade a ser edificada.

§ 2º – Nos acessos para veículos deverá ser previsto 4,00 m para a circulação de veículos, 0,50 m de faixa de proteção e 1,00 m de calçada, quando as edificações foram apenas de um lado.

§ 3º – Nos acessos para veículos deverá ser previsto 4,50 m para a circulação de veículos e 1,50 m de calçada para cada um dos lados, quando as edificações foram apenas dos dois lados da via de acesso.

Art. 53 – O recuo frontal ao acesso particular em relação à via transversal deverá ser de no mínimo 1,50 metros.

Art. 54 – O recuo frontal para logradouro público deverá ser o estabelecido para a Via, constante do sistema viário principal.

Art. 55 – Quando se tratar de edificações geminadas deverá ser observada as prescrições do código de obras.

Art. 56 – Para cada unidade residencial, deverá ser prevista uma vaga de garagem e para cada uma das unidades comerciais deverão ser obrigatórias a tabela de vagas de estacionamento constante desta lei.

Parágrafo Único – Quando da existência de acesso por veículos, a vaga de garagem deverá ser prevista na própria unidade e quando não houver acesso a veículos as vagas poderão ser previstas na área frontal, desde que resguardado os recuos mínimos obrigatórios.

CAPÍTULO V DOS CONDOMÍNIOS URBANÍSTICOS RESIDENCIAIS HORIZONTAIS

Art. 57 – Para o caso de condomínios urbanísticos residenciais horizontais, deverão dentre outras, serem observadas as seguintes prescrições:

I. Deverão ser destinadas áreas exclusivas de lazer e recreação, correspondente a 5% da área total do terreno ocupado pelo condomínio e nunca inferior a 10,00 m² por unidade de moradia. Podem ser constituídas de espaços abertos e fechados e não necessariamente em uma única área;

II. Os espaços destinados ao sistema de recreação e lazer são exclusivos, sendo que poderão receber construções apenas de equipamentos próprios para a finalidade a que se destinam, como por exemplo play-ground, piscina, pista de corrida, quadras esportivas, salão de festas, salas de jogos e ginástica, churrasqueiras e similares;

III. As áreas de estacionamento são exclusivas e não poderão ser previstas como áreas de recreação;

IV. Os espaços abertos destinados ao sistema de recreação e lazer, poderão utilizar-se do recuo de fundo e laterais e nunca dos frontais ou entre edificações;

V. Deverá ser destinada área para o lixo, que propicie a coleta seletiva e será de no mínimo 6,00 m², sendo permitida sua localização na área de recuo obrigatório frontal, junto à via pública;

VI. Para a área destinada ao depósito de lixo será obrigatória a utilização de faixa verde ao seu redor, e medidas preventivas contra insetos e animais;

VII. Poderá ser prevista a utilização de recuo frontal, para a implantação de guaritas, de no máximo 12,00 m²;

VIII. Poderá ser exigido pelo Poder Público, através do Executivo Municipal, ouvido o CONPLUG, reserva de área de até 15% (quinze por cento) externa ao condomínio, destinada ao domínio público, para a instalação de equipamentos públicos, de acordo com análise de densidade populacional, prevista para o local, salvo maiores exigências de legislações federais em vigência.

Art. 58 – Para os fins desta lei, entende-se como Condomínio, para implantação de unidades residenciais horizontais, toda gleba subdividida em unidades autônomas e frações ideais, que adota a forma fechada com sistema de circulação e/ou viário próprio e que se caracteriza pela separação da malha viária, por meio de muros ou outro sistema de tapagem, admitido pelo Município.

Parágrafo Único – Só será permitida a possibilidade de condomínio, em glebas ainda não pertencentes ao sistema viário existente, quando o mesmo não oferecer entrave ao sistema viário adjacente ou projetado.

Art. 59 – O tamanho mínimo da área exclusiva de lotes para condomínios localizados nas Zonas de Densificação e Zona Central Estendida é igual a 125,00 m², e testada mínima de 6,00 metros.

Art. 60 – O tamanho mínimo de área exclusiva de lotes para condomínios localizados nas Zonas de Expansão Controlada e de Proteção da Bacia do Rio Cascavel é igual 225,00 m², com testada mínima de 7,50 metros, sendo que a taxa de ocupação não poderá ser superior a 50%.

Art. 61 – Outras formas de constituição de condomínio, verticais, mistos ou comerciais deverão se observadas as prescrições do código de obras.

Art. 62 – Nos condomínios, as exigências de infra-estrutura são:

I. Demarcação dos lotes, quadras e vias de circulação, com marcos de concreto nos cantos de quadra;

II. Abertura das vias de circulação internas ao condomínio, com o greide definitivo a nível de subleito e pavimentação asfáltica ou por pedra irregular das mesmas;

III. Rede de distribuição de água atendendo todos as unidades, de acordo com o projeto aprovado pelo órgão competente;

IV. Galerias de águas pluviais com bocas de lobo de acordo com as especificações técnicas indicadas pelo órgão competente;

V. Rede de energia elétrica e iluminação em todas as vias de circulação, de acordo com projeto aprovado pelo órgão competente;

VI. Rede de esgoto, de acordo com projeto aprovado pelo órgão competente.

Parágrafo Único – Poderão ser concedidos condomínios efetuados em glebas não contíguas à malha urbana existente, desde que não ofereça entrave às diretrizes de sistema viário e desde que os mesmos, sejam acrescidos dos seguintes serviços e infra-estrutura obrigatórios:

I. Ligação e iluminação pública da via principal que liga o Condomínio, com o sistema viário principal, de acordo com a lei municipal do Sistema Viário;

II. Pavimentação Asfáltica da via de ligação do Condomínio até o Sistema Viário existente, com colocação de meio-fio.

Art. 63 – As vias de circulação internas ao condomínio, deverão obedecer as larguras mínimas de 8,50 m quando se tratar de unidades dispostas em apenas uma lateral e 10,00 m quando as unidades estiverem dispostas em duas laterais, sendo que:

I. Nas vias de circulação de 8,50 m deverão ser utilizados 6,00 m para faixa de rolamento, 0,50 m de faixa de proteção junto à divisa e 2,00 m de passeio em frente as unidades de moradia;

- II. Nas vias de circulação de 10,00 m, deverão ser utilizados 6,00 m para faixa de rolamento e 2,00 m de passeio de cada lado, em frente as unidades de moradia;
- III. No caso de vias sem saída, deverá ser adotada solução adequada de retorno, a exemplo do bolsão de retorno, a fim de permitir o retorno de veículos;
- IV. O recuo mínimo para cada uma das unidades deverá ser de 1,50 m;
- V. Para cada uma das unidades residenciais deverá ser prevista pelo menos uma vaga de garagem.

Art. 64 – O encaminhamento de solicitação de análise de projeto de condomínio, deverá ser através de requerimento protocolado, assinado pelo proprietário e por profissional habilitado para estas atribuições, com apresentação de ART para todos os projetos previstos, e deverá conter:

- I. Certidão de Inteiro Teor Atualizada e Título da Propriedade;
- II. Parecer das concessionárias de rede de água, energia elétrica e esgoto sobre a viabilidade técnica da implantação;
- III. Licença Prévia do IAP, quando o condomínio apresentar características de parcelamento;
- IV. Planta Topográfica, com curvas de nível equidistantes de 1,00 m, da área objeto do condomínio, com sua devida localização;
- V. Norte Magnético.

Parágrafo Único – Quando o condomínio apresentar características de parcelamento, os encaminhamentos, documentos exigidos e formas de apresentação, deverão ser de acordo com o que prevê a legislação de parcelamento do solo urbano e código de obras.

Art. 65 – Além das disposições desta Lei, na constituição do Condomínio, deverão ser observadas as disposições do código de obras e legislações federais pertinentes.

Art. 66 – Nos condomínios, a sua administração, instituída em forma de legislação específica e própria, desempenhará e arcará com todos os serviços de conservação de vias de circulação internas, coleta de lixo, e outros que sejam normalmente efetuados pelo município ou necessários ao condomínio.

Parágrafo Único – Deverá haver reserva exclusiva de área para armazenamento de lixo, interna ao condomínio, podendo utilizar o recuo frontal para tanto, com área e volume compatíveis com a necessidade.

CAPÍTULO VI DOS USOS E SUA LOCALIZAÇÃO

Art. 67 – Os usos permitidos na Zona Urbana estão estabelecidos no Anexo III e são em função do sistema viário, exceto os passíveis de autorização especial do CONPLUG, COMUTRA ou outros conselhos instituídos, caracterizados como Empreendimentos de Impacto (EI) quais sejam: os Pólos Geradores de Tráfego (PGT), Geradores de Ruído Noturno (GRN), Geradores de Ruído Diurno (GRD), Geradores de Risco (GR), Geradores de Impacto Ambiental (GIA), constantes nesta lei e no quadro dos Empreendimentos de Impacto, Anexo III – Quadro II.

Parágrafo Único – Ainda que não constantes de tabela, um determinado tipo de uso poderá ser caracterizado como Empreendimento de Impacto, a critério da Secretaria de Habitação e Urbanismo, Secretaria de Meio Ambiente e/ou CONPLUG e o mesmo deverá seguir-se por diretrizes estabelecidas.

Art. 68 – Os usos são classificados em função da sua Localização e ainda em Comércio e Serviço de Implantação de Caráter Único e/ou Ocasional.

Art. 69 – As vias são classificadas de acordo com hierarquia definida na Lei do Sistema Viário e Plano Diretor.

Art. 70 – Segundo a natureza, porte e grau de incomodidade e compatibilidade com o uso residencial, são estabelecidos critérios de localização em relação às características físicas e função das vias componentes do sistema viário básico da cidade, conforme Anexo III, parte integrante desta lei.

CAPÍTULO VII DOS EMPREENDIMENTOS DE IMPACTO

Art. 71 – Os Empreendimentos de Impacto são aqueles, públicos ou privados, que, quando implantados, venham a sobrecarregar a infra-estrutura urbana ou ainda que tenham a repercussão ambiental significativa, provocando alterações nos padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança ou ao espaço natural circundante, conforme anexo III – Quadro II.

Parágrafo Único – São considerados Empreendimentos de Impacto:

- I. Os sujeitos à apresentação de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto do Meio Ambiente), nos termos da legislação ambiental federal, estadual ou municipal em vigor;
- II. Os caracterizados como Pólos Geradores de Tráfego (PGT);
- III. Os de qualquer natureza que possam incomodar o sossego e o bem estar público;

IV.Os que possam vir a sobrecarregar a infraestrutura urbana (escoamento de águas pluviais, esgoto, etc.);

V.Os Geradores de Ruído Noturno (GRN) – que pela sua atividade gere sons ou ruídos nos horários compreendidos entre as 22:00 e 6:00 horas;

VI.Os Geradores de Ruído Diurno (GRD) – que pela sua atividade gere sons ou ruídos nos horários compreendidos entre 6:00 e 22:00 horas;

VII.Os Pólos Geradores de Risco (PGR) – atividade que represente algum tipo de risco para a vizinhança através de risco de explosão, incêndio, envenenamento, odor, inflamáveis, poluição e outros;

VIII.Os localizados em vias já saturadas, a serem definidos pelo CONPLUG e/ou COMUTRA.

Art. 72 – Os Pólos Geradores de Tráfego indicados no Anexo III deverão ter normas especiais para acessos, estacionamentos e operacionalidade, além do já previsto nas tabelas pertinentes.

§ 1º – Para os projetos considerados como de Impacto o CONPLUG ou Órgão de Planejamento Urbano do Município, determinará obras de melhoria urbana, devidamente aprovadas pela Secretaria de Habitação e Urbanismo e ou SURG, obras estas de responsabilidade do empreendedor, as quais condicionarão a aprovação e permissão final do mesmo.

§ 2º – O Poder Público poderá exigir dos PGT já existentes à data desta lei, medidas operacionais, equipamentos ou obras que minimizem seu impacto.

§ 3º – Nenhum projeto de edificação que possa transformar-se em pólo gerador de tráfego poderá ser aprovado sem prévia anuência do Departamento Municipal de Trânsito - GUARATRAN devendo constar do projeto, área para estacionamento e indicação das vias de acesso adequadas – (art 93 da Lei Federal Nº 9.503/97).

Art. 73 – Os empreendimentos caracterizados como "Empreendimentos de Impacto" deverão apresentar Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), no caso de solicitação pelo CONPLUG, para análise e concessão do alvará de licença para construção e/ou funcionamento.

§ 1º – O Relatório de Impacto de Vizinhança deverá informar sobre:

- I. A demanda de serviços de infra-estrutura urbana;
- II. A sobrecarga da rede viária e de transportes;
- III. O escoamento de águas pluviais;
- IV. Os movimentos de terra e produção de entulho;
- V. As alterações ambientais e os padrões funcionais e urbanísticos da vizinhança;
- VI. O horário do funcionamento das atividades;
- VII. Níveis de ruído e/ou poluição sonora;
- VIII. Questionário com o parecer da vizinhança do entorno, quando solicitado;
- IX. Medidas a serem adotadas para minimização do impacto.

§ 2º – Ficam isentos do relatório de impacto de vizinhança os empreendimentos nas zonas industriais exclusivas.

Art. 74 – Para o empreendimento classificado como de impacto, nos termos desta lei, deverá ser previamente elaborado pelo Município, parecer técnico para análise do empreendimento pelo CONPLUG, devendo indicar as exigências a serem feitas ao empreendedor para que, às suas expensas, realize obras e adote medidas no sentido de atenuar, compensar ou neutralizar o impacto previsto.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 75 – Os projetos aprovados e/ou licenciados sob o regime da legislação anterior perderão sua validade, respeitando a data de aprovação de projeto e/ou vencimento do Alvará de Licença para Construção, se não forem iniciadas as obras até 180 (cento e oitenta) dias após a entrada em vigor desta Lei.

Parágrafo Único – Apenas para os efeitos deste artigo e das disposições transitórias considera-se obra iniciada, aquela cujas fundações estejam concluídas até o nível da viga baldrame.

Art. 76 – Os usos e ocupação em desconformidade com esta lei, já licenciados pelo Município, poderão ser mantidos, a critério do Órgão de Planejamento do Município e CONPLUG, desde que observadas as seguintes condições:

- I. Não poderão sofrer substituição por outro uso em desconformidade com esta lei;
- II. Não poderão sofrer ampliação das edificações em desconformidade com esta lei;
- III. Desde que efetuadas melhorias para minimização de impactos, de acordo com diretrizes estabelecidas, conforme parágrafo primeiro do art. 72.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 77 – Constituem parte integrante desta lei os seguintes anexos I, II, III e IV.

Art. 78 – Qualquer alteração no nome dos órgãos, secretarias e conselhos citados nesta lei a substituição nesta pelo novo nome, órgão ou conselho deverá ser automática.

Art. 79 – A liberação dos alvarás de funcionamento, tanto para as novas edificações, quanto para as já existentes, deverão observar as disposições desta Lei, especialmente no que concerne ao uso e estacionamento.

Parágrafo Único – Para as edificações já existentes, poderá ser permitido, a fim de que sejam atendidas as vagas de estacionamento, a apresentação das vagas em local distante de no máximo 150,00 m do estabelecimento, mediante a aprovação do CONPLUG e/ou COMUTRA.

Art. 80 – Deverão ser previstas nas novas edificações e nas existentes quando de reformas ou ampliações, as normativas referentes à Acessibilidade ao Portador de Deficiência e Mobilidade Reduzida, conforme Decreto Federal N. 5296/04, ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 81 – Na falta de legislação específica, esta Lei se aplica as demais áreas urbanas do Município.

Art. 82 – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal n° 037/1986 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Guarapuava, em 30 de maio de 2008.

LUIZ FERNANDO RIBAS CARLI
Prefeito Municipal

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)